

QUARTA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 2008

PRESIDÊNCIA: ROURE

Vice-presidente

1. Abertura do período de sessões

(A sessão tem início às 9H00)

2. Verificação de poderes: Ver Acta

3. Projecto de Orçamento Geral para 2009 alterado pelo Conselho (todas as secções) (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0486/2008) dos deputados Janusz Lewandowski e Jutta Haug, em nome da Comissão dos Orçamentos, sobre o projecto de Orçamento Geral da União Europeia para o exercício de 2009 alterado pelo Conselho (todas as secções) (16257/2008 – C6-0457/2008 – 2008/2026(BUD)).

Jutta Haug, relatora. – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, parece que o Presidente em exercício do Conselho ainda não se encontra exactamente no Hemiciclo. Em todo o caso, a segunda leitura do orçamento europeu está inscrita na ordem do dia de amanhã. Com toda a probabilidade, não precisaremos de muito tempo para a votação. O facto de poucas coisas ainda terem de ser submetidas a votação e ainda menos serem objecto de litígio deve-se à cooperação construtiva entre todos os deputados envolvidos – tanto nas comissões especializadas como na Comissão dos Orçamentos –, uma cooperação que gostaria de agradecer muito sinceramente. E que me apraz ainda mais, por saber que isto não pode ser tomado como um dado adquirido. O que também é válido para o trabalho preparatório realizado por toda a equipa da Comissão dos Orçamentos, para o trabalho de todos os colaboradores dos grupos políticos e para o apoio dos assistentes pessoais. Muito obrigada!

Gostaria também de agradecer à Comissão a vontade que demonstrou de cooperar. As suas comunicações connosco podem não ter agradado sempre a todos os envolvidos, mas sempre foi solícita e, sobretudo, falou comigo aos diferentes níveis, coisa que não se pode dizer da Presidência do Conselho. Até agora, a Presidência francesa do Conselho não arranhou forma de falar comigo, a relatora geral, uma única vez. Nem uma só vez! Ainda nem sequer recebi resposta a uma carta que lhe dirigi antes do trólogo de 13 de Novembro – o que é muito estranho, muito desconcertante.

O que não foi de modo algum estranho ou desconcertante, no entanto, foi a forma como a equipa do Conselho se comportou na reunião de conciliação. O seu comportamento e as suas atitudes foram as expectáveis. Em primeiro lugar, não há revisão, ainda que pequena, em circunstância alguma. Em segundo lugar, os pagamentos devem ser reduzidos em qualquer caso, mesmo que o fosso entre pagamentos e autorizações se converta num abismo. Em terceiro lugar, as dotações não utilizadas do exercício em curso devem ser entregues, de preferência, imediatamente. Em qualquer caso, cerca de 4,9 mil milhões serão canalizados de volta para os cofres dos Ministros das Finanças nacionais. No Parlamento, estamos muito satisfeitos por termos conseguido convencer a Comissão a prometer uma transferência de 700 milhões de euros para o desenvolvimento rural. Consideramos igualmente que as declarações comuns vinculativas sobre a simplificação do processo e a aceleração da execução dos programas dos Fundos Estruturais, assim como a promessa de que, se necessário, serão propostos sem demora mais fundos para pagamentos, serão úteis para a gestão das tarefas do próximo exercício.

Estas tarefas não serão exactamente triviais. O impacto da crise nos mercados financeiros e as suas repercussões na economia real serão sentidos em todos os Estados-Membros. Por isso, o Parlamento está inteiramente disposto a libertar fundos para a criação ou a manutenção de postos de trabalho, de fundos para a criação de dinâmica económica – para além do leque de instrumentos já à disposição da União Europeia. Estamos preparados para fazer tudo o que for necessário com a máxima rapidez possível – não de forma indiscriminada, naturalmente, mas, se estiver claro que projectos devem beneficiar dos fundos e qual é a sua pertinência, ninguém esbarrará com portas fechadas.

O Parlamento também está preparado para uma revisão do programa financeiro a médio prazo, mas, primeiro, o Conselho precisa de uma posição comum.

É certo que votaremos amanhã em segunda leitura, mas tenho a vaga sensação de que aquilo que vamos votar é apenas um quadro orçamental. Os aditamentos ser-nos-ão exigidos a pouco e pouco ao longo do ano

Janusz Lewandowski, *relator*. – (PL) Senhora Presidente, a segunda leitura do orçamento das Instituições Europeias será, em princípio, uma repetição da primeira leitura e cabe-me a mim explicar por que assim é.

No caso do Conselho, respeitamos o nosso acordo de cavalheiros e aceitamos as suas reservas no que respeita a despesas orçamentais para 2009, embora reconhecendo a necessidade adicional de recursos destinados a cobrir os custos do Grupo de Reflexão. No caso das outras Instituições, vale a pena registar que a maior necessidade de financiamento do Tribunal de Contas se fica a dever aos pagamentos iniciais relativos à sua nova sede (em última análise, este método de financiamento da nova sede será vantajoso para os contribuintes europeus) e, no caso do Tribunal de Justiça Europeu, necessitará de financiamento para o seu novo processo de urgência, que exige mais verbas a fim de contratar mais pessoal.

No que respeita ao Parlamento Europeu, testámos o projecto-piloto este ano. O projecto-piloto produziu resultados encorajadores, graças à excelente cooperação dos serviços administrativos do Parlamento, e neste caso gostaria de expressar os meus agradecimentos pessoais ao Secretário-Geral, Harald Rømer. O teste não foi irrelevante, uma vez que este será um ano especial para o Parlamento Europeu, devido às próximas eleições, à necessidade de financiar a campanha eleitoral e à regulamentação absolutamente nova respeitante aos estatutos dos deputados ao Parlamento Europeu, a par de uma maior transparência em relação ao fundo de pensões e às novas regras de contratação e vencimento dos assistentes. O facto de estar a ser abordada a questão dos DPE e seus assistentes é uma boa notícia em ano de eleições.

Como é evidente, isto incorre em custos suplementares em termos do orçamento do Parlamento Europeu. Apesar disso, fizemos um esforço e conseguimos alcançar o objectivo para o qual trabalhamos há vários anos, a saber, o de assegurar que, não obstante as necessidades específicas do Parlamento Europeu, o seu orçamento não exceda 20% das despesas administrativas da União Europeia. Em geral, ao que parece, a votação na Quinta-feira será rápida, graças à boa cooperação dos coordenadores e à excelente cooperação do Secretariado do Parlamento Europeu – e neste contexto, gostaria de mencionar em especial Marianna Pari e Richard Wester. Trata-se de duas pessoas que devem ser mencionadas numa ocasião como esta.

Dalia Grybauskaitė, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, queria frisar que o processo de negociação do orçamento de 2009 foi muito específico e se revestiu de uma grande importância e de uma dificuldade sem precedentes. A grande prioridade é promover o crescimento e o emprego. Este ano, no processo orçamental estava também em causa o financiamento do instrumento de ajuda alimentar a países em desenvolvimento. Juntos, conseguimos chegar a um acordo equilibrado com vista à afectação a esse fim de uma verba de mil milhões de euros.

Ter um orçamento não é suficiente. Precisamos de o executar de forma capaz e pontual. A este propósito, tendo em conta que a coesão é um factor determinante em matéria de estimulação do crescimento económico, o Parlamento salientou a importância de que se revestem uma execução orçamental eficiente e a necessidade de aperfeiçoamento e simplificação. Nas nossas negociações, chegámos a um consenso nesse sentido. A Comissão comunga desse objectivo e, em 26 de Novembro, apresentou propostas que visam acelerar a execução e a simplificação da gestão dos Fundos estruturais.

A semana passada, o Conselho Europeu deu a sua aprovação plena a essa abordagem e eu espero que, agora, não tenhamos dificuldades em chegar a um consenso para a introdução das alterações legislativas necessárias.

Olhando avante para o futuro próximo, todos temos de reconhecer que, em breve, teremos de enfrentar outros desafios, na resposta à crise financeira e económica instalada na Europa. O plano de relançamento da economia europeia apresentado pela Comissão integra elementos com incidência no orçamento comunitário do próximo ano. O Conselho Europeu da semana transacta deu o seu apoio a esse plano de relançamento. Assim, a Comissão apresentou uma proposta para a revisão do quadro financeiro plurianual nos termos do acordo interinstitucional.

A proposta em causa tem de ser aprovada pelo Parlamento e pelo Conselho nos próximos meses e eu, como de costume, conto, com a sua cooperação, especialmente do Parlamento.

Para concluir, gostaria de recordar que a negociação do orçamento de 2009 exigiu cedências de todas as partes. Mostrou também que, com um espírito de cooperação leal entre as instituições, se podem alcançar os melhores resultados. Isso não teria sido possível sem a atitude construtiva e responsável que o Parlamento manteve ao longo de todo o processo negocial. Quero ainda salientar o papel crucial da Presidência na coordenação das posições dos Estados-Membros.

Finalmente, permitam-me que manifeste a minha gratidão aos representantes do Parlamento na negociação e, em particular, ao seu chefe, senhor deputado Borg, aos relatores de 2009, à senhora deputada Haug, com a sua abordagem inovadora deste ano, e o senhor deputado Lewandowski, e, também, a todos os coordenadores políticos da COBU, que prestaram à Comissão e ao Parlamento um grande auxílio.

Desejo a todos uma votação favorável amanhã, e a todos vós um Ano Novo melhor que o esperado.

László Surján, *em nome do Grupo PPE-DE.* – (HU) Ouvimos falar das dificuldades que tiveram de ser enfrentadas. Acredito que, sob a liderança de Jutta Haug, conseguimos resolver essas dificuldades bastante bem. Ela merece o nosso agradecimento pelo seu trabalho e pelo facto de que cada grupo político pode sentir que este orçamento também é seu.

Elaborar um orçamento é exprimir política por números. Qual é a mensagem, pergunto-me, que o Partido Popular Europeu vê neste orçamento? Do nosso ponto de vista, temos de dar aos cidadãos europeus uma maior segurança, e a União Europeia está pronta para o fazer e é capaz de o fazer. Cerca de um terço do orçamento é dedicado a rubricas que aumentam o sentimento de segurança. As alterações apresentadas pelo Partido Popular Europeu e pelos Democratas Europeus aumentaram o orçamento em cerca de mil milhões de euros, aumentando assim o seu perfil; estou a pensar em fundos para apoiar pequenas empresas, manter postos de trabalho e criar novos quando possível, para desenvolver regiões subdesenvolvidas, para segurança energética e para planear projectos tais como o Nabucco. No entanto, a segurança alimentar é também muito importante, sobretudo hoje em dia, para não falar na defesa das fronteiras da zona Schengen e na prevenção da imigração ilegal.

Naturalmente, por muito bom que seja este orçamento, está longe de ser perfeito. Parte da razão das suas falhas reside nos Estados-Membros. É inaceitável que os Estados-Membros não usem os recursos que a UE lhes disponibiliza, que milhares de milhões de euros fiquem por utilizar nos cofres da UE. Alguns Estados-Membros introduzem obstáculos artificiais, tornando o acesso aos concursos ainda mais difícil do que nós mesmos tornamos. Os esforços da Comissão Europeia para simplificar estes procedimentos são louváveis, mas não podemos permitir que Estados-Membros criem efeitos ou introduzam modificações de forma a contrariar estes esforços.

No entanto, a falha não reside exclusivamente nos Estados-Membros. A UE é incapaz de responder rapidamente aos desafios de um mundo em mutação. É certo que resolvemos o problema da ajuda alimentar, mas à custa de debates dos mais veementes! E agora, quando deveríamos avançar, deparamo-nos também com dificuldades em lidar com a crise económica. Penso que, no próximo período, ao longo do próximo ano, teremos de implementar simplificações consideráveis tanto nas estruturas existentes como no interesse de uma maior flexibilidade. Agradeço-vos pela vossa atenção e espero que tenhamos um bom orçamento.

Catherine Guy-Quint, *em nome do grupo PSE.* – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, permitam-me constatar a ausência do Conselho e a inovação da Presidência francesa, que nos honra com a sua falta, o que constitui uma estreia. Quero dizer-te, Jutta, que pensaste que era por desdém que a Presidência francesa não se tinha encontrado contigo. Creio apenas que essa ausência traduz o desdém desta Presidência, ou pelo menos dos seus Ministros, pelo orçamento da União Europeia.

Não vou retomar as intervenções dos nossos relatores, e debruçar-me-ei apenas sobre algumas reflexões. Vou repetir, mais uma vez este ano, a insuficiência deste orçamento, a inadequação do quadro financeiro plurianual: falta de meios para as políticas de relançamento económico, investigação, formação ao longo da vida, redes, ajuda às PME e às TPE, uma política de solidariedade territorial e, sobretudo, fundos de coesão difíceis de pôr em prática, deixando, assim, por utilizar milhares de milhões de euros de dotações para pagamento; demasiado dinheiro previsto para a ajuda à agricultura de mercado e deixando margens por utilizar devido às bases legais que proíbem novas autorizações; dificuldades em gastar montantes dedicados ao desenvolvimento rural e ao ambiente; dispersão das somas destinadas às políticas de segurança e justiça, longe dos compromissos públicos do Conselho; e políticas de cidadania e informação que raíam a indignação e não permitem uma comunicação real junto dos cidadãos na União.

Mas a cereja no topo do irrealismo são as promessas feitas no âmbito da acção externa. As necessidades não param de aumentar, os conflitos e a pobreza instalam-se em todo o planeta - Somália, Darfur, Ásia, tufões, ciclones, fome, guerra na Palestina, Kosovo, agora a Geórgia -, e os recursos afectados são os mesmos. Todos os anos a missão impossível se torna completamente impossível.

Só a criação de um fundo de mil milhões de euros, indispensável para tentar o relançamento da agricultura destinada à produção de alimentos nos países mais pobres, pôde acender uma pequena chama de esperança. A fiarmo-nos nas Perspectivas Financeiras, esperávamos poder continuar a execução das políticas tradicionais e encontrar, nas margens disponíveis, dinheiro suficiente para dar resposta a esta urgência diferente, à qual há que acrescentar a luta contra as alterações climáticas. Mas isso seria esquecer que o acordo orçamental é negociado com o Conselho e que o Conselho, ou, melhor dizendo, os 27 governos dos Estados-Membros, enfrentam, para além das dificuldades tradicionais, a crise financeira que ameaça a economia europeia mas que é vivida como 27 catástrofes orçamentais nacionais.

E eis-nos forçados a aprovar um orçamento que não traduz as expectativas dos deputados, um orçamento em que a distância entre as dotações para autorização e as dotações para pagamento gera as maiores preocupações quanto à sinceridade orçamental. Pretender participar o menos possível para as receitas da União conduz os Estados-Membros a posições simples e estereis: antes de mais, reduzir ao mínimo os pagamentos, donde as dotações para pagamento inferiores a 0,9% do PIB, com promessas de autorização jamais controladas; por outro lado, não facilitar a execução das políticas europeias no seu país, de forma a evitar o co-financiamento e a permitir assim que as dotações inutilizadas regressem aos cofres de cada Estado.

Evidentemente que as políticas habituais da União continuam a ser executadas, melhor ou pior. A Comissão está a desenvolver acções inovadoras e preparatórias, muitas vezes impulsionadas pelos nossos projectos-piloto. Mas o que caracteriza o orçamento europeu é o facto de prometer tudo e de não investir o suficiente em dinheiro, em procedimentos de implementação com a vontade de todos os Estados-Membros.

Este ano, mais uma vez, temos de enfrentar dois desafios novos e urgentes. O primeiro é o da luta contra as alterações climáticas, e as conclusões do Conselho na matéria são modestas mas têm o mérito de existir; haverá que realizar os investimentos deste ano e de os potenciar em 2010. O segundo desafio é o do relançamento económico anunciado de 200 mil milhões de euros. Apenas 5 mil milhões exigem investimentos novos. Assim, é necessária uma pequenina revisão das Perspectivas Financeiras.

Ontem, o Presidente em exercício anunciou-nos aqui que essa revisão estava aceite, mas o Conselho anuncia-nos entretanto que está bloqueada. Então, em que pé estamos? No Partido Socialista Europeu, estamos prontos.

Para concluir: não, definitivamente, não podemos continuar assim, pois a Europa política está a afundar-se à nossa frente. Chegou o tempo de fazer uma revisão das Perspectivas Financeiras que reequilibre as receitas e as despesas da Europa, que dessacralize certas políticas imutáveis e que financie políticas dinâmicas ao serviço dos homens do planeta, com realismo e eficácia.

E quero também desejar boa sorte à Comissão. Cabe-lhe executar com precisão este orçamento, sem desperdiçar um único euro, cabe-lhe demonstrar e convencer os Estados cépticos da mais-valia introduzida pela União, política e orçamentalmente.

(Aplausos)

Anne E. Jensen, em nome do Grupo ALDE. – (DA) Senhora Presidente, gostaria de começar por agradecer aos dois relatores, a senhora deputada Haug e o senhor deputado Lewandowski, o seu trabalho extremamente competente e profissional relativo ao orçamento. Gostaria também de agradecer ao nosso presidente, o senhor deputado Böge, e ao Senhor Comissário Grybauskaitė, a aptidão que demonstraram para encontrar soluções. O orçamento é, evidentemente, extremamente inflexível. O quadro orçamental é inflexível – não se trata somente de deslocar verbas não despendidas do quadro orçamental agrícola para outras áreas do orçamento, e a Comissão ultimamente tem tido o hábito de contestar essa flexibilidade – contestando a sua rigidez. Não podemos, por isso, deixar de manifestar a nossa gratidão à Comissão. Penso que é bom tentar novas vias, e gostaria de dizer que nós, no Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, apoiamos inequivocamente este orçamento, assim como a solução encontrada para a Facilidade Alimentar, os mil milhões de euros que foram assegurados para criar mais produtos alimentares nos países em desenvolvimento. O que nos agrada é o facto de ter sido possível encontrar uma solução que não implica grandes cortes em outros programas, assegurando as necessárias verbas por meio do Instrumento de Flexibilidade e da Reserva para Ajudas de Emergência.

Regozijo-me também com as garantias dadas pelo Senhor Comissário de que a Comissão tenciona rever os Programas dos Fundos Estruturais e de que os mesmos poderão ser simplificados. Incumbe-nos uma tarefa histórica nos próximos anos que consiste em garantir o necessário desenvolvimento dos novos Estados-Membros. Penso tratar-se certamente do aspecto mais importante do orçamento da UE.

É claro que, pelo caminho, nos temos queixado da falta de iniciativas no domínio do orçamento em matéria de energia, e depois, à última hora, surgiu um memorando na sequência da crise financeira que afirma que se deve também utilizar o orçamento da UE numa tentativa de iniciar o crescimento. Propusemos cinco mil milhões de euros destinados a várias iniciativas no sector energético, e gostaria de dizer, em nome do meu grupo, que estamos dispostos a encontrar uma solução para esta questão – estamos dispostos a arranjar financiamento e também a trabalhar com celeridade nesse sentido. Mas se atentarmos na forma como são elaborados os programas individuais – mais dinheiro para as redes transeuropeias de energia (RTE-E), mais dinheiro para programas de investigação e mais dinheiro para o CIP (Programa de Inovação e Competitividade), por outras palavras, programas que conhecemos bem, deveremos ponderar bem a fim de garantir que tais iniciativas sejam levadas a cabo de forma prudente e sensata. Ansiamos, contudo, por uma cooperação construtiva relativamente a estas questões e gostaria de agradecer à Comissão a sua iniciativa. Talvez seja, de certo modo, de lamentar que tenha vindo tão tarde, mas teremos, mesmo assim, muito prazer em trabalhar de modo construtivo nesta matéria.

Helga Trüpel, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, o orçamento de 2009 é um compromisso – não é menos, mas também não é mais do que um compromisso. O que também não constitui surpresa, como acabámos de ouvir. As Perspectivas Financeiras não permitem grandes saltos; tal como está, a estrutura do orçamento europeu é demasiado rígida e inflexível para o permitir.

No entanto, o orçamento para 2009 envia alguns sinais importantes. Por exemplo, conseguimos providenciar mais mil milhões de euros para a ajuda alimentar; ou seja, para os mais pobres dos pobres e, como esperamos, para uma política agrícola sustentável nos países mais pobres. Iremos gastar também um pouco mais nas pequenas e médias empresas – muito importantes para o desenvolvimento económico – e um pouco mais na luta contra as alterações climáticas.

São necessárias, no entanto, novas prioridades. Precisamos de uma revisão do orçamento europeu e, com esta intervenção, gostaria de me dirigir em especial aos Estados-Membros, inclusive ao governo do meu país, a Alemanha. Temos de responder à crise a curto prazo, mas também, naturalmente, a médio e longo prazo. O orçamento da UE não pode, obviamente, substituir os orçamentos nacionais ou as políticas nacionais, mas quem não se adaptar às crises tem o fracasso garantido.

Recentemente, vi na televisão a transmissão da conferência de imprensa em que o presidente da General Motors se dirigiu ao Congresso dos Estados Unidos para requerer novos empréstimos. Argumentou “temos de construir veículos verdes, temos de investir em tecnologias verdes”, no que estava certo. Infelizmente, este gestor foi um pouco lento a perceber isso e os *stocks* de camiões americanos por vender acumulam-se. Sim, é verdade que é necessário reestruturar a nossa economia. A Europa tem de fabricar novos produtos ecológicos de alta tecnologia e respeitadores do ambiente se quisermos ter sucesso económico nos próximos anos, tanto no mercado interno como nos mercados mundiais.

Temos de reduzir as emissões de forma significativa. Temos de reduzir a nossa dependência do petróleo. Temos de investir mais em energias renováveis e muito mais na investigação. Isto criará oportunidades para novos produtos e, consequentemente, também para novos postos de trabalho. Temos sem dúvida de alterar a nossa política agrícola, que deverá estar ligada à geração de energia ecológica. Também isso oferecerá aos agricultores da Europa uma nova oportunidade.

Temos também de gastar mais numa ajuda ao desenvolvimento bem compreendida – não como caridade, mas porque é uma política estratégica inteligente para lançar o comércio justo a nível mundial – e de realmente desenvolver uma abordagem estratégica para reduzir o défice de prosperidade à escala global. Temos também de perceber finalmente que é preciso associar o crescimento à protecção do ambiente e à luta contra as alterações climáticas. Precisamos de um novo modelo de conceber o crescimento, e não só para a Europa, mas também para economias emergentes como a Índia e a China, e, naturalmente, também para os Estados Unidos.

Esperamos sinceramente que a nova Administração Obama venha introduzir uma mudança na forma de pensar americana e um repensar do documento que sucederá ao Protocolo de Quioto. Mas tudo isto terá de se reflectir igualmente no orçamento europeu, razão por que se torna necessário estabelecer novas prioridades.

Temos de responder à questão de saber de onde vem o dinheiro. O meu grupo – o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia – defende a necessidade de criar mais impostos ambientais. É necessário tributar o consumo de CO₂ e criar, finalmente, impostos sobre o querosene. Com isto será possível alimentar uma grande parte do orçamento europeu.

Tudo o que estamos a ouvir presentemente da parte da Comissão – isto é, a cada dois meses – indica, no entanto, que a lógica interna mostra que precisamos de uma revisão do orçamento europeu para demonstrar aos cidadãos que, sim, compreendemos, que queremos mudar as coisas, que precisamos de novas prioridades, que queremos gastar mais na investigação e no desenvolvimento, e que precisamos de novas tecnologias de propulsão.

Temos também, naturalmente, de proceder a mais trabalho de investigação neste domínio; não há maneira de contornar esse facto. Como já foi discutido, os cereais são para serem consumidos à mesa e não para serem utilizados no tanque – isto é algo que a União Europeia tem igualmente de deixar claro. Durante a crise económica, devemos canalizar mais dinheiro para a educação: no programa Erasmus Mundus para a mobilidade de estudante e o intercâmbio universitário, bem como na aprendizagem ao longo da vida. Esta é a única forma de dar aos jovens da Europa novas oportunidades nos mercados de trabalho do futuro e também na sua vida pessoal.

Temos de investir mais na diversidade cultural – esta é a riqueza da União Europeia e os cidadãos agradecer-nos-ão por isso quando virem que os fundos europeus chegam realmente às zonas onde residem. Se queremos agir de forma responsável, temos também de fazer mais em termos de política externa preventiva, e não reagir apenas quando é tarde demais. Também isso faz parte da nossa responsabilidade política. É importante agir em tempo útil; daí necessitarmos de mais recursos para o Instrumento de Estabilidade.

Em vista das próximas eleições em Junho, temos de mostrar aos cidadãos europeus que compreendemos, que temos coragem e que estamos dispostos a alterar a política europeia, também com a devida moderação no que se refere ao orçamento europeu. Espero e acredito que os cidadãos reconhecerão este esforço aquando das eleições.

Wiesław Stefan Kuc, em nome do Grupo UEN. – (PL) Senhora Presidente, apenas se mantiveram algumas alterações ao orçamento, facto que saúdo. É difícil dizer quem tem razão e só o saberemos em finais de 2009. Felizmente que, na sequência da aprovação do orçamento, poderemos implementar algumas alterações logo no início do ano, como o fazemos aliás sempre.

Ontem, o Presidente da Presidência francesa, Presidente Sarkozy, afirmou que o debate incide menos sobre questões de maior relevância e mais sobre questões menores. Estas palavras poderão significar o mesmo que a afirmação da Senhora Comissária Grybauskaite, a saber, que, no futuro, deveríamos elaborar um orçamento absolutamente diferente e não nos limitarmos a alterar as rubricas orçamentais, mas, sim, assegurar uma melhor integração das mesmas.

O actual e fragmentado orçamento, que contém muitas rubricas, não é claro. A sua elaboração é extremamente morosa e implica um debate exaustivo. Na realidade, só está actualizado por alguns dias, se não mesmo algumas horas. Foi o caso do orçamento para 2008, em que foram logo introduzidas rectificações na primeira reunião da Comissão dos Orçamentos. Seria preferível introduzir rubricas mais abrangentes e definir quais os domínios de aplicação dos recursos. Isto tornaria a implementação do orçamento significativamente mais flexível e daria à Comissão Europeia, bem como ao Parlamento Europeu, melhores oportunidades, uma vez que poderiam acompanhar a forma como são despendidos os fundos ao longo de todo o tempo em que os mesmos estão activos, e responder imediatamente a quaisquer necessidades que eventualmente surgissem.

O recente aumento em termos de financiamento por parte do Conselho em 2008, ou o aumento dos fundos orçamentais para os próximos anos de 200–250 mil milhões de euros, provam que não se justificam estes debates que se prolongam por um ano sobre os pormenores do orçamento para o próximo ano.

Esko Seppänen, em nome do Grupo GUE/NGL. – (FI) Senhora Presidente, Senhor Comissário, o total geral das dotações de pagamento no projecto de orçamento do próximo ano é mais baixo do que nunca. Haverá suficiente dinheiro em caixa para pagamentos, se se adoptar a mesma política de pagamentos dos últimos anos. A Comissão não irá implementar o orçamento por inteiro.

Ontem, o Parlamento decidiu reembolsar aos Estados-Membros quase cinco dos seis mil milhões de euros que não foram usados para pagamentos este ano, embora estivessem previstos como despesa no orçamento. Mil milhões foram acrescentados ao orçamento do próximo ano para a ajuda alimentar. Desde que a Comissão

fez esta proposta, o preço dos alimentos desceu para metade, e a UE terá em breve de intervir na sua própria produção. Há um milhão de pessoas a morrer de fome no mundo, e a ajuda, é claro, será canalizada conforme for preciso, mas os argumentos por trás da proposta da Comissão tornaram-se obsoletos em seis meses.

A semana passada, vimos a Comissão recorrer às relações públicas e à propaganda em ligação com a elaboração do orçamento, de forma a promover o seu programa para a recuperação económica dos Estados-Membros. São acrobacias orçamentais e uma aldrabice. O contributo da UE de cinco mil milhões significa que o dinheiro foi transferido de um artigo para outro sem que os Estados-Membros tenham tido de disponibilizar novas verbas a utilizar pela UE. Não são verdadeiramente medidas de recuperação para remediar os danos causados pela globalização. Precisamos de uma acção robusta que seja um antídoto para nos curar da doença do “dinheiro a fingir”, e a UE pura e simplesmente não está a dar resposta à altura. A Comissão Europeia e o Conselho da União Europeia não estão preparados para tomar decisões sobre uma actuação deste género.

Nils Lundgren, em nome do Grupo IND/DEM. – (SV) Senhora Presidente, como é habitual, temos aqui um documento que é uma obra parlamentar exemplar da autoria daqueles que prepararam o orçamento. Ao mesmo tempo, vemo-nos na situação absurda de estar a fazer algo que não devíamos estar a fazer. Estamos neste momento a debater formas de gastar mais dinheiro. Este Parlamento não representa os contribuintes, não está a tentar conter os gastos, mas sim preocupado com o facto de não se estar a gastar dinheiro suficiente. Não só dois terços dos fundos são gastos em coisas em que não nos devíamos envolver como parlamento, como são utilizados para fins totalmente errados. Continua a gastar-se dinheiro com a política agrícola, o desenvolvimento rural e a política regional, ou seja, tudo coisas que são da responsabilidade dos Estados-Membros e que deviam ser eles próprios a pagar.

Também se falou muito - e justificadamente - sobre o facto de 2009 ser um ano de crise na Europa, nos EUA e, na verdade, no mundo inteiro, e depois perguntamo-nos: o que devemos fazer? Aqui? E a minha resposta é que não podemos fazer nada quanto a isso aqui. Os países da UE gastam entre 40% e 45% dos seus fundos em despesas públicas. 1% vem para aqui e é utilizado para os fins errados. Estamos a marginalizar-nos com esta abordagem. Muito obrigado.

Sergej Kozlík (NI). – (SK) Gostaria de manifestar o meu apreço pelo texto da resolução sobre o orçamento geral da UE para 2009, apresentado pela Comissão dos Orçamentos e pela relatora, senhora deputada Jutta Haug. O texto exprime, de forma minuciosa e abrangente, os riscos do orçamento da UE para o próximo ano.

Na minha opinião, a principal questão ainda em aberto refere-se às dotações orçamentais para os impactos do plano da UE que visam lidar com as consequências da crise financeira. A extensão e o rumo da crise continuam em aberto. As iniciativas mais importantes visarão um desenvolvimento sustentável, o crescimento do emprego e o apoio a pequenas e médias empresas, assim como à coesão entre as regiões, que constitui um factor decisivo para estimular o crescimento económico na Europa.

É de esperar que, em 2009, a utilização de recursos dos fundos estruturais e de coesão seja mais rápida, em especial nos novos Estados-Membros. Por isso, é adequado enfatizar a obrigação que as autoridades orçamentais têm de providenciar que os pagamentos adicionais sejam efectuados atempadamente. A reserva de 7,7 mil milhões de euros relativamente ao limite máximo do quadro financeiro plurianual poderia constituir uma fonte potencial destes pagamentos. Neste contexto, é essencial adoptar medidas para simplificar os mecanismos dos fundos estruturais e de coesão, com o objectivo de melhorar a capacidade da sua utilização nos países da UE.

Salvador Garriga Polledo (PPE-DE). – (ES) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de exprimir a minha particular gratidão ao representante da Presidência francesa, Senhor Ministro Sorel, que, com a sua participação em todos os debates que realizámos, deu um admirável exemplo de colaboração com a Comissão dos Orçamentos.

O trabalho do Parlamento na elaboração do projecto de orçamento da UE está a chegar de novo a uma conclusão satisfatória este ano. Necessitámos dos largos anos de experiência negocial entre a Comissão, o Conselho e o Parlamento Europeu. Conhecemos os limites de cada uma das Instituições e conseguimos chegar a acordo sobre os mínimos, o que significa que a votação de amanhã pode ser apresentada como um êxito institucional da União Europeia.

Porém, todos estes anos de conhecimento mútuo também nos dizem que, este ano, o acordo sobre os mínimos fica aquém daquilo que deveríamos poder exigir em circunstâncias normais.

O problema é que este projecto de orçamento foi elaborado há muitos meses atrás, em Março ou Abril, sem ter em conta a magnitude da actual crise económica e financeira. Isto não é de estranhar, portanto, já que alguns Estados-Membros procederam do mesmo modo e não planificaram suficiente distância.

O nosso processo orçamental é basicamente muito rígido e não permite rectificações pelo caminho. O Parlamento Europeu avançou algumas propostas em primeira leitura que iam no sentido de contribuir para a recuperação económica e de proporcionar uma rede de segurança aos cidadãos, sobretudo através de alterações apresentadas pelo Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus e também pelo Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa. Algumas foram adoptadas pelo Conselho, outras não.

Só no final do processo, já depois de a conciliação ter tido lugar, é que o Conselho e a Comissão surgem finalmente com grandes ideias sobre a maneira de utilizar o orçamento comunitário para relançar o crescimento económico. Quando o imprevisto é aliado à urgência, o resultado mais provável é a decepção.

Em última análise, a resposta à crise económica acabará por ser dada a nível nacional e não a nível comunitário, e o orçamento da UE não será, lamentavelmente, o poderoso instrumento de política económica que deveria ter sido.

O que eu não consigo perceber é por que é que nos anos de florescimento económico de 2005-2006 as perspectivas financeiras que foram aprovadas eram de tal forma acanhadas e restritas que não foi possível utilizar a política orçamental anual como uma arma contra-cíclica.

Somos paralisados pelos montantes máximos anuais, e o quadro financeiro plurianual de nada serve em anos de crise.

Tenho uma consideração final. Os dois programas comunitários mais afectados pelo acordo sobre as perspectivas financeiras de 2006 - redes transeuropeias e desenvolvimento rural - foram agora os escolhidos para relançar o crescimento económico europeu a partir de Bruxelas.

A minha pergunta é a seguinte: quem deve ser agora responsabilizado pelos severos cortes que foram feitos nesses programas em 2006?

Göran Färm (PSE). - (SV) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, na minha qualidade de relator da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, tenho de dizer que, na comissão, acordámos logo numa das fases iniciais, ainda antes de a crise ter eclodido, que tínhamos de dar mais prioridade às medidas relacionadas com o clima e com a energia e às pequenas e médias empresas, em particular. Agora, chegámos à mesma conclusão na Comissão dos Orçamentos, e gostaria de agradecer aos relatores a sua cooperação extraordinariamente construtiva durante o processo orçamental deste ano. Gostaríamos igualmente de realçar que é necessário concentrarmos o investimento no crescimento e em infra-estruturas comuns.

Estava a ouvir há pouco o senhor deputado Lundgren, do Grupo Independência e Democracia. O senhor deputado interpretou a questão de uma maneira totalmente errada. Ninguém acredita que seria possível a UE ter um orçamento tão grande que isso lhe permitisse contrariar os esforços para melhorar a situação económica. As coisas que devíamos estar a fazer são coisas comuns que os Estados-Membros não conseguem resolver só por si, com vista a tornar a UE num mercado comum, um verdadeiro mercado comum. Agora que eliminámos as barreiras ao comércio, temos de adquirir também infra-estruturas comuns, uma infra-estrutura energética comum, e trabalho de investigação comum, de modo a podermos assumir uma posição de vanguarda no mundo inteiro. É disto, afinal, que se trata; não se trata de tirar algo aos Estados-Membros.

A primeira vez que usei da palavra no debate sobre o orçamento foi em 1999. De que falávamos então? Bem, das mesmas coisas de que falamos hoje - do emprego, do crescimento, da simplificação e do aumento da eficiência, de uma maior flexibilidade orçamental destinada a permitir que a UE responda mais rapidamente a novos desafios. No entanto, infelizmente, continuamos a debruçar-nos sobre demasiados assuntos antigos. Congratulamo-nos, portanto, pela iniciativa da Comissão, em conjunto com o plano de recuperação, ainda que se tenha feito tudo demasiado depressa.

Seja como for, penso que a coisa mais importante que podemos fazer agora é promover uma mudança mais real e mais estável na política orçamental da UE. Os resultados da cooperação aberta da Comissão relativamente ao orçamento a longo prazo demonstram aquilo que se pretende aqui: um investimento estável a longo prazo no crescimento, no ambiente e na política em matéria de clima. Isto significa também que podemos

afastar-nos da actual situação desenvolvendo esforços *ad hoc* contínuos tendo em vista a revisão do plano orçamental. Agora, necessitamos de uma nova estrutura para o orçamento a longo prazo. Isto é a coisa mais importante que a Comissão pode fazer agora. Muito obrigado.

Nathalie Griesbeck (ALDE). - (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, minhas senhoras e meus senhores, caros colegas, mais uma vez este ano o processo orçamental obrigou o nosso Parlamento a negociar aguerridamente o montante global do orçamento para 2009, bem como as prioridades que estabelecemos para permitir a realização de objectivos, tanto em termos, como é óbvio, de crescimento e emprego, no âmbito de uma economia razoável mas também num contexto de crise mundial, como em termos de política externa e das políticas incluídas na rubrica 3: "Cidadania, liberdade, justiça".

Como sempre dissemos e repetimos, evidentemente que o quadro financeiro plurianual é muito limitado e exige absolutamente uma reforma em profundidade, pois, amanhã - ainda menos do que hoje - não nos permitirá dar resposta às numerosas necessidades de uma Europa alargada a 27.

Neste contexto, o orçamento que nos é proposto pelos relatores é, no fundo, aquele que é possível, e congratulo-me com o anúncio feito esta manhã pela Senhora Comissária do acordo sobre a indispensável revisão do quadro plurianual. Saúdo a sua presença constante ao nosso lado e lamento, também eu, a ausência do Ministro do Orçamento, que foi anunciado durante alguns segundos no quadro electrónico, no início da sessão, mas que não considerou oportuno juntar-se-nos.

Congratulo-me sobretudo, em termos orçamentais, com os esforços desenvolvidos em defesa das rubricas sobre a luta contra o aquecimento global, o apoio às PME e a luta contra a dependência energética, bem como com as medidas tomadas por uma Europa mais humana, mais humanista, melhor armada para dar resposta aos desafios fundamentais das políticas migratórias.

Quero, apesar de tudo, manifestar a minha preocupação quanto às dotações afectadas ao desenvolvimento rural, e quero denunciar aqui, mais uma vez, o destino reservado a esta política de defesa dos territórios rurais.

Um grande obrigado à Senhora Comissária Jutta Haug e à sua equipa, ao senhor deputado Janusz Lewandowski e ao presidente da Comissão dos Orçamentos.

Zbigniew Krzysztof Kuźmiuk (UEN). - (PL) Senhora Presidente, gostaria de chamar a atenção para três questões neste debate.

Em tempos de agravamento da situação financeira e, por conseguinte, de crise económica na União Europeia, este orçamento é excepcionalmente curto. Autorizações que ascendem a pouco mais de 1% do rendimento nacional bruto, pagamentos que ascendem a 0,9% e, em especial, a margem de 3,2 mil milhões de euros, atestam que a maioria dos Estados-Membros não quer financiar os objectivos mais importantes da União Europeia.

Em segundo lugar, a União Europeia muito facilmente assume compromissos adicionais que não estavam previstos nas perspectivas financeiras. Recentemente foram afectados mais de mil milhões de euros para fazer face à fome no terceiro mundo, enquanto 0,5 mil milhões de euros foram prometidos para ajudar a os esforços de construção na Geórgia. Esta despesa, que se justifica plenamente, terá de ser financiada a expensas de outras actividades importantes, que a União se comprometeu a financiar muito antes.

Por último, em termos de esforços para ultrapassar a crise económica, os vários Estados-Membros, especialmente os menos ricos como a Polónia, depositaram as suas esperanças no adiantamento de verbas destinadas a projectos que utilizam os fundos estruturais. Espero no entanto que este orçamento excepcionalmente modesto nos permita, desta forma, financiar projectos que exigem um grande investimento.

Pedro Guerreiro (GUE/NGL). - Como sublinhámos em Outubro, o que deveria marcar o orçamento comunitário para 2009 eram as medidas políticas e as suas consequências orçamentais que dessem resposta efectiva à agudização da crise económica.

No entanto, o orçamento comunitário proposto para 2009, em vez de dirigir e reforçar os meios financeiros para promover a coesão económica e social e valorizar o poder de compra dos trabalhadores, reduz a um nível sem precedentes os pagamentos (menos 4.000 milhões de euros relativamente ao adoptado para o orçamento de 2008), não cumprindo sequer o perspectivado no quadro financeiro 2007-2013, já de si mais que insuficiente, sendo em termos relativos o mais baixo orçamento comunitário desde a adesão de Portugal à CEE.

A proposta de orçamento comunitário para 2009 apoia no embuste o chamado plano de relançamento da economia europeia e da dita solidariedade europeia. Na verdade, o mote é cada um por si, isto é, uma política que aumentará ainda mais as assimetrias entre os países economicamente mais desenvolvidos e os chamados países da coesão.

O que é urgente são medidas orçamentais de efectivo apoio à pequena agricultura e à agricultura familiar, às pescas, à indústria do têxtil e do vestuário, à indústria naval, às micro, pequenas e médias empresas, em defesa dos sectores produtivos de cada Estado-Membro, nomeadamente dos países da coesão, do emprego com direitos e de salários dignos para os trabalhadores.

Jeffrey Titford (IND/DEM). - (EN) Senhora Presidente, "arrogância" é o termo que nos vem à mente ao ler este extenso relatório, porque é isso mesmo que o texto transpira. No número 25, por exemplo, lamenta-se que os fundos disponíveis "não permitam à União desempenhar o papel de actor global". No mesmo número fala-se da "capacidade orçamental da União para assumir o seu papel enquanto parceiro mundial". Alguém pretendeu, alguma vez, que a UE tivesse tal papel? Porque tem ela uma ideia tão empolada da sua própria importância? No meu país, seguramente, ninguém sufragou a transformação da UE num parceiro mundial. Disseram-nos que se tratava de um mercado comum, que nos proporcionaria vinho mais barato e férias jeitosas.

Verifico também que o "actor global" pretende ter uma marca própria para utilizar em todas as acções de comunicação de massa e quer promover uma grande campanha de informação para as eleições de 2009. Onde está "informação", deve ler-se "lavagem ao cérebro", visto que a UE se apresentará, de certeza, como a maior conquista da humanidade desde a descoberta da penicilina, e não como o grotesco inimigo da democracia e da liberdade que na realidade é.

A sobredita arrogância mancha tudo quanto ela toca. Não há melhor exemplo disso do que a vergonhosa falta de respeito com que o Presidente Klaus, um Chefe de Estado, foi tratado recentemente numa reunião em Praga por membros desta Câmara. Eu afirmo aos senhores deputados que a UE não dispõe de qualquer mandato democrático para a acção de «edificação de um império» que este orçamento prevê.

Jean-Claude Martinez (NI). - (FR) Senhora Presidente, no Natal, os meninos recebem carros vermelhos para brincarem aos bombeiros e as meninas bonecas da Barbie para brincarem a tudo.

Pois bem, a Comissão Europeia e o Conselho de Ministros têm um orçamento pequenino para brincarem às finanças públicas. Então brincamos aos jantarinhos orçamentais, um bocadinho para o Galileu, um bocadinho para o Kosovo, um bocadinho para a Palestina. Há até um bocadinho para as frutas da escola.

Um tsunami financeiro e económico desaba sobre a indústria automóvel, sobre o imobiliário, sobre os serviços, e nós brincamos com um orçamento de 116 mil milhões de euros, que é o montante do orçamento espanhol para 42 milhões de habitantes, ou 45, e nós, para 400 milhões. Para já não falar do orçamento americano, de 2 biliões de euros.

Um continente vai entrar em recessão, e nós estamos a pesar os ovos de mosca orçamentais com balanças em teia de aranha. E nós continuamos a balbuciar a regra do 1% do rendimento nacional bruto e dos défices que não devem ultrapassar os 3%.

Há duas lições a retirar daqui. Em primeiro lugar, quando não podemos avaliar o preço do barril de petróleo, que passa dos 100 para os 40, enquanto Goldman Sachs o previa para 200, quando não podemos fazer previsões com alguns meses de antecedência, então como é que podemos ter um quadro financeiro plurianual para 7 anos? Cientificamente, é totalmente imbecil!

Segunda lição: toda a história orçamental mostra que os limites máximos jurídicos, a lei de Gramm-Rudman-Hollings nos Estados Unidos, a regra do 1% do rendimento nacional, tudo isso não passa de uma segunda asneira. As finanças públicas devem ser dirigidas com empirismo, não com dogmatismo. Era necessário um plano energético orçamental para alterar o clima económico. A isso se chamaria um grande empréstimo continental. Era necessário possuir a capacidade de ruptura, mas, para isso, era preciso envergadura!

Presidente. - Gostaria de recordar a todos os colegas que tenham o cuidado de não falar demasiado depressa, pois os intérpretes não conseguem acompanhar.

Reimer Böge (PPE-DE). - (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de começar por agradecer aos relatores, o senhor deputado Lewandowski e a senhora deputada Haug, assim como aos

coordenadores e colaboradores do Secretariado e do grupo. Estes últimos, em particular, tiveram por vezes de exceder o limite das suas capacidades, como é habitual todos os anos. Gostaria de agradecer também à Presidência francesa a condução de boas e justas negociações. Sei perfeitamente que a Presidência estaria preparada para ir um pouco mais longe, se a maioria no Conselho o tivesse permitido. Queria salientar também que a Comissão se empenhou de forma extremamente construtiva nas negociações. Senhora Comissária – se me é permitido dizê-lo abertamente aqui –, atendendo a que conseguimos alcançar uma boa relação de trabalho, não teria nada a opor à sua recandidatura no próximo ano.

Senhoras e Senhores Deputados, o orçamento de 2009 está dividido em três fases. A primeira fase vai ser votada amanhã. Financiamos as necessidades de base da UE com 133,7 mil milhões de euros em autorizações e 116 mil milhões de euros em pagamentos, e conseguimos pôr em marcha a "Facilidade Alimentar" por via de uma operação de emergência: alterando o Acordo Interinstitucional, utilizando o instrumento de flexibilidade e procedendo a uma reafecção na rubrica 4. É bom que isto esteja em marcha, mas deve também ficar claro que uma revisão dos instrumentos de desenvolvimento existentes tanto na secção do orçamento relativa à cooperação para o desenvolvimento como no Fundo Europeu de Desenvolvimento também faz parte do pacote se quisermos obter um melhor solução e melhores perspectivas a longo prazo, inclusive para a segurança do aprovisionamento alimentar nos países em desenvolvimento. Também fica clara a importância vital e a urgência de uma revisão fundamental, nomeadamente, da rubrica 4 – "A UE como parceiro global".

A parte 2 terá de ser discutida quando o benefício pecuniário da declaração aprovada produzir efeito, ou seja, a aceleração e simplificação das regras existentes no domínio dos Fundos Estruturais e da implementação do desenvolvimento rural. Se todos fizermos os nossos trabalhos de casa nesta matéria no primeiro trimestre, isto deverá e terá como consequência a elaboração de orçamentos suplementares com pagamentos mais elevados para os Fundos Estruturais e os fundos agrícolas, o que também apoiará o desenvolvimento económico. Se não conseguirmos exceder 120 mil milhões de euros em pagamentos durante o ano, terá de haver consequências administrativas e políticas. Qualquer outra coisa seria indefensável.

O terceiro ponto diz respeito ao pacote relativo à recuperação económica. Os números do orçamento europeu que estamos aqui a discutir tendem, naturalmente, a estar a jusante, razão por que gostaria de dizer duas coisas a este respeito. A primeira é que considero correcto e importante que o Banco Europeu de Investimento seja envolvido, mas não deve haver um novo orçamento sombra fora do orçamento europeu a longo prazo – isso é inaceitável. A segunda é que estamos dispostos a garantir a revisão proposta com base nos projectos certos e nos procedimentos necessários, inclusive em articulação com as prioridades respeitantes à ligação de redes de energia em prol da solidariedade inscrita no Tratado de Lisboa em matéria de política energética, e pondo em marcha a conectividade por banda larga nas zonas rurais desfavorecidas – como complemento de todas as outras medidas necessárias já inscritas na agenda.

Costas Botopoulos (PSE). - (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, caros colegas, antes de mais, gostaria de dizer que a ausência do representante do Governo francês, hoje, aqui, mostra outra faceta de uma Presidência por outro lado felicitada calorosamente pelos seus êxitos políticos. Esta outra faceta da Presidência, que não joga o jogo colectivo, contrasta assim com a reacção da nossa comissão e da relatora, a senhora deputada Haug, que, pelo contrário, jogou muito colectivamente o jogo orçamental.

(EL) Senhoras e Senhores Deputados, na minha opinião, o orçamento que hoje estamos a debater e que será amanhã submetido a votação inclui um aspecto que poderemos considerar de êxito e três grandes problemas. O sucesso consiste, obviamente, no facto de termos conseguido, ainda que no último minuto, incluir no orçamento a ajuda alimentar, inclusão essa muito necessária e que mostra que a Europa compreende os problemas da actualidade.

Persistem, contudo, três problemas de monta:

Primeiro, este orçamento, numa altura de crise económica, - que, aliás, recorro a este Parlamento, não começou em Setembro de 2008 como afirmaram muitos oradores pois já há um ano avistámos os primeiros sinais - não responde, de modo algum, a estas difíceis circunstâncias, está absolutamente alheado da realidade. Dispomos de muito poucas autorizações e não sabemos se as autorizações existentes virão a ser executadas. O segundo problema, referido por diversos oradores, prende-se com os Fundos Estruturais. É inacreditável que tanto dinheiro atribuído pelo orçamento do exercício anterior aos Fundos Estruturais tenha sido devolvido e que nada se faça para garantir uma solução, pelo menos para o próximo exercício. Todo o sistema carece de revisão. Terceiro problema: as dúvidas que subsistem relativamente ao auxílio económico, os famosos 200 mil milhões, 30 dos quais por conta do orçamento comunitário. Infelizmente, mais uma vez, nada nos

mostra que esse dinheiro venha a ser obtido, e a verdade é que temos de o obter, porque é uma necessidade imperativa.

Jan Mulder (ALDE). - (NL) Senhora Presidente, associo-me aos agradecimentos endereçados a todos aqueles que contribuíram para o processo orçamental deste ano. Conseguimos, de novo, preparar um orçamento para 2009. O ritual foi o habitual: o Conselho reuniu durante um dia.

Em relação a esta questão, apercebo-me da importância que alguns grupos atribuem a um certo nível das dotações para pagamentos. Não consigo perceber a importância entre 0,88, 0,92 ou até mesmo 0,9. O que é importante é que seja um nível adequado. Prevê-se que o Produto Interno Bruto venha a descer no próximo ano e, nesse caso, esse nível será superior aos 0,9 agora acordados. Esta situação é satisfatória, na opinião dos vários grupos parlamentares? Não entendo. Os níveis das dotações para pagamentos devem, pois, ser adequados, nem superiores nem inferiores. No pior dos casos, poderia preparar-se um orçamento rectificativo mais tarde este ano.

Gostaria de chamar a atenção para um projecto-piloto, no âmbito do qual está a ser desenvolvido um estudo sobre a justificação das dotações suplementares depois de 2013. Insto a Comissão a tomar boa nota disto, porque, se dermos início aos debates sobre esta questão no próximo ano, é importante, em meu entender, sabermos porque afectamos estas verbas adicionais. Representam pagamentos efectivos por serviços prestados, sim ou não?

PRESIDÊNCIA: SIWIEC

Vice-presidente

Seán Ó Neachtain (UEN). - (GA) Senhor Presidente, saúdo as recomendações feitas no projecto de orçamento da União Europeia para o próximo exercício. Apoio especialmente a recomendação incluída no projecto de orçamento relativa ao Processo de Paz na Irlanda do Norte. É dispensado apoio financeiro ao programa PEACE III e ao Fundo Internacional para a Irlanda.

Estou também contente por o orçamento prestar apoio financeiro ao processo de paz na região dos Balcãs e na Palestina. A União Europeia irá também contribuir para a reconstrução da Geórgia, mostrando que é o maior processo de paz no mundo. Presta também apoio financeiro aos países pobres e estamos a tentar manter esse hábito. A União Europeia tem de estar na frente de forma a implementar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015.

Søren Bo Søndergaard (GUE/NGL). - (DA) Senhor Presidente, uma das tarefas mais elementares do Parlamento é a fiscalização das finanças, o que, naturalmente, exige que o Parlamento disponha da oportunidade de inspecionar as várias rubricas do orçamento. É, por conseguinte, totalmente inadmissível que o Conselho mantenha uma posição fechada relativamente ao Parlamento. Ouvimos, hoje, como a Presidência francesa não conseguiu dar resposta a qualquer das abordagens feitas pelos relatores do Parlamento responsáveis pelo orçamento de 2009, e eu, na minha qualidade de relator da Comissão do Controlo Orçamental relativamente à concessão de quitação ao Conselho para 2007, posso acrescentar que o Conselho se tem mostrado igualmente renitente em dar resposta às minhas abordagens. Consequentemente, o Conselho mantém-se fechado não só relativamente ao futuro como também relativamente ao passado. Não se trata unicamente de um problema com a Presidência francesa, trata-se de um problema com o Conselho em geral. O argumento que apresentam é uma referência a um denominado "acordo de cavalheiros" entre o Conselho e o Parlamento que remonta a 1970. Perdão? 1970? Isso era quando a União Europeia se chamava Comunidade Europeia. Nessa altura a Comunidade Europeia era composta por um punhado de países e o Parlamento não era eleito mas sim nomeado. Este "acordo de cavalheiros" pertence, por conseguinte, ao passado e não tem qualquer valor hoje em dia. Na nossa qualidade de Parlamento Europeu devemos exigir abertura e pleno acesso à informação e cooperação por parte do Conselho.

Patrick Louis (IND/DEM). - (FR) Senhor Presidente, caros colegas, pelo 14.º ano consecutivo, o Tribunal de Contas europeu recusou-se a certificar o orçamento da União Europeia.

Embora os procedimentos contabilísticos da Comissão tenham sido saudados pelo Tribunal - o que é o mínimo -, podemos verificar que só 8% das contas da União Europeia se encontram devidamente certificadas. Todos sabemos que, a este ritmo, nenhuma empresa privada poderia subsistir a tal crítica. Significa que 92% do orçamento europeu, ou seja, mais de 100 mil milhões de euros, continuam manchados por um nível demasiado elevado de desigualdades e irregularidades.

Acabo de citar palavras do relatório. Irregularidades estas que se juntam a múltiplas irresponsabilidades. Quando pensamos, por exemplo, que uma agência de comunicação prevê um orçamento de 15,4 milhões de euros para enviar uma urna para o espaço com o slogan "Podemos votar em todo o lado", os povos podem pensar, legitimamente, que estão a brincar com eles.

No contexto actual, em que os lares e os Estados têm de apertar o cinto, neste momento em que a França é contribuinte líquido de 7 mil milhões de euros, há que deixar de tomar os contribuintes franceses e europeus por Pais Natais da União Europeia, pois em Junho tornar-se-ão papões.

Andreas Mölzer (NI). – (DE) Senhor Presidente, ao repetir constantemente o dogma da auto-regulação do mercado, a UE não só não estabeleceu limites claros, não definiu regras e não efectuou um controlo, como também não conseguiu, de forma continuada, emancipar-se dos mercados financeiros dos Estados Unidos. Com isso, negligenciou o seu dever de proteger os Europeus das consequências negativas da globalização.

Durante anos, foi-nos dito que não havia dinheiro para os domínios social e da saúde e, todavia, milhões e milhões de euros foram desperdiçados em projectos de prestígio como, por exemplo, a Agência dos Direitos Fundamentais da UE, cujo orçamento quase quadruplicou, não obstante as críticas maciças do Tribunal de Contas. Agora, numa altura em que os cidadãos se sentem uma vez mais abandonados pela UE face à ameaça do desemprego em massa, Bruxelas equipa-se com um novo pacote de recuperação económica no montante de 200 mil milhões de euros que, em minha opinião, é uma farsa.

Feitas as contas, o montante dos recursos mobilizados será, provavelmente, menos importante do que a adequação das medidas efectivamente adoptadas.

Ville Itälä (PPE-DE). – (FI) Senhor Presidente, quero agradecer aos relatores, a senhora deputada Haug e o senhor deputado Lewandowski, bem como aos coordenadores, pelo seu trabalho excelente e muito responsável. Gostaria ainda de agradecer ao senhor deputado Böge, enquanto presidente, cujo contributo enérgico foi importante para garantir que alcançássemos um resultado tão positivo.

Vivemos tempos únicos. Está à porta uma crise económica e temos de pensar no modo como o Parlamento Europeu pode enviar o tipo certo de sinal ao público. Quero agradecer ao relator, o senhor deputado Lewandowski, por não utilizar a totalidade do aumento de 20%. É um indicador do facto de que reconhecemos a nossa responsabilidade para com o contribuinte. Quando pensamos que o próximo ano será ano de eleições e que haverá um novo Estatuto do Deputado, vemos que foi uma tarefa muito difícil e que o resultado final é excelente.

Gostaria de levantar só uma questão relativamente ao relatório da senhora deputada Haug, que diz respeito à nova rubrica orçamental, relativa à Estratégia para o Mar Báltico. Tem havido alguma discussão sobre isto, e estou contente por ter sido tomada uma decisão sobre o assunto, pois representa uma oportunidade: é um grande passo para melhorar o estado do Mar Báltico.

Enquanto a Comissão prepara a sua Estratégia para o Mar Báltico para o próximo ano, é importante que haja também uma rubrica correspondente no orçamento. Uma estratégia não quer dizer nada se só existir no papel, por isso precisamos também de criar conteúdo para a Estratégia, e, depois de a Comissão completar o seu trabalho, será obviamente mais fácil para nós criar conteúdo para a rubrica orçamental correspondente.

Como também sabemos que a Suécia, que será a próxima Presidência, está a fazer da Estratégia para o Mar Báltico a sua prioridade, esta é precisamente a altura certa para a incluir no orçamento. É por isso que quero agradecer a todos pela atenção que deram a esta questão e a uma das prioridades do próximo exercício.

Vicente Miguel Garcés Ramón (PSE). – (ES) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, chegámos ao fim do difícil e complexo processo orçamental. Amanhã vamos votar, e creio que os resultados serão favoráveis.

O mundo está atravessar uma crise grave, com o seu epicentro no sistema financeiro, que já contaminou a economia real. Isto requer, por conseguinte, mudanças políticas para reorientar o nosso modelo económico, travar a desintegração da estrutura produtiva e evitar o aumento dos efeitos sociais e climáticos adversos que agora se registam.

Temos de assumir a nossa quota-parte de responsabilidade e de assegurar que o orçamento para 2009 seja um bom instrumento que nos ajude a sair da crise e a prosseguir o caminho da construção de uma Europa dos cidadãos, uma Europa social e uma Europa de direitos consentânea com a nossa história. Queremos uma Europa inclusiva, e citaria aqui como exemplo a inclusão no orçamento do projecto-piloto destinado

a facilitar a integração do povo romanichel. Queremos uma Europa solidária, tanto a nível interno como face ao exterior, começando pelos seus vizinhos meridionais e orientais.

Gostaria de mencionar a dimensão orçamental do Processo de Barcelona, hoje denominado União para o Mediterrâneo, no qual tantas esperanças temos depositado. Queremos uma Europa que seja capaz de continuar a alimentar a sua população e de lutar contra o flagelo da fome e da exclusão social em todo o mundo. Tudo isto com o objectivo de encorajar o desenvolvimento sustentável e pacífico dos povos do mundo.

Senhoras e Senhores Deputados, se o aprovarem amanhã, a vida efectiva do orçamento da União para 2009 irá começar. Depois disso, ele terá de ser devidamente utilizado, executado e, se necessário, revisto. Estaremos bem atentos.

Aproveito esta oportunidade para desejar a todos as maiores felicidades para o próximo ano.

Daniel Dăianu (ALDE). - (EN) Senhor Presidente, o orçamento da UE está a ser debatido num momento de ansiedade crescente da crise económica que está a submergir os Estados-Membros. Esta crise força a Comissão, o Conselho e o Parlamento Europeu a equacionar modos de utilizar os recursos orçamentais da UE para combater a recessão económica.

Nesta nova conjuntura, é essencial acelerar consideravelmente o processamento dos financiamentos dos Fundos estruturais nos novos Estados-Membros, e a intenção da Comissão a esse respeito é muitíssimo bem-vinda. Tal intenção tem, contudo, de se materializar em acções concretas, e o orçamento comunitário tem de precaver a eventualidade de vir a ser necessário reforçar as dotações para pagamento, como correctamente se assinala no relatório. Diga-se de passagem que isto entronca precisamente na questão da simplificação dos procedimentos.

Nos novos Estados-Membros que não integram a zona euro, a margem para criar estímulos orçamentais com base nos recursos próprios é muito exígua devido à crise financeira, e é de esperar que o panorama de contracção do crédito que se instalou nos mercados internacionais se mantenha ao longo de 2009. Assim, há uma necessidade aguda de fundos e outras modalidades de assistência da UE no quadro do que eu designaria por «reforço do crédito», para combater o grave abrandamento da actividade económica que é expectável.

Os países doadores poderão regozijar-se com uma redução do nível dos pagamentos dos Fundos estruturais da UE, a pensar no seu reencaminhamento para outros fins, mas não nos iludamos: se os novos Estados-Membros forem mais atingidos por esta crise do que se justifica pelas suas debilidades intrínsecas, isso terá efeitos nocivos sobre a União no seu conjunto.

Zdzisław Zbigniew Podkański (UEN). - (PL) Senhor Presidente, o debate de hoje sobre o orçamento é mais significativo do que tem sido no passado. Muito depende do orçamento da União, da sua dimensão e da forma como é distribuído, em especial nestes tempos de grave crise económica e tendo em conta a iminente crise alimentar.

Para além da segurança económica, alimentar e energética, também temos de nos concentrar no desenvolvimento de regiões menos prósperas, tais como a zona oriental da União Europeia. Cumpre-nos também melhorar a forma como gerimos os nossos recursos, incluindo a gestão dos fundos de reconversão. O orçamento está claramente aquém do financiamento desejável no que respeita à cultura, educação, ciência e luta contra a pobreza. Esta situação fica a dever-se aos recursos limitados previstos no orçamento e prova que 1% do PIB não é suficiente para responder adequadamente às tarefas que temos em mãos.

O orçamento proposto é extenso, pormenorizado e, consequentemente, não muito claro. Já é tempo de pensarmos sobre o assunto e, de futuro, adoptarmos um formato diferente.

Kyriacos Triantaphyllides (GUE/NGL). - (EL) Senhor Presidente, o projecto de orçamento para 2009 prova que as conservadoras prioridades políticas estabelecidas pelo Parlamento Europeu não vão ao encontro das necessidades dos europeus. Num momento de grave crise económica, e com o desemprego a crescer, os pagamentos não correspondem sequer a 50% das autorizações para os fundos da União Europeia. Não só o sector do desenvolvimento não está a ser utilizado como ferramenta para resolver os problemas mas, em alguns casos, os fundos funcionam em condições de pré-crise. Em contrapartida, no sector da segurança, nomeadamente para a FRONTEX, cujas acções, segundo estudos independentes, violam os direitos e liberdades individuais convencionais, não se verificaram cortes no orçamento. Na investigação existem subsídios para a investigação espacial cujo objectivo é a vigilância global, enquanto a esmagadora maioria dos subsídios destinados a acções relativas a integração social, exclusão social e jovens foram reduzidos. Na agricultura, o orçamento para 2009 segue o quadro financeiro acordado, que se caracteriza por reduções na despesa.

Quanto ao desenvolvimento agrícola, os pagamentos para 2009 serão equivalentes ou inferiores aos compromissos assumidos em 2007, numa altura em que as explorações de pequena e média dimensão estão a decrescer. Este facto contraria o próprio título do orçamento, que fala de conservar os recursos naturais.

Hans-Peter Martin (NI). – (DE) Senhor Presidente, este orçamento deve entristecer os Europeus interessados e irá, espero, causar a sua indignação quando das eleições europeias no próximo mês de Junho, pois é mais uma expressão do simples fracasso de uma União que, infelizmente, se encontra num estado de paralisia para transmitir a mensagem: sim, nós compreendemos!

Ter compreendido teria significado pegar finalmente em cada um dos grandes blocos, submetendo-os a uma análise séria – há consultores e institutos de investigação económica para o efeito – e revendo-os em função dos objectivos estabelecidos. Isso teria levado à conclusão de que um terço, possivelmente até metade, dos 114 ou 116 mil milhões de euros poderia agora, sem qualquer problema, ser utilmente aplicado nesta grande crise. Em vez disso, os recursos continuam a ser desperdiçados e gastos nos domínios errados e, sobretudo, para engordar uma inacreditável casta burocrática e política. O que é trágico para a Europa.

Simon Busuttil (PPE-DE). – (MT) Gostaria, para começar, de felicitar os relatores pelo seu excelente trabalho. Queria falar especificamente do orçamento para a justiça e os assuntos internos, e nomeadamente para a imigração e, aqui, centrar-me-ia em dois pontos: primeiro, aumentámos o nosso orçamento para a Agência FRONTEX pelo terceiro ano consecutivo o que é, a meu ver, positivo. Aumentámo-lo, não por estarmos satisfeitos com o trabalho até agora realizado pela FRONTEX mas, pelo contrário, porque não nos parece muito eficaz. Queremos que essa agência faça mais e seja mais eficiente. Consequentemente, atribuímos-lhe fundos suficientes, por exemplo, para garantir que as missões marítimas da FRONTEX serão levadas a cabo com carácter permanente. Em segundo lugar, atribuímos 5 000 000 euros suplementares ao Fundo Europeu dos Refugiados com o objectivo de lançar um programa europeu de reafecção interna entre os países da União Europeia, de modo a que as pessoas que chegam a países que já arcam com um ónus pesado e desproporcionado possam ser transferidas para outro país da União Europeia. Estou a referir-me ao programa de reinstalação ou reafecção. Esse fundo irá permitir-nos pôr em acção, pela primeira vez, esse programa, que espero comece agora a funcionar, visto ser necessário ajudar os países com um fardo desproporcionado. Acredito, portanto, que agora que investimos dinheiro nessas duas áreas no orçamento para o próximo ano poderemos, finalmente, progredir.

Brigitte Douay (PSE). – (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, antes de mais, gostaria de dizer um grande obrigado aos nossos relatores, que conseguiram, em condições difíceis, construir este orçamento para 2009, o último antes do encontro democrático de Junho.

Ao receber 36% deste orçamento, a política de coesão representa uma das principais políticas comunitárias, uma verdadeira ferramenta de solidariedade e equidade económica e social que temos de reforçar, tornar mais eficaz e dar melhor a conhecer. Com efeito, trata-se da expressão tangível da solidariedade no espaço europeu, a que é mais visível no terreno, a mais próxima dos territórios e dos cidadãos, onde eles vivem e onde a União Europeia pode falar directamente com cada um deles. A senhora deputada Catherine Guy-Quint colocou a tónica, há pouco, nas dificuldades relativas à utilização dos orçamentos anuais, nomeadamente os dos Fundos Estruturais.

Em matéria de coesão, todos os actores reconhecem a dificuldade de pôr em prática os fundos europeus no terreno: a elaboração dos dossiês é complexa e longa, o que pode provocar erros prejudiciais para os beneficiários, para a imagem da União Europeia e mesmo para o futuro desta política. A simplificação dos procedimentos, uma melhor informação, uma melhor formação dos actores nacionais e locais envolvidos relativamente a esta nova política de coesão, uma partilha das experiências e boas práticas, poderiam favorecer, seguramente, uma melhor utilização dessas dotações. Pois, neste período de crise e de eurocepticismo crescente, um bom funcionamento da política de coesão e uma boa utilização dos fundos europeus podem permitir recuperar a confiança e aumentar o empenho dos cidadãos europeus, se tiverem a sensação de que são actores deste projecto, e desde que saibamos tornar mais visível e explicar melhor as vantagens desta política onde ela é posta em prática. Eis a responsabilidade de todas as instituições da União Europeia, na melhor parceria possível.

István Szent-Iványi (ALDE). – (HU) Senhor Presidente, durante anos, um problema grave e recorrente com o nosso orçamento tem sido a margem importante entre os fundos concedidos e os pagamentos feitos na prática. Esta diferença cresceu, neste exercício, para um nível inaceitável, pondo assim em perigo a credibilidade e o significado de todo o processo orçamental. Em 2009, num tempo de crise económica e financeira, não podemos, simplesmente, permitir que isto aconteça. É da responsabilidade conjunta da

Comissão e dos Estados-Membros acelerar e simplificar os pagamentos e assim devolver ao orçamento da União Europeia a sua credibilidade.

Em segundo lugar, agradeço aos meus colegas deputados por terem apoiado as numerosas recomendações importantes que fiz relativamente ao pacote orçamental. Este pacote continha cinco prioridades principais: uma protecção ambiental de ponta (incluindo um aumento de 10% para o programa LIFE), um desenvolvimento empresarial inovador, a luta contra a corrupção, uma política social progressista e uma expansão importante do maior programa de intercâmbio de estudantes do mundo, o Erasmus Mundus. Muito obrigado pelo vosso apoio, pois considero que são assuntos importantes.

Por fim, todos os anos, vejo-me obrigado a chamar a atenção para o facto de que o financiamento dos nossos objectivos de política externa é inadequado. No orçamento do próximo exercício, isto é ainda mais óbvio. Foi apenas graças a uma contabilidade criativa que conseguimos garantir uma fonte de fundos para os objectivos mais importantes. Há apenas um aspecto reconfortante em relação a esta situação infeliz: uma avaliação intercalar correcta e abrangente. Se não fizermos isto, será difícil levar a sério a ambição da União Europeia de ser um actor global.

Paul Rübzig (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o orçamento europeu começa com um zero; 0,89% do rendimento nacional bruto será gasto sob a forma de pagamentos no próximo ano – 116 mil milhões de euros. Os orçamentos nacionais têm, geralmente, dois dígitos antes do ponto decimal. Creio que, nos últimos anos, mostrámos que se pode conseguir muito com uma utilização extremamente económica do dinheiro dos contribuintes.

No entanto, estamos actualmente a viver uma crise orçamental e não creio que os 5 mil milhões de euros propostos pela Comissão sejam suficientes para produzir o impulso necessário. Creio portanto que, em conjunto com o Conselho, devemos fazer um esforço para nos abster-nos de passar dinheiro para cá e para lá e de, neste momento, retransferirmos fundos para os Estados-Membros. Este Parlamento deve aprovar unanimemente um pacote que abranja as redes transeuropeias, a investigação e o desenvolvimento, o Instituto Europeu de Tecnologia, o programa Eureka, o programa Erasmus e a educação. Devemos congregá-los para elaborar, de forma rápida e eficiente, um pacote que realmente chegue às nossas pequenas e médias empresas.

De facto, é também por este motivo que o Parlamento insiste na introdução de uma rubrica orçamental específica para o "Small Business Act" e, em particular, uma rubrica orçamental para as alterações climáticas. No domínio da eficiência energética, nomeadamente, pode ser iniciado imediatamente um programa intensivo que nos permita lançar uma grande ofensiva contra o iminente desemprego extremo que nos espera no próximo ano e, desse modo, preservar o emprego.

Afinal de contas, temos dois terços dos nossos trabalhadores em pequenas e médias empresas – que geram 50% do nosso produto interno bruto – e milhões de novos postos de trabalho poderiam ser criados nestas empresas no âmbito desta acção relativa à eficiência energética.

Vladimír Maňka (PSE). – (SK) Gostaria de agradecer à senhora deputada Jutta Haug, ao senhor deputado Lewandowski e ao coordenador pelo seu excelente trabalho. Eles também estão com certeza cientes de que haverá alterações no exercício orçamental de 2009 e que teremos de reagir de forma flexível à evolução da crise financeira.

Será extremamente importante que, na área da política de coesão, mostremos flexibilidade na forma de assegurar os recursos necessários. Temos de estar prontos para providenciar pagamentos adicionais dos recursos orçamentais atempadamente, em especial no caso de uma implementação acelerada das políticas estruturais.

A política de coesão cria potencial para que as economias nacionais dos novos Estados-Membros com níveis relativamente baixos de desenvolvimento económico ganhem terreno mais rapidamente em relação aos Estados desenvolvidos. Hoje, especialmente, neste período actual de crise financeira, é importante que utilizemos este instrumento de forma eficaz. Os analistas em alguns Estados-Membros calcularam o impacto negativo dos atrasos de pagamentos no emprego, na produtividade laboral e no crescimento económico nestas regiões. Se tivéssemos conseguido utilizar os recursos financeiros ao ritmo previsto no quadro financeiro plurianual, os novos Estados-Membros teriam níveis de produtividade laboral superiores em 2% em relação aos níveis actuais, o seu crescimento económico seria 2% superior e os níveis de emprego, 1% superiores. Nesta perspectiva, deveríamos considerar o apoio à coesão um factor-chave no estímulo para os indicadores macroeconómicos decisivos na UE.

Os diferentes níveis de burocracia nos diversos Estados-Membros têm um impacto negativo na utilização dos recursos financeiros. Por isso, é essencial nós, na UE, reduzirmos a burocracia a nível transfronteiriço na utilização dos fundos europeus.

Senhoras e Senhores Deputados, os senhores desejam, certamente, que possamos enfrentar o problema global de hoje partindo do princípio da solidariedade e no quadro de toda a Comunidade. Por isso, temos de garantir a disponibilidade dos recursos necessários no futuro para a política de coesão.

Jean Marie Beaupuy (ALDE). - (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, muitos dos meus colegas acabam de recordar, ainda agora, a insuficiente execução dos orçamentos, nomeadamente a nível dos Fundos Estruturais. Assim, temos imperativamente de corrigir a situação, pondo em prática acções pertinentes e concretas. Assim, congratulo-me por ver inscrito neste orçamento um montante de 2 milhões de euros destinado ao projecto-piloto do Erasmus dos eleitos locais e regionais, projecto que eu, pessoalmente, propus há alguns meses atrás.

Com efeito, esta inscrição orçamental dá seguimento às propostas concretas do meu relatório sobre a governança, adoptado no passado mês de Outubro por larga maioria da nossa Assembleia.

De facto, para pôr em prática, com eficácia, as nossas políticas de desenvolvimento regionais, não basta votar regulamentos e orçamentos, é essencial que os eleitos portadores dos projectos locais e regionais possam tornar-se verdadeiras locomotivas dos objectivos de Lisboa e Gotemburgo, graças ao seu saber-fazer. Com este Erasmus dos eleitos locais e regionais, poderemos, simultaneamente, reforçar as relações humanas e, sobretudo, proporcionar os meios para uma utilização mais rápida e eficaz dos Fundos Estruturais.

Inúmeras associações de eleitos já me transmitiram o seu entusiasmo com este Erasmus dos eleitos locais. Assim, com o apoio da DG REGIO, vamos poder lançar este novo dispositivo e, consequentemente, aplicar a fórmula. *"Think global, act local"*.

Valdis Dombrovskis (PPE-DE). - (LV) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, no que diz respeito ao projecto de orçamento da União Europeia para 2009, gostaria de frisar que o mais importante não é aquilo que se fez mas o que falta ainda fazer. O projecto de orçamento para 2009 já previu um montante de dotações para pagamento com uma redução de 3% em relação ao deste ano; acresce que a Comissão Europeia apresentou uma proposta no sentido de reduzir ainda mais o total de dotações para pagamento – 3,5 mil milhões de euros este ano e 1,1 mil milhões no próximo ano. Duvido que essa redução no montante dos pagamentos do orçamento da UE constitua a melhor resposta para a crise financeira e económica. As medidas previstas no plano de relançamento da economia europeia, como o ajustamento dos Fundos Estruturais e de Coesão, a simplificação dos procedimentos relativos ao Fundo de Desenvolvimento Rural e a agilização do acesso aos montantes a receber, o pagamento dos adiantamentos por conta do fundo da UE e o aumento da parte de co-financiamento da União não estão ainda reflectidos no total de dotações para pagamento estabelecido no orçamento da União Europeia para 2009. A verdade, porém, é que a possibilidade de encarmos o orçamento para o próximo ano como uma resposta adequada da União Europeia à crise económica e financeira vai depender justamente dessas medidas e de se saber até que ponto irão verdadeiramente aumentar os montantes dos pagamentos. Espero que as instituições da UE dêem provas de capacidade para reagir rapidamente às mudanças e não se deixem atolar na burocracia habitual. Em princípio, podemos saudar a proposta da Comissão Europeia de atribuir 5 mil milhões de euros suplementares para reforçar a competitividade da União Europeia. No entanto, é difícil de entender a fonte de financiamento, a saber, recursos provenientes da Política Agrícola Comum. Se sobram 5 mil milhões de euros da Política Agrícola Comum da União Europeia, por que motivo a Comissão nada faz para assegurar uma concorrência leal no mercado agrícola interno e para esbater, pelo menos parcialmente, as desigualdades entre os níveis de pagamentos directos feitos aos agricultores dos diversos Estados-Membros? Muito obrigado pela atenção.

Marusya Ivanova Lyubcheva (PSE). – (BG) Senhor Presidente, Senhor Comissário, devo, antes de mais, felicitar os relatores e os coordenadores e salientar os esforços excepcionais que envidaram na gestão do processo de adopção do orçamento a um altíssimo nível.

Foi feita uma tentativa muito séria de atingir os níveis máximos de dotações de autorização e de pagamento, mantendo simultaneamente esses níveis próximo do limite máximo autorizado pelo quadro financeiro plurianual. O que não falta, evidentemente, são desafios. Poderíamos encarar este orçamento como uma resposta inicial da União Europeia à crise económica e financeira internacional. É isso que torna as coisas tão difíceis.

É perfeitamente natural que encaremos o orçamento do ponto de vista das nossas prioridades chave relativamente à implementação da política da União Europeia. Infelizmente, no caso da prioridade 1.B, relativa ao desenvolvimento sustentável, à coesão para apoiar o crescimento e o emprego, não disporemos de recursos suficientes para concretizar os grandes projectos, de elevada prioridade, dos Estados-Membros. O papel do Fundo de Coesão consiste especificamente em permitir aos Estados-Membros com maior debilidade económica receber o necessário apoio no sentido de os ajudar a resolver os seus problemas infra-estruturais, reforçar a sua competitividade e atingir um elevado nível de desenvolvimento regional

É o fundo que ajuda a elevar os níveis de vida, sobretudo nos novos Estados-Membros. Se não forem concedidos fundos a estes países, os mesmos registarão um progresso significativamente mais lento, especialmente numa época de crise. É por essa razão que teço algumas críticas à incapacidade do orçamento de ajudar nesta matéria. Importa também o modo como o orçamento é executado. Torna-se necessário acelerar o debate inicial sobre a simplificação dos procedimentos com o objectivo de conseguir uma maior viabilidade e minimizar os riscos de práticas negligentes e abusos. Torna-se igualmente necessário conseguir reduzir o fosso existente e aumentar o nível das dotações para pagamentos.

A proposta de revisão do Quadro Financeiro Plurianual poderá ser útil na medida em que proporciona a atribuição de recursos adicionais orientados para o crescimento no período de 2009 a 2010. O fim pretendido associado à concretização dos objectivos de produção de energia com baixo teor de carbono será benéfico mas não se afigura crucial. É preciso demonstrar muito maior flexibilidade.

Gostaria de concluir dizendo que deveríamos aprovar o orçamento, embora com medidas preventivas destinadas a fazer face à crise económica e financeira. É importante e necessário que se chegue a um acordo, embora isso possa ser difícil. Temos de dar o nosso apoio.

Kyösti Virrankoski (ALDE). - (FI) Senhor Presidente, queria, primeiramente, agradecer aos relatores, a senhora deputada Haug e o senhor deputado Lewandowski, pelo seu excelente trabalho. Gostaria ainda de agradecer à Senhora Comissária Grybauskaitė e ao seu assistente mais próximo, o senhor Romero, pela excelente cooperação que mostraram ao longo do ano, bem como à Presidência, pela sua participação construtiva na elaboração do orçamento.

Queria apenas focar uma questão, que é a dos Fundos Estruturais. Este ano, devolvemos fundos aos Estados-Membros, de uma forma ou outra, como dotações não utilizadas. No Orçamento Rectificativo n.º 2, reprogramámos 2 800 milhões de euros, e, no Orçamento Rectificativo n.º 9, devolvemos 4 500 milhões de euros de dotações de pagamento não utilizadas.

Dado este contexto, é espantoso que a Comissão esteja a propor um pacote de recuperação de 5 mil milhões de euros, quando ainda nem gastou os fundos orçamentados para política estrutural. A razão é o sistema de controlo e monitorização, que é extremamente complexo. Em muitos países, ainda nem está aprovado.

O Parlamento Europeu propôs em sede de conciliação na resolução que reconheceria a necessidade de simplificação e a existência de limitações estruturais. A Comissão e o Conselho não concordaram com esta resolução. O Conselho Europeu, no entanto, acaba de propor adoptar virtualmente a mesmíssima posição e, de facto, há que enfatizar a muito real necessidade de simplificação e de maior eficiência.

Margaritis Schinas (PPE-DE). - (EL) Senhor Presidente, o presente orçamento é o último da actual legislatura e o primeiro que aprovaremos desde que a crise financeira nos atingiu. Assume, portanto, um significado especial, já que os cidadãos europeus o analisarão criteriosamente.

Para mim, de um ponto de vista pessoal, este orçamento é algo amargo, já que inclui aspectos que podem ser considerados um êxito mas abrange também alguns pontos mais obscuros. Entre os êxitos incluo, obviamente, o facto de termos conseguido, ainda que marginalmente, aumentar os pagamentos relativamente à proposta do Conselho; termos obtido recursos reforçados para a competitividade, o ambiente e a segurança; o facto de, pela primeira vez, dispormos de uma posição própria relativamente à imigração ilegal e às fronteiras do Sul da União Europeia, onde países como o meu todos os anos recebem milhares de pessoas desesperadas, que procuram entrar na Europa por essas fronteiras. Justifica-se, portanto, a nossa satisfação.

Queria, no entanto, expressar o meu desapontamento por este primeiro orçamento de crise não conseguir enviar a mensagem de que a Europa está disposta e tem capacidade para mais. De um total de 200 mil milhões de euros, estamos ainda a discutir como despende 5 mil milhões, que alguns Estados-Membros preferiam que lhes fossem restituídos em lugar de os destinar à competitividade. Estamos perante uma oportunidade perdida! Na minha opinião, teria sido possível, para este ano, fazer melhor. Não perdi ainda a esperança de

que, no Conselho, os "suspeitos do costume", que gostariam que os excedentes fossem restituídos aos ministérios nacionais, façam um esforço suplementar para que, pelo menos no próximo ano, a abordagem seja mais ambiciosa.

Emanuel Jardim Fernandes (PSE). - Senhor Presidente, agradeço à relatora Jutta Haug o seu excelente trabalho e aos vários colegas os seus contributos. Referir-me-ei ao sector das pescas e aos seus aspectos positivos e negativos.

As dotações globais atribuídas inscrevem-se numa linha de continuidade face ao exercício precedente, o que é já um aspecto negativo, pois os orçamentos anteriores já representavam o mínimo necessário para aplicar uma política comum de pescas e uma política marítima com os recursos necessários. Negativa é também a redução das dotações para pagamentos e a insuficiente resposta às necessidades e especificidades das regiões ultraperiféricas.

O acréscimo da pressão económica externa proveniente da actual crise financeira e das variações substanciais nos preços dos combustíveis agrava as pressões já existentes, decorrentes da subcapacidade das frotas e da erosão da base dos recursos.

Embora a Comissão proponha uma reestruturação do sector das pescas em conformidade com a situação macroeconómica actual, são necessárias medidas concretas para ajudar a assegurar a sobrevivência da frota pesqueira europeia e a subsistência daqueles que tanto dão para que possamos ter acesso a um dos mais básicos produtos.

Congratulo-me com a aprovação, enquanto acção preparatória, da iniciativa que apresentei para a criação do observatório dos preços de pesca no valor de 4 milhões de euros e ainda os aumentos no apoio à gestão dos recursos de pesca, nas contribuições não obrigatórias para realizações internacionais, no reforço do diálogo no sector de pescas de importância vital, como constatámos numa visita da Comissão das Pescas à Madeira, região ultraperiférica portuguesa, no projecto-piloto de ligação em rede e troca de melhores práticas, na conclusão do 6.º Programa-Quadro. Positiva é ainda a manutenção de dotações na cooperação no âmbito do desenvolvimento da bioeconomia, na Agência Comunitária das pescas, na acção preparatória da política marítima europeia.

Finalmente, uma palavra de apreço à criação pela Comissão de uma linha orçamental ainda sem dotação para instrumento financeiro *ad hoc*, com o objectivo de adaptar a frota pesqueira às consequências económicas decorrentes dos combustíveis e esta é uma razão ...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Péter Olajos (PPE-DE). - (HU) Como já disse aquando da primeira leitura em Outubro, enquanto relator de parecer da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, acolho com agrado o orçamento da UE de 2009 por várias razões. Por um lado, já é importante e positivo o facto de que, no próximo exercício, haverá 14 mil milhões de euros disponíveis para protecção ambiental e conservação da natureza e, entre estes, em primeiro lugar, para os objectivos LIFE+. Por outro lado, é de notar que esta quantia é uns 10% mais elevada do que a do exercício anterior, o que é um bom indicador de que hoje em dia ninguém põe em questão a importância deste domínio, especialmente no que diz respeito às alterações climáticas. Este último assunto é também, aliás, uma das prioridades orçamentais do próximo exercício. Evidentemente, tudo isto está estreitamente relacionado com a votação de hoje ao meio-dia, na qual vamos decidir sobre o pacote climático.

Embora estes projectos de directiva possam ficar aquém das nossas expectativas iniciais em vários aspectos, são ambiciosos quando comparados com a proposta publicada pela Comissão em Janeiro do ano passado. A realização dos objectivos neles definidos exigirá dinheiro e vontade política. O montante pode ser pequeno, mas é importante sublinhar que os projectos-piloto que terão início no próximo ano têm um valor de 7,5 milhões de euros. É de esperar que o trabalho concreto, que inclui a redacção e a publicação dos avisos de concurso, tenha lugar no início do próximo ano, mas a Comissão indicou em várias ocasiões a que ponto considera importante a implementação destes projectos e prometeu a sua inteira cooperação. Desde a sessão plenária de Outubro, a Agência Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) foi a única entidade que não fez qualquer progresso concreto. Somos, portanto, obrigados a continuar a recomendar que se mantenha a reserva de 10%, mas espero que também este problema seja em breve resolvido. Estas são as minhas observações e recomendações, que, no essencial, estão de acordo com as que formulei em primeira leitura. Exorto os meus colegas deputados a votarem a favor também em segunda leitura. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para dar os meus parabéns à senhora deputada Jutta Haug pelo relatório. Muito obrigado.

Maria Martens (PPE-DE). - (NL) Senhor Presidente, em primeiro lugar, desejo felicitar a relatora, senhora deputada Haug. Mantivemos uma excelente relação de trabalho, e a Comissão do Desenvolvimento está satisfeita. Para nós eram importantes três aspectos. Em primeiro lugar, a crise alimentar devia ser abordada, e congratulamo-nos por a proposta da comissão parlamentar ter sido ajustada e por ter sido alcançado um compromisso que reuniu o apoio do Parlamento e do Conselho, que permitiu a afectação de mil milhões de euros para lutar contra a crise alimentar.

O que interessa, em última instância, é encontrar-se uma solução duradoura, que é a segurança alimentar para os próprios países em desenvolvimento, e é sobre isso que incide o nosso projecto-piloto. Um grande problema que se coloca é que os pequenos agricultores não têm acesso ao micro-crédito. Têm dificuldades em obter sementes e estrume e em investir na irrigação quando não têm dinheiro para fazer face aos pagamentos antecipadamente. Congratulamo-nos, por conseguinte, pelo facto de a nossa proposta para o projecto-piloto do micro-crédito para os pequenos agricultores ter reunido um amplo apoio, e confiamos em que a comissão esteja disposta a implementar este projecto-piloto.

Em segundo lugar, no que diz respeito à avaliação, tecem-se muitas críticas sobre a cooperação ao desenvolvimento por estes dias. A fim de conseguirmos apoio, não só precisamos de explicar o que pretendemos, mas, e principalmente, o que alcançámos. É lamentável que os relatórios da comissão parlamentar ainda incidam muito nas intenções. É por esta razão que defendemos mais competências na comissão para melhorar a avaliação dos resultados. Congratulamo-nos com o apoio do Parlamento a estas propostas.

Em terceiro lugar, Senhor Presidente, continuamos a preconizar um aumento do orçamento para a rubrica 4, para as despesas relativas às relações externas. Se queremos concretizar as nossas ambições e responsabilidades, que se justificam no caso do Kosovo, do Médio Oriente, etc., onde a principal questão não é unicamente a cooperação ao desenvolvimento mas também a resolução de conflitos, é óbvio que são necessários mais fundos e é necessária uma maior flexibilidade.

Mairead McGuinness (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, tenho dois breves comentários a fazer. Queria agradecer à relatora pelo seu trabalho.

No que se refere à ajuda ao desenvolvimento, não obstante todas as dificuldades que foi preciso vencer para arranjar os mil milhões de euros, importa realçar o facto positivo de a Europa ir fazer algo para atacar o problema. Contudo, vale a pena recordar que os preços das mercadorias caíram a pique, assim como o preço da energia, e que, por isso, esses mil milhões de euros, se forem gastos como deve ser, devem permitir-nos fazer muito mais do que contávamos. Considero que precisamos de acompanhar muito de perto a sua aplicação, para garantir que esse dinheiro chega aonde se pretende e aonde é mais necessário, ou seja, ao terreno, para a produção de alimentos em lugares onde eles podem ser produzidos.

O segundo comentário também se prende com o sector agrícola, mas relaciona-se mais com o futuro do que com este orçamento em concreto. As observações da Senhora Comissária sobre a pretensa falta de valor acrescentado das despesas agrícolas inspiram-me alguma preocupação. Sei que teremos tempo debater essa questão no futuro, mas o debate tem de ser rigoroso e vigoroso. Acredito que uma política comum é mais vantajosa para os agricultores europeus que uma política em que os Estados-Membros possam escolher só aquilo que lhes interessa, porque nesta os cidadãos ficam a perder em termos de qualidade e segurança alimentares.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). - (PL) Senhor Presidente, a aprovação do orçamento implica sempre um choque entre as nossas expectativas e a realidade. O quadro orçamental não é muito flexível, sendo difícil reafectar os recursos. Embora isto reflecta a estabilidade ao nível do financiamento de determinadas actividades, também significa que é difícil responder a uma realidade em constante mudança.

O orçamento actual não reflecte, tendo em conta a situação actual, os desejos de muitos DPE, tais como a necessidade de contrariar a crescente crise económica ou a de financiar novas tecnologias que serão utilizadas para melhorar o ambiente e combater as alterações climáticas. O orçamento não vai ao encontro das expectativas dos jovens, dos alunos ou estudantes, no que respeita ao apoio financeiro destinado ao intercâmbio de jovens, ao acesso à educação, bem como à possibilidade de estudar no estrangeiro.

Por último, gostaria de dizer que os orçamentos e perspectivas financeiras têm sido sucessivamente mais orientados no sentido de manter os objectivos e planos orçamentais anteriores, e não de responder aos desafios presentes e futuros. Esse o motivo por que precisamos de revisões regulares das perspectivas financeiras, uma vez que sete anos é um período demasiado longo em termos de planeamento orçamental.

Reinhard Rack (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, gostaria de retomar um ponto levantado há instantes pelo meu colega austríaco, senhor deputado Rübig. Gastamos menos de 1% do produto interno bruto europeu na Europa e, ao mesmo tempo, exigimos à UE que faça face a cada vez mais tarefas para cada vez mais Estados-Membros. Esta aritmética não bate certo! À luz disto, é realmente incrível que tenhamos seguido um caminho de poupanças durante muitos anos, um caminho que não só levou a uma utilização económica dos nossos fundos, mas também, basicamente, a que os Ministros das Finanças recuperassem o dinheiro e o canalisassem para os seus orçamentos nacionais no final do ano.

Há suficientes tarefas novas em que deveríamos estar a gastar o nosso dinheiro. Há igualmente tarefas que, desde há vários anos, não dotamos efectivamente com os devidos recursos orçamentários. As despesas com a política de informação da UE, por exemplo, deveriam ser significativamente aumentadas se realmente quisermos aproximar os cidadãos europeus da Europa. E há imensas tarefas no domínio do intercâmbio de estudantes e estagiários em que a Europa poderia empenhar-se.

Jutta Haug, relatora. – (DE) Senhor Presidente, quero agradecer a todos os deputados que participaram no debate nesta Assembleia, que contribuíram com as suas intervenções, mesmo que, nalguns casos, o orçamento de 2009 tenha constituído apenas a ocasião para a intervenção e não o objecto da mesma. Quero sobretudo agradecer aos colegas que permaneceram aqui desde o início até ao fim, participando na discussão.

O plano europeu de recuperação económica que nos foi apresentado pela Comissão foi evocado em muitas intervenções e ocupa o espírito de muitos. Não posso senão reiterar o que já disse muitas vezes: a força motriz europeia das economias dos Estados-Membros da UE é a nossa política de coesão. Implementá-la de facto correcta e honestamente permitir-nos-á avançar e significará, sem dúvida, que a economia não nos causará problemas assim tão grandes no próximo ano. Evidentemente, não viveremos muito bem com os nossos 116 mil milhões de euros em pagamentos, mas todo o Parlamento estará disposto a garantir os pagamentos pertinentes por via de orçamentos rectificativos e suplementares.

Evidentemente, o que a Senhora Comissária disse é verdade: um orçamento é sempre um compromisso. O orçamento de 2009 não é diferente de seus antecessores a esse respeito. Tivemos de conceder ao Conselho estes baixos pagamentos, a Comissão teve de nos conceder uma reafecção de 700 milhões de euros para o desenvolvimento regional e tivemos de fazer cortes nas nossas prioridades. No entanto, conseguimos manter muitas destas prioridades: mais pagamentos para acções contra as alterações climáticas, mais pagamentos para a dimensão social em termos de criação de mais e melhores postos de trabalho, e mais para o apoio às PME. Conseguimos tudo isto e por tudo isto estou grata a todos os meus colegas. Muito obrigada!

(Aplausos)

Janusz Lewandowski, relator. – (PL) Senhor Presidente, na secção do orçamento pela qual sou responsável, a única questão que continua pouco clara prende-se com o futuro Tratado de Lisboa, que altera as competências do Parlamento e poderá ter um impacto no orçamento. Tendo em conta que os outros problemas foram resolvidos, gostaria de apoiar os oradores anteriores que solicitaram uma revisão das Perspectivas Financeiras. Essa revisão já é, sem dúvida alguma, necessária no segundo ano das actuais perspectivas financeiras, se quisermos ser capazes de financiar os compromissos e objectivos internacionais da União Europeia.

É também lamentável que o processo de conciliação com o Conselho implicasse negociações que envolvem milhões de euros, numa altura em que milhares de milhões foram prometidos no âmbito de um vago pacote para fazer face à crise. À luz disto, o orçamento que aprovaremos amanhã será mais regido pela mudança do que alguma vez o foi.

Presidente. – Está encerrado o debate.

Os oradores foram tão disciplinados, que terminámos dentro do horário, o que constitui um bom sinal para o futuro em matéria de disciplina orçamental.

A votação terá lugar amanhã, quinta-feira, 18 de Dezembro de 2008.

Gábor Harangozó (PSE), por escrito. – (EN) Temos razão para estar preocupados – como o relator – com os efeitos nefastos que a recessão global acarretará para os cidadãos europeus. Devemos preocupar-nos em particular com os nossos concidadãos mais desfavorecidos, que serão, indubitavelmente, os mais atingidos pelos efeitos da agitação nos mercados financeiros. A União deve maximizar os seus esforços de facilitação do acesso aos recursos disponíveis – dentro dos limites do quadro financeiro plurianual para o período 2007-2013 – por parte dos beneficiários no terreno e, por consequência, cumprir-nos em particular aperfeiçoar

e simplificar as medidas, para acelerar a execução dos fundos estruturais e de coesão. Na realidade, o baixo nível de pagamentos no domínio da execução da política de coesão não reflecte as necessidades no terreno, numa conjuntura marcada pelos desafios decorrentes da actual crise económica. A política de coesão é o maior instrumento de solidariedade da União e tem um papel essencial na resposta aos efeitos negativos de uma crise global desta dimensão.

(A sessão, suspensa às 10H50, é reiniciada às 11H30)

PRESIDÊNCIA: PÖTTERING

Presidente

4. Fibromialgia (declaração escrita): Ver Acta

*

* *

Hannes Swoboda (PSE). – (DE) Senhor Presidente, ontem, muitos visitantes que tinham feito reservas não puderam entrar nesta Assembleia. Queria dirigir o meu especial agradecimento aos serviços do Parlamento, que tentaram permitir a entrada dos visitantes apesar da oposição da polícia. A polícia não o permitiu, porém, pelo facto de os visitantes envergarem casacos vermelhos. Não sei quem tem medo de casacos vermelhos. Um dos nossos colegas neste Parlamento foi igualmente obrigado a tirar o casaco, a fim de poder entrar no Hemiciclo.

Peço que seja apresentada uma queixa à polícia, lembrando que é proibido impedir a entrada de visitantes. Saliento uma vez mais que os serviços do Parlamento tentaram possibilitar a entrada no edifício dos visitantes com reservas, mas a polícia impediu-o, apesar da conduta pacífica dos mesmos. Peço que se informe a polícia de que tal oposição não deve ser mostrada ao Parlamento.

Presidente. - Muito obrigado, Senhor Deputado Hannes Swoboda; vamos analisar a questão. Agradeço-lhe a sua intervenção.

Monica Frassoni (Verts/ALE). – (IT) Senhor Presidente, muito obrigada por me dar a palavra. Gostaria apenas de saudar muito calorosamente o Sr. Mohamed Abdelaziz, Presidente da República Árabe Sarauí Democrática e Secretário-Geral da Frente Polisário, e a delegação que o acompanha. Estão no Parlamento, uma vez mais, para nos lembrar a importância da defesa dos direitos e da autodeterminação do seu povo.

Jens Holm, em nome do Grupo GUE/NGL. – (SV) Senhor Presidente, estou a falar em nome do meu grupo no seu conjunto. Opomo-nos ao processo que acaba de ser proposto. O nosso relator, senhor deputado Wurtz, já disse na reunião entre os relatores dos grupos que o que se está a propor é totalmente inaceitável. A votação sobre o pacote de medidas em matéria de clima, uma das votações mais importantes deste ano, deve processar-se da mesma maneira que todas as outras votações. É antidemocrático e consternador que não se vá votar cada relatório separadamente. Temos de poder votar cada relatório individualmente e temos de ter o direito de apresentar alterações e submetê-las a votação.

Rasguem esta proposta e deixem-nos votar cada relatório separadamente, bem como votar as alterações apresentadas. Muito obrigado.

Presidente. - Todos têm o direito de manifestar a sua opinião nesta Assembleia, e a maioria decide.

Chris Davies (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, ontem, no fim do debate de cinco horas sobre o "pacote" do clima e da energia, a Assembleia recebeu uma resposta devidamente reflectida da Presidência e da Comissão, pela boca do Ministro Borloo e dos Comissários Dimas e Piebalgs, respectivamente. Embora tivessem participado no debate 50 ou 60 deputados, na hora de produzirem as intervenções em causa, essas individualidades acabaram por ter de se dirigir a um Hemiciclo deserto, onde se encontravam apenas quatro membros.

Creio que isto constitui um sinal de falta de cortesia para com a Comissão e a Presidência e prejudica a influência de que esta Câmara dispõe. Eu pediria a V. Ex.^a que ponderasse com os líderes dos partidos se não é de contemplar a imposição de sanções aos deputados que participam nos debates, mas não se dignam permanecer aqui para ouvirem a resposta da Comissão e da Presidência.

(Aplausos)

Presidente. – Senhor Deputado Davies, concordo plenamente consigo quanto ao conteúdo, mas peço-lhe que se certifique, inclusive confirmando junto do seu grupo, de que a presença dos deputados pode ser garantida.

Reinhard Rack (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, gostaria de fazer um pedido na sequência do debate de ontem com a Presidência francesa. Há presidentes de grupo com coisas importantes a dizer a propósito deste importante debate, o que é correcto e adequado. No entanto, há também presidentes de grupo, sempre os mesmos, que em regra excedem em um ou dois minutos o seu tempo de palavra.

Talvez este tempo pudesse simplesmente ser deduzido do tempo do seu grupo, já que isso não implica uma posterior alteração do que foi de facto a correcta atribuição de tempo de palavra.

5. Período de votação

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)

5.1. Energia produzida a partir de fontes renováveis (A6-0369/2008, Claude Turmes) (votação)

5.2. Comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (A6-0406/2008, Avril Doyle) (votação)

- Antes da votação:

Markus Pieper (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, a minha justificação é a seguinte: infelizmente, nenhum debate em plenário, cujo resultado poderíamos ter levado para o trólogo, foi realizado sobre a questão do RCLE. Negociações no âmbito do trólogo apenas com base no parecer da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar não são representativas do Parlamento. Agora, vamos supostamente aprovar as alterações à proposta da Comissão; mas aquilo que é suposto decidirmos hoje coincide exactamente com o documento do Conselho. Não há uma única alteração do Parlamento, nem mesmo uma vírgula. Porquê esta pressão de tempo? Afinal de contas, estamos a falar de um período a partir de 2013.

Com a proposta RCLE na sua forma actual, deparar-nos-emos com incoerências e uma explosão de custos. A questão do comércio de emissões representa a decisão mais importante de política industrial dos próximos anos, se não mesmo das próximas décadas. Não estamos dispostos a abrir mão do nosso direito democrático de co-decisão no Parlamento. Afinal de contas, por que causa lutaram com êxito tantos deputados deste Parlamento desde há quase 30 anos? Terão lutado para ver a política climática deixada quase inteiramente nas mãos do Conselho, através de um procedimento simplificado? Como parlamento eleito, queremos participar no debate democrático e fazê-lo especificamente tendo em vista as consequências das nossas acções. Muito obrigado.

(O Parlamento rejeita o pedido)

5.3. Esforço partilhado de redução das emissões de gases com efeito de estufa (A6-0411/2008, Satu Hassi) (votação)

5.4. Armazenagem geológica do dióxido de carbono (A6-0414/2008, Chris Davies) (votação)

5.5. Controlo e redução das emissões de gases com efeito de estufa (transporte rodoviário e navegação interior) (A6-0496/2007, Dorette Corbey) (votação)

5.6. Normas sobre emissões dos automóveis novos de passageiros (A6-0419/2008, Guido Sacconi) (votação)

- Após a votação:

Avril Doyle, relatora. – (EN) Senhor Presidente, como relatora, pretendia falar antes da votação, mas agradeço a V. Ex.^a a oportunidade de falar agora, porque é importante para todos que se registre um par de coisas.

Há um ponto que, provavelmente, seria capaz de suscitar unanimidade nesta Câmara esta manhã e é a ideia de que os acordos em primeira leitura não se coadunam nem com as regras próprias da função parlamentar nem com o espírito da legislação, sobretudo quando estão em causa questões muito complexas e técnicas.

(Aplausos)

Como tal, os acordos em primeira leitura devem ser raros e constituir uma excepção, e só circunstâncias excepcionais justificam uma medida tão excepcional.

A minha segunda observação de ordem processual é a de que o envolvimento dos chefes de estado no processo de co-decisão não está previsto em nenhuma disposição legal.

(Aplausos)

Alguns aspectos do «pacote» do clima foram inscritos na ordem dos trabalhos da cimeira do passado fim-de-semana, que solicitou que quaisquer futuras revisões ou alterações de elementos do RCE-UE fossem transmitidos ao Conselho Europeu para consideração por futuras cimeiras; no trólogo seguinte, sábado de manhã, em Bruxelas, com o apoio cabal de todos os relatores-sombra, aditei ao meu relatório um novo considerando – na sequência da cimeira –, que foi aceite pelo COREPER sábado à tarde. Nesse considerando salientava-se a singularidade e o carácter revolucionário da legislação do RCE da UE, mas afirmava-se que tal consulta com chefes de estado e de governo não deveria, de forma alguma, ser tomada como um precedente para qualquer outra legislação.

Foi uma autêntica epopeia legislativa. Queria agradecer ao Senhor Comissário Dimas e à sua equipa e ao Senhor Ministro Borloo e à sua equipa, e em particular ao senhor embaixador Léglise-Costa pelo trabalho colossal que levou a cabo. Queria agradecer ao pessoal da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar – e permitam-me que destaque Virpi Köykkä pelo seu trabalho insano –, a todo o pessoal do nosso grupo, à minha assistente pessoal, Kavi, a sua acção incansável, mas, acima de tudo, aos meus colegas relatores-sombra e os seus colaboradores por um trabalho de cooperação de grande qualidade.

(Aplausos)

Miroslav Ouzký, porta-voz da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar. – (CS) Gostaria de aproveitar esta oportunidade, no fim do trabalho de quase um ano, para agradecer a todos os participantes. Gostaria especialmente de agradecer aos relatores e aos relatores-sombra. Não vou repetir aquilo que foi dito pela relatora, a senhora deputada Avril Doyle. Uma situação verdadeiramente excepcional exige medidas excepcionais e a Presidência francesa fez um esforço realmente excepcional para obter um compromisso. Estou convencido de que o facto de o pacote climático não ser do agrado nem dos mais ambiciosos, nem dos menos ambiciosos prova que se conseguiu um verdadeiro compromisso.

Presidente. – Muito obrigado. Senhoras e Senhores Deputados, espero estar a falar em nome de todos quando afirmo que o Parlamento Europeu se mostrou extremamente cooperante com o Conselho, e também quando declaro aqui oficialmente que a forma como chegámos a uma decisão nesta matéria deve ser uma excepção e não a regra, e que, no futuro, devemos em princípio insistir numa primeira leitura, a fim de deixar clara a posição do Parlamento.

(Aplausos)

5.7. Organização do tempo de trabalho (A6-0440/2008, Alejandro Cercas) (votação)

- Após a votação:

Alejandro Cercas, relator. – (ES) Muito brevemente, Senhor Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a todos os meus colegas e de felicitá-los por esta vitória, uma vitória que pertence a todos os grupos desta Câmara. Trata-se de uma vitória de todo o Parlamento.

(Aplausos)

Cumpre-me felicitar dois milhões de médicos europeus e um milhão de estudantes de medicina pelo trabalho que realizaram, assim como a Confederação Europeia de Sindicatos e todos os sindicatos nacionais, que trabalharam tão arduamente.

Senhor Presidente, importa lembrar ao Conselho que isto não é um revés, mas uma oportunidade para rectificar uma decisão errada. O Conselho deve encarar isto como uma oportunidade para aproximar a nossa agenda da agenda dos cidadãos. Temos de pedir à Comissão que envergue o seu traje de árbitro e dispa a camisola do Conselho que envergou durante estes últimos três anos. Quando tiver envergado o seu traje de árbitro, avancemos então para que a conciliação da vida familiar e profissional possa tornar-se realidade, juntamente com a Europa social.

(Vivos aplausos)

Jan Andersson (PSE). – (SV) Gostaria de agradecer sinceramente ao Alejandro e a todas as outras pessoas que trabalharam nesta questão. Não vejo o Conselho aqui presente hoje. Temos procurado encetar as negociações com o Conselho, mas este não se tem mostrado disposto a comparecer à mesa das negociações. Vemos aqui no Parlamento uma grande maioria. Sentemo-nos à mesa das negociações para podermos produzir uma boa directiva em matéria de tempo de trabalho. Agora iremos saber qual é a opinião do Parlamento quando está presente uma maioria numerosa.

5.8. Aplicação transfronteiriça da legislação de segurança rodoviária (A6-0371/2008, Inés Ayala Sender) (votação)

6. Boas-vindas

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, peço-vos que também participem a seguir na cerimónia oficial, como é correcto e devido para com os nossos convidados, os laureados com o Prémio Sakharov. Antes de suspender a sessão por alguns minutos até à chegada dos nossos convidados, quero dar as boas-vindas a uma delegação do Parlamento sírio, chefiada pelo Sr. Suleiman Haddad, presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Assembleia Popular da Síria, que se encontra aqui no âmbito do nosso 10.º Encontro Interparlamentar PE/Síria. Dou as mais calorosas boas-vindas aos nossos convidados sírios!

Devo dizer que esta visita tem lugar em circunstâncias favoráveis. O Acordo de Associação UE-Síria foi rubricado recentemente e será submetido ao Parlamento Europeu para aprovação o mais rapidamente possível.

O Parlamento Europeu está convicto de que a Síria pode desempenhar um papel positivo no Médio Oriente e em particular na União Mediterrânica. Desejo à delegação uma estadia agradável em Estrasburgo e uma frutuosa troca de pontos de vista, que só poderá ser benéfica para as nossas relações. Uma vez mais, as minhas calorosas boas-vindas!

A sessão será suspensa por alguns minutos e voltaremos a reunir-nos dentro de instantes para a sessão solene.

(A sessão, suspensa às 12H05, é reiniciada às 12H15)

7. Entrega do Prémio Sakharov - Vigésimo aniversário (Sessão solene)

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, está aberta a sessão solene.

Senhoras e Senhores Deputados, queiram dar as boas-vindas aos seguintes laureados com o Prémio Sakharov:

1990: Aung San Suu Kyi, representada por Zoya Phan

1991: Adem Demaçi

1992: Las Madres de la Plaza de Mayo, representadas por Hebe Pastor de Bonafini

1993: Oslobodenje, representada por Lidija Korać

1994: Taslima Nasreen

1995: Leyla Zana

1996: Wei Jingsheng

2000: ¡BASTA YA!, representado por José María Alemán Amundarain

2001: D. Zacarias Kamwenho

2002: Oswaldo José Payá Sardiñas, representado por Adam Mascaró Payá

2004: Associação Bielorrussa de Jornalistas, representada por Zhanna Litvina

2005: Mulheres de Branco, representadas por Blanca Reyes;

Hauwa Ibrahim, e

Repórteres Sem Fronteiras, representados por Jean-François Julliard

2006: Aliaksandr Milinkevich

2007: Salih Mahmoud Mohamed Osman.

Queiram dar as boas-vindas a Elena Bonner, em representação do falecido Dr. Andrei Sakharov.

(Aplausos prolongados)

Presidente. – Excelentíssima Senhora Elena Bonner, Excelentíssimos Senhores laureados com o Prémio Sakharov do Parlamento Europeu para a Liberdade de Pensamento, Senhora Comissária Ferrero-Waldner, Senhoras e Senhores Deputados – permitam-me que diga hoje “queridos amigos”! Hoje não é um dia comum para o Parlamento Europeu: é um dia em que chamamos a atenção para uma preocupação fundamental da União Europeia: o trabalho a favor da paz, do progresso e dos direitos humanos personificado pelos laureados com o Prémio Sakharov. Segundo as palavras de Andrei Sakharov, “é impossível realizar um destes objectivos [paz, progresso e direitos humanos], se os outros dois forem ignorados”.

Estamos hoje aqui reunidos, 20 anos depois de o Prémio Sakharov ter sido atribuído pela primeira vez e alguns dias após o 60.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, para honrar uma série de homens e mulheres particularmente corajosos – activistas dos direitos humanos, advogados, jornalistas, líderes religiosos, organizações – que lutam pelos direitos humanos com coragem, empenho e paixão. Prestamos igualmente homenagem às mulheres, mães e famílias que lutam pelos direitos dos seus entes queridos.

Gostaria de dirigir uma saudação especial a todos os laureados com o Prémio Sakharov em anos anteriores, que nos agradeceram com a sua presença hoje. Esperamos poder realizar um trabalho conjunto com todos vós ainda mais estreitamente no âmbito da Rede Sakharov, por nós ontem assinada e aprovada. Alguns dos laureados teriam gostado de estar hoje connosco, mas, para meu grande pesar, não podem fazê-lo em virtude dos regimes ditatoriais em vigor nos seus países. Aung San Suu Kyi continua ...

(Aplausos)

... em prisão domiciliária na Birmânia/Myanmar. Oswaldo Payá e as representantes das “Damas de Branco”, Laura Pollán e Berta Soler, foram proibidos de sair do seu país pelas autoridades cubanas, embora todos os procedimentos necessários tenham sido iniciados há mais de dois meses. Esta proibição é uma demonstração clara das circunstâncias em que as forças democráticas em Cuba são obrigadas a trabalhar. Gostaria de dizer, a este respeito, que esta situação não corresponde ao espírito do diálogo político recentemente retomado nem da cooperação entre Cuba e a União Europeia.

(Aplausos)

Andrei Sakharov conferiu ao Parlamento Europeu uma honra especial quando, há mais de 20 anos, agradeceu a esta Assembleia a sua decisão de dar o seu nome a este prémio e lhe deu o seu consentimento. Andrei Sakharov estava certo ao ver este prémio como um encorajamento para todos aqueles que se comprometeram com a causa dos direitos humanos no mundo.

Gostaria também de dar agora à filha de Elena Bonner, Tatiana, as calorosas boas-vindas a esta Assembleia: regozijamo-nos por a ter aqui, Tatiana!

Em 1988, ano em que o prémio foi atribuído pela primeira vez, o laureado Nelson Mandela encontrava-se na prisão. No mesmo ano, estava aqui uma cadeira vazia que se destinava a Andrei Sakharov, tal como hoje está uma cadeira vazia que se destinava a Hu Jia. Hoje, como então, prestamos homenagem a estas pessoas pelo seu empenho heróico apesar da sua ausência forçada. Hoje, como então, os regimes autoritários abusam do seu poder e tentam silenciar aqueles que procuram exercer o seu direito fundamental à liberdade de pensamento e de expressão. Hoje, como então, os opressores fracassam nas suas tentativas de silenciar estas vozes corajosas.

Hoje, iremos ouvir duas mulheres extremamente corajosas, ambas esposas e mães que dedicaram as suas vidas à liberdade no seu país, tornando-se assim portadoras da esperança de milhões de pessoas no seu país e no mundo.

Excelentíssima Senhora Elena Bonner, o seu trabalho em prol da liberdade do seu marido Andrei Sakharov e do seu país contribuiu para as transformações históricas ocorridas na Europa, e que foram a condição prévia de todos os esforços para a reunificação do nosso continente. Jamais esquecerei, cara Elena Bonner, a forma como me recebeu no seu apartamento de Moscovo depois da minha visita ao túmulo de seu marido em Fevereiro de 1990; foi uma experiência emocionante. É maravilhoso vê-la hoje aqui no Parlamento Europeu.

Sabemos dos esforços que teve de envidar para estar hoje connosco. Estou certo de que sabe o quanto os meus colegas apreciam a sua presença. Saudamos também, uma vez mais, a sua filha Tatiana, que fez muito para a ajudar e nos ajudar também a dar continuidade ao legado profundamente humano e digno do seu marido. Gostaria de a convidar a dirigir-nos a palavra após a próxima fase desta cerimónia de entrega do prémio.

Senhoras e Senhores Deputados, a coragem e o sacrifício pessoal sempre foram decisivos para o desenvolvimento dos direitos humanos ao longo dos séculos. A decisão de Hu Jia de dirigir algumas palavras aos participantes numa reunião da nossa Subcomissão dos Direitos do Homem foi um exemplo desta grande coragem. A mensagem que hoje nos vai transmitir através da sua esposa Zeng Jinyan é um acto de igual abnegação. Os ciber-dissidentes de hoje – entre os quais se conta Zeng Jinyan – operam no mesmo espírito dos dissidentes soviéticos que, no seu tempo, comunicavam e ganharam audiência para as suas ideias através da literatura *samizdat*.

O laureado com o Prémio Sakharov 2008, Hu Jia, foi nomeado representante das vozes silenciadas na China e no Tibete, mas hoje vamos ouvir uma dessas vozes. Estou certo de que, um dia, também poderemos ouvir a voz do próprio Hu Jia no Hemiciclo do Parlamento Europeu.

(Aplausos)

Peço agora que a mensagem recebida há alguns dias da esposa de Hu Jia, Sra. Zeng Jinyan, seja transmitida.

Zeng Jinyan, esposa de Hu Jia. – (EN) Caros Amigos, sou a esposa de Hu Jia, Zeng Jinyan. Ele encontra-se na cadeia neste momento e está por isso impossibilitado de comparecer a esta cerimónia, para receber o seu prémio Sakharov.

Como não tenho passaporte, eu não posso tão-pouco vir à Europa para participar na cerimónia do 20.º aniversário do Prémio. Lamentamos muito que não seja possível.

A boa notícia é que Hu Jia foi transferido no dia 10 de Outubro de 2008 da prisão Chaobai, em Tianjin, para o presídio municipal de Pequim, e passou a dispor de melhores condições prisionais. Quanto a saúde, está com um aspecto um pouco melhor. Parece estar numa forma ligeiramente melhor que na cadeia de Chaobai.

No entanto, fizeram-lhe duas análises ao sangue no espaço de um mês e não sabemos quais foram os resultados. Apesar dos nossos pedidos, os resultados das análises não foram comunicados à família. Esta forma de proceder preocupa-nos. Leva-nos a recear que a cirrose dele se tenha agravado.

Visitei o Hu Jia no presídio municipal de Pequim em 21 de Novembro de 2008. Antes de estarmos um com o outro, fomos ambos avisados separadamente pelas autoridades da prisão de que nos era vedado falar do facto de lhe ter sido atribuído o Prémio Sakharov.

Assim, na minha visita, nenhum de nós pôde falar do prémio. Também não tivemos possibilidade de o discutir por carta, dado que toda a nossa correspondência é examinada. Mesmo limitando-nos a exprimir pontos de vista sobre fenómenos sociais ou quando o Hu Jia se refere à prisão, se o seu teor desagrade às autoridades prisionais, as nossas cartas são confiscadas ou as do Hu Jia são-lhe devolvidas. Temos uma grande ansia de poder comunicar com menos constrangimentos, mas, por agora, é muito difícil.

Em fins de Outubro ou princípios de Novembro de 2008, não sei bem ao certo, uns agentes da polícia de segurança do Estado informaram o Hu Jia de que tinha ganhado o Prémio Sakharov.

E, quando estive com ele no dia 21 de Novembro, senti que ele estava muito feliz por isso. Sei que ele falou do assunto à sua Mãe e aos polícias. As palavras que usou foram mais ou menos estas:

«O Parlamento Europeu talvez tivesse em mente o trabalho que fiz nos domínios da SIDA e do ambiente, porque, em matéria de direitos humanos, o que eu fiz está muito longe de ser suficiente e vou ter de redobrar os meus esforços».

Disse também que este prémio Sakharov era muito importante para a China e que confiava que o futuro lhe haveria de dar razão. Como é óbvio, pessoalmente, eu desejo que ele volte para casa o mais depressa possível. O Hu Jia afirmou um dia que esperava ser o último prisioneiro de consciência da China, mas a realidade é bem diferente. Desde o dia em que o julgaram, 3 de Abril, as autoridades já detiveram outros por manifestarem as suas opiniões publicamente, como foi o caso de Huang Qi, Zeng Honglin e Chen Daojun. E alguns foram julgados e condenados em penas de prisão.

Isso mostra que a situação no capítulo da liberdade de opinião continua a ser atroz e que não há motivo para optimismos.

Mesmo nestas circunstâncias, porém, existe hoje muita gente excepcional, gente de boa vontade, na sociedade chinesa que não regateia esforços para arranjar meios de tornar conhecida a verdadeira situação da China, e para expressar as suas convicções profundas, e a Internet é para ela uma plataforma muito interessante. Mas, infelizmente, essa gente acaba por vezes por pagar um preço muito elevado por isso.

Para falar verdade, às vezes a coragem não chega. Às vezes, o preço a pagar é muito, muito elevado. Tem havido casos em que até os parentes dos militantes da causa dos direitos humanos, escritores e outros que exerceram a sua liberdade de pensamento foram perseguidos pela polícia, perderam o emprego ou foram postos em regime de prisão domiciliária. E – mais grave ainda – alguns foram mesmo julgados e condenados.

O próprio Hu Jia já tinha sido sequestrado ilegalmente pela polícia diversas vezes desde 2004, sem qualquer processo judicial. Seguiam-no constantemente e, no fim, foi condenado numa pena de prisão. E eu, que sou a mulher dele, sou perseguida pela polícia com frequência.

Há outros na mesma situação, como Chen Guangchen e a mulher, e Guo Feixiong e a mulher, e até os filhos, a quem foi negado o direito à educação. Graças a muitos apelos oriundos de diferentes quadrantes, os filhos de Guo Feixiong foram depois autorizados a voltar à escola, embora em condições não muito satisfatórias.

Por todos estes motivos, queria cumprir um desejo que o Hu Jia manifestou em muitas ocasiões. Ele disse muitas vezes que gostaria de criar uma rede de apoio para ajudar as famílias dos defensores dos direitos humanos. Que desse apoio moral às famílias e aliviasse a pressão psicológica e outra a que elas estão sujeitas. Para lhes incutir a força necessária para enfrentarem as pressões das autoridades com maior energia e optimismo, e desencorajar a prática de crueldades contra as famílias a título de retaliação.

De momento não tenho grandes possibilidades, mas gostaria de utilizar os 50 000 euros do Prémio Sakharov do Hu Jia como capital inicial para instituir uma fundação de apoio às famílias dos activistas da causa dos direitos humanos e realizar assim, finalmente, aquilo que o Hu Jia sempre desejou.

Por que razão é o trabalho do Hu Jia em prol dos direitos humanos tão difícil?

Creio que isso se deve, sobretudo, às deficiências do sistema jurídico chinês. Há leis, há artigos e regulamentos de toda a espécie, alguns deles bem redigidos, mas não são aplicados.

Na realidade, a situação é catastrófica na perspectiva do primado da lei. O sistema judicial não dispõe de independência. Até 2004, o Hu Jia dedicou-se maioritariamente aos problemas da SIDA e do ambiente. Passou muito tempo no terreno, em campanhas, nos locais em que as pessoas necessitavam da sua intervenção concreta.

Depois, de 2004 em diante, a polícia cerceou-lhe a liberdade de circulação e ele viu-se obrigado a participar nos movimentos de direitos humanos a partir de casa, escrevendo artigos e divulgando relatos que lhe chegavam do terreno.

Penso que, ao longo de todos estes anos, a coisa mais importante e mais interessante que ele fez foi o ter porfiado em dizer a verdade sempre. Nunca parou de escrever sobre os fenómenos que observava. Nunca parou de descrever, uma a uma, todas as realidades que a comunicação social chinesa tem de silenciar. Nunca parou de divulgar tudo isso em sítios na Internet, para que o público pudesse conhecer e compreender a realidade chinesa.

A meu ver, foi essa a sua maior contribuição.

Quem olha para a China hoje vê toda a gente a falar, mas a mentira está muito disseminada. Não obstante, há pessoas que continuam a buscar a verdade. Porque os compêndios escolares por que os nossos filhos estudam, os nossos jornais e emissoras, as nossas bibliotecas e todos os documentos e processos, assemelham-se todos aos que encontramos no romance *1984*. São escritos numa língua própria e descrevem uma realidade fictícia.

Qual é a situação real, a China real? Não sabemos.

É por isso que há na China um grupo de pessoas dadas à reflexão, como o Hu Jia, que nunca abandonaram a sua busca da verdade. Mas o Hu Jia teve de pagar um preço muito alto.

A nossa filha tem um ano, apenas. Está numa fase crucial da sua vida e o Hu Jia não pode estar ao lado dela. É-me muito difícil falar deste assunto, mas penso...

E, depois, o Hu Jia foi sempre muito optimista. Dizia que achava que a China estava a viver o período de maior abertura da sua História e que tínhamos de aproveitar a oportunidade de promover com mais eficácia a criação de uma sociedade mais justa, livre e democrática na China.

Isso é, de facto, visível na vida quotidiana, embora o Governo continue a exercer um controlo muito estrito sobre os meios de comunicação social e sobre a liberdade de associação, e porventura mais ainda sobre a utilização das novas tecnologias. Por outro lado, porém, a sociedade civil usa sempre as novas tecnologias e a plataforma que a Internet proporciona para promover activamente a causa da criação de um sistema judicial mais razoável e de uma sociedade mais justa e para sondar e pôr a nu a realidade chinesa.

E para educar os nossos cidadãos, e formá-los em matéria de direitos humanos. Trata-se de uma esperança genuína: quer o Governo quer queira quer não, e quer as principais personalidades no interior e no exterior da China o reconheçam quer não, a China está a avançar a passos largos na via da transformação numa sociedade aberta e democrática.

Finalmente, queria declarar que, aconteça o que acontecer, temos de manter uma atitude enérgica e optimista e prosseguir o esforço de promoção da instauração de um estado de direito, e de uma democracia e da liberdade na China.

Estamos cheios de esperança de poder saudar em breve o advento de uma China aberta. Estamos cheios de energia para fazer da China um país em paz.

Gostaria de agradecer do fundo do coração aos nossos amigos do Parlamento Europeu. O Parlamento Europeu interessou-se desde a primeira hora pelo caso do Hu Jia e empreendeu esforços consideráveis em favor da sua libertação, dele e outros militantes chineses da causa dos direitos humanos, esforços que são dignos de respeito.

Nunca deixou também de chamar a atenção para a necessidade de fazer da liberdade uma realidade para o Povo da China. Obrigada; muito obrigada.

Queria ainda aproveitar o ensejo para agradecer a todos aqueles amigos que nunca vi. Se não nos tivessem apoiado ao longo de todo este tempo, se não se tivessem interessado pela nossa sorte, se não nos tivessem encorajado de uma forma constante, creio que nunca teríamos arranjado coragem para enfrentar uma realidade social tão difícil.

Isso ajuda-nos a manter a esperança e a prosseguir com os nossos esforços.

Os meus agradecimentos. Obrigada por todos os esforços que desenvolveram pelo Hu Jia, por mim e pela nossa família. Obrigada pelos vossos esforços a favor dos activistas dos direitos humanos e pelo vosso contributo para o progresso da sociedade chinesa.

Obrigada.

(A Assembleia, de pé, aplaude a oradora.)

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, a tocante mensagem de Zeng Jinyan, que a transmitiu em nome do seu marido, Hu Jia, foi aplaudida de pé. Deixemos que o emocionante discurso de Zeng Jinyan que acabamos de ouvir nos toque profundamente.

Antes de convidar Elena Bonner a usar da palavra, gostaria de declarar o seguinte em nome do Parlamento Europeu. Nós, no Parlamento, desejamos boas relações com a China e atribuímos a maior prioridade a essas relações. A China é uma grande nação. A Europa precisa da China, tal como a China precisa da Europa. Expressamos as nossas opiniões sobre os direitos humanos como amigos do povo chinês e estamos bem cientes do quanto podemos fazer em conjunto a favor da paz e do progresso no mundo. Os direitos humanos não devem jamais ser considerados como uma ameaça para qualquer nação, mas sim como direitos individuais, colectivos e universais de cada povo, de todos os povos.

Excelentíssima Senhora Elena Bonner, gostaria agora de a convidar a tomar a palavra.

(Aplausos)

Elena Bonner, viúva de Andreï Sakharov *(transcrição com base na interpretação para francês)*. - (FR) Senhor Presidente, agradeço-lhe ter-me dado a palavra. É-me muito difícil falar e expressar-me após ter ouvido a intervenção desta jovem notável. Inúmeras ameaças pairam sobre a sua existência, o seu futuro, e eu penso, nós pensamos, todos nós reunidos neste Hemiciclo para a atribuição do Prémio Sakharov por parte do Parlamento Europeu, que a senhora fez tudo o que estava ao seu alcance, fez tudo o que era possível para tomar a defesa de, pelo menos, Hu Jia, seu marido, mas também do seu filho contra tudo o que pesa sobre eles.

Conhecemos a China, conhecemos a dimensão do país, conhecemos todo o peso de que dispõe actualmente. Mas, em princípio, nunca deveríamos fazer concessões quando os direitos humanos estão em jogo. Nunca deveríamos fazer a menor concessão, ceder em seja o que for, mesmo que perante crises como a que atravessámos recentemente, a crise financeira e económica, pois a defesa dos direitos humanos constitui a própria base do nosso futuro e da nossa civilização, e, portanto, da humanidade no seu conjunto.

Trata-se do próprio fundamento do nosso futuro e, sejamos honestos, apesar dos sentimentos de amizade que podemos sentir, apesar da proximidade que sinto por todas as personalidades aqui presentes, a posição do Parlamento Europeu, a posição da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e as posições de princípio aprovadas por estas assembleias, devo dizer que este prémio, o Prémio Sakharov, e as afirmações como as que foram proferidas, constituem uma espécie de fio condutor recorrente, mas exigem também outras decisões, orientadas para o pragmatismo.

Os princípios referidos têm de servir ainda mais de base a todas as actividades, seja ela económica ou outra qualquer. Qualquer decisão económica, por exemplo, ou ainda quanto à exploração dos recursos naturais, deve basear-se nesses princípios. Fora desses princípios, a sociedade não poderia ganhar. Trata-se de um primeiro artigo, de uma primeira declaração de fé, segundo Andreï Sakharov, que proclamava que devemos fazer o que a nossa consciência nos dita e agir em conformidade.

Gostaria agora de abordar um tema diferente. Celebramos hoje um aniversário. O 20.º aniversário deste Prémio. Em alguns países, as pessoas atingem a maioridade aos 18 anos, noutros aos 21 anos, e, regra geral, quando celebram esse aniversário, são-lhes oferecidos presentes. Pela minha parte, preparei-lhes um presente, que confeccionei com as minhas próprias mãos. De facto, é algo que vem da Rússia. Pretendi que pudéssemos dar-lhe a forma de um pequeno presente.

Trata-se de uma espécie de papiro que desenrolo aqui perante vós, trata-se também, de certa maneira, de um rolo como aquele em que estava gravado o texto da Torah. Podem ver aqui uma lista, com 97 títulos. Com efeito, trata-se de uma lista de todos os títulos obtidos pelos vencedores do Prémio Sakharov, e penso que, quando quisermos explicar às crianças quem é Andreï Sakharov, pois bem, podem sempre mostrar-lhes este rolo com todas as indicações que nele figuram e o que ele evoca graças aos vencedores do prémio com o seu nome.

(Aplausos)

Presidente. – O nosso muito sincero agradecimento pela sua mensagem, cara Elena Bonner, que transmitiu de forma tão maravilhosa. Senhoras e Senhores Deputados, antes de encerrar esta sessão – e regozijamo-nos por ver aqui não só a Senhora Comissária Ferrero-Waldner, mas também o Senhor Comissário Figel' –, convido-os a erguerem-se como símbolo da nossa solidariedade para com todos os laureados ausentes que continuam a ter de lutar pelos seus direitos e que foram privados da sua liberdade em resultado dessa luta. Mostremos o nosso apoio, não com um minuto de silêncio, mas com um minuto de aplausos pela paz, pelo progresso e pelos direitos humanos, o legado que Andrei Sakharov nos deixou a todos nós.

(O Parlamento aplaude de pé em sinal da sua solidariedade)

Caros colegas, muito obrigado a todos.

Está encerrado este ponto.

(A sessão é suspensa por alguns instantes)

PRESIDÊNCIA: MANUEL ANTÓNIO dos SANTOS

Vice-presidente

8. Declarações de voto

Declarações de voto orais:

- Relatório: Claude Turmes (A6-0369/2008)

Mairead McGuinness (PPE-DE). - (EN) As minhas desculpas, Senhor Presidente, não ouvi V. Ex.^a. Este prémio foi de tal maneira tocante, que acho que ainda estamos um pouco aturdidos com o que aconteceu.

Saúdo o relatório Turmes. As fontes de energia renováveis têm, obviamente, um papel axial a desempenhar no âmbito dos esforços de redução da nossa dependência dos combustíveis fósseis, mas, por vezes, como tivemos ocasião de descobrir, as soluções engendram outros problemas, e foi isso sem dúvida que se deu no que respeita ao debate produção de alimentos *versus* produção de combustíveis. Precisamos de definir critérios estritos de sustentabilidade e, nesse contexto, de nos debruçar, em particular, sobre a produção de madeira, que é uma fonte altamente renovável.

Gostaria que equacionássemos uma política de ordenamento do território eficaz numa óptica o mais ampla possível. É muito importante compaginarmos a agricultura e a energia com as preocupações ligadas às alterações climáticas aqui na União Europeia, mas precisamos de o fazer, igualmente, a nível global. Não obstante, saúdo calorosamente e apoio este relatório.

Jim Allister (NI). - (EN) Senhor Presidente, não sou muito susceptível à vaga de histeria em torno das questões da energia e das alterações climáticas, mas tem de haver uma aposta muito clara no desenvolvimento das energias de fontes renováveis. Essa aposta tem, no entanto, de ser economicamente sustentável. Como tal, a corrida à energia eólica, baseada em metas inatingíveis, está longe de me convencer. Mas a principal reacção que este relatório me merece é de apoio ao abandono do enfoque nos agrocombustíveis e à aposta na biomassa proveniente de fluxos de resíduos, em detrimento da presente em produtos alimentares. A transformação dos resíduos agrícolas, domésticos e industriais em energia sempre se me afigurou a opção mais sensata no campo das energias renováveis. Assim, apoio plenamente o desenvolvimento da terceira geração de meios de produção de energia a partir de biomassa e biogás.

Zuzana Roithová (PPE-DE). – (CS) O pacote climático constitui um compromisso realista que está em consonância tanto com a minha visão de uma gestão sustentável dos recursos deste planeta, como com o meu apoio à competitividade da indústria europeia e ao emprego. Trata-se de mais um passo gradual em frente e não de um retrocesso. Não é revolucionário mas, apesar disso, dá um exemplo ao resto do mundo. É através deste relatório que a Europa de hoje, apesar da crise económica nascente, volta a declarar que assume responsabilidade pelo estado em que deixaremos a Terra às gerações futuras. Concorro que é necessário passar de uma política de agrocombustíveis mal concebida para uma política de utilização sustentável da energia produzida a partir do biogás e da biomassa e que é necessário motivar a inovação da tecnologia de conversão, de modo a que esta possa ser tão eficiente e de tanta qualidade quanto possível. As fontes de biomassa deveriam incluir sobretudo principalmente por águas residuais, resíduos de origem orgânica dos

agregados familiares e da indústria, assim como resíduos da agricultura, da pesca e da silvicultura. Deveríamos utilizar solos degradados, assim como novas matérias-primas não destinadas à alimentação humana e animal, algas, por exemplo.

Relatórios: Avril Doyle (A6-0406/2008), Satu Hassi (A6-0411/2008), Chris Davies (A6-0414/2008), Dorette Corbey (A6-0496/2008)

Oldřich Vlasák (PPE-DE). – (CS) Gostaria de explicar a razão pela qual apoiei a proposta legislativa no âmbito do pacote climático, nomeadamente, os relatórios Doyle, Davies, Hassi e Corbey. Estas propostas constituíram matéria de debates muito prolongados e de negociações entre o Conselho, representado pela Presidência francesa, e o Parlamento Europeu, representado pelos relatores e relatores-sombra da maioria dos grupos políticos. A proposta original, por exemplo, era completamente ruínoza tanto para a indústria química checa, como para a europeia. Chegou-se a um acordo no passado fim-de-semana, graças a concessões tanto dos Estados-Membros, como dos deputados do Parlamento Europeu. Foram estabelecidos critérios claros para os vários sectores da indústria e para uma introdução progressiva das diversas medidas. Deste modo, foi possível alcançar um compromisso que mantém os objectivos ambiciosos originais relativos à protecção do ambiente, estabelecendo, simultaneamente, condições que não restringirão as actividades da indústria e que não lhe são hostis.

- Relatório: Avril Doyle (A6-0406/2008)

Gyula Hegyi (PSE). – (HU) A razão pela qual votei a favor da versão de compromisso do relatório Doyle é que esta incorpora na directiva cartas rectificativas importantes. Fui eu que apresentei a carta rectificativa que daria franquia ao aquecimento urbano em rede, isentando-o de taxas ambientais. Este é um resultado importante, uma vez que são, em primeiríssimo lugar, as famílias de rendimento inferior que usam o aquecimento urbano em rede, um sistema que é também mais respeitador do ambiente do que uma caldeira individual. Estou também contente por ter sido igualmente concedida isenção à produção de calor e de frio por centrais de co-geração. Este passo representa também uma maneira de pensar respeitadora do ambiente. Há muitas outras formas de actividade que são igualmente isentas do pagamento de taxa ambiental mas que não o deveriam ser. No que me toca, ter-me-ia agradado uma directiva mais verde, mas este compromisso é melhor do que nada.

Mairead McGuinness (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, eu apoio também e saúdo calorosamente este relatório, que aperfeiçoa o RCE – e, sim, aborda as preocupações relativas às fugas de carbono, particularmente na eventualidade de não se alcançar um acordo a nível global em 2009.

Regresso à questão da produção florestal nesta era de alterações climáticas. A Europa tem de adoptar uma posição muito firme, para que se atalhe o problema da desflorestação global. Saúdo o facto de se irem canalizar fundos para esse efeito, porque, até ao momento, não foram tomadas quaisquer medidas: ele preocupa-nos a todos, mas não há qualquer acção coordenada dirigida a dar-lhe resposta. Eu estive no Brasil; sei o que se está a passar lá e noutros países, e se não abordarmos esse problema todos os nossos esforços a nível europeu serão vãos.

Leopold Józef Rutowicz (UEN). – (PL) Senhor Presidente, o documento sobre o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa prevê o apoio a medidas técnicas necessárias que, em última análise, visam reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

O regime de comércio proposto poderá encorajar a especulação, o que terá, possivelmente, um impacto negativo sobre os recursos afectadas a actividades técnicas. Por exemplo, na Polónia, uma simples lâmpada de baixo consumo energético costumava custar cerca de 5 zlotys. A seguir a uma campanha para poupar energia e incentivar as pessoas a comprar estas lâmpadas, o preço subiu e está agora em mais de 10 zlotys. Este o motivo por que o regime de comércio precisa de ser planeado e supervisionado com grande pormenor. Não apoio a directiva na sua versão actual.

Zuzana Roithová (PPE-DE). – (CS) Apoio a eliminação gradual dos títulos gratuitos de emissão de gases com efeitos de estufa para um amplo espectro de indústrias. Lamento que o Conselho se tenha oposto à transferência das receitas provenientes da sua venda para pagar o isolamento térmico das habitações. Aprecio que a Presidência francesa tenha conseguido alcançar um acordo entre os antigos e os novos Estados-Membros e tenha feito concessões no ano de base ou até 2007. Apoiei de bom grado um compromisso que permite que os objectivos do Protocolo de Quioto sejam alcançados, tendo, simultaneamente, em conta a situação económica. Gostaria que ficasse registado que exijo uma correcção da votação sobre a resolução legislativa

final, visto que, embora tenha votado a favor da resolução, a luz de controlo vermelha estava acesa, por engano.

Bogdan Pęk (UEN). – (PL) Senhor Presidente, votei contra esta Directiva, pois considero que se trata de uma das maiores fraudes na história da humanidade. Trata-se de uma decisão ridícula, baseada numa informação completamente falseada, sem qualquer fundamento científico racional, e que custará pelo menos mil milhões de euros só na União Europeia.

Este dinheiro, em vez de ser despendido de uma forma estúpida, até idiota, poderia ser utilizado no quadro de uma verdadeira acção destinada a conseguir um ambiente limpo e apropriado, uma atmosfera livre de poeiras, assim como a eliminar gases venenosos e assegurar o fornecimento de água potável, algo de que a Europa tem falta e que se tornará cada vez mais rara no futuro. Mil milhões de dólares despendidos no projecto acima citado apenas reduzirá a temperatura em 0,12 graus, o que não terá o mais pequeno efeito sobre as alterações climáticas. Trata-se de um regime absolutamente ridículo, do qual o Parlamento se deveria envergonhar.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). – (PL) Senhor Presidente, o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa terá um papel fundamental na redução das emissões de dióxido de carbono. Mantém-se um assunto especialmente controverso nos novos Estados-Membros, incluindo a Polónia, que considera que a base utilizada para calcular o resultado alcançado está incorrecta. De facto, não é apenas o indicador de 20% que interessa, mas o ano de referência usado para o interpretar. No pacote, este ano é fixado em 2005, mas os países que se opõem a esta opção defendem que o ano de referência correcto seria 1990.

As emissões de dióxido de carbono têm sofrido uma redução considerável nestes países que seguem as mudanças económicas que implementaram. As medidas tomadas durante este período envolveram um esforço significativo e um custo económico elevado. Assim, continua a entender-se que falta objectividade ao pacote de soluções proposto e que não tem em conta as reduções efectuadas até agora, bem como o potencial económico de vários países, enquanto promove alguns dos Estados-Membros antigos.

Daniel Caspary (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, desejo fazer a seguinte declaração de voto em nome do grupo dos deputados da União Democrata-Cristã da Alemanha (CDU) do *Land* de Baden-Württemberg, Alemanha. Apoiamos plenamente os esforços para reduzir de forma significativa o contributo, muito provavelmente humano, para as alterações climáticas. No entanto, não apoiámos o compromisso sobre o regime comunitário de comércio de licenças de emissão negociado entre os Chefes de Estado e de Governo no fim-de-semana.

Legislar com grande pressa – pois foi disso exactamente que se tratou – é inaceitável e antidemocrático. Além disso, o processo legislativo extremamente rápido e a apresentação dos documentos do Conselho apenas há alguns dias impossibilitou, em nossa opinião, um exame qualificado e um estudo dos documentos e, conseqüentemente, uma legislação correcta.

Isto é tanto mais inaceitável, quanto esta legislação impõe um ónus financeiro particularmente elevado aos cidadãos europeus. Segundo vários estudos, o pacote da acção climática e das energias renováveis custa à economia europeia e aos cidadãos europeus cerca de 70 a 100 mil milhões de euros, havendo ainda a ameaça da deslocalização de indústrias inteiras para outras partes do mundo através da fuga de carbono. Não podíamos aprovar um pacote com este alcance num procedimento acelerado. Propostas legislativas tão importantes como esta devem evoluir no decurso de um processo correcto com várias leituras.

- Relatório: Satu Hassi (A6-0411/2008)

Péter Olajos (PPE-DE). – (HU) Votei a favor do pacote ambiental, embora seja difícil considerá-lo completamente positivo. Sem dúvida, é uma legislação virada para o futuro, preenche uma falha e é única no mundo. Ao mesmo tempo, os objectivos nela definidos não reflectem os objectivos que os nossos cientistas definiram para travar as alterações climáticas, que constituem um dos maiores desafios que a humanidade tem pela frente. A tarefa da Europa é construir um modelo social e económico que produza baixas emissões de dióxido de carbono, uma vez que a Europa está entre os que têm maior potencial para desenvolver as tecnologias necessárias. No entanto, isto exige dinheiro e uma legislação rigorosa. Com esta decisão, a maior parte do dinheiro sai da União Europeia sob a forma de mecanismos de desenvolvimento limpo (CDM), enquanto a nossa legislação contém demasiadas excepções, demasiados mecanismos de flexibilidade e muito pouca força coerciva. No geral, pode-se dizer que, dada a consciência que temos da nossa responsabilidade e a nossa compreensão da magnitude das tarefas que temos pela frente, estamos a avançar na direcção certa,

mas não a passo suficientemente rápido, razão pela qual o meu voto foi um reconhecimento de que estamos a avançar na direcção certa, mas não da velocidade do nosso progresso em direcção a esse objectivo.

Gyula Hegyi (PSE). – (HU) O problema básico desta legislação é que alguns Estados da Europa Central e Oriental já reduziram significativamente as suas emissões de gases com efeito de estufa no fim dos anos 1980. Alguns países da Europa Ocidental, contudo, aumentaram em grande medida essas emissões, mesmo no início dos anos 2000. É por isso que pedimos um tratamento decente e o reconhecimento dos nossos esforços anteriores. De facto, conseguimos algo, mas há que entender que o balanço climático da União Europeia seria bem pior sem os esforços dos novos Estados-Membros. Seria, pois, importante que os antigos Estados-Membros participassem no regime de comércio de licenças. Em primeiro lugar, deveriam transferir parte da sua indústria para os países menos desenvolvidos da UE ou comprar licenças a estes. Aceitámos o compromisso no interesse da protecção do clima e de forma a adoptar uma abordagem europeia comum. Ao mesmo tempo, compreendo as preocupações dos ambientalistas e espero que, mais tarde, possamos tornar a legislação mais rigorosa.

Mairead McGuinness (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, como sabemos, o RCE cobre apenas metade das emissões de CO₂. Eu apoiei este relatório, especificamente, porque é necessário assegurar o envolvimento de outros sectores neste esforço. Todavia, desejo focar em particular o sector da agricultura, que enfrenta vários problemas, mas penso que temos de ter em mente que agricultura é, no fundo, produção de alimentos e que precisamos de ter isso em conta naquilo que peçamos do sector.

Penso também que os agricultores necessitam de ser integrados no processo de informação, porque lhes é exigido que procedam a mudanças de sistema, sem que se lhes esteja a ser facultada informação ou orientação capaz sobre a matéria. Precisamos de mais investigação – e ela está a ser desenvolvida nos Estados-Membros – relativa a formas de reduzir as emissões originadas pela agricultura com a cooperação dos agricultores. Eu faria um alerta, apenas: as medidas que adoptarmos na União Europeia, quaisquer que elas sejam, não devem levar a uma redução da produção de alimentos, porque esse espaço será preenchido por importações, que geram emissões que escapam em grande medida ao nosso controlo.

Syed Kamall (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, creio que todos os membros desta Assembleia estão de acordo quanto à necessidade de reduzir as concentrações de gases nocivos, independentemente de acreditarem no fenómeno do aquecimento global e no perigo que ele possa representar para a Terra ou desejarem simplesmente reduzir a poluição.

Recordemo-nos, contudo, que esta Assembleia se muda doze vezes por ano de Bruxelas para Estrasburgo, isto para não falar dos outros edifícios que temos no Luxemburgo. Para além de custar 200 milhões de euros anuais aos contribuintes europeus, isso gera um volume de emissões de CO₂ da ordem das 192 000 toneladas – equivalente ao de 49 000 balões de ar quente. É, efectivamente, tempo de o Parlamento Europeu parar de emitir tanto ar quente com estes debates e assumir a liderança, pondo fim à farsa do carrossel Bruxelas-Estrasburgo-Luxemburgo. É tempo de acabar com a hipocrisia.

- Relatório: Chris Davies (A6-0414/2008)

Mairead McGuinness (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, apoio este relatório, apesar de ser, porventura, aquele que nos inspira alguma preocupação, por não se tratar verdadeiramente de uma solução. É uma medida temporária, embora não haja alternativa ao desenvolvimento de estruturas de armazenamento de CO₂, uma vez que, no futuro, vamos continuar a produzir CO₂.

O que sucederá depois depende do esforço de investimento em investigação nesta área que fizermos. Sei que há a ideia de que, com a recessão económica, os investimentos nas questões energéticas e das alterações climáticas produzirão dividendos, resultados e empregos. Penso que é nesta área particular que nos devemos concentrar. Assim, não sendo uma solução absolutamente ecológica, isto é certamente parte da solução.

Leopold Józef Rutowicz (UEN). – (PL) Senhor Presidente, de um ponto de vista técnico, o armazenamento geológico e captura de dióxido de carbono representa um desafio muito interessante.

Contudo, o sucesso a nível técnico terá de ser alcançado com custos muito elevados e utilizando uma grande quantidade de energia. Neste momento, enquanto as empresas estão a viver grandes dificuldades em consequência da crise económica, parece que todos os nossos recursos deveriam estar concentrados na poupança de energia e na modernização e construção de centrais eléctricas "limpas" que, em vez de armazenar carbono, reduzirão consideravelmente as emissões de CO₂ sem incorrer em custos adicionais. Este tipo de

tecnologia já foi tentado e ensaiado na Europa. Tendo em conta a situação actual, não apoio investimentos no armazenamento geológico de dióxido de carbono.

- Relatório: Dorette Corbey (A6-0496/2007)

Mairead McGuinness (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, serei breve, e aproveito a oportunidade para declarar que a razão que me leva a emitir declarações de voto sobre este conjunto de relatórios é a circunstância de a possibilidade de intervir no debate sobre o "pacote" das alterações climáticas e da energia ter sido negada a muitos de nós. O único meio de nos fazermos ouvir nesta Câmara era permanecer aqui e fazer uma declaração de voto, e apelo por isso à compreensão dos senhores deputados.

Bom, para não ultrapassar o tempo de que disponho para esta questão particular: nós sabemos que temos de reduzir o volume das emissões geradas pelos transportes rodoviários. Considero que já se fez muito, porque há uma consciencialização crescente do público nesta matéria. Os incentivos a uma utilização mais eficiente do combustível e à redução das emissões dos transportes rodoviários incluem o "desincentivo" da tributação a taxas mais elevadas dos carros com maior nível de emissões e menor eficiência. Estas medidas estão já em vigor em alguns Estados-Membros. Esse é, talvez, a via certa para o sucesso.

Leopold Józef Rutowicz (UEN). - (PL) Senhor Presidente, o relatório da senhora deputada Corbey sobre a introdução de um mecanismo de monitorização e de redução das emissões de gases com efeito de estufa é importante em termos de desenvolvimento de uma política com vista à redução do efeito de estufa. Estes gases causam enormes danos nas grandes áreas urbanas, onde vive 80% da população.

Uma solução seria transitar para modos de transporte ecológicos, nomeadamente veículos eléctricos, veículos movidos a hidrogénio ou híbridos. O sector automóvel, que neste momento atravessa um período difícil, deveria receber apoio para dar início a uma produção em massa deste tipo de veículos. Essa solução reduziria consideravelmente as emissões de dióxido de carbono.

- Relatório: Guido Sacconi (A6-0419/2008)

Mairead McGuinness (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, é sabido que o transporte rodoviário é responsável por 12% das emissões de CO₂, por isso, obviamente, apoio este relatório concreto, que aborda esta questão de um modo muito claro.

Quero reiterar a minha posição e frisar que, não obstante termos dado o nosso apoio na generalidade ao presente «pacote» da energia e das alterações climáticas, considero que a sua aprovação numa única leitura deve ser encarada como um caso extraordinário.

Há muitos pontos aqui que ganhariam se fossem objecto de uma discussão mais aprofundada, em comissão, nos grupos e neste Hemiciclo. Eu teria preferido, sem qualquer dúvida, essa opção.

No entanto, compreendo que o tempo é essencial e que urgia «gravar na pedra» a posição da União Europeia para 2009. Convenhamos que, do ponto de vista processual, não era a via mais indicada, mas, no plano prático, não tínhamos grande escolha. Oxalá produza resultados.

Zuzana Roithová (PPE-DE). - (CS) Apoiei o regulamento relativo às emissões de CO₂ de veículos na versão que resultou das complexas negociações tripartidas. Os aperfeiçoamentos na tecnologia de produção de motores e a utilização de pneus, luzes e design mais respeitadores do ambiente vão permitir uma redução progressiva das emissões do nível actual de 160g para 130g de CO₂ por quilómetro. O regulamento permite pequenas variantes para fabricantes de veículos pequenos no quadro dos objectivos estabelecidos. O Parlamento insiste simultaneamente numa aplicação rigorosa de multas por violação das normas acordadas em conjunto. Gostaria de dizer que concordo com a senhora deputada Kamall. É pena que os Estados-Membros se estejam a recusar a acabar definitivamente com as mudanças desnecessárias e, por isso, desrespeitadoras do ambiente, do Parlamento Europeu doze vezes por ano, de Bruxelas para Estrasburgo.

Albert Deß (PPE-DE). - (DE) Senhor Presidente, também eu apoio a produção de automóveis que necessitem de cada vez menos combustível. Sou igualmente a favor da fixação de limites de consumo – limites que, todavia, devem ser realistas. Absteve-me na votação deste relatório, pois não creio que seja correcto estabelecer multas até 475 euros por tonelada de CO₂ que exceda estes baixos valores-limite.

Há muitas possibilidades de poupar CO₂ a um custo significativamente inferior. Este é um caso de discriminação unilateral, em particular, contra automóveis de alta qualidade que são fabricados no meu

Estado federado, o *Land* da Baviera. É possível economizar CO₂ a um custo significativamente mais baixo no isolamento dos edifícios. Equipei a minha casa com um isolamento térmico completo, que permite poupar 7 000 litros de óleo de aquecimento por ano – não é possível fazer tais economias com o meu automóvel. Devemos enveredar pelo caminho certo, daí a minha abstenção.

- Recomendação para segunda leitura: Alejandro Cercas (A6-0440/2008)

Hubert Pirker (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, considero particularmente lamentável que, apesar do amplo apoio dos deputados, a minha proposta de iniciativa de manter o domingo como dia não útil não tenha sido incluída na votação neste Parlamento. A Europa assenta em valores cristãos: a protecção da família constitui uma especial preocupação para nós e o domingo é o dia especial para a prática desses valores. Esta directiva teria sido precisamente o instrumento certo para consagrar o domingo como dia não útil em toda a Europa, razão por que considero lamentável que isso não tenha acontecido.

Em segundo lugar, devo dizer que rejeitei as posições do Conselho sobre a directiva relativa à organização do tempo de trabalho, posto que os horários de trabalho teriam sido alargados e o tempo de permanência descontado como tempo de trabalho, além de que as normas europeias teriam ficado comprometidas por uma série de *opt-outs*. Apraz-me que o Parlamento tenha conseguido garantir agora a realização de negociações com o Conselho.

Kristian Vigenin (PSE). – (BG) Gostaria de expressar a minha satisfação pelo facto de o Parlamento Europeu ir votar no sentido de abandonar a cláusula *opt-out*, que permite aos Estados-Membros derrogar, à sua discrição, a norma da semana de trabalho de 48 horas.

A cláusula *opt-out* é prejudicial para os trabalhadores, dando azo ao tratamento injusto, à exploração, assim como a danos para a saúde das pessoas. Somos membros de uma união e as normas devem aplicar-se igualmente a todos. Não podemos reforçar a nossa competitividade à custa da saúde e das vidas dos trabalhadores. O Parlamento deve enviar ao Conselho um sinal inequívoco sobre aquilo que os cidadãos da Europa pretendem.

Dei, no entanto, o meu apoio às propostas do Conselho relativamente aos períodos activo e inactivo do tempo de permanência. As situações específicas variam conforme o país, o que significa que a aplicação das disposições adoptadas hoje pelo Parlamento Europeu causariam dificuldades significativas ao meu país, afectando também os profissionais da medicina. Os efeitos poderiam posteriormente alastrar-se causando problemas em todos os sectores. É por isto que espero que o Comité de Conciliação chegue a compromissos sensatos.

Gostaria de terminar apelando aos governos europeus, especialmente aos países da Europa Central e Oriental, para que apliquem controlos mais rigorosos relativamente ao cumprimento da legislação laboral. No fim de contas, não é segredo nenhum que, mesmo nos tempos que correm, centenas de milhares de Europeus trabalham em condições abjectas e durante períodos muito mais longos do que aqueles que estão previstos nas normas estatutárias sobre o tempo de trabalho.

Aurelio Juri (PSE). – (SL) Muito obrigado por me dar a palavra. Poucos de vós no Parlamento me conhecem, pois só me tornei deputado em Novembro, e hoje é a primeira vez que me dirijo ao Parlamento. Pedi a palavra para vos cumprimentar e dizer que anseio por que trabalhemos juntos mas, acima de tudo, para saudar o que hoje conseguimos com a votação do relatório do senhor deputado Cercas.

Defendemos a dignidade de quem trabalha, defendemos uma Europa empenhada socialmente e uma Europa da solidariedade. Adaptemos o trabalho ao homem, e não o homem ao trabalho, como dizem os sindicatos. No que diz respeito às horas de trabalho, hoje fomos bem sucedidos.

Agradeço, portanto, ao relator, o senhor deputado Cercas, e a todos vós, por votarem como votaram, e agradeço-vos também em nome dos trabalhadores eslovenos. Obrigado.

Simon Busuttil (PPE-DE). – (MT) Votei a favor da manutenção da possibilidade de *opt-out* e, obviamente, não me sinto contente ou sequer satisfeito com o resultado da votação de hoje. Não aceito a acusação feita por alguns de que quem é a favor da manutenção do *opt-out* está a discriminar os trabalhadores ou de que essa possibilidade seja anti-social. Afinal o que está em causa? Por que razão alguém é considerado contrário aos interesses dos trabalhadores por acreditar no direito dos trabalhadores a decidirem quantas horas pretendem trabalhar? Como pode alguém ser considerado contrário aos direitos dos trabalhadores quando apenas pretende que aqueles que querem trabalhar mais para poderem ganhar mais sejam autorizados a

fazê-lo? Há quem precise de ganhar mais dinheiro para conseguir pagar a hipoteca, não podendo, graças ao voto de hoje, fazê-lo. Votei a favor da manutenção do *opt-out* porque penso que a decisão deve caber aos próprios trabalhadores.

Zita Pleštinšká (PPE-DE). – (SK) Na votação, apoiei a posição comum adoptada pelo Conselho no que diz respeito ao pacote de duas directivas – a directiva relativa ao tempo de trabalho e a directiva relativa ao trabalho temporário – porque este compromisso assegurou mais flexibilidade no mercado de trabalho.

De acordo com a cláusula de derrogação, os Estados-Membros da UE poderiam permitir aos trabalhadores que trabalham no seu território trabalhar mais de 48 horas por semana, caso o trabalhador concorde com o tempo de trabalho mais prolongado, que, nos termos do compromisso, poderia ascender até às 60 ou 65 horas por semana, em conformidade com as condições estabelecidas.

A votação de hoje sobre a posição de compromisso vem na sequência de um esforço de cinco anos por parte dos Estados-Membros para chegarem a um compromisso. O trabalho no Parlamento Europeu ensinou-me como é difícil obter um compromisso e, por isso, lamento que o Parlamento Europeu tenha rejeitado a posição comum do Conselho.

Antonio Masip Hidalgo (PSE). – (ES) Senhor Presidente, hoje foi um dia de grande emoção, com os Prémios Sakharov, e também, para mim pessoalmente, com a presença, na nossa galeria, do Presidente da República Árabe Saharaui Democrática, que se bate pela autodeterminação do seu povo, a legítima autodeterminação do seu povo.

É também um dia histórico porque este Parlamento se colocou ao lado do seu povo soberano, o povo que, através do seu voto, nos trouxe todos a esta Câmara.

Felicitó o meu colega Alejandro Cercas pelo seu relatório. Ele bateu-se duramente todos estes anos para chegar a esta posição, uma posição que é política e socialmente importante para os sindicatos e para todos trabalhadores da Europa. Faço um apelo aos governos que ainda não o fizeram e também à Comissão para que sigam o nosso exemplo e escutem a voz do povo, tal como o Parlamento Europeu a escutou desta vez.

Zuzana Roithová (PPE-DE). – (CS) Hoje, não apoiei a proposta relativa às mudanças no tempo de trabalho, tal como foi apresentada pelo Conselho e pela nossa comissão. Considero essencial que a directiva volte a ser debatida calmamente com o Conselho. Por um lado, temos de permitir flexibilidade nos acordos relativos ao tempo de trabalho, em especial para trabalhadores de pequenas e médias empresas, e também temos de proteger o domingo como um dia de descanso. Por outro lado, é essencial alterar o regime para a prestação de serviços de permanência, de acordo com a natureza variada destes serviços. Como o *opt-out* é uma solução que os deputados do Parlamento Europeu rejeitaram, infelizmente, e que seria adequada para serviços de permanência, como porteiros, bombeiros e outras profissões, será necessário encontrar soluções específicas e diferentes para os médicos, tendo, simultaneamente, em conta a segurança dos doentes. Uma outra possibilidade seria excluir os cuidados de saúde do âmbito desta directiva, uma vez que a organização dos cuidados de saúde não foi incluída nas políticas da União Europeia, o que é sensato.

Mairead McGuinness (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, penso que o resultado desta votação acaba por ser o melhor, pois vai permitir uma melhor ponderação de uma matéria muito complexa em que existe uma grande multiplicidade de pontos de vista. Falando em nome dos membros do Grupo PPE-DE do Fine Gael: apoiámos a alteração 9 e abstivemo-nos nas votações relativas à cláusula *opt-out*, porque a Irlanda não utiliza, nem tenciona utilizar, essa faculdade.

Quanto aos domingos e ao dia de descanso, anseio por esses dias maravilhosos e, por conseguinte, apoiei a ideia, sobretudo para estimular o debate. Sei que não foi aprovada, mas talvez fosse de reflectirmos sobre a necessidade de uma pequena pausa.

Queria alterar o meu voto nas alterações 13 e 14 – devia ser «menos» e não «mais».

Posso sugerir aos membros deste Parlamento que acatemos as normas que pretendemos impor às outras pessoas? Não temos o mínimo respeito pela vida familiar ou pelos horários de trabalho. Trabalhamos incessantemente – já não tenho tanta certeza é de que seja sempre com eficiência, mas não paramos dia e noite –, por isso, se vamos impor estas regras aos outros, talvez devêssemos adoptá-las para nós próprios.

Kathy Sinnott (IND/DEM). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de ter votado a favor da pretensão dos médicos menos graduados dos hospitais a respeito dos períodos de inactividade durante o tempo de permanência.

No entanto, não pude deixar de me abster. Tenho perfeita noção do impacto que a contabilização como tempo de trabalho da totalidade do tempo de permanência é susceptível de produzir nos serviços, sobretudo nos estabelecimentos de prestação de cuidados a idosos, pessoas com deficiência, crianças e outros grupos vulneráveis.

Em alguns sectores, mormente em tempo de constrangimentos orçamentais, ela duplicará os custos e, consequentemente, reduzirá a metade o serviço e inviabilizará a prestação de outros serviços. Pensem os senhores deputados, por exemplo, nos pais das residências comunitárias ou nos fins-de-semana de descanso dos cuidadores nos próprios estabelecimentos.

Ao centrarmo-nos no caso dos médicos, que têm uma razão de queixa válida, descurámos algumas das situações – como a dos pais de acolhimento – em que a permanente disponibilidade do pessoal é o factor mais relevante da função. Precisamos de arranjar um meio de proteger, à uma, os trabalhadores e os grupos vulneráveis.

Zsolt László Becsey (PPE-DE). – (HU) Desagrada-me muito que, na segunda leitura, não tenhamos conseguido aceitar a posição do Conselho. A razão para tal é que temos de estar a favor da competitividade. Não é questão de trabalho de escravo; mesmo que alguém quisesse, só poderia trabalhar um máximo de 60-65 horas por semana. Em vez disso, optámos pelo caminho da inflexibilidade total, com períodos de repouso compensatório imediatamente reclamáveis, o que deixa os empregadores de trabalhadores sazonais, por exemplo, numa posição completamente impraticável. Gostaria de chamar a atenção dos meus colegas deputados para o facto de que uma pessoa que é contratada por uma entidade patronal e a quem é dada a opção de escolher as condições nas quais vai trabalhar se encontra numa situação bem melhor do que o empregado altamente protegido que está desempregado. Por esta razão, estou muito descontente com a não participação. No que diz respeito ao tempo de permanência, acabei por votar a favor da nona alteração, uma vez que era claro que íamos para conciliação, nomeadamente porque isto pode ser resolvido a nível nacional com base na alteração.

Frank Vanhecke (NI). – (NL) Senhor Presidente, pessoalmente, há muito tempo que sou de opinião que a Europa não deve prosseguir a uniformidade, e neste Parlamento também devíamos começar a aprender a aceitar que nem tudo deve se regulamentado à escala da União Europeia e que há uma série de normas e costumes nacionais que devemos respeitar, nomeadamente os que dizem respeito à protecção dos trabalhadores e à legislação relativa à saúde e à segurança no trabalho e à organização do tempo de trabalho.

O que é importante, em meu entender, é que sejam os Estados-Membros a decidir, e a legislação de trabalho, em todas as suas facetas, deve, na minha perspectiva, continuar a ser uma competência exclusiva dos Estados-Membros. A Comissão e o Tribunal de Justiça não deveriam intrometer-se nesta matéria. É isto a subsidiariedade, e todos nós somos a favor da mesma, não somos?

À luz desta realidade, oponho-me firmemente à supressão dos *opt-outs* e entendo que cumpre aos Estados-Membros, e inclusivamente aos Estados federais dos Estados-Membros, determinar se as pessoas devem ou não trabalhar ao domingo.

Daniel Hannan (NI). – (EN) Senhor Presidente, Alejandro Cercas, o autor deste relatório, é um socialista muitíssimo cativante e inteligente e tem uma certa razão na sua asserção de que existe uma assimetria, fruto de algumas derrogações e opções de não participação. Num mundo ideal, nenhum país mandaria os seus trabalhadores parar de trabalhar ao cabo de um determinado número horas arbitrariamente estipulado por decreto. Isso é moralmente errado. Se eu desejar trabalhar para si, Senhor Presidente, e V. Ex.^a desejar os meus serviços e os termos do contrato agradarem a ambos, nem o nosso Governo nem a União Europeia deve ter o direito de se interpor entre nós e declarar ilegal esse contrato. Mas, para lá do plano ético, também do prisma económico é uma perfeita insensatez vir impor custos adicionais às economias europeias numa conjuntura como a actual. Por outro lado, eu sou *souverainiste*, e, se outros países desejam impor essas restrições à sua população, que é igualmente o seu eleitorado, isso é com eles. O que é revoltante é que se imponham tais regras a nível europeu ao Reino Unido, por meio quer de directivas como a presente quer do activismo judicial inaugurado com a Carta dos Direitos Fundamentais. Se queremos isso, devemos convocar um referendo sobre a matéria. *Pactio Olisipiensis censenda est!*

Syed Kamall (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, os senhores deputados sabem como os socialistas se arrogam a condição de defensores dos trabalhadores, mas há um dito acerca dos políticos socialistas: a maioria são intelectuais de classe média e o resto já não sabe de onde veio.

Permitam-me que lhes conte uma história. O meu Pai era motorista de autocarro e sempre que lhe surgia uma conta inesperada ou que havia uma excursão da escola e queria que eu fosse, fazia umas horas extraordinárias só para pagar a dita conta ou para eu poder ir na excursão.

Se a directiva relativa à organização do tempo de trabalho já existisse nesse tempo, nada disso teria sido possível. Ninguém deve ser forçado a fazer horas extraordinárias contra sua vontade. Penso que todos estamos de acordo nesse ponto, independentemente da bancada em que nos sentemos neste Parlamento, mas se olharmos ao impacto daquilo que hoje votámos, concluímos que se trata de um murro na cara dos trabalhadores e trabalhadoras que desejam ter a possibilidade de fazer algumas horas extraordinárias para proporcionarem uma vida melhor às suas famílias. Os socialistas deviam ter vergonha!

Siiri Oviir (ALDE). - (ET) Gostaria de fazer uma declaração relativamente ao meu voto sobre a Directiva relativa ao Tempo de Trabalho. Tem a ver com o facto de que a minha máquina de voto teve uma anomalia durante a votação das propostas de alteração 34 e 35. Votei a favor dessas propostas, mas acendeu-se uma luz vermelha.

Continuo a ser da opinião de que todo o tempo de permanência, incluindo tempos de inactividade em certas alturas, é tempo de trabalho.

Porque penso assim? Não depende do médico ou do bombeiro (cuja entidade patronal exige que esteja no trabalho e exige especificamente a prestação de um serviço) que um doente precise de um médico ou que haja um incêndio. Isso não depende dessas pessoas. Elas estão no seu local de trabalho, isto é tempo de trabalho, e peço para que o sentido do meu voto sobre estas alterações seja corrigido na acta.

- Relatório: Inés Ayala Sender (A6-0371/2008)

Mairead McGuinness (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, este é um relatório de grande qualidade e a dimensão transfronteiras da segurança rodoviária carece de ser abordada. Contudo, quero utilizar estes 90 segundos para levantar uma questão séria.

Há sítios na Internet a anunciar cartas de condução para venda. Insinuam que o negócio, apesar de furtivo, não é ilícito, e exploram o facto de existirem mais de 100 tipos diferentes de cartas de condução na União Europeia e de haver muito pouca coordenação entre as autoridades que as emitem. Assim, alguém que não tenha carta, ou que tenha reprovado no exame de condução ou perdido a carta, dispõe da possibilidade de obter uma por esta via assaz duvidosa. No mínimo, estamos perante um expediente fraudulento para extorquir dinheiro a terceiros; na pior das hipóteses, é um meio de facultar a pessoas que não deveriam andar nas estradas uma forma de continuarem a guiar. Levantei esta questão junto da Comissão e do Conselho. Ela exige uma resposta ao nível da UE.

Declarações de voto escritas:

- Relatório: Claude Turmes (A6-0369/2008)

Alessandro Battilocchio (PSE), por escrito. - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor da directiva relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis, cujo texto foi coordenado pelo senhor deputado Claude Turmes.

Esta directiva é uma oportunidade fundamental para o futuro da União Europeia, pois representa o caminho no sentido da terceira Revolução Industrial e uma oportunidade de se criarem milhões de postos de trabalho, tornando uma realidade a defesa do ambiente e, ao mesmo tempo, promovendo o crescimento económico e a competitividade. No que respeita aos biocombustíveis, espero que a Comissão consiga fazer respeitar os critérios de sustentabilidade na Europa e no resto do mundo, incentivando o comércio internacional de biocombustíveis mais limpos e mais competitivos.

Adam Bielan (UEN), por escrito. - (PL) Votei a favor do relatório do senhor deputado Turmes. Um dos objectivos da União Europeia, em termos de energias renováveis, é a renovação das cidades na Europa Central e Oriental aumentando a sua eficiência energética. É importante, não só do ponto de vista do sector energético, mas também por razões ambientais, modernizar os transportes públicos, bem como os sistemas de aquecimento local, transitando para fontes alternativas de energia.

Além disso, as instituições e as empresas podem beneficiar, para o efeito, de um elevado financiamento a partir do orçamento da UE. Por exemplo, foram afectados mais 720 milhões de euros para o programa "Energia Inteligente", que promove a diversificação das fontes energéticas e a utilização de energias renováveis.

Šarūnas Birutis (ALDE), por escrito. – (LT) Os combustíveis fósseis há muito constituem o oxigénio da sociedade. Como sabemos, a modernização não teria sido possível sem reservas abundantes de petróleo, carvão e gás a preços reduzidos. No entanto, este tempo está a chegar ao fim. A bem da segurança energética e da economia, mas sobretudo tendo em consideração as alterações climáticas, impõe-se uma modificação profunda nos nossos sistemas de energia e transportes.

Durante muitos anos as alterações climáticas foram consideradas um problema sobretudo ambiental. Hoje, porém, é pacificamente aceite que as alterações climáticas afectam todos os sectores da sociedade e que, se não resolvermos rapidamente esse problema, as consequências para a sociedade serão desastrosas.

Carlos Coelho (PPE-DE), por escrito. – A utilização de energias renováveis nos transportes é dos instrumentos mais eficazes para a UE reduzir a sua dependência do petróleo. Sabemos também que o controlo do consumo de energia na Europa e a utilização de energia proveniente de fontes renováveis constituem partes importantes do pacote de medidas necessárias para combater as alterações climáticas.

Creio que o mais importante deste relatório é manter o objectivo final vinculativo de 20% de energias renováveis em 2020, incluindo o objectivo mínimo de 10% de renováveis nos transportes.

Para Portugal, a inclusão da energia das ondas na definição de energia renovável constitui uma oportunidade de usar o nosso potencial energético para atingir os objectivos. O facto de o relatório contemplar um incentivo para os biocombustíveis de segunda geração não só credibiliza o documento, como garante a sustentabilidade do uso de renováveis para o sector dos transportes. Para alcançar um modelo energético que apoie as energias renováveis, considero fundamental o documento incentivar mecanismos de cooperação estratégica entre os Estados-Membros.

Este relatório é fundamental por si só e como parte de um acordo (pacote clima-energia). Ao mesmo tempo que está garantida a preservação da integridade ambiental, o acordo permitirá atingir os objectivos 20/20/20 em 2020. As metas atribuídas aos Estados-Membros são ambiciosas mas exequíveis.

Avril Doyle (PPE-DE), por escrito. – (EN) O senhor deputado Turmes propõe uma importante peça de legislação que versa sobre a questão vital da promoção da utilização de energia produzida a partir de fontes renováveis. No quadro do "pacote" alargado do clima e da energia, a energia proveniente de fontes renováveis deverá representar 20% da energia consumida (incluindo electricidade, calor e transportes) até 2020. Isto, aliado a outras medidas incluídas no "pacote clima-energia", constitui uma boa base para o combate às alterações climáticas, fomentando o investimento em, e o recurso, a fontes de energia renováveis, uma aposta renovada na investigação e no desenvolvimento e um meio com vista à consecução do objectivo de garantir a segurança e a independência energéticas.

As metas vinculativas assegurarão em cada Estado-Membro a consecução a nível europeu dos objectivos acordados. Conjugadas, a cooperação, a solidariedade e a inovação permitir-nos-ão atingir as metas que não podemos mais dar-nos ao luxo de falhar.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito. – Este é um tema do denominado "pacote clima-energia". Trata da promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis, abrangendo os seguintes sectores: electricidade, aquecimento e arrefecimento e transportes. O objectivo é que a UE aumente para 20% a parte das energias renováveis no consumo de energia até 2020, estabelecendo metas globais nacionais para cada Estado-Membro e fixando também uma meta de 10% de energias renováveis no sector dos transportes até essa data.

De acordo com informações divulgadas, para Portugal, a meta para a quota de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final de energia em 2020 é fixada em 31%, tendo em conta o ponto de partida (em 2005, a quota em Portugal era já de 20,5%) e o potencial nacional em energias renováveis. A meta de 10% para as energias renováveis nos transportes é, em contrapartida, fixada ao mesmo nível para todos os Estados-Membros.

Ora, a verdade é que, embora tenhamos votado favoravelmente no final, temos sérias dúvidas sobre a sua concretização, dado ser enganador partir do princípio que conhecemos bem a grandeza dos recursos renováveis exploráveis ou que dominamos as tecnologias para o fazer. Era preferível fixar montantes de investimento público e privado e promover um plano geral de levantamento e cartografia para classificação e quantificação de recursos energéticos renováveis.

Glyn Ford (PSE), por escrito. – (EN) Saúdo o relatório Turmes sobre a energia proveniente de fontes renováveis, mas tenho consciência de que será difícil cumprirmos os objectivos. Na minha região, o Sudoeste da Inglaterra,

o nosso principal contributo para a consecução dessa meta será uma espécie de réplica da central maremotriz do Severn. Como se trata de um projecto de execução morosa, é essencial que o Governo britânico procure acautelar alguma margem de tolerância para quaisquer eventualidades e que a Comissão lha conceda.

Mathieu Grosch (PPE-DE), por escrito. – (DE) Votei a favor do relatório sobre a acção climática e as energias renováveis, uma vez que abrange várias directivas que estão em consonância com o objectivo da UE de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% até 2020, e mesmo em 30% caso se alcance um acordo internacional. É o resultado de longas negociações e de um compromisso entre os representantes do Parlamento e do Conselho – ou seja, dos 27 Estados-Membros.

Uma das directivas diz respeito às energias renováveis. Inclui o objectivo de aumentar a quota-parte das energias renováveis para 20% e melhorar a eficiência energética em 20%. Além disso, 10% do combustível consumido devem provir de energias renováveis. Foram definidos critérios de sustentabilidade e, consequentemente, melhorada a usabilidade. Congratulo-me com estas normas, pois não só reduzem a dependência energética da Europa e criam novos postos de trabalho, como também promovem a inovação no desenvolvimento tecnológico.

A directiva relativa ao regime comunitário de comércio de licenças de emissão (RCLE) actualiza o RCLE em vigor e determina que as indústrias devem agora comprar em leilão os direitos de emissão, que anteriormente eram livres. Há derrogações sob a forma de períodos de transição para os Estados-Membros da Europa Oriental, que de início apenas têm de comprar licenças para 30% das suas emissões. Além disso, são previstos incentivos para a eficiência energética, bem como, embora sem especificação da finalidade, uma obrigação por parte dos Estados-Membros de investirem pelo menos metade das receitas em países em desenvolvimento e em novas tecnologias. Saúdo o equilíbrio bem sucedido entre a tomada em consideração das indústrias que enfrentam tarefas difíceis e uma política ambiental ambiciosa.

A outra directiva rege a partilha de esforços no que diz respeito às emissões não abrangidas pelo RCLE. Isso inclui, nomeadamente, os sistemas de aquecimento e de ar condicionado e muitos sectores da economia (transportes, pequenas instalações industriais, o sector dos serviços e a agricultura) que não são abrangidos pelo RCLE, mas que dão um contributo significativo para as emissões de gases com efeito de estufa. Além disso, serão introduzidos neste domínio objectivos de longo prazo, incluindo uma redução de 35% nas emissões de gases com efeito de estufa até 2035 e uma redução de 60-80% até 2050.

A directiva relativa à captura e ao armazenamento geológico de dióxido de carbono (captura e armazenamento do carbono, CAC), permite a separação de CO₂ dos gases residuais e, em seguida, o seu armazenamento no subsolo; até 2015 deverão ser financiadas 12 centrais CAC. Embora reconheça a CAC como uma tecnologia-chave de transição, creio que deve ser dada uma importância especial à segurança de armazenamento.

Outra directiva estabelece normas relativas aos valores-limite para as emissões de CO₂ dos automóveis novos. O limite médio superior das emissões para todos os automóveis novos será de 120 gramas de CO₂ por quilómetro em 2015, e de 95 gramas por quilómetro em 2020. As sanções previstas na proposta da Comissão por não cumprimento dos valores-limite foram reduzidas devido à crise económica, e são agora de 5 a 95 euros, dependendo do montante em que os valores sejam excedidos. A partir de 2019, no entanto, a multa prevista é de 95 euros a partir do primeiro grama de CO₂ em que o valor-limite é excedido.

Congratulo-me com o compromisso alcançado entre as instituições europeias, pois muitas vezes é fácil criticar, mas chegar a um compromisso é um desafio. As normas acordadas são o resultado do sucesso das negociações entre países que podem ser muito diferentes em termos económicos, mas que apesar disso perseguem um objectivo comum. O facto de os novos Estados-Membros, em particular, não poderem cumprir todos os objectivos neste curto espaço de tempo sem correrem o risco de desintegração de sectores inteiros da actividade económica e de serem confrontados com a catástrofe social não deve ser negligenciado ao estabelecer uma visão de conjunto dos objectivos europeus.

Vejo o pacote da acção climática e das energias renováveis não só como um passo importante, mas mesmo como um grande salto, que impedirá o avanço das alterações climáticas e reforçará a preeminência da Europa na via de uma política de energia eficiente. A Europa conseguiu falar a uma só voz, o que permitirá intensificar as nossas exigências também a nível internacional. Um desafio importante neste contexto é evitar o dumping ambiental a nível internacional. Por esta razão, aos países que não conseguirem cumprir o Protocolo de Quioto, não estando, portanto, vinculados pelas normas de emissões de CO₂, deve ser-lhes aplicado um imposto de importação, ou devem ser tomadas medidas semelhantes a fim de impedir o dumping ambiental.

Este é um aspecto que deve ser tomado em consideração aquando da preparação do acordo que vai suceder ao Protocolo de Quioto na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, em Dezembro de 2009, onde entre os negociadores se incluem os EUA, a China e a Índia. O pacote da acção climática e das energias renováveis criou uma base sólida para a consecução de um novo acordo internacional.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor do relatório Turmes sobre energia renovável. O meu país, a Escócia, é rico em fontes de energia renováveis, como o vento e a força das marés. É fundamental que a Europa tome a dianteira na promoção da energia proveniente de fontes renováveis – e eu acentuo a aspiração de ver uma Escócia independente desempenhar um papel fulcral no processo global de desenvolvimento das tecnologias de produção de energia de fontes renováveis.

Jean Lambert (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor desta proposta por considerar que ela constitui um importante sinal de alerta para a necessidade de reconversão da produção de energia, com a adopção de combustíveis não fósseis e menos poluentes na UE e fora dela. A meta de 20% é vinculativa e constitui um objectivo mínimo. Agora, impõe-se integrar a eficiência energética também nos planos de acção em matéria de energias renováveis dos Estados-Membros. Os mecanismos de apoio a esse nível foram igualmente salvaguardados, o que é essencial para que haja confiança por parte dos investidores. É verdade que o resultado na frente dos biocombustíveis fica aquém do que eu desejaria. Mantivemos a meta de 10%, apesar de termos introduzido uma restrição efectiva da parcela proveniente de agrocombustíveis, e eu saúdo essas medidas adicionais. Em muitos pontos, o Conselho divergiu dos pontos de vista do Parlamento. Ele necessita, deveras, de começar a ter em conta a realidade do fenómeno das alterações climáticas e de usar esta directiva como base para um esforço de construção de um futuro com baixas emissões de carbono.

David Martin (PSE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor deste relatório, que reforça as nossas obrigações no campo das metas em matéria de renováveis e proporciona um grande ensejo para o fomento das fontes de energia próprias da UE, o ataque ao problema das alterações climáticas, o reforço da segurança do aprovisionamento e a promoção da competitividade, do crescimento e da criação de emprego. Apoiei este relatório pelo facto de integrar uma cláusula de revisão, com vista à avaliação em 2014 dos impactos do acréscimo da utilização de combustíveis de fontes renováveis nos transportes, destinada a prevenir o risco de a redução das nossas emissões de CO₂ vir a produzir efeitos perversos sobre o preço dos alimentos ou a utilização do solo. O relatório fixa uma quota mínima de incorporação de 5% para os combustíveis renováveis utilizados nos transportes até 2015, com uma meta de 20% para promoção da utilização de automóveis eléctricos. Em 2020, a quota sobe para 10% para os combustíveis renováveis no sector dos transportes, com um objectivo de 40% para a utilização de automóveis movidos a electricidade e a hidrogénio. O relatório integra critérios rigorosos de sustentabilidade, para poder levar efectivamente a mudanças positivas e reduções das emissões, e é isso que me leva a apoiá-lo.

Eluned Morgan (PSE), *por escrito*. – (EN) Este relatório representa uma revolução na forma como produzimos energia na UE. A meta dos 20% para a quota global de energia proveniente de fontes renováveis até 2020 é extremamente ambiciosa, embora necessária, caso queiramos vencer a luta contra as alterações climáticas. No entanto, espero que a Comissão seja flexível na sua interpretação do prazo para o cumprimento destas metas, se se quiser incluir grandes projectos como a central de Severn.

A meta de 10% para as energias renováveis nos transportes é um aspecto essencial deste pacote e dos esforços para a consecução do objectivo da UE de criação de uma economia de baixo carbono. Esta chamada "meta para os biocombustíveis" foi melhorada consideravelmente a fim de assegurar que só os biocombustíveis que conseguem verdadeiras reduções de emissões sem aumentar os preços dos alimentos serão permitidos na UE. Incluiu-se igualmente um rigoroso conjunto de critérios sociais, salvaguardando as populações dos países em desenvolvimento, que, de outra forma, seriam afectadas adversamente pelo rápido desenvolvimento da produção de biocombustíveis.

Daciana Octavia Sârbu (PSE), *por escrito*. – (RO) Um dos componentes mais importantes do pacote das alterações climáticas é a proposta de directiva que estabelece uma meta vinculativa de 20% para a quota de energia proveniente de fontes renováveis no consumo energético total da UE até 2020. A directiva oferece a oportunidade de adquirir novas tecnologias, criar novos empregos e reduzir a dependência do petróleo.

O Parlamento Europeu desempenhou um papel importante ao fixar critérios de sustentabilidade para os biocombustíveis, assim como critérios sociais que, na actual crise económica, são de importância crucial para os cidadãos da União Europeia. As alterações climáticas e a falta de segurança energética implicam que temos de promover novos métodos de produção de energia, sem no entanto pôr em perigo a disponibilidade de produtos alimentares. É necessário assegurar que a aplicação desta directiva não põe em risco os solos

aráveis e as florestas. De qualquer modo, os biocombustíveis derivados das matérias-primas cultivadas nestes solos não serão considerados como fazendo parte dos incentivos previstos. A União Europeia mostrará, uma vez mais, que é líder na promoção das energias eólica, solar e hidroeléctrica, bem como na energia proveniente de outras fontes alternativas.

Lydia Schenardi (NI), *por escrito*. - (FR) Tivemos ocasião de afirmar aqui repetidas vezes que o simples objectivo de reduzir a dependência da União Europeia das importações de gás ou de hidrocarbonetos poderia só por si justificar a promoção das energias renováveis.

O compromisso hoje apresentado, que se insere no "pacote energia-clima", é um compromisso como todos os outros: nem completamente mau, nem completamente satisfatório.

Nomeadamente, não é completamente satisfatório no que se refere aos biocombustíveis, de segunda geração ou não: insuficiente garantia quanto à concorrência com as produções alimentares, indefinição quanto às eventuais alterações à afectação dos solos, silêncio quanto à pegada de carbono dessas fontes de energia...

Não é completamente convincente relativamente à "garantia de origem", suposta identificar, nomeadamente, a electricidade verde, quando se conhece a realidade do que se passa com o aprovisionamento de electricidade, as publicidades enganosas na matéria e o aumento de custo para os consumidores.

Por fim, não é minimamente satisfatório quanto às consequências sociais: gostaríamos de ter a certeza, como aliás para o conjunto deste pacote legislativo, adoptado neste momento em que está a ter início uma crise mundial que promete ser profunda e longa, que, se a situação económica o exigir, os interesses dos cidadãos e dos trabalhadores europeus terão prioridade sobre qualquer outra consideração.

Bart Staes (Verts/ALE), *por escrito*. - (NL) Votei convictamente a favor do compromisso alcançado sobre energia proveniente de fontes renováveis. O meu colega e relator do Grupo dos Verdes, senhor deputado Turmes, realizou um trabalho magnífico. Graças aos seus esforços, e também aos esforços de todo o Parlamento, será definido um quadro legislativo adequado, que irá garantir que a quota global de energia proveniente de fontes renováveis não será inferior a 20% até 2020.

Isto não é publicidade, mas uma verdadeira revolução energética, estabelecida para criar um número muito considerável de empregos. Alguns relatórios chegaram a referir mais de 2 milhões de empregos, que incluem empregos altamente qualificados, nomeadamente engenheiros, *designers* e cientistas de alta craveira, mas também empregos - a maioria deles, aliás - para técnicos, pessoas que fabricam rodas dentadas, instalam painéis solares e estruturas para a geração de energia eólica.

Depois de muitas negociações, foram também adoptadas as propostas originais sobre agrocombustíveis e biocombustíveis. Os Verdes não estão, no entanto, totalmente satisfeitos com esta tecnologia, e vamos recomendar condições estritas sobre a utilização deste tipo de combustíveis. No relatório Turmes, os critérios de sustentabilidade foram claramente restringidos, e é igualmente feita uma referência aos critérios sociais no quadro da Organização Internacional do Trabalho. Os agrocombustíveis só são admissíveis se proporcionarem mais energia do que aquela de que necessitam, e não devem competir com a produção de alimentos.

Catherine Stihler (PSE), *por escrito*. - (EN) O relatório constitui um importante progresso no que respeita à pressão exercida sobre os Estados-Membros para que cumpram as respectivas metas em matéria de fontes de energia renováveis. As fontes de energia renováveis são vitais na nossa luta contra as alterações climáticas.

- Relatório: Avril Doyle (A6-0406/2008)

Adamos Adamou (GUE/NGL), *por escrito*. - (EL) O Parlamento Europeu e o Conselho, num esforço para melhorar e alargar o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa e atingir o objectivo de reduzir as emissões na UE em 20% até 2020, propõem alterar a Directiva 2003/87/CE.

Em 17 de Dezembro de 2008 o plenário aprovou alterações de compromisso apresentadas pelos relatores-sombra dos grupos PPE-DE, PSE, GUE/NGL, ALDE, UEN e Verts/ALE. Apesar de termos votado a favor dessas alterações, que estabelecem metas mais elevadas de redução de emissões de gases com efeito de estufa, (medida que constituía um dos objectivos de base do Grupo GUE/NGL), gostaríamos de expressar a nossa oposição à filosofia do comércio de licenças de emissão. Ousamos mesmo dizer que a presente Directiva não consegue senão uma ligeira redução das emissões de gases com efeito de estufa e apenas beneficia os países desenvolvidos em detrimento dos países menos desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Por último, a aplicação de determinados mecanismos flexíveis propostos ajuda os monopólios (principais

responsáveis pelas alterações climáticas) a aumentar os seus lucros, em lugar de resolver radicalmente o problema.

Alexander Alvaro (ALDE), *por escrito*. – (DE) Senhor Presidente, o acordo alcançado em matéria de acção climática e de energias renováveis constitui um resultado modesto.

A UE fixou-se como meta uma redução de 20% relativamente aos níveis de 1990. Quase metade dessa redução já foi consumada com o nosso alargamento para Leste, onde as emissões são menores em termos absolutos, restando operar uma redução adicional de 12% relativamente aos níveis de 1990.

Como é permitido à UE promover 3-4% da redução no mundo em desenvolvimento, ficam menos de 9%. E há uma margem de tolerância de 5%, o que deixa apenas 4%.

Aqui, poderia observar-se que foi uma sorte a UE não ter decidido exportar toda a sua economia para a Ásia de uma vez. É um compromisso significativamente menos oneroso que a proposta da Comissão, o que permitiu ao Partido Liberal-Democrata da Alemanha apoiá-lo.

Mas a UE está agora a jogar os Estados-Membros uns contra os outros. Alguns Estados-Membros estão em vantagem graças a derrogações ou pela sua capacidade de negociação ou cabaz energético. As empresas alemãs do sector da energia poderão decidir em breve que lhes vale mais a pena produzir electricidade na Polónia, em lugar de no seu país – isto, se não forem compradas entretanto por congéneres francesas.

O facto de os Estados-Membros da UE embarcarem em tais negociações não é bom augúrio na perspectiva de um acordo global. Além disso, a eficácia dos meios suscita dúvidas.

Agora cabe aos governos, ao Conselho e à Comissão Europeia garantir eficiência, no plano da protecção ambiental e para benefício da economia e do crescimento.

Jan Andersson, Göran Färm, Anna Hedh, Inger Segelström e Åsa Westlund (PSE), *por escrito*. – (SV) Nós, social-democratas suecos, decidimos votar a favor deste relatório sobre a reforma do sistema de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, embora, em princípio, estejamos convencidos de que os objectivos do pacote sobre o clima em si mesmos são muito pouco ambiciosos. A UE terá de fazer mais para superar o desafio das alterações climáticas. No entanto, consideramos que o novo regime poderá constituir um elemento muito importante das acções que é necessário empreender.

Estamos desapontados com o facto de o compromisso entre o Conselho e o Parlamento Europeu não oferecer garantias suficientes de que parte das receitas geradas pelos leilões será utilizada para financiar actividades no domínio das alterações climáticas nos países em desenvolvimento. Consideramos, também, que se devia ter alargado mais os leilões de licenças de emissão e que se devia ter restringido mais a utilização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Alessandro Battilocchio (PSE), *por escrito*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, sou favorável à revisão do Regime de Comércio de Emissões e ao compromisso alcançado entre os objectivos de luta contra as alterações climáticas e o reforço da competitividade das indústrias europeias e a protecção do emprego.

Gostaria de dizer que o processo de co-decisão, que decorreu de modo acelerado para permitir o acordo em primeira leitura, não respeitou inteiramente a transparência democrática, e o Parlamento acabou por votar numa espécie de situação de facto consumado.

Apesar disso, considero muito satisfatória a proposta da senhora deputada Doyle, tendo em conta a flexibilidade deixada aos sectores em risco de fuga de carbono. Temos de evitar a perda de postos de trabalho causada pela deslocalização das indústrias para regiões menos sensíveis à redução das emissões, sem, contudo, pôr em causa os objectivos da directiva.

Sylwester Chruszcz (NI), *por escrito*. – (PL) Hoje votei contra a aprovação pelo Parlamento da proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 2003/87/CE a fim de melhorar e alargar o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa da Comunidade.

Discordo totalmente das soluções propostas a nível europeu. O compromisso do Conselho de reduzir, até 2020, as emissões de gases com efeito de estufa da Comunidade em pelo menos 20% em relação aos níveis de 1990 e em 30% se os outros países desenvolvidos se comprometerem a garantir reduções de emissões comparáveis, é um passo mal dado que terá um impacto negativo sobre a indústria e os consumidores na Europa, incluindo na Polónia.

Marielle De Sarnez (ALDE), *por escrito*. - (FR) O único compromisso firme da União Europeia consiste em reduzir as suas emissões em 20% até 2020 comparativamente a 1990. Comparativamente a hoje, significa uma redução de cerca de 12%. Se tivermos em conta o facto de que dois terços dessa redução poderão conseguir-se com mecanismos de compensação de carbono - ou seja, a compra de créditos carbono no mercado internacional -, a UE comprometeu-se a realizar no seu território uma redução de apenas 4%. É insuficiente para fazer avançar as negociações internacionais.

Outra falha do compromisso: nenhum compromisso firme de apoiar os países em desenvolvimento nos seus esforços para reduzirem as suas emissões de gases com efeito de estufa. A UE comprometeu-se, de uma forma exclusivamente voluntária, a utilizar no clima metade das receitas dos leilões de direitos de poluir. Uma receita que está em baixa devido às múltiplas isenções concedidas aos industriais. O compromisso estipula que, relativamente aos países europeus que assim o desejarem, uma parte do dinheiro poderia destinar-se ao apoio aos países em desenvolvimento. Trata-se de um compromisso numa base exclusivamente voluntária. Um compromisso bem fraco para uma questão no entanto crucial nas negociações internacionais.

Konstantinos Droutsas (GUE/NGL), *por escrito*. - (EL) A UE gaba-se do seu papel de liderança na protecção do ambiente mas busca, na realidade, um papel de liderança na protecção dos interesses do capital. As decisões da Cimeira e o pacote de directivas do Conselho e da Comissão relativas a redução de emissões promovem a chamada economia verde como forma de fugir à sobreacumulação de capital e à crise, abrindo novas perspectivas de lucros para os monopólios e reforçando o expansionismo imperialista.

Reforçam o comércio de emissões, que já se provou multiplicar os lucros dos monopólios sem proteger o ambiente. Permitem que a indústria automóvel não tome medidas até, pelo menos, 2019. Isentam as empresas afectadas pela concorrência internacional de cumprir os regulamentos sobre produção de energia e de muitas outras obrigações. Isentam, também, os novos Estados-Membros e a Itália por um longo período de tempo. Oferecem incentivos para substituir culturas alimentares por culturas energéticas. Os direitos de poluição estão a ser concedidos gratuitamente a grandes empresas. Não é necessário apresentar receitas para financiar obras de âmbito ambiental.

Os trabalhadores não têm qualquer protecção ambiental a esperar por parte da UE ou das empresas que poluem com toda a impunidade o ambiente. Apenas a sua luta, na perspectiva de uma economia de bases e de um poder de bases, pode na realidade protegê-los.

Christian Ehler (PPE-DE), *por escrito*. - (DE) O meu «não» não é uma rejeição de um Regime de Comércio de Licenças de Emissão que envolva mecanismos de licitação, nem das metas da UE em sede de protecção do clima ou da atribuição de financiamento a projectos de CAC (captura e armazenagem geológica de dióxido de carbono). O meu apoio a essas medidas foi amplamente expresso numa série de votações anteriores e no meu relatório sobre instalações de demonstração dos processos de CAC. Para a minha região, Brandeburgo, contudo, o presente texto representa a consagração de uma situação de concorrência desleal no que respeita aos países da Europa Central e Oriental e aumentos do preço da energia superiores ao que seria necessário para cumprir os objectivos de protecção do clima. Precisamos que o carvão faça parte do nosso cabaz energético para garantir a segurança do aprovisionamento da nossa população e desejamos criar condições para que ele possa ser usado sem dano para o ambiente no futuro, mediante o recurso a tecnologia de CAC. O acordo com o Conselho no sentido de se chegar a uma decisão final após uma leitura, apenas, impediu que se dissipassem as fortes reservas suscitadas pelo «pacote» e que houvesse lugar a competição em ordem à adopção das melhores soluções.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. - Embora o conceito e um sistema de licenças de emissão de gases com efeito de estufa seja defensável por acautelar alterações químicas da atmosfera com potencial repercussão climática (princípio de precaução) e haver escassez nas fontes de combustíveis fósseis e falta de racionalidade no seu consumo, há aspectos que importa acautelar.

É que a emissão de licenças de emissão e o seu subsequente comércio de licenças de emissão são contestáveis e devem ser contrariados porque o seu impacto sobre a economia real é largamente incerto, pois que há ainda larga margem de dúvida sobre diversificadas soluções técnicas, e porque o destino destas soluções técnicas está igualmente dependente da evolução da situação financeira nos diversos sectores envolvidos (transportes aéreos, indústria automóvel, produção termoelectrica, cimenteiras, química pesada, petroquímica, e cada vez mais outros sectores intensivos em energia).

Por outro lado, os previsíveis beneficiários serão alguns poucos sectores industriais de alta tecnologia e alguns (poucos) operadores financeiros. A redução irreversível do consumo de combustíveis fósseis está imposta por estrangimento da disponibilidade de fontes e a alocação a sectores diferentes deve ser concretizado

mais por urgência de função social e racionalidade económica do que por influência e proveito financeiro. Daí o nosso voto final de abstenção.

Duarte Freitas (PPE-DE), por escrito. – Importa salientar o essencial do relatório: reforçar, expandir e melhorar, para além de 2012, o funcionamento do RCLE, um dos instrumentos principais para concretizar o objectivo da UE de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

Concordo com este relatório, principalmente porque os leilões são fundamentais para atingir uma alocação eficiente e determinante para a eficácia ambiental do RCLE-UE; é sempre muito melhor um plano amplo ao nível da UE do que 27 planos nacionais; e também porque o acordo fornece ajustes automáticos e previsíveis que podem cobrir a celebração de um acordo internacional.

A marca do acordo foi o aumento das licenças gratuitas, o que, do meu ponto de vista, não é muito positivo. No entanto, importa não esquecer que as emissões irão ser reduzidas todos os anos.

Ian Hudghton (Verts/ALE), por escrito. – (EN) A proposta de Directiva sobre a revisão do Regime de Comércio de licenças de emissão (RCLE) de gases com efeito de estufa constitui uma melhoria do actual regime e é importante a nível mundial. Assim, apoiei o relatório da senhora deputada Doyle.

Eija-Riitta Korhola (PPE-DE), por escrito. ? (FI) Vou aproveitar esta oportunidade para agradecer aos senhores deputados pela votação recente na qual o Parlamento Europeu mostrou claramente o seu apoio ao meu modelo de "benchmark". Já desde há muito tempo que me pronuncio a favor do mesmo e fui a primeira a sugerir que fosse aplicado ao comércio de licenças. Embora a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia tenha votado contra por uma pequena margem, enquanto a rejeição por parte da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar foi mais substancial, a vida é cheia de surpresas. Agora, o "benchmark" irá qualificar-se como critério, uma vez adoptado pelo Conselho.

Além disso, é algo de inteiramente benéfico. A proposta inicial da Comissão e a posição adoptada pela Comissão do Ambiente sobre o comércio de licenças careciam de equilíbrio, pois colocavam a produção europeia numa posição que tornava difícil competir em mercados globais sem qualquer benefício climático especial. Isto teria claramente resultado não apenas em perdas de postos de trabalho, mas também numa desvantagem ambiental, pois constituiria uma pressão sobre as empresas no sentido de estas mudarem a produção para países fora dos limites de emissões.

A decisão agora tomada abriu a porta para uma abordagem mais justa e com mais visão ambiental. No entanto, ainda está tudo em aberto, e iremos agora começar a confirmar quem colherá os benefícios das melhorias introduzidas.

As metas ambientais não mudam e são um desafio. Não é um objectivo fácil para a indústria, mas também não é suposto sê-lo.

Em todo caso, não faz sentido falar de licenças de emissão gratuitas, porque os referenciais de *benchmark* – os padrões de aferição – são ambiciosos. E devem sê-lo, porque, caso contrário, não teremos um sistema que convença as empresas a juntarem-se à corrida pela tecnologia que produza menos emissões.

As queixas do grupo de pressão ambientalista de que o pacote foi enfraquecido não me parecem, francamente, razoáveis, quando consideramos que as metas estão a ser respeitadas e que há sectores industriais cujo limite de emissões é reduzido. É conversa irresponsável, mas, obviamente, nem toda a gente está interessada em assumir responsabilidades. Já basta que se ande a espezinhar o mundo.

Jean Lambert (Verts/ALE), por escrito. – (EN) Votei a favor deste relatório, apesar das numerosas lacunas que contém e das derrogações concedidas aos 10 novos Estados-Membros. Por que razão então votar a favor de um relatório imperfeito? Porque, quando comparado com o anterior regime, consegue algum progresso. Existirá um limite, a nível da UE, para o sector RCLE, e os Estados-Membros disporão de menos poderes neste processo. Mantém-se o princípio da venda das licenças exclusivamente em leilão no sector da electricidade. Ao sector da aviação foi concedida apenas uma pequena percentagem dos novos acessos ao MDL. Mas a maior importância do regime revisto é o facto de fornecer a arquitectura para uma importante parte do Acordo pós-Quito. Dispomos agora de um regime a que outros países podem juntar-se para os ajudar a reduzir as suas emissões – caso limitem os elementos pré-leilão e estabeleçam metas ambiciosas. A utilização das receitas será rigorosamente escrutinada. Os Estados-Membros não podem simplesmente olhar para este regime como um acréscimo para os seus cofres. Aquelas deverão ser utilizadas para ajudar a transformar a nossa economia na economia sustentável de baixo carbono de que o mundo carece.

David Martin (PSE), *por escrito*. – (EN) Apoio esta proposta que estabelece o equilíbrio entre as metas em matéria de alterações climáticas e a necessidade de reforçar a competitividade da indústria europeia e de proteger o emprego. Até 2013, as licenças e o leilão de licenças de emissão serão uma realidade para as centrais eléctricas, altura em que a totalidade das novas centrais eléctricas disporá de licenças totalmente leiloadas. Para a indústria normal, a passagem a licenças totalmente leiloadas ocorrerá em 2020. Votei a favor do presente relatório porque adopta do sistema de leilão como princípio geral da atribuição de licenças, limita o montante de licenças de projectos MDL/IC que uma instalação pode adquirir para compensar as suas emissões e protege simultaneamente as empresas contra a fuga de carbono.

Eluned Morgan (PSE), *por escrito*. – (EN) Apoio o presente relatório, pois acredito que manteve a integridade ambiental do RCLE e representa uma considerável melhoria do actual regime, uma vez que, de futuro, o poluidor pagará pelo direito de emitir através do leilão de licenças. O objectivo da redução das emissões das centrais eléctricas e da indústria pesada da Europa em, pelo menos, 20% até 2020 é mantido, e essa redução será automaticamente reforçada para 30%, caso se chegue a um acordo internacional nas conversações sobre alterações climáticas na Conferência das Nações Unidas, em Copenhaga, em Dezembro de 2009. Considero igualmente que se conseguiu um equilíbrio entre o emprego e o ambiente, que é de vital importância num período de abrandamento económico.

Angelika Niebler (PPE-DE), *por escrito*. – (DE) Desejo apresentar a seguinte declaração de voto em nome da delegação da União Social-Cristã da Baviera (CSU) no Parlamento Europeu.

A UE adoptou metas ambiciosas em matéria de protecção do clima. Tais metas incluem a redução das emissões de CO₂ em 20% até 2020. Estas metas em sede de protecção do clima não devem ser postas em causa.

Nos nossos esforços de combate às alterações climáticas temos de ter a preocupação de elaborar legislação clara, que proporcione à nossa economia segurança para efeitos de planificação. E a indústria europeia não deve ser colocada em situação de desvantagem no quadro da concorrência internacional. Além disso, têm de ser criadas condições de igualdade de concorrência no interior da UE.

A directiva relativa ao regime de comércio de licenças de emissão da UE hoje posta à votação não satisfaz nenhum desses requisitos. Especificando:

1. Determinadas indústrias poderão beneficiar de isenção do regime de licitação de licenças de CO₂. Continuamos a não ter qualquer indicação a respeito dos dados que servirão de base à avaliação da conformidade com os critérios estabelecidos.
2. A decisão quanto à admissibilidade da atribuição de compensações a instalações, e respectivos limites, pelo aumento do custo da energia será tomada, caso-a-caso, a nível dos Estados-Membros e só depois de concluída a adaptação da legislação da UE relativa aos auxílios.
3. Se em 2009 não se chegar a um acordo internacional em Copenhaga, a venda em leilão de licenças de emissão de CO₂ sujeitará muitas indústrias a um fardo adicional que não existe para a concorrência extracomunitária.
4. A maioria dos Estados-Membros da Europa Oriental obteve derrogações do regime de licitação de licenças de emissão de CO₂ para o seu sector energético. Isto deixa a Alemanha numa posição de desvantagem, pelo facto de, contrariamente aos seus vizinhos orientais, 48% da sua energia ser proveniente de centrais a carvão.

Dimitrios Papadimoulis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Não subscrevemos os discursos triunfais dos governos e da Comissão sobre o compromisso final relativo ao pacote climático. A tentativa da UE de liderar os esforços mundiais para combater as alterações climáticas ficou diluída sob as pressões exercidas pelo lobby industrial e os governos conservadores.

O famoso objectivo "20/2020" constitui um primeiro passo necessário, mas as metas que propõe não são suficientemente ambiciosas. Com a possibilidade de os países europeus comprarem aos países em desenvolvimento grande parte das unidades de carga poluente que a estes caberiam, a responsabilidade histórica do mundo ocidental é cinicamente desviada para os habitantes mais pobres do planeta. Parece que os governos não se dão conta da gravidade da situação.

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde não baixa os braços. Partilhamos a preocupação das ONG que trabalham no domínio ambiental e continuaremos a exigir metas mais ambiciosas para a redução de gases com efeito de estufa, para apoiar a produção de energia proveniente de fontes

renováveis e a favor de um plano vinculativo de longo prazo para uma maior redução de emissões após Copenhaga.

Herbert Reul (PPE-DE), *por escrito*. – (DE) Votei contra a alteração consolidada por, na minha perspectiva de deputado, não se terem salvaguardado os direitos do Parlamento neste processo. O Parlamento não teve, em momento algum, oportunidade de formar uma opinião; em lugar disso, foi, para todos os efeitos e propósitos, confrontado com uma escolha entre aceitar e rejeitar o compromisso do Conselho. Isto não se coaduna com as regras do processo de co-decisão, que visam assegurar a igualdade entre os dois órgãos legislativos.

Quanto à matéria de fundo, o compromisso suscita-me também numerosas reservas. Ele vai, nomeadamente, criar sérias distorções do mercado no interior da UE e impor aos consumidores ónus injustificados. Devido à pressa excessiva que houve em adoptar a reforma, não foram tidos em conta sistemas alternativos que poderiam permitir-nos alcançar as reduções pretendidas. O facto de, no momento da aprovação, não se terem investigado, remotamente que fosse, as consequências no plano do poder de compra dos consumidores, em particular, só realça mais ainda a precipitação com que este compromisso foi celebrado. A maioria parlamentar tem uma quota-parte de responsabilidade – incluindo para com as gerações vindouras – pela entrada em vigor do presente compromisso.

Havia alternativas. Elas possibilitariam a consecução dos objectivos de redução com custos incomparavelmente menores do que os que estão em jogo aqui. Uma tal política, além da economia, lesa também, em particular, a reputação da UE.

Catherine Stihler (PSE), *por escrito*. – (EN) É de louvar o objectivo da redução das emissões das centrais eléctricas e da indústria pesada da Europa em, pelo menos, 20% até 2020 e do reforço dessa redução para 30% caso se chegue a um acordo internacional nas conversações sobre alterações climáticas na Conferência das Nações Unidas, em Copenhaga, em Dezembro de 2009.

Thomas Ulmer (PPE-DE), *por escrito*. – (DE) Apoio cabalmente os esforços de redução da provável contribuição dos seres humanos para as alterações climáticas. Não obstante, não apoiámos o compromisso sobre o regime de comércio de licenças de emissão da UE que foi negociado. Legislar a toda a pressa é inaceitável e antidemocrático. O ritmo aceleradíssimo imprimido ao processo legislativo e o facto de os documentos do Conselho terem sido apresentados há alguns dias apenas inviabilizou, a meu ver, uma análise em moldes profissionais e, nestas condições, é impossível elaborar legislação capaz. Isto é ainda mais inaceitável pelo facto de a legislação presente implicar um elevado encargo financeiro para o público europeu. Segundo diversos estudos, o "pacote" do clima e das energias renováveis tem um custo aproximado de 70 a 100 mil milhões de euros, e há o risco de indústrias inteiras se deslocarem para outras regiões do mundo. Eu não podia aprovar um "pacote" com um tal alcance num procedimento acelerado. O exame de propostas legislativas desta importância tem de seguir os trâmites próprios de um processo devidamente ordenado com várias leituras.

Anders Wijkman (PPE-DE), *por escrito*. – (SV) A revisão do regime de comércio de licenças de emissão representa um avanço em relação às normas vigentes. As licenças de emissão passarão gradualmente a ser vendidas em leilão à indústria, em vez de serem atribuídas gratuitamente como acontece actualmente.

A UE está, portanto, empenhada em alterar a meta de redução das emissões de 20% para 30% até 2020 caso se chegue a um acordo sobre o clima em Copenhaga, no próximo ano. Apela igualmente aos Estados-Membros para que utilizem as receitas geradas pelos leilões em medidas de protecção do clima na Europa e noutros locais.

Infelizmente, este compromisso fica muito aquém do grau de ambição que a situação exige. Em vez de preconizar a venda total em leilão das licenças de emissão logo desde o início, este sistema será introduzido por fases. Este baixo nível de exigência reduz o incentivo para se desenvolverem novas tecnologias com baixos níveis de emissões de carbono. Reduz igualmente o montante das receitas indispensáveis para a UE poder ajudar os países em desenvolvimento a investirem em tecnologias "verdes", adaptarem-se às alterações climáticas e protegerem as florestas tropicais.

Por outro lado, se até metade das reduções das emissões podem ser efectuadas através de reduções em países terceiros, o RCLE apenas terá um efeito limitado, mesmo durante o período até 2020.

Apesar das suas deficiências, teria sido impensável votar "não". Não quero correr o risco de comprometer toda a directiva, que contém muitos aspectos positivos em comparação com a situação actual.

- Relatório: Satu Hassi (A6-0411/2008)

Jan Andersson, Göran Färm, Anna Hedh, Inger Segelström e Åsa Westlund (PSE), *por escrito*. - (SV) Nós, social-democratas suecos, decidimos votar contra este compromisso sobre a partilha de responsabilidades, pois consideramos totalmente inaceitável que nem sequer metade das reduções de emissões da UE tenham de ser efectuadas dentro da UE. Penso que isto envia um sinal completamente errado ao resto do mundo, que está à espera que a UE dê o exemplo no que se refere à adaptação às alterações climáticas, e preocupa-nos que a UE não tenha criado um incentivo claro para que sejam desenvolvidas novas tecnologias verdes. Consideramos que estas tecnologias são vitais para o emprego e o bem-estar na Europa.

Avril Doyle (PPE-DE), *por escrito*. - (EN) Este relatório diz respeito à introdução de obrigações diferenciadas em toda a UE a 27 para o período de 2013-2020 no que respeita à redução das emissões de gases com efeito de estufa em sectores económicos não abrangidos pelo regime de comércio de licenças de emissão da UE. Estas metas fixadas para os Estados-Membros variam entre +20% a -20% relativamente ao valor de emissões de 2005 nos referidos sectores, sendo a meta irlandesa de -20%.

No seu conjunto, o RCLE e a partilha dos esforços representam 100% da redução que cada país terá de fazer em matéria de emissões de CO₂ até 2020.

A Irlanda congratula-se com a inclusão de mais medidas relativas à captura e armazenagem de carbono, especificamente sumidouros de carbono no quadro dos - 20%, uma vez que somos o único país da UE que possui mais gado do que pessoas, e, juntamente com uma compensação generosa e com uma boa relação custo-eficácia ao comércio de emissões entre Estados-Membros, embora seja difícil, poderemos atingir a nossa meta de redução de menos 20%, sem reduzir os nossos efectivos de gado.

Para alguns países a revisão da legislação respeitante ao RCLE representará um desafio, para outros o desafio serão as metas relativas à partilha de esforços. A Irlanda situa-se na segunda categoria.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. - Estamos de acordo sobre a necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e sobre a constituição de um sistema para o efeito. Mas temos as maiores dúvidas sobre o sistema proposto, que, embora afirme basear-se no "princípio da solidariedade entre Estados-Membros e na necessidade de crescimento económico sustentável", depois insiste em que sejam apenas os países a pagar a conta, através dos orçamentos nacionais - e não do orçamento comunitário - nas condições desiguais de desenvolvimento em que se encontram.

Permitindo a transferência de emissões entre os Estados-Membros, através de "leilão" ou recorrendo a "intermediários de mercado", instituem-se mecanismos que acentuarão as diferenças de poder económico existentes entre Estados-Membros, em benefício das grandes potências.

Por outro lado, externalizam em países terceiros uma parte significativa do esforço, aumentando a pressão internacional sobre os países menos desenvolvidos para cederem parte da sua soberania a troco de uma (pseudo)ajuda, abrindo as suas economias a investimentos de empresas comunitárias. Todas estas medidas visam exercer pressão para a obtenção de um acordo internacional que, num contexto de grave crise económica, acentua a visão capitalista da frente ambiental.

Duarte Freitas (PPE-DE), *por escrito*. - Tendo em vista a acção da UE contra as alterações climáticas num futuro acordo internacional que substitua o Protocolo de Quioto, é fundamental que a UE dê um sinal claro ao mundo e se comprometa a reduzir, efectivamente, as suas emissões de gases com efeito de estufa.

É assim de extrema importância a proposta da Comissão de redução de 10% das emissões de gases com efeito de estufa até 2020, em relação aos níveis de 2005, para os sectores não abrangidos pelo ETS.

As metas estabelecidas para cada Estado-Membro, tendo como principal critério o PIB per capita, parecem-me justas.

O compromisso obtido entre o Parlamento Europeu e o Conselho, embora não seja o ideal (por exemplo, ao permitir uma utilização excessiva dos mecanismos de flexibilidade), parece-me globalmente equilibrado, tendo por isso o meu voto positivo.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *por escrito*. - (EN) Votei contra o relatório Hassi. As disposições que permitem aos Estados-Membros confiar ao exterior 80% das reduções de emissões possibilitarão aos países ricos perpetuar práticas insustentáveis em detrimento dos países pobres e em desenvolvimento. Esta é uma situação que a UE não deveria promover.

Jean Lambert (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Votei, com relutância, contra este relatório. O relator tinha conseguido incluir uma série de factores importantes. Existe agora uma referência a uma meta vinculativa de 30% para redução das emissões dos gases com efeito de estufa no texto legislativo: a ciência afirma ser este o mínimo necessário até 2020. O financiamento das reduções de emissões de gases com efeito de estufa em países em desenvolvimento deverá funcionar como uma meta de +2 graus. Esperemos que esses países, efectivamente, cheguem a ver dinheiro real, em vez de promessas simpáticas. Dispomos agora de um prazo para a introdução de metas de redução para as emissões marítimas, bem como de uma série de outras medidas menos arrojadas, mas positivas. Porém, para mim, não me foi possível votar a favor do facto de os Estados-Membros poderem usar 80% do MDL em países terceiros, em vez de se concentrarem nas reduções dentro das suas fronteiras. O processo de votação hoje utilizado impediu que esta proposta específica fosse escrutinada pelo conjunto do Parlamento. Fomos brandos com os nossos Governos nacionais, e estes estão, novamente, a colocar o fardo da concretização do trabalho que devem desenvolver sobre os ombros dos países terceiros. Não posso apoiar esta medida.

Stavros Lambrinidis (PSE), *por escrito*. – (EL) O Grupo PASOK apoia, entre outros, o conteúdo da alteração 44 e votará contra a alteração 7, em votação nominal em separado, a fim de garantir que pelo menos 50% das reduções de emissões são obtidas a partir de acções no interior da UE. A UE tem de se manter parceiro credível no período que antecede as negociações mundiais, sem desviar o ónus dos esforços de redução das emissões para o mundo em desenvolvimento.

David Martin (PSE), *por escrito*. – (EN) Apoio este relatório, que estabelece metas vinculativas para a redução, por parte dos Estados-Membros, das emissões de gases com efeito de estufa em sectores da economia não abrangidos pelo RCLE e que representa um progresso real rumo a um sistema abrangente. A meta de 10% para sectores não abrangidos pelo RCLE está dividida entre os Estados-Membros com base no PIB/capita. Esse sistema permitirá uma distribuição justa dos esforços e assegurar que os mais países pobres possam continuar a acelerar o respectivo crescimento. Apoio este relatório que introduziu uma meta de longo prazo de redução de, pelo menos, 50% das emissões totais, até 2035, e de 60%, até 2050, quando comparados com os níveis de 1990, porque aborda os objectivos quer de longo, quer de curto prazo em consonância com as Metas Ar Puro. O relatório inclui um “compromisso de redução de emissões externas” que permitirá conceder apoio financeiro aos países em desenvolvimento para que reduzam as suas emissões, de molde a que nenhum país seja deixado para trás e que os países em desenvolvimento recebam o apoio financeiro de que necessitam com vista a conferir máxima eficácia a uma acção universal em matéria de alterações climáticas.

Daciana Octavia Sârbu (PSE), *por escrito*. – (RO) Apoiei logo desde início a proposta de se mudar automaticamente uma meta de 20% para 30% na eventualidade da assinatura de um acordo internacional. Contudo, as negociações da semana passada resultaram num compromisso no sentido de que o método de mudança para este nível se deve basear num novo procedimento.

Esta decisão foi tomada como uma medida de precaução para ter em conta a possibilidade de uma futura subida no preço do carbono. No entanto, congratulo-me por a meta de 30% ir continuar a ser um objectivo prioritário para evitar que a temperatura média suba mais de 2°C, tal como foi especificado no Conselho Europeu de Março de 2007. Um acordo internacional implica um esforço global no combate e na adaptação às alterações climáticas, e a ajuda financeira concedida aos países em desenvolvimento dar-lhes-á um incentivo para participarem no esforço de redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Para conservar a sua credibilidade na ajuda concedida aos países em desenvolvimento, a União Europeia deve assegurar-se de que o financiamento dos projectos MDL manterá o desenvolvimento sustentável desses países, e que parte da receita do leilão de créditos de emissões será utilizada para os apoiar.

Bart Staes (Verts/ALE), *por escrito*. – (NL) Votei contra o compromisso alcançado, o que não significa que não afira positivamente o trabalho realizado pela senhora deputada Hassi a este respeito. Todavia, dado que o acordo permite que aproximadamente 80% de todos esforços sejam desenvolvidos em países terceiros, considero-o inaceitável.

De um cálculo rápido infiro que a Bélgica poderá desenvolver entre 50% e 60% dos esforços exigidos fora da União Europeia. Isto implica sectores importantes, designadamente edifícios e transportes. É absurdo, em termos económicos, investir muitos milhões de euros em países terceiros através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo quando os nossos próprios países ainda necessitam de desenvolver esforços consideráveis para fazer o isolamento adequado de edifícios ou para elaborar uma política de transportes centrada na mobilidade com baixo nível de emissão de carbono. Por outro lado, não existam quaisquer garantias de que os projectos nos quais se investe em países terceiros sejam de elevada qualidade.

Por outro lado, não há a certeza de que os investimentos através do MDL tenham, efectivamente, resultados. Também não é ético comprar os esforços mais fáceis nos países terceiros. Isto constitui uma forma de neocolonialismo, que compromete a posição desses países terceiros dado que necessitarão de fazer esforços adicionais e mais onerosos numa fase posterior.

Anders Wijkman (PPE-DE), por escrito. - (SV) Decidi abster-me de participar na votação da directiva relativa à partilha de esforços. A principal razão que me levou a isso foi o facto de a directiva enviar sinais errados ao resto do mundo, na medida em que permite que a UE efectue aproximadamente 70% das suas reduções até 2020 em países situados fora do seu território.

É necessário um esforço maior para ajudar os países em desenvolvimento a investirem em tecnologias com baixos níveis de emissões. Esse apoio não deve, porém, ser fundamentalmente uma alternativa às reduções no próprio território da UE, devendo antes ser prestado para além das referidas reduções. Não podemos dar-nos ao luxo de decidir se devemos ou não ter uma oportunidade de impedir alterações climáticas perigosas, nem temos tempo para o fazer.

Adiar a adaptação que é necessária dentro da UE para depois de 2020 é contraproducente. Temos de começar a agir desde já se quisermos ter a menor probabilidade de alcançar algo que se assemelhe a zero emissões até 2050. A indústria necessita de incentivos fortes para realizar as adaptações necessárias nos sectores da energia, transportes, construção civil, produção industrial, etc.

A proposta é demasiado fraca nestes aspectos no que se refere aos sectores não abrangidos pelo RCLE. Por conseguinte, decidi abster-me da votação sobre esta componente do pacote. Um voto negativo iria comprometer todo o pacote e esse é um risco que não quero correr. Noutros aspectos a directiva contém uma série de elementos positivos em comparação com a situação actual. Sobretudo, trata-se da primeira lei a estabelecer reduções obrigatórias para todos os sectores que não estão incluídos no regime de comércio de licenças de emissão.

- Relatório: Chris Davies (A6-0414/2008)

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito. - O chamado "pacote clima-energia" integra também uma proposta de directiva sobre a captura e armazenagem de carbono. O objectivo da armazenagem geológica consiste em prever uma alternativa à libertação de CO₂ na atmosfera, procedendo à sua contenção de forma permanente a nível subterrâneo.

Ora, a Comissão propõe que todas as novas centrais disponham, desde a sua construção, de condições para a captura de CO₂. Esta tecnologia, apesar de polémica, pode ajudar a alcançar emissões negativas, complementando as energias renováveis. O relator do PE considera que a prioridade deve consistir, porém, na sua utilização para fazer face ao problema do carvão, responsável por 24% das emissões de CO₂ na Europa.

Embora tendo dúvidas relativamente a algumas alterações, que são tecnicamente controversas, votámos favoravelmente a posição do Parlamento Europeu. Mas consideramos a posição excessivamente reguladora, designadamente quanto à autonomia dos Estados, para mais num domínio em que o conhecimento científico e técnico é, ainda, bastante limitado. Lamentamos que não seja dado o relevo necessário ao enorme esforço de I&D&D que há ainda para fazer, e pelo qual as calendarizações preconizadas serão excessivamente ambiciosas, a menos que fossem votados recursos públicos muito vultuosos em poucos anos.

Duarte Freitas (PPE-DE), por escrito. - Na mitigação das alterações climáticas na UE, a tecnologia CCS é muito prometedora, não devendo, no entanto, ser um motivo de desleixe e de redução do esforço para tornar a produção eléctrica europeia mais limpa.

O relatório Davies é muito equilibrado e o compromisso obtido entre o Parlamento Europeu e o Conselho responde plenamente às necessidades da UE.

É de particular importância a implementação dos 12 projectos de demonstração, cujos resultados a médio prazo guiarão a UE no sentido de introduzir da forma mais económica e ambientalmente eficaz esta tecnologia.

Finalmente, e face às muitas dúvidas ainda existentes, nomeadamente a incerteza quanto à existência de locais adequados de armazenagem em todos os Estados-Membros, considero muito positiva a possibilidade de revisão da questão da exportação de CO₂ para países terceiros (artigo 35.º-A, n.º 2), assim como a não obrigatoriedade de aplicação da tecnologia CCS por parte dos operadores económicos (artigo 32.º).

Ian Hudghton (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor do relatório do senhor deputado Davies sobre a armazenagem geológica de dióxido de carbono. A captura e armazenagem geológica de carbono é uma tecnologia emergente, sendo necessária mais investigação para uma avaliação do seu potencial no combate ao aquecimento global. A Directiva proposta proporciona uma base jurídica sólida para o desenvolvimento da tecnologia, e entendo que a Escócia tem um papel importante a desempenhar no desenvolvimento deste sector.

David Martin (PSE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor deste relatório, que assegurará um elevado grau de segurança para a saúde humana e o ambiente. A Directiva relativa à armazenagem geológica de carbono estabelece um quadro jurídico para a utilização desta nova tecnologia, incluindo importantes condições de segurança. Isso é importante não apenas para salvaguardar o ambiente, mas também para proporcionar aos investidores certeza jurídica no desenvolvimento de novos projectos.

No entanto, é importante que este relatório não nos leve a desviar-nos do nosso objectivo primordial de um maior desenvolvimento das fontes de energia renováveis e da melhoria da eficiência energética.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) A promoção de novas tecnologias de armazenamento do dióxido de carbono implicado nas alterações climáticas não deve ser feita à custa de tecnologias bem firmadas, que já provaram a sua eficiência. Assim, por exemplo, a extracção de turfa ou a drenagem de um paul, que em estado natural absorve dióxido de carbono, metano e óxido nítrico, torna-o um grande emissor de gases com efeito de estufa. A destruição de floresta tropical por meio de queimadas, para afectar os terrenos à produção de biocombustíveis também desequilibra os pratos da balança do clima na direcção errada.

Devemos saber retirar da aventura dos biocombustíveis a lição de que as boas intenções muito facilmente descambam e se tornam em golos na própria baliza. As novas tecnologias estão longe de ter atingido a maturidade, e as suas repercussões são imprevisíveis. Foi essa razão que me levou a abster-me na votação de hoje.

Eluned Morgan (PSE), *por escrito*. – (EN) A inclusão neste relatório de um fundo de 9 mil milhões de euros para a limpeza das centrais alimentadas a carvão através do desenvolvimento da captura e armazenagem de carbono (CAC) trará oportunidades promissoras para a indústria de carvão do País de Gales. Esta oportunidade deverá ser aproveitada, para que o País de Gales se torne líder nesta nova tecnologia e para desencadear o potencial de um mercado de exportação lucrativo. É essencial que a Europa assuma a liderança neste sector, pois é crucial que se encontre uma solução para o problema do carvão, em particular, quando se espera que a produção de carvão aumente a nível mundial até 60% nos próximos 20 anos.

Daciana Octavia Sârbu (PSE), *por escrito*. – (RO) A promoção das tecnologias utilizadas na captura e armazenagem geológica do dióxido de carbono ajudará a diversificar a eficiência energética e apoiará a luta contra as alterações climáticas. Para se alcançar uma redução de 50% nas emissões de CO₂ antes de 2050 a utilização de energia de fontes renováveis não será suficiente se não se tiverem também em consideração os projectos CAC (captura e armazenagem de carbono).

Isso constituirá um desafio para a União Europeia se tivermos em conta os custos acrescidos dos capitais para investir em equipamento de captura e armazenagem, que no entanto descerão à medida que este equipamento for utilizado em maior escala. É por esta razão que estes projectos de demonstração não são obrigatórios, uma vez que dependem, em grande parte, dos preços do carbono e da tecnologia. No entanto, a UE deu um passo importante na tentativa de encontrar soluções alternativas que irão ajudar a reduzir o nível de gases com efeito de estufa. Na realidade, a execução destes projectos no futuro irá encorajar outros países fora da UE a usarem também estas tecnologias.

- Relatório: Dorette Corbey (A6-0496/2007)

John Attard-Montalto (PSE), *por escrito*. – (EN) Um dos métodos mais limpos de transporte é a navegação. O relatório diz respeito às embarcações de navegação interior, porém creio que este modo de transporte não pode ser dissociado do contexto mais geral dos transportes marítimos. Estes dois tipos de transporte, por navegação interior ou marítima, são ambos eficientes do ponto de vista da energia.

Transportar um produto recorrendo a esses tipos de transporte produz cerca de um por cento (1%) do dióxido de carbono que seria produzido caso o mesmo produto fosse transportado através da mesma distância por via aérea.

Devemos usar de cautela ao elaborar legislação que afecte estes tipos de transporte. Não deveremos sobrecarregar a indústria no que respeita às embarcações de navegação interior, pois o resultado final poderá revelar-se o oposto das nossas intenções. Caso a navegação interior e o transporte marítimo deixem de ser competitivos, poderá verificar-se um desvio para outros meios de transporte. Todas as outras alternativas deixam uma pegada de carbono muito superior. Em vez de se reduzirem as emissões de gases com efeito de estufa, criaríamos, bem vistas as coisas, um conjunto de regras e regulamentação que acabariam por deitar por terra o objectivo geral das nossas propostas.

Edite Estrela (PSE), por escrito. – Votei favoravelmente o relatório Dorette Corbey sobre o controlo e redução das emissões de gases com efeito de estufa para o transporte rodoviário e a navegação interior, pois considero que a melhoria da qualidade do ar e a redução das emissões de gases com efeito de estufa são dois aspectos cruciais para fazer face às alterações climáticas e minimizar os riscos para a saúde.

Penso que a aprovação da presente directiva é muito importante, contribuindo para a redução de CO₂ no sector dos transportes, nomeadamente através do estímulo ao desenvolvimento de tecnologias limpas e do estabelecimento de exigências concretas em matéria de emissões de carbono derivadas do processo de produção.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito. – Este relatório do chamado “pacote clima-energia” tem como objectivo melhorar a qualidade do ar e contribuir para a luta contra as alterações climáticas, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa produzidos pelos combustíveis utilizados no sector dos transportes. Até agora, a directiva regulamentava unicamente a qualidade dos combustíveis. A alteração proposta estabelece, além disso, reduções obrigatórias dos gases com efeito de estufa provenientes dos combustíveis.

De um modo geral, a relatora fez um importante trabalho com alterações que nos parecem positivas, com um sentido geral acertado e devidamente fundamentadas, visando a máxima eficácia, a igualdade das condições de concorrência, com objectivos ambiciosos, mas razoáveis. Além disso, é importante que a directiva seja neutra no plano tecnológico, na medida em que não deve comportar nenhum estímulo suplementar a favor de um determinado combustível ou de uma determinada tecnologia.

Daí o nosso voto favorável.

Duarte Freitas (PPE-DE), por escrito. – Este relatório é muito importante porque, no mesmo documento, pretende-se melhorar a qualidade do ar, reduzindo a poluição atmosférica, nomeadamente, as emissões de substâncias altamente tóxicas e poluentes e, em segundo lugar, contribuir para a luta contra as alterações climáticas, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa produzidos pelos combustíveis utilizados no sector dos transportes.

É a primeira vez que um objectivo de redução é aplicado a um produto específico (combustível) com base numa análise do ciclo de vida (extracção, produção, transporte, distribuição e utilização final), o que salienta a importância desta directiva.

Resta-me concordar com o acordo obtido entre o Parlamento e o Conselho, e salientar o facto de que a sustentabilidade está garantida, na produção e utilização de biocombustíveis, o que é fundamental em termos de viabilidade da directiva.

A directiva sobre a qualidade dos combustíveis tornar-se-á um instrumento fulcral no combate às alterações climáticas.

Ian Hudghton (Verts/ALE), por escrito. – (EN) Votei a favor do relatório Corbey. A Europa tem um papel crucial a desempenhar na redução geral dos gases com efeito de estufa, e a implementação de obrigações vinculativas para os fornecedores de combustíveis representará uma parte importante dessas reduções.

Erika Mann (PSE), por escrito. – (EN) Nesta declaração de voto, gostaria de felicitar a relatora, a senhora deputada Dorette Corbey, pelo seu relatório sobre a directiva relativa à qualidade dos combustíveis. Conseguiu incorporar muitas das exigências deste Parlamento no compromisso final.

A União Europeia deverá assentar as suas políticas e regulamentos em dados científicos sólidos – um requisito, quer da legislação da UE, quer dos compromissos comerciais da UE. Na qualidade de membro da Comissão do Comércio Internacional, oiço com frequência os parceiros comerciais referirem que a UE parece orientar o seu processo legislativo mais por processos arbitrários ou políticos do que com base em conclusões científicas.

Congratulei-me, por isso, com o facto de a revisão da Directiva relativa à qualidade dos combustíveis não incluir uma proposta anterior de proibição da utilização do aditivo metálico MMT. A Directiva revista prevê a continuação da utilização do aditivo metálico MMT, reconhecendo as conclusões científicas a que chegaram grandes parceiros comerciais, como os Estados Unidos e o Canadá. A Directiva revista exige igualmente, o que é importante, que a UE conduza uma análise científica. Acredito firmemente, e a legislação da UE e o direito internacional exigem-no, que as restrições ao MMT deverão assentar em dados científicos.

Tendo em conta que outros países usam frequentemente como modelo para as suas normas relativas aos combustíveis aquelas desenvolvidas na Europa, é essencial que a UE assegure que a sua regulamentação sobre combustíveis seja apoiada por dados científicos.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) No nosso afã de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, estamos a subsidiar a compra de biocombustíveis tropicais. Deste modo, só superficialmente cumprimos as nossas obrigações no âmbito de Quioto e estamos, na realidade, a agravar o problema. Atendendo que, de acordo com os estudos, as florestas tropicais absorvem até 46% do carbono libertado para a atmosfera e que 25% das emissões de carbono provêm da desflorestação, os cálculos da UE estão completamente errados.

Na discussão da questão das emissões de dióxido de carbono perdemos a perspectiva de conjunto da realidade, pois temos de ter também em mente, por exemplo, as emissões de gases com efeito de estufa derivadas da queima de madeira. Acresce que, aparentemente, ainda não se esclareceu em pleno em que medida os actuais sistemas de motorização são susceptíveis de adaptação à utilização de biocombustíveis. O sistema está ainda muito cru, todo ele, e foi isso que me fez votar contra este relatório.

- Relatório: Guido Sacconi (A6-0419/2008)

Jan Andersson, Göran Färm, Anna Hedh, Inger Segelström e Åsa Westlund (PSE), *por escrito*. – (SV) Criticamos a proposta relativa às normas de desempenho em matéria de emissões dos automóveis de passageiros. Teríamos gostado de uma proposta mais ambiciosa, com multas mais duras, um período de introdução mais curto e um objectivo a longo prazo estabelecido em termos mais claros. Criticamos igualmente o facto de a dedução fiscal aplicável ao etanol se ter tornado tão pequena que praticamente não é um incentivo ao investimento, apesar de o etanol contribuir para a redução das emissões.

No entanto, decidimos votar a favor da proposta no seu conjunto, pois estamos convencidos de que rejeitá-la iria atrasar ainda mais a introdução de regulamentos ambientais relativos ao sector automóvel.

Jean Marie Beaupuy (ALDE), *por escrito*. – (FR) Relativamente ao relatório Sacconi relativo às normas sobre emissões dos automóveis novos de passageiros, votei contra a proposta apresentada, manifestando assim publicamente a minha pena por não se ter chegado a um acordo mais favorável ao ambiente. Todavia, espero que o voto positivo expresso pela maioria dos deputados permita dar rapidamente uma primeira série de respostas, e depois, ao longo dos próximos anos, encaminhar-nos para decisões que conciliem as necessidades do nosso planeta com as da nossa economia, nomeadamente tendo em conta a situação do sector automóvel.

Marielle De Sarnez (ALDE), *por escrito*. – (FR) O compromisso proposto não fornece uma resposta satisfatória.

Lamento que o objectivo de redução das emissões de CO₂ dos veículos automóveis esteja aquém das normas pretendidas pelo nosso Parlamento. E que, além disso, esse objectivo seja condicionado por um estudo de impacto. Estas duas decisões não apontam na boa direcção. Pelo contrário, precisamos de normas rígidas de emissão a curto e longo prazo, e que essas normas não sejam passivas de revisão.

Por outro lado, o objectivo específico de redução das emissões por construtor vai penalizar aqueles que já são, precisamente, os mais virtuosos. O sistema de sanções em caso de desrespeito desses objectivos é desfavorável aos que desenvolveram veículos mais respeitadores do ambiente. O paradoxo desta legislação é o de que penaliza menos os mais poluidores. Quando teria sido necessário, pelo contrário, reconhecer e apoiar os esforços desenvolvidos pelos mais virtuosos.

Edite Estrela (PSE), *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório Guido Sacconi relativo às normas sobre emissões dos automóveis novos de passageiros. Tendo em conta que o transporte rodoviário representa 12% das emissões totais de dióxido de carbono na União Europeia, considero que este regulamento, apesar de não integrar o "pacote energia-clima", é fundamental para que a UE cumpra a meta de 20% de redução das emissões de gases com efeito de estufa até 2020.

Felicitó o relator pelo papel determinante que desempenhou nas negociações com o Conselho e a Comissão Europeia e que culminaram com um compromisso forte e equilibrado, que beneficiará a indústria automóvel,

o consumidor e, sobretudo, a protecção do ambiente. Trata-se, pois, de um modelo ambicioso mas flexível, na medida em procura satisfazer os objectivos de redução de emissões poluentes, possibilitando, ao mesmo tempo, uma adaptação gradual por parte das empresas do sector automóvel.

Anne Ferreira (PSE), *por escrito*. - (FR) Absteve-me sobre o relatório "CO₂ dos veículos particulares" pois considero que não tem suficientemente em linha de conta o impacto do parque automóvel sobre as alterações climáticas.

Deveriam ter sido mantidos os objectivos mais ambiciosos aprovados no seio da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar do Parlamento Europeu. Esses objectivos não podiam ter impactos negativos sobre a indústria automóvel europeia.

Os maus números de vendas de veículos registados este ano têm sobretudo a ver com o poder de compra dos Franceses e dos Europeus, mas não, seguramente, com uma legislação que, aliás, ainda não entrou em vigor.

Além disso, não podemos esquecer que uma parte das penalidades voltará para as empresas automóveis para contribuir para o financiamento dos seus programas de investigação.

Duarte Freitas (PPE-DE), *por escrito*. - O transporte rodoviário é a segunda fonte de emissões de gases com efeito de estufa na UE e, sobretudo, um sector em que as emissões continuam a aumentar. Os progressos consideráveis realizados mercê das tecnologias aplicadas ao automóvel não bastaram para neutralizar os efeitos do aumento da procura de transportes e da dimensão dos veículos.

A proposta de regulamento está em consonância com o espírito e os objectivos da UE, nomeadamente, o de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 20% até 2020.

O facto de a proposta prever uma repartição dos esforços, já que será atribuído a cada fabricante um objectivo preciso a cumprir, é, na minha opinião, exemplar.

Fundamentais, na minha opinião, são também as penalizações aos fabricantes que não cumpram o objectivo que lhes foi atribuído.

Na globalidade, e atendendo à conjuntura, o acordo conseguido é, do ponto de vista comunitário, positivo. Com o objectivo de concretizar as metas que a União Europeia se propôs no combate às alterações climáticas, esta regulamentação vai com certeza dar um contributo.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *por escrito*. - (EN) Votei a favor do relatório Sacconi sobre as emissões de CO₂ dos automóveis novos de passageiros. Embora o compromisso não vá tão longe como, idealmente, poderia ir, estabelece, no entanto, metas importantes para os construtores automóveis e desempenhará um importante papel no combate às alterações climáticas.

Stavros Lambrinidis (PSE), *por escrito*. - (EL) O Grupo PASOK apoia, entre outros, o conteúdo da alteração 50, com o intuito de assegurar que o objectivo de longo prazo de 95gr CO₂/km será juridicamente vinculativo a partir de 2020. Votará contra a alteração 2 em votação nominal em separado, já que a meta de redução de emissões provenientes de automóveis de passageiros deve ser atingida directamente, a bem da saúde pública e do ambiente.

Kurt Joachim Lauk (PPE-DE), *por escrito*. - (DE) Pretendo apresentar a seguinte declaração de voto em nome dos deputados da União Democrata Cristã (CDU) do Estado alemão de Bade-Vurtemberg. Votámos a favor da proposta de regulamento, apesar de ela nos inspirar fortes reservas. Por um lado, é correcto instar a indústria automóvel a reduzir as emissões de CO₂, motivo por que votámos favoravelmente. Por outro, queremos aproveitar este ensejo para manifestar as nossas reservas, que são ilustradas por três pontos:

1. Os meios propostos para a consecução das reduções não envolvem as mesmas exigências para todos os fabricantes europeus, antes afectam especialmente os produtores de veículos grandes, que são também inovadores. Isto atinge mais os fabricantes alemães do que outros fabricantes da UE.
2. Ainda não se fez uma avaliação de impacto. A primeira versão, que previa uma curva de valores-limite com um perfil de 80% (contra os actuais 60%), foi retirada.

3. As multas foram fixadas de forma arbitrária, em particular na fase 4. Isto vai originar uma situação de dualidade de preços do CO₂, com o preço em vigor no mercado, de um lado, e um preço determinado arbitrariamente para a indústria automóvel, do outro.

David Martin (PSE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor deste texto legislativo que é uma parte essencial do pacote da UE em matéria de alterações climáticas e que estabelece, pela primeira vez, requisitos legais para os construtores com vista à redução das emissões de CO₂ de todos os novos automóveis de passageiros vendidos na UE (independentemente do local onde são fabricados). As emissões médias de CO₂ do parque de automóveis novos deverão fixar-se 120 g CO₂/km a partir de 2012. Este objectivo é estabelecido em 130 g CO₂/km mediante melhorias nas tecnologias dos motores de veículos, devendo uma redução adicional de 10 g ser conseguida como parte das "eco-inovações", tais como as novas concepções de ar condicionado. O regulamento é flexível, calculando a meta para os construtores com base na média da sua frota, o que significa que podem compensar os automóveis mais poluentes com outros menos poluentes.

Eluned Morgan (PSE), *por escrito*. – (EN) O carbono emitido pelos transportes constitui 21% das nossas emissões totais de carbono. A fixação de metas ambiciosas para a indústria automóvel é, por isso, essencial para garantir que a indústria automóvel cumpra a sua meta voluntária, que não cumpriu no passado. Ao fixar normas elevadas para os potenciais 500 milhões de consumidores Europa, deveremos fixar igualmente normas globais a cumprir por todo o mundo. Existindo uma sobrecapacidade da indústria automóvel a nível mundial, é imperativo que a Europa assuma a liderança na produção de automóveis verdes, que mereçam a preferência dos consumidores no futuro.

Angelika Niebler (PPE-DE), *por escrito*. – (DE) A indústria automóvel foi especialmente atingida pela actual crise económica. Na Alemanha, a maioria das unidades fabris do sector impôs ao seu pessoal o gozo de férias de Natal a partir do início de Dezembro.

O regulamento hoje aprovado sujeitará a indústria automóvel alemã e, designadamente, a bávara, a uma dura prova de resistência adicional, que as obrigará a um enorme esforço.

Apraz-nos registar, pois, que se dotou a indústria de um leque de disposições transitórias de grande alcance para consecução dos objectivos de redução acordados.

Assim, por exemplo, a introdução de novos requisitos é feita gradualmente. Inicialmente, em 2012, apenas 65% dos novos carros matriculados na UE terão de cumprir a meta acordada de um limite de emissões de 120 gramas de CO₂ por quilómetro. Em 2015, todos os carros novos deverão cumprir essa meta. Paralelamente, para começar, está prevista a concessão de um desconto de até sete gramas a título de "eco-inovações", tais como a incorporação de painéis solares no tejadilho e sistemas de ar condicionado eficientes.

Todavia, lastimamos que o relatório emita o sinal errado com as suas multas em caso de ultrapassagem dos valores-limite, uma vez que quem os ultrapasse em 4 gramas ou mais incorre numa penalidade de 95 euros por grama. Comparado com os preços do CO₂ ao abrigo do regime de comércio de licenças de emissão, isto representa um encargo escusado e excessivo para a indústria automóvel.

Seán Ó Neachtain (UEN), *por escrito*. – (GA) Submeti um parecer sobre este assunto à Comissão dos Transportes. A comissão estava tão dividida que não conseguimos aprovar nenhum texto.

Senti que na sua maior parte o texto da Comissão era justo e realista, embora faltasse um aspecto muito importante, que é a inclusão de um objectivo de médio a longo prazo na legislação.

Compreendo, evidentemente, que há preocupações com o emprego, mas temos de ser ambiciosos. Temos o dever de proteger o nosso mundo para as gerações futuras e, para tanto, temos de estar dispostos a tomar decisões difíceis.

E estes objectivos "verdes" não são irrealistas. Recentemente, foi claramente demonstrado que há que introduzir alguns tipos de reforma no sector automóvel. A reforma ambiental, que tem de ser feita com uma legislação ambiciosa, não é só um dever que temos, é também uma oportunidade; uma oportunidade para aumentar o apoio à investigação e desenvolvimento no sector automóvel e para criar empregos e dar início a uma nova era nesse sector. O desenvolvimento sustentável não beneficia apenas o planeta. Pode muito bem ser também benéfico para economia.

Daciana Octavia Sârbu (PSE), *por escrito*. – (RO) As emissões produzidas pelos automóveis e o seu impacto adverso no ambiente não devem ser menosprezados pela União Europeia nos seus esforços para combater os efeitos das alterações climáticas. O Parlamento Europeu e o Conselho concordaram que, até 2020, o nível médio de emissões do novo parque automóvel não deverá exceder 95 g de CO₂/km. Presentemente, a indústria automóvel comprometeu-se a reduzir as emissões de dióxido de carbono para 140 g/km até 2008, como parte de um acordo voluntário assinado em 1998. Visto este ser um objectivo de natureza voluntária, os esforços feitos para reduzir emissões foram insignificantes, tendo o nível de 186 g/km registado em 1995 descido apenas para 163 g/km em 2004.

O novo regulamento introduz um esquema obrigatório para a redução de emissões de CO₂ que inclui um sistema de sanções em caso de incumprimento deste objectivo e, ao mesmo tempo, incentivos à criação de tecnologias inovadoras. Até 2014 80% do parque automóvel deverá cumprir as normas e, a partir de 2019, a sanção por cada grama acima do limite será de 95 euros. O compromisso final assegura um equilíbrio entre as necessidades dos consumidores, a protecção do ambiente e uma política industrial sustentável.

Bart Staes (Verts/ALE), *por escrito*. – (NL) Votei contra o compromisso contido no relatório Sacconi sobre as emissões de CO₂ dos veículos automóveis. É um dossiê vergonhoso, em que os fabricantes de veículos automóveis voltam a escapar ao dever de construir automóveis que consumam menos energia e sejam menos poluentes. Há mais de dez anos que se iniciou este dossiê. Inicialmente, ganhou-se tempo concluindo-se um acordo voluntário, que não foi respeitado. O acordo de hoje é outra forma de ganhar tempo. As multas são desprezivelmente baixas.

As emissões médias de CO₂ dos automóveis foram fixadas em 95 g de CO₂/Km a partir de 1 de Janeiro de 2020. Em 1996, o sector acordou que esse valor seria, no máximo, de 140 g de CO₂/Km até 2008. Qual é a realidade? A média actual é de 162 g.

A verdade é que prevalece sempre o que se fixa a curto prazo. Preferimos pagar grandes montantes de dólares a regimes corruptos ou não democráticos do que investir em tecnologia inovadora não poluente. A justificação de que somos obrigados a fazê-lo devido à crise económica é uma falácia. O sector automóvel só tem futuro se optar por construir veículos automóveis com melhor eficiência energética e não poluentes. Se este sector se depara agora com dificuldades, só pode recriminar-se a si próprio pelas escolhas incorrectas e a curto prazo que fez no passado.

Silvia-Adriana Țicău (PSE), *por escrito*. – (RO) Eu votei a favor do relatório do senhor deputado Sacconi sobre as normas de desempenho em matéria de emissões dos automóveis novos de passageiros.

O sector do transporte rodoviário é responsável por aproximadamente 70% das emissões de gases com efeito de estufa produzidas pelo sector dos transportes em geral, especialmente em zonas urbanas onde a congestão de tráfego causa a poluição do ar nas áreas metropolitanas. É, por isso, de importância vital melhorar as normas de desempenho em matéria de emissões dos automóveis novos de passageiros. O compromisso alcançado fixa objectivos ambiciosos para os fabricantes de automóveis, mas também lhes garante o período necessário para adaptarem as suas linhas de produção às novas exigências. O sistema de bonificações introduzido para os carros verdes será um estímulo tanto para fabricantes como para consumidores, e as alterações climáticas ajudarão a mudar as preferências dos consumidores e também a relançar a procura de veículos.

A defesa dos empregos e a criação das condições prévias para o desenvolvimento económico são factores absolutamente necessários, especialmente face à actual crise económica e financeira. A importância da indústria automóvel é também reconhecida nas medidas específicas incluídas no Plano de Relançamento da Economia Europeia.

Thomas Ulmer (PPE-DE), *por escrito*. – (DE) Votei a favor, apesar das fortes reservas que tinha. Por um lado, é correcto instar a indústria automóvel a reduzir as emissões de CO₂. Por outro, queremos exprimir fortes reservas (ver ponto 3, em particular). 1. A proposta não envolve as mesmas exigências para todos os fabricantes europeus, antes afecta especialmente os produtores de veículos grandes, que são também inovadores. Isto atinge de modo particular os fabricantes alemães. 2. Não se fez uma avaliação de impacto. A primeira versão, que previa uma curva de valores-limite com um perfil de 80% (contra os actuais 60%), foi retirada. 3. As multas foram fixadas de forma arbitrária, em particular na fase 4. Isto vai originar uma situação de dualidade de preços do CO₂, com o preço em vigor no mercado, de um lado, e um preço determinado arbitrariamente para a indústria automóvel, do outro.

Glenis Willmott (PSE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor da legislação, tal como alterada, quer no que se refere a esta proposta de redução das emissões de CO₂ dos novos automóveis de passageiros, quer a todo o pacote relativo às alterações climáticas. Este é um passo importante para garantir que a Europa cumpra as suas metas de redução das emissões em 20%, até 2020 e que enviará uma forte mensagem ao resto do mundo quanto à seriedade da Europa nesta matéria, neste período que medeia até às conversações em Copenhaga.

Já dispomos da tecnologia para nos ajudar a cumprir estas metas, não existindo melhor exemplo disso do que o trabalho de vanguarda que está a ser desenvolvido pela Universidade de Loughborough, no meu próprio círculo eleitoral, reconhecida pelo desenvolvimento de tecnologias verdes e que deu a conhecer recentemente uma nova estação de recarga de hidrogénio, uma de apenas duas construídas no Reino Unido.

- **Relatórios: Claude Turmes (A6-0369/2008), Avril Doyle (A6-0406/2008), Satu Hassi (A6-0411/2008), Chris Davies (A6-0414/2008), Dorette Corbey (A6-0496/2007) e Guido Sacconi (A6-0419/2008)**

Bairbre de Brún e Mary Lou McDonald (GUE/NGL), *por escrito*. – (EN) O Sinn Féin atribui a mais elevada prioridade à luta contra as alterações climáticas. Reconhecemos totalmente as alterações profundas necessárias para construir um tipo de sociedade e de economia que prove ser ambientalmente sustentável. Por conseguinte, apoiamos as medidas tomadas a nível local, nacional e da UE, bem como a nível mundial através das conversações das Nações Unidas sobre o clima, com vista a estabelecer as metas vinculativas necessárias à redução das emissões de CO₂.

Em relação, especificamente, ao relatório Doyle sobre o Regime de Comércio de Licenças de Emissão (RCLE), votámos a favor deste relatório, uma vez que o resultado garante uma melhoria do actual RCLE da UE, apesar de algumas sérias dificuldades do próprio regime.

Desagrada-nos o facto de a maioria das reduções com vista à consecução das metas da UE poder, com efeito, ser realizada fora da UE, tal como aprovado com o relatório Hassi. Abstivemo-nos a este respeito.

Quando ao relatório Davies sobre a captura e armazenagem de carbono e sem prejuízo da nossa clara preferência por fontes de energia renováveis, votámos a favor do relatório, pois prevê importantes medidas em matéria de segurança, segurança financeira e responsabilidade. Teríamos gostado igualmente de uma norma de desempenho em matéria de emissões. No entanto, o relatório prevê um estudo dessa possibilidade.

Votámos contra o relatório Sacconi sobre as emissões dos automóveis novos de passageiros, uma vez que o acordo enfraquece significativamente a proposta da Comissão.

Edite Estrela (PSE), *por escrito*. – Votei favoravelmente o chamado "pacote energia-clima" que inclui os relatórios Doyle, Hassi, Turmes e Davies, por considerar que o acordo firmado entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão Europeia é um acordo equilibrado, que concilia a defesa do ambiente com os legítimos interesses da indústria.

Era importante alcançar um acordo em primeira leitura, ou seja, em tempo útil para que a União Europeia possa apresentar uma proposta credível na Conferência de Copenhaga em 2009, com vista a alcançar um acordo internacional, e continuar a liderar o combate às alterações climáticas.

Neena Gill (PSE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor do pacote relativo às alterações climáticas porque acredito que o mundo se encontra numa encruzilhada crucial. Enfrentamos um desafio sem precedentes no que respeita ao nosso modo de vida. Porém, só trabalhando em conjunto os Estados-Membros conseguiremos produzir efeitos. É em momentos como este que a UE precisa de estar à altura das suas responsabilidades e de actuar como um líder mundial.

E foi o que aconteceu. Nenhum outro país ou grupo de países desencadeou um processo juridicamente vinculativo com o alcance e o potencial deste pacote.

Os deputados Verdes deste Parlamento têm afirmado que o pacote foi diluído. Mas estão a ser irrealistas. A eficácia ambiental do regime não está em questão. Ao invés, conseguimos um equilíbrio viável – entre a necessidade de a indústria continuar a prosperar em tempos de dificuldade económica, as necessidades sociais da Europa e o futuro do nosso ambiente.

Este é, por conseguinte, um pacote que os Socialistas tiveram razão em apoiar, o que eu também faço com grande satisfação.

Bruno Gollnisch (NI), *por escrito*. - (FR) O "pacote energia-clima" que hoje votamos pretende constituir o símbolo de uma transição energética, económica e tecnológica.

E constitui, de facto: as diferentes medidas propostas vão revolucionar em profundidade o "cabaz" energético dos Estados-Membros, vão conduzir a uma política energética comum, ou mesmo única, vão gerar custos financeiros enormes, vão pesar sobre a competitividade das nossas indústrias e, por conseguinte, sobre o emprego na Europa, vão aumentar os preços da energia para os privados e as empresas, vão possuir impactos não negligenciáveis sobre os orçamentos nacionais...

É certo que foram previstas inúmeras derrogações, de forma a evitar as deslocalizações. Mas não é suficiente: no actual contexto de crise generalizada e que se anuncia longa, é precisa uma cláusula geral de salvaguarda que garanta que os interesses da economia e dos trabalhadores europeus terão primazia, pelo menos provisoriamente, sobre os objectivos ambientais sempre que necessário. É também preciso prever que o processo seja globalmente posto em causa se as próximas negociações internacionais não tivessem êxito e, nomeadamente, se os Estados Unidos e os grandes países emergentes não se comprometessem nas mesmas proporções.

Pois, nesse caso, o suicídio económico da Europa, que apenas emite 15% dos gases com efeito de estufa "artificiais" no mundo, não serviria rigorosamente para nada.

Dan Jørgensen (PSE), *por escrito*. - (DA) Os Sociais-Democratas dinamarqueses votaram a favor da maioria do pacote das alterações climáticas da UE porque, apesar de nem todos os métodos utilizados serem exactamente como desejaríamos, o pacote estabelece metas ambiciosas para a redução das emissões de CO₂, de 20% ou 30%, dependendo da celebração ou não de um acordo global.

Os Sociais-Democratas votaram contra a partilha de esforços (isto é, contra a redução, por exemplo, na agricultura, nos transportes, etc.). Tal deve-se ao facto de ser tão fácil comprar créditos nos países em desenvolvimento que a UE poderá cumprir em até 60% a 70% a sua obrigação de redução adquirindo reduções nos países mais pobres do mundo. O que isto significa, na realidade, é que os países mais ricos poderão, à custa dessas compras, libertarem-se do processo de transição e desse modo não investirão no desenvolvimento tecnológico que se torna necessário para atingir a meta de redução a longo prazo de pelo menos 80%.

Os Sociais-Democratas votaram contra a proposta relativa às emissões de CO₂ dos automóveis. Contrariando aquilo que a Comissão Europeia tinha proposto e em contraposição com os resultados da votação da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, a proposta atrasaria a exigência que pende sobre a indústria de não emitir, por mais três anos, um volume superior a 120 g CO₂/km a partir de 2012. A indústria automóvel já celebrou, há dez anos, um acordo voluntário sobre a redução de CO₂ e dispôs de imenso tempo para se adaptar às normas que se tornam necessárias para podermos combater o aquecimento global.

Marie-Noëlle Lienemann (PSE), *por escrito*. - (FR) Votei a favor das quatro directivas do "pacote energia-clima" porque era importante que a UE adoptasse esses textos antes de 2009 e das negociações internacionais. Adiar teria atrasado a passagem à acção, acumulado atrasos sem garantir um texto melhor. É um SIM:

- pois são confirmados os objectivos dos 3x20 (20% de redução dos gases com efeito de estufa (GEE), 20% de redução da energia consumida e 20% de energia renováveis), e a passagem para uma redução de 30% dos GEE em caso de acordo internacional mais ambicioso;

- crítico, pois os textos propostos pelo Conselho não vão tão longe como as propostas da Comissão e correm o risco de não atingir os objectivos anunciados - alargamento no tempo, grande número de derrogações, possibilidade de financiar reduções de gás fora da União Europeia, o que atrasa a indispensável descarbonização das nossas indústrias, economias e modos de desenvolvimento.

- à vigilância, pois, se os objectivos não forem entretanto alcançados, o Parlamento Europeu terá de impor novas políticas;

- de primeiro passo. Sempre pensei que as ETS não transformariam a nossa indústria, as nossas actividades destinadas a reduzir as suas pegadas ecológicas. É necessário prever dotações importantes para a investigação e a inovação, estabelecer normas e tarifas aduaneiras destinadas a combater o *dumping* ambiental, bem como políticas industriais e fundos europeus que acompanhem as mutações.

Luís Queiró (PPE-DE), *por escrito*. - Perante os relatórios que abordam as diferentes questões do "pacote clima" é possível encontrar uma abordagem global.

Considerando que o aumento global do consumo energético vai manter-se e que as energias que mais CO₂ emitem são as mais caras, facilmente se compreende que a adopção de energias menos emissoras de CO₂ é uma necessidade tanto ambiental quanto económica. Por essa razão, é prioritário investir em tecnologias que reduzam o consumo de energia e em soluções tecnológicas que reduzam as emissões que sempre existirão. É necessária uma adaptação das indústrias que produzem bens que emitem mais CO₂ e que podem e devem ser estimuladas, em vez de sancionadas, para produzir bens mais avançados tecnologicamente, nomeadamente através das regras de aquisições públicas. De igual modo, as indústrias que emitem muito CO₂ durante a sua actividade produtiva necessitam de beneficiar do apoio à investigação e à inovação, para serem mais competitivas, e não de regras que penalizem o processo produtivo tornando-o inviável na Europa. Finalmente, refira-se que a necessidade de reduzir as dependências energéticas, apostando na diversificação das fontes e dos fornecedores é essencial e deve ser aproveitada para estimular as energias que menos CO₂ emitem.

- Recomendação para segunda leitura: Alejandro Cercas (A6-0440/2008)

Kader Arif (PSE), *por escrito*. - (FR) A posição comum sobre o tempo de trabalho, submetida pelo Conselho à votação dos deputados, constituía uma verdadeira regressão para os direitos dos trabalhadores e um real perigo para o nosso modelo social europeu.

Reunindo atrás de si uma forte maioria, o relator socialista Alejandro Cercas, que apoiei com o meu voto, conseguiu eliminar essa visão conservadora e reaccionária do mundo do trabalho, digna do século XIX. Com o conjunto dos socialistas, apoiei uma série de alterações destinadas a garantir avanços essenciais para os direitos dos trabalhadores.

Assim, obtivemos a revogação da cláusula *opt-out*, que permitia a isenção do limite de tempo de trabalho e impor até 65 horas de trabalho semanal. Da mesma maneira, uma vez que não podemos admitir que o tempo de guarda seja considerado tempo de repouso, conseguimos que seja contado como tempo de trabalho. E obtivemos também garantias em matéria de repouso de compensação e de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

Esta grande vitória dos socialistas europeus, apoiados pelos sindicatos, é uma vitória para o conjunto dos Europeus. A Europa que protege é a Europa que faz seus os principais avanços sociais como os de hoje.

Alessandro Battilocchio (PSE), *por escrito*. - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor da recomendação em causa, cujo texto foi coordenado, no Parlamento, pelo senhor deputado Cercas. Estamos a viver em circunstâncias muito particulares, em que, infelizmente, a crise financeira está a afectar também a economia real. São necessárias decisões que tenham um impacto positivo no nosso sector produtivo, e, sobretudo, a Europa tem de se preparar para os novos e difíceis desafios em termos de competitividade que se perfilam no horizonte.

Concordo com a ideia de base de criação de um quadro europeu para a regulamentação da organização do tempo de trabalho. É justo, neste domínio, promover um maior envolvimento dos parceiros sociais na tomada de decisões, e, em particular, dos sindicatos reformistas que, em toda a Europa, procuram fazer face ao desafio não só da defesa dos direitos dos trabalhadores, mas também da modernização e do crescimento.

Adam Bielan (UEN), *por escrito*. - (PL) O período de tempo activo e inactivo durante o período de serviço é uma questão importante para muitas profissões, especialmente médicos. Dividir os turnos em períodos de serviço inactivos e activos é contrário ao conceito de tempo de trabalho e aos regulamentos principais sobre condições de trabalho. Será possível alguém controlar quando um médico faz um intervalo durante um turno, ou quando está a executar o seu trabalho, atendendo a uma urgência, fazendo um tratamento ou planeando a próxima operação? Além disso, as tentativas de acompanhar estas situações envolveriam inspectores de trabalho e incorreriam em custos ridículos. Uma medida desse tipo seria simplesmente incompatível com a ética profissional.

Derek Roland Clark, Michael Henry Nattrass, Jeffrey Titford e John Whittaker (IND/DEM), *por escrito*. - (EN) O Partido da Independência do Reino Unido (UKIP) reconhece o valor de certos elementos da posição do Conselho para a preservação dos direitos dos Britânicos ao trabalho, e votámos contra outras alterações constantes deste relatório que prejudicam especificamente esses elementos.

No entanto, a posição do Conselho contém muitos outros elementos com os quais o Partido da Independência do Reino Unido não pode concordar, nem pode votar favoravelmente. Por conseguinte, abstemo-nos na votação da alteração 30.

Jean Louis Cottigny (PSE), *por escrito*. - (FR) O voto de hoje do Parlamento Europeu possui uma importância capital. O tempo máximo de trabalho na Europa ficará nas 48 horas, o que irá permitir aos países com um regime mais favorável aos trabalhadores assalariados não alterarem nada (como a França, que estabeleceu 35 horas). O Conselho queria elevar esse limite para 65 horas.

As forças da esquerda e de defesa dos trabalhadores, como a CES, podem orgulhar-se desta vitória.

Os médicos e estudantes de medicina não podem ser esquecidos, pois esta vitória também é deles. O tempo de guarda do corpo médico ficará incluído no tempo de trabalho.

Este voto, conseguido por larga maioria, permitirá aos 27 deputados europeus afirmarem alto e bom som a sua posição, perante os 27 ministros, no comité de conciliação.

Harlem Désir (PSE), *por escrito*. - (FR) No actual contexto de crise e precariedade social para os trabalhadores, o Conselho submete hoje à votação do Parlamento Europeu uma posição comum que representa um verdadeiro perigo para os fundamentos do modelo social europeu ao enfraquecer as normas do tempo de trabalho.

O estabelecimento de uma cláusula de renúncia ao limite semanal de 48 horas e a não inclusão do tempo de guarda no tempo de trabalho correm o risco de criar uma Europa social a duas velocidades, entre os trabalhadores que poderão beneficiar de protecção social nos seus Estados-Membros e aqueles que não poderão recusar possuir direitos sociais menores.

Contrariamente ao discurso da Comissão e de alguns Estados do Conselho da União Europeia, que apresentam a livre escolha do *opt-out* como um progresso, optei por apoiar as alterações do relator Cercas, que são a expressão da posição do Parlamento em primeira leitura, em 2004.

Estas últimas exigem a revogação da cláusula de *opt-out* 36 meses após a entrada em vigor da directiva, o cálculo do tempo de guarda como tempo de trabalho (reconhecido pelo TJCE), assim como garantias em matéria de repouso de compensação e de conciliação entre vida familiar e vida profissional.

Brigitte Douay (PSE), *por escrito*. - (FR) Apoiei a posição do relator, o senhor deputado Cercas, pois a organização do tempo de trabalho constitui uma questão essencial para a vida quotidiana dos cidadãos europeus.

A manifestação maciça dos sindicatos europeus, ontem em Estrasburgo, mostrou a sua preocupação por uma melhor protecção dos trabalhadores.

Houve diversos elementos deste relatório que chamaram a minha atenção e que deveriam ser defendidos, como, por exemplo, o fim da derrogação ao tempo de trabalho semanal fixado hoje em 48 horas na União Europeia. Como todos os socialistas europeus, estou convencida de que a conciliação do trabalho com a vida familiar é extremamente importante para o desenvolvimento dos cidadãos.

O relatório Cercas, com os progressos sociais que inclui, aponta no bem sentido, ao suprimir as medidas demasiado liberais aplicadas em certos Estados-Membros, que gostariam de as ver alargadas ao conjunto da União Europeia.

Lena Ek (ALDE), *por escrito*. - (SV) Após quatro anos a tentar alterar a directiva relativa à organização do tempo de trabalho, o Conselho de Ministros conseguiu chegar a acordo sobre uma posição comum no Verão passado. O acordo do Conselho prevê a possibilidade de não participação, o que permite que os parceiros sociais se afastem da duração do trabalho semanal estabelecida na directiva. Isto significa que o modelo sueco de contratos colectivos está protegido. Está também inteiramente de acordo com o princípio da subsidiariedade, segundo o qual as decisões devem ser tomadas ao nível mais próximo dos cidadãos que for possível.

A intenção da proposta do Parlamento é excluir essa possibilidade de não participação. Por conseguinte, votei contra a mesma.

Edite Estrela (PSE), *por escrito*. - Votei a favor da rejeição da posição do Conselho por considerar que não respeita os legítimos direitos dos trabalhadores. A posição do Parlamento Europeu foi clara e expressiva na rejeição da possibilidade das 65 horas semanais.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. - É uma importante vitória da luta dos trabalhadores a derrota que hoje o Conselho Europeu sofreu no Parlamento Europeu, não tendo conseguido que passassem as suas

inadmissíveis propostas de alteração da directiva do tempo de trabalho, que punham em causa conquistas de mais de cem anos de duras lutas laborais. Destacam-se os casos em que pretendiam o prolongamento da jornada média de trabalho para as 60 e 65 horas semanais, a criação do conceito de "tempo inactivo de trabalho", que não seria considerado como tempo de trabalho, e o ataque ao movimento sindical. Tudo isto foi rejeitado. O que também é uma derrota do governo do PS/Sócrates que se tinha absterido na posição do Conselho.

Depois da votação de hoje no Parlamento Europeu, a proposta do Conselho não pode entrar em vigor. Mas pode abrir novas negociações com o PE. Ao contrário do que aconteceria se tivesse sido aprovada a proposta de rejeição que o nosso Grupo apresentou e que defendemos.

Por isso, apesar da importante vitória conseguida, não acabou a guerra contra a proposta do Conselho e algumas posições reformistas que se mostram disponíveis para aceitar algo em futuras negociações.

Vamos manter-nos firmes na posição de rejeição e apelamos à vigilância dos trabalhadores e das suas organizações sindicais.

Neena Gill (PSE), *por escrito*. – (EN) Votei no sentido de manter o *opt-out*, uma vez que a minha prioridade é, sobretudo, proteger os empregos na região de West Midlands e assegurar que a minha região mantenha uma dinâmica competitiva.

Sempre trabalhei afincadamente para proteger os trabalhadores, e não me parece que restringir as escolhas das pessoas seja a melhor forma de o conseguir. Falei com numerosos trabalhadores e proprietários de PME para quem o abrandamento económico está a provocar a perda de postos de trabalho e o encerramento de empresas; pediram-me para preservar a sua escolha. A minha experiência revela que restringir o tempo extra das pessoas apenas favorece aqueles que têm condições para passar por uma tempestade e sobreviver, e é importante que proporcionemos às pessoas os meios para apoiarem a suas famílias. Existem salvaguardas na posição comum com vista a garantir que os trabalhadores não sejam explorados.

Bruno Gollnisch (NI), *por escrito*. – (FR) A proposta de directiva da Comissão é sem dúvida típica daquilo a que a Europa de Bruxelas chama flexibilidade e adaptabilidade e ousa qualificar de social: *opt-out* (isto é, possibilidade de passar ao lado das normas) para os Estados ou os indivíduos, limite de 78 horas trabalhadas por semana, exclusão do tempo de guarda do cálculo das horas trabalhadas, cálculo do tempo por contrato e não por pessoa... Em resumo, tudo para permitir a exploração das pessoas num contexto de crise, de desemprego que volta a aumentar, de pauperização dos trabalhadores assalariados.

Eis a razão por que votámos favoravelmente as alterações da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, mas também algumas dos nossos adversários políticos, pois pareceram-nos apontar no bem sentido, ou seja, no dos trabalhadores.

No entanto, duas observações adicionais:

- o relatório parece muito mais motivado pela imagem que o Parlamento daria de si próprio aos trabalhadores, se não adoptasse o seu relatório a seis meses das eleições, do que pelo bem estar dos cidadãos;

- a vigilância deve manter-se na mira: não existe uma maioria no Conselho para suprimir o *opt-out* e o relatório hoje aprovado, que já é um compromisso, corre o risco de não ser o último sobre o assunto.

Małgorzata Handzlik (PPE-DE), *por escrito*. – (PL) O debate sobre as alterações à Directiva relativa ao tempo de trabalho suscitou interesse em muitas esferas, especialmente nos sindicatos e organizações patronais. A votação de hoje no Parlamento não assinala o fim deste debate. Isto porque o Parlamento aprovou alterações que rejeitam as propostas do Conselho sobre a organização do tempo de trabalho. A proposta de directiva será agora analisada no quadro de um processo de conciliação. Dadas as diferenças significativas de opinião entre os Estados-Membros e o Parlamento, levantam-se dúvidas quanto à sua aprovação.

Retirar a cláusula *opt-out* da Directiva foi seguramente uma decisão infeliz. Mais especificamente, esta medida poderá ter consequências imprevisíveis para a prestação continuada de serviços médicos, incluindo na Polónia. Neste momento, gostaria de salientar que apoio o limite de 48 horas relativamente ao tempo de trabalho, com a opção de o prolongar apenas com o consentimento do trabalhador. Gostaria de salientar que a Directiva em vigor permite um período semanal de trabalho de 78 horas, uma solução que não beneficia ninguém.

O compromisso proposto pelo Conselho teria garantido uma abordagem equilibrada, respeitando os diferentes modelos de mercado de trabalho, bem como os direitos laborais. Espero que ulteriores negociações entre o Parlamento e o Conselho culminem numa solução que satisfaça todas as partes interessadas, tendo em conta os pormenores específicos das declarações proferidas pelos profissionais médicos, que estão preocupados com as mudanças contidas na Directiva.

Ian Hudghton (Verts/ALE), por escrito. – (EN) Considero essencial que os trabalhadores disponham da possibilidade de escolher livre e voluntariamente o seu horário de trabalho. Se quisermos que se mantenham os acordos de *opt-out*, é preciso que os trabalhadores sejam protegidos contra a exploração. A posição comum tenta encontrar esse equilíbrio, continuando a permitir que os indivíduos possam recorrer ao *opt-out* no que se refere ao limite máximo de 48 horas (em média) de horário de trabalho semanal contido na Directiva, que introduz novas salvaguardas, para evitar a exploração dos indivíduos.

Elas incluem uma proibição de assinatura do *opt-out* em simultâneo com a assinatura do contrato de trabalho, um período "de reflexão" de seis meses em que os trabalhadores podem mudar de ideias, e uma exigência de que os trabalhadores renovem o seu acordo de *opt-out* todos os anos.

O texto da posição comum tenta manter a flexibilidade dos *opt-out* individuais, reforçando simultaneamente os mecanismos de protecção importantes para os trabalhadores, e, tudo bem ponderado, decidi votar a favor de uma proposta de compromisso – isto é, da manutenção do *opt-out*.

A posição do Parlamento defende a inexistência de excepções ao horário máximo de trabalho semanal de 48 horas (calculado ao longo de 12 meses), afirmando que o *opt-out* deverá cessar três anos após a aprovação da Directiva. Regista igualmente que qualquer tempo de permanência deverá ser considerado tempo de trabalho.

Anneli Jäätteenmäki (ALDE), por escrito. – (FI) Se a proposta do Conselho tivesse sido aprovada pelo Parlamento, qualquer coisa como 10 milhões de trabalhadores teriam sido excluídos de qualquer protecção em matéria de tempo de trabalho na UE. Foi por esta razão em particular que votei a favor da posição do Parlamento em primeira leitura.

A posição do Conselho sobre a regulação do tempo de trabalho para trabalhadores académicos teria sido nada mais do que um retrocesso. Não teria sido aceitável o Conselho excluir por completo os trabalhadores de topo – grupo que na Finlândia conta com 1 30 000 membros – da protecção do tempo de trabalho.

O mercado interno europeu precisa de regras claras e comuns sobre o tempo de trabalho. A posição do Conselho teria destruído a protecção do tempo de trabalho e teria sido uma ameaça ao desenvolvimento da vida profissional na Europa.

Tunne Kelam (PPE-DE), por escrito. – (EN) Votei contra esta Directiva que visa eliminar os *opt-outs*. Acredito firmemente que, antes de mais, qualquer pessoa deve ser livre de escolher o seu próprio horário de trabalho. Acredito igualmente que esta regulamentação constitui uma violação do princípio da subsidiariedade, que abrange o direito laboral. Qualquer Estado deveria deter competências para regulamentar o tempo de trabalho no respectivo território.

Após a votação, pergunto-me se a aprovação desta Directiva pelo Parlamento Europeu significa agora que o próximo passo será legislar sobre a bondade de os cidadãos europeus disporem da possibilidade de gozar de tempo livre, e durante quanto tempo.

Roger Knapman e Thomas Wise (NI), por escrito. – (EN) Ao votar no sentido da rejeição da alteração, procuro simplesmente proteger a derrogação *opt-out* do Reino Unido à Directiva relativa ao Tempo de Trabalho, que esta alteração, caso aprovada, abolirá.

O meu sentido de voto não deverá, de forma alguma, ser visto como um apoio meu à totalidade da Directiva relativa ao Tempo de Trabalho.

Eija-Riitta Korhola (PPE-DE), por escrito. – (FI) Senhor Presidente, gostaria de explicar o meu voto sobre o princípio da não-participação na Directiva relativa ao Tempo de Trabalho. Em primeiro lugar, este acto jurídico visa proteger os trabalhadores. Para além de o esgotamento dos trabalhadores por excesso de trabalho ser um problema humano, é algo que também reduz a produtividade. A perspectiva de melhores oportunidades de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar depende muito de valores europeus, e a questão do tempo de trabalho é um factor a ter em conta. Portanto, há um argumento sólido em favor das restrições do tempo de trabalho.

Em segundo lugar, deveríamos possibilitar a apreciação de circunstâncias caso a caso. Uma oportunidade de flexibilidade é importante tanto para o empregador como para o empregado. A flexibilidade também ajuda a melhorar a conciliação do trabalho com a vida privada.

Apoiei a ideia de uma semana de trabalho de 48 horas mas penso que é muito importante que haja um período de ajustamento de duração suficiente. Na minha opinião, um período de ajustamento é uma forma de garantir flexibilidade melhor do que uma opção de não-participação. Sublinhe-se que a Finlândia não achou necessário recorrer à opção de não-participação, e isso é bom.

Carl Lang (NI), *por escrito*. - (FR) O projecto de directiva da Comissão Europeia sobre o tempo de trabalho, tantas vezes criticado e depois rejeitado em 2005, constituía claramente um instrumento ultraliberal e globalista cujas implicações formavam uma panóplia anti-social que podia conduzir a grandes desvios. Nomeadamente com o princípio do *opt-out*, que permitia ultrapassar o tempo de trabalho semanal fixado em 48 horas. O trabalhador podia ser chamado a trabalhar até 78 horas por semana. O relatório do deputado Cercas parece ter tentado alcançar um compromisso aceitável. Assim alterado, pretende constituir, sobretudo, uma mensagem política destinada aos trabalhadores e aos sindicatos europeus.

Pelo contrário, nunca se referem as dificuldades enfrentadas por outras profissões quando o tempo de trabalho é demasiado reduzido, como com as 35 horas. Nomeadamente as profissões ligadas à saúde: os hospitais, as urgências... A questão da regulamentação do tempo de trabalho, da liberdade de trabalhar mais ou menos, exige uma resposta que ultrapassa a ideologia neomarxista ou ultraliberal por uma abordagem mais pragmática e realista.

Embora esta recomendação pretenda ser tranquilizadora, pretende ter por objectivos garantir a saúde e a segurança dos trabalhadores europeus e permitir-lhes conciliar a vida familiar...

(Declaração de voto abreviada nos termos do artigo 163.º do Regimento)

Astrid Lulling (PPE-DE), *por escrito*. - (DE) Levei algum tempo a decidir-me sobre a posição certa a assumir a respeito desta controversa directiva relativa à organização do tempo de trabalho. Fui apanhada por uma avalanche de pareceres sobre a posição comum, que recebeu também a aprovação do meu Governo.

As pequenas e médias empresas pediram-nos que apoiássemos a solução pragmática dos Ministros do Trabalho, nomeadamente em atenção ao presente clima económico. Muitos trabalhadores, a título individual, e classes profissionais, por exemplo organizações de bombeiros e de actores, solicitaram-nos que nos ficassemos pela solução pragmática, mas facultando-lhes um mecanismo de exclusão, que os habilitasse a preservar a fórmula flexível de organização do tempo de trabalho adequada à sua área particular.

Os sindicatos, compreensivelmente inquietos com a hipótese de, no século XXI, se virem a consagrar tempos de trabalho superiores ao limite máximo semanal de 48 horas acordado no quadro da Organização Internacional do Trabalho em 1919, declararam a sua oposição a esse pragmatismo.

É evidente, também, que o tempo de permanência do pessoal médico e de enfermagem nos hospitais deve ser objecto de um tratamento diferente do que é dado aos dos trabalhadores que se encontram em casa em regime de disponibilidade para o serviço por chamada, que é na realidade um estado de prevenção.

Visto que a distância que separa aqueles que encaram a posição comum como o seu único meio de salvação dos que a condenam nos termos mais veementes parece ser intransponível, votarei de maneira que obrigue a um esforço de conciliação, pois esse é o único meio de se alcançar um compromisso razoável e humano com o Conselho.

Nils Lundgren (IND/DEM), *por escrito*. - (SV) O Lista de Junho considera que compete em primeiro lugar aos parceiros sociais e, em segundo lugar, ao parlamento sueco estabelecer as nossas normas em matéria de tempo de trabalho. Esta abordagem conta com um amplo apoio por parte do público e o movimento sindical bem sucedido da Suécia costumava sustentar que deviam ser os parceiros sociais a decidir estas questões através de contratos colectivos, sem a interferência do Estado.

Agora, o movimento sindical da Suécia, tal como os de outros países da UE, mudou de registo e está portanto a exigir alterações substanciais à posição comum do Conselho. Trata-se agora de transferir poder sobre o mercado do trabalho sueco, não para aqueles que foram eleitos pelos cidadãos suecos, mas sim para Bruxelas. A razão disto é a preocupação de que os Estados-Membros procurem vantagens competitivas e ponham em risco a saúde pública adoptando períodos de trabalho demasiado longos e normas irresponsáveis no que se refere ao tempo de permanência.

No entanto, os países da UE são Estados democráticos que se regem pelo direito e apoiam a Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Os seus movimentos sindicais são livres. Os países que não respeitem estes critérios não são aceites entre os Estados-Membros. Será, então, que este problema existe?

Sustento que a nova situação que surgiu devia ser objecto de um processo de conciliação entre o Parlamento e o Conselho. Por conseguinte, votei a favor da alteração relativa ao tempo de permanência e à não participação do Reino Unido, a fim de incentivar este tipo de processo político.

David Martin (PSE), *por escrito*. – (EN) Apoio este relatório que salvaguardará os direitos dos trabalhadores, pondo cobro à exploração dos horários de trabalho. A Directiva relativa ao Tempo de Trabalho limita a semana de trabalho a 48 horas, em média, ao longo de 12 meses, e entrará em vigor até 2012. Apoio a classificação do tempo de permanência como tempo de trabalho, permitindo aos trabalhadores passar mais tempo com as suas famílias. Trabalhar mais do que 48 horas por semana levanta sérios riscos para a saúde, entre os quais os mais importantes são a ligação entre os longos horários de trabalho e as perturbações cardiovasculares, a diabetes de tipo II e os problemas musculoesqueléticos. Apoio o impacto positivo que este relatório terá na saúde e segurança no trabalho e na prevenção de acidentes. São numerosos os acidentes atribuídos à privação do sono devido ao excesso de horas de trabalho, nomeadamente, o acidente ferroviário de Paddington. Este relatório trará uma melhoria real dos níveis de vida para milhares de trabalhadores escoceses, razão porque o apoio.

Erik Meijer (GUE/NGL), *por escrito*. – (NL) Há forças por toda a Europa que vêem na actual falta de protecção dos trabalhadores nos novos Estados-Membros da Europa oriental uma vantagem competitiva importante que permite às empresas reduzir os custos do trabalho. A Directiva relativa à organização do tempo de trabalho, na formulação que agradaria ao Conselho, conduzirá finalmente a uma situação de mais horas de trabalho com salários mais baixos para todos. Os eleitores não entendem por que razão a cooperação dos seus países no seio da União Europeia conduziria a uma mudança para pior, e não para melhor.

Com esta proposta, é possível fazer valer durante todo o ano as derrogações de curto prazo que alargam as horas de trabalho devido a picos na produção ou ao acréscimo da actividade na época turística. Os períodos inactivos durante a permanência física no local de trabalho dos bombeiros, por exemplo, já não têm de ser remunerados. Uma maioria neste Parlamento queria dar o seu acordo a esta medida, desde que a eliminação gradual do actual *opt-out* fosse uma realidade dentro de poucos anos. O Conselho, porém, prefere tornar o *opt-out* permanente e, até mesmo, alargá-lo. Uma directiva relativa à organização do tempo de trabalho com estas condições é completamente inoportuna.

Apenas enfraqueceria os regulamentos nacionais na matéria em muitos Estados-Membros da UE. A espiral tende a descer até ao nível inaceitável dos novos Estados-Membros. Felizmente, uma ampla maioria pronunciou-se hoje a favor da supressão da opção de derrogação num prazo de três anos.

Willy Meyer Pleite (GUE/NGL), *por escrito*. – (ES) Hoje votei a favor das alterações contidas no relatório Cercas, pois julgo que esta é a única maneira de travar a proposta de directiva do Conselho sobre a organização do tempo de trabalho.

No meu grupo sempre nos opusemos a esta directiva, pelo que apresentámos uma alteração que a rejeita por completo, pois entendemos que ela significará um enorme retrocesso para os direitos dos trabalhadores. A proposta de directiva individualiza as relações laborais (através da cláusula *opt-out*), de modo a que empregadores e trabalhadores possam concordar em aumentar a semana de trabalho para o limite de 60 horas.

Embora as alterações contidas no relatório Cercas atenuem o texto da directiva, agravam a situação actual (mantêm a cláusula de *opt-out* durante três anos e aumentam para seis meses o período de referência para o cálculo das horas de trabalho). O Grupo considera que o relatório Cercas não vai na direcção correcta de garantir a semana de trabalho de 35 horas estabelecida por lei e com igual salário semanal, em ordem zela por uma redistribuição efectiva da riqueza.

Não obstante, votei a favor da proposta, pois esta era a única opção estratégica para paralisar a directiva do Conselho e obrigá-la a ir à conciliação.

Seán Ó Neachtain (UEN), *por escrito*. – (EN) Congratulo-me com o apoio dado ao relatório Cercas. A salvaguarda do factor social e humano no processo decisório da UE é da máxima importância. A votação de hoje demonstra claramente que todos os cidadãos desejam um ambiente de trabalho melhor, mais seguro e mais estável. Na Irlanda, nos últimos anos, registaram-se desenvolvimentos sociais e concretizaram-se pactos

sociais, incluindo a criação da *National Employment Rights Authority* (Autoridade Nacional para o Direito do Trabalho), que vão para além as normas mínimas estabelecidas nas várias Directivas.

A consecução de um acordo no Conselho foi um caminho longo e tortuoso. É importante salientar que os maiores garantes dos direitos dos trabalhadores são uma legislação clara, os mecanismos de execução e os pactos sociais. Terá que existir, inevitavelmente, algum grau de flexibilidade, mas este deverá ser assentar na negociação, por parcerias iguais, de quaisquer alternativas à mudança das práticas laborais.

O princípio da subsidiariedade é o melhor método para a consecução do mecanismo correcto que permita aos governos e parceiros sociais encontrar o equilíbrio adequado. No entanto, não deverá permitir-se que a ideia de flexibilidade conduza a que sejam prejudicadas a saúde e a segurança dos trabalhadores. Na Irlanda, o Governo não só conseguiu incluir estes princípios nas Conclusões do Conselho, como concedeu uma garantia escrita aos sindicatos no sentido de que continuará a promover e a desenvolver estes aspectos.

Lydie Polfer (ALDE), *por escrito*. - (FR) Votei favoravelmente o relatório Cercas, que se opõe a certas propostas apresentadas pelo Conselho em Junho de 2008 que tinham por objectivo uma revisão substancial da directiva relativa a certos aspectos da organização do tempo de trabalho em vigor desde 1993.

Com efeito, não posso deixar de apoiar o relator quando este preconiza uma supressão progressiva, em três anos, de toda e qualquer possibilidade de derrogar (cláusula de *opt-out*) o tempo legal máximo de trabalho, que é de 48 horas de trabalho semanal para os trabalhadores individuais.

Quanto ao tempo de guarda, é para mim evidente que este, incluindo a parte inactiva, tem imperativamente de ser considerado como tempo de trabalho por inteiro.

Ao votar favoravelmente o relatório Cercas, a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu aprovou uma posição equilibrada e protectora para os trabalhadores assalariados europeus, posição essa que partilho.

As medidas preconizadas pelo Conselho, se fossem aplicadas, representariam um passo atrás relativamente ao actual direito dos trabalhadores, o que seria indigno de uma Europa que se pretende simultaneamente competitiva e social.

Pierre Pribetich (PSE), *por escrito*. - (FR) Votei favoravelmente todas as alterações propostas pelo meu colega socialista Cercas em defesa dos acervos sociais na Europa, nomeadamente os três seguintes desafios, que considero fundamentais.

Limitar a semana de trabalho a 48 horas: um imperativo que defendemos com unhas e dentes, que implica que os Estados-Membros não possam aplicar aos seus trabalhadores condições de trabalho que não respeitem os direitos sociais fundamentais.

Manter o tempo de guarda como tempo de trabalho: disso dependia a segurança e a saúde do pessoal de saúde, mas também dos bombeiros, de outros sectores sujeitos a tempos de guarda e de todos os cidadãos europeus.

Favorecer a conciliação entre vida profissional e vida privada: último acervo mas não o menor, que permite aos nossos concidadãos atingirem um equilíbrio necessário ao seu bem-estar.

Comprometi-me, juntamente com os meus colegas socialistas, a defender os direitos sociais dos meus concidadãos: trata-se de uma vitória flagrante dos socialistas europeus face às propostas do Conselho Europeu consideradas intoleráveis. Como já disse o meu colega Cercas, oferecemos-lhe uma oportunidade de rectificar uma má decisão.

Luís Queiró (PPE-DE), *por escrito*. - Equilibrar o direito ao trabalho e ao descanso com as necessidades da competitividade e mesmo da viabilidade económica colocam-nos perante a obrigação de escolher o que privilegiamos. Pela nossa parte, a prioridade é dada à manutenção e à promoção do emprego.

Os empregos dependem da viabilidade das empresas. Por essa razão, terá de haver sensibilidade e compreensão para a necessidade de adaptar as regras laborais à realidade económica. A realidade, porém, não é um critério suficiente. Ao longo dos tempos, procurámos e reclamámos o sucesso do modelo capitalista, que conseguiu produzir mais, melhor e oferecer melhores condições de vida. Esses propósitos mantêm-se. Por essa razão, assim como se favorece um compromisso que defenda a economia, nunca se pode aceitar que este seja obtido com o sacrifício dos progressos essenciais alcançados.

Há um aspecto, porém, que importa sublinhar. Olhando para o debate no Conselho, não deixa de ser notório que os países que manifestaram mais reservas em relação à solução encontrada sejam alguns dos que revelam piores desempenhos económicos. De pouco nos servem regras que protegem os trabalhadores, se houver cada vez menos trabalho e se, assim, estivermos a promover a emigração para os países do "opting out", europeus ou extra-comunitários.

Martine Roure (PSE), *por escrito*. - (FR) A crise mundial atenta contra os direitos fundamentais dos trabalhadores e o pedido de uma Europa social torna-se, assim, cada vez maior da parte dos nossos concidadãos europeus. Contudo, os governos europeus continuam a ignorar essa realidade. Assim, congratulo-me com esta aprovação da directiva sobre o tempo de trabalho, que pode dar resposta a essas desregulamentações sociais. Trata-se de uma mensagem muito forte do Parlamento Europeu dirigida ao Conselho. Os governos têm agora de assumir as suas responsabilidades e de corresponder às expectativas dos cidadãos.

Com efeito, este texto prevê, entre outras coisas, o estabelecimento de uma semana de trabalho que não pode, em caso algum, ultrapassar as 48 horas em toda a União Europeia. Trata-se de fixar um tempo máximo para toda a Europa, o que não afectará os Estados que possuem disposições mais favoráveis. Outras medidas incluem a tomada em conta do tempo de guarda, incluindo o período inactivo, como tempo de trabalho. Por fim, podemos congratular-nos também com a supressão da cláusula de *opt-out*.

Toomas Savi (ALDE), *por escrito*. - (EN) Rejeito veementemente a ideia de que a liberdade das pessoas de trabalharem fique restringida a 48 horas por semana. Nem a União Europeia, nem os Estados-Membros deveriam poder estabelecer limites a alguém que deseje trabalhar mais horas, ou realizar diversos trabalhos a tempo parcial, e deverão presumir que o empregador não coagiu o trabalhador a fazê-lo. Por conseguinte, votei contra a abolição progressiva dos direitos dos trabalhadores de escolherem o *opt-out* no que respeita à semana de trabalho de 48 horas.

Dessa forma, estaríamos a negar às pessoas o direito de desenvolverem o seu pleno potencial e estaríamos a contrariar a Estratégia de Lisboa. Não aumentaremos a competitividade da Europa tentando introduzir legislação que reduza a flexibilidade da nossa mão-de-obra. A União Europeia não se tornará uma economia inovadora e assente no conhecimento, com capacidade para ultrapassar a baixa produtividade e a estagnação do crescimento económico, se estabelecer restrições, mas sim se promover a liberalização do mercado de trabalho.

Olle Schmidt (ALDE), *por escrito*. - (SV) A legislação em matéria de trabalho e de tempo de trabalho são dois dos grandes esteios do modelo de mercado do trabalho sueco. Na votação de hoje sobre a directiva relativa à organização do tempo de trabalho, parecia, portanto, ser natural que se adoptasse a via sueca e se defendesse o modelo dos contratos colectivos, seguindo o compromisso a que se chegou no Conselho. Infelizmente, não houve oportunidade de apoiar nenhuma das alterações positivas, já que isso faria ruir todo o compromisso. O compromisso do Conselho permite a não participação, o que significa que podemos manter o nosso modelo sueco. O facto de os social-democratas terem optado por comprometer o nosso sistema sueco a favor de mais legislação comunitária é estranho e suscita dúvidas quanto ao seu apoio ao modelo do mercado de trabalho sueco.

Bart Staes (Verts/ALE), *por escrito*. - (NL) O regulamento relativo ao tempo de trabalho está no centro da Europa social, avaliando a protecção dos trabalhadores e uma organização flexível da organização do trabalho. O Conselho de Ministros centra-se na flexibilidade. É inadmissível que haja empregadores nos Estados-Membros que exerçam o *opt-out* para negociar mais horas de trabalho, até 65 horas semanais. Esta derrogação deve ser gradualmente eliminada num prazo de três anos após a sua entrada em vigor.

Qual é a utilidade de subscrever acordos comuns em matéria de saúde e segurança no trabalho se é isto que os Estados-Membros prosseguem? Um horário de trabalho com uma média de 48 horas semanais, calculado durante um ano, permite perfeitamente absorver os períodos de pico na produção e respeitar, ao mesmo tempo, os períodos de descanso necessários. Aumentar essa média de horas de trabalho equivale a permitir que os empregadores não paguem horas extras no futuro.

Por outro lado, é absurdo não incluir nas horas de trabalho os períodos inactivos do tempo de permanência que podem ser passados a descansar. O tempo de permanência, incluindo os períodos inactivos, deve ser remunerado, tal como os períodos de descanso devem ser respeitados. Os trabalhadores cansados podem colocar-se em situações de perigo e colocar terceiros em situações de perigo. O trabalho não deve realizar-se à custa de uma elevada qualidade de vida. Hoje, enviámos uma forte mensagem ao Conselho. O processo de reconciliação que se seguirá deveria conduzir a uma Europa mais social.

Catherine Stihler (PSE), *por escrito*. – (EN) A votação de hoje pelo Parlamento com vista a pôr fim ao “opt-out” na Directiva relativa ao Tempo de Trabalho deverá ser louvada. São muitas as pessoas que não têm outra hipótese se não trabalhar por mais horas porque o seu empregador assim o exige. O princípio de base do direito laboral é a protecção do elo mais fraco – o trabalhador. O dia de hoje representa o primeiro passo na via da conciliação com vista ao fim do “opt-out”. Foi uma negligência do Conselho de Ministros não ter aqui ninguém presente durante a realização da votação.

Kyriacos Triantaphyllides (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) A posição comum a que chegou o Conselho “Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores” de 9 de Junho de 2008 insere-se no objectivo fixo das forças neoliberais que actualmente controlam a UE de desregular as relações industriais e de minar o papel dos sindicatos e os direitos dos trabalhadores.

A cláusula de *opt-out* convida os empregadores a abolirem horários de trabalho fixos e regulamentados, enquanto a cláusula dos doze meses médios constitui mais um golpe assestado ao trabalho com carácter permanente. No que respeita ao tempo de permanência, o tempo de trabalho foi dividido, pelo que o período inactivo não conta como tempo de trabalho.

Eis porque apoio as posições e as alterações apresentadas pelo Grupo GUE/NGL, que visam a rejeição total da posição comum do Conselho e a abolição da cláusula de *opt-out*, assim como apoio as alterações apresentadas sobre a abolição do alargamento do período de referência e a divisão do tempo de permanência em período activo e inactivo.

Dominique Vlasto (PPE-DE), *por escrito*. – (FR) As alterações 23 e 24 do relatório Cercas sobre o trabalho dominical não foram consideradas admissíveis devido ao respeito do princípio da subsidiariedade: trata-se de uma excelente decisão, que aprovo a 100%.

Parecia-me oportuno a União Europeia legislar sobre o trabalho ao domingo e impor uma solução uniforme aos seus Estados-Membros, quando a negociação caso a caso permitir encontrar soluções voluntárias e aceitáveis. Embora seja indispensável enquadrar bem as possibilidades de trabalhar ao domingo, penso que há que fazê-lo a nível dos Estados-Membros, tendo em conta as especificidades sociais e a natureza das actividades. Parece-me não menos indispensável ter em conta o contexto económico local, para as zonas turísticas, de montanha ou termais, onde a actividade é essencialmente sazonal: a abertura das lojas em certos domingos do ano tem aqui todo o sentido.

Esta abordagem baseada na livre escolha é a adoptada pelo Governo francês e permitirá encontrar, caso a caso, soluções justas e equilibradas. Reafirmando a aplicação do princípio da subsidiariedade, o Parlamento Europeu decidiu não entravar essas políticas, que têm em conta contextos económicos e sociais diferentes.

- Relatório: Inés Ayala Sender (A6-0371/2008)

Jan Andersson, Göran Färm, Anna Hedh, Inger Segelström e Åsa Westlund (PSE), *por escrito*. – (SV) Nós, social-democratas suecos, lamentamos o facto de o número de mortes causadas por acidentes rodoviários na UE não ter diminuído ao ritmo necessário para se atingirem as metas do programa de acção europeu para a segurança rodoviária. Saudamos a ideia de uma vigilância transfronteiriça mais eficaz das infracções rodoviárias e o estabelecimento de um sistema de informação electrónico como meio de aumentar a segurança rodoviária. A segurança rodoviária será sempre uma questão prioritária para nós. Infelizmente, a proposta carece de uma base jurídica no caso de um país decidir tratar as infracções rodoviárias como um assunto administrativo do domínio do direito penal, como acontece na Suécia e em vários outros Estados-Membros.

Em consequência disso, será difícil aplicar a directiva na Suécia e em vários outros Estados-Membros, enquanto, por outro lado, se poderá pôr também em causa a base jurídica de toda a directiva. Por conseguinte, decidimos abster-nos de votar.

Alessandro Battilocchio (PSE), *por escrito*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, apoio inteiramente o relatório da senhora deputada Ayala Sender, que visa a consecução de um importante objectivo: o alargamento a todos os Estados-Membros das regras básicas em matéria de segurança rodoviária.

Graças ao nosso empenhamento comum, vivemos numa União de 27 países em que a mobilidade das pessoas e das mercadorias deixou de ser uma quimera, tornando-se uma realidade quotidiana e concreta. Neste contexto, é absolutamente inadequada a existência de regras diferentes neste domínio.

Considero que, em termos de segurança rodoviária, é hoje possível pôr em prática instrumentos de controlo que permitam reduzir consideravelmente os perigos e os riscos – por exemplo, parece-me excelente o sistema

Tutor, utilizado experimentalmente em algumas auto-estradas italianas, que reduziu em cerca de 50% os acidentes rodoviários nos troços envolvidos. Com este relatório, estamos no bom caminho.

Charlotte Cederschiöld, Christofer Fjellner, Gunnar Hökmark e Anna Ibrisagic (PPE-DE), por escrito. – (SV) Com a directiva proposta, a Comissão pretende introduzir normas relativas às sanções pecuniárias aplicáveis a certas infracções rodoviárias cometidas num Estado-Membro diferente daquele a que pertence o condutor. Na proposta da Comissão e do Parlamento, a questão é resolvida mediante o recurso a um processo de decisão supranacional no âmbito do primeiro pilar da UE. No entanto, tal como o Governo sueco, consideramos que, na medida em que o seu objectivo se prende com o direito penal, a proposta de directiva deveria ser abordada numa base intergovernamental, no quadro da cooperação judicial no âmbito do terceiro pilar. Por conseguinte, decidimos abster-nos de votar.

Carlos Coelho (PPE-DE), por escrito. – Foi definido, em 2001, o objectivo bastante ambicioso de reduzir para metade o número de mortos nas estradas até 2010. Ainda que se tenha começado bem, depressa se começou a assistir a uma desaceleração dos progressos, que acabaram por ser nulos no ano passado (em que se registaram ainda cerca de 43000 mortos no conjunto das estradas dos 27 Estados-Membros).

Urge, assim, incentivar a prossecução deste objectivo e criar uma nova abordagem em matéria de política europeia de segurança rodoviária. A proposta que apreciamos limita-se às 4 infracções que causam o maior número de acidentes e mortes na estrada (75%) e que são comuns a todos os Estados-Membros: excesso de velocidade, condução em estado de embriaguez, não utilização do cinto de segurança e desrespeito de um sinal luminoso.

Até este momento, tem-se vindo a generalizar um sentimento de impunidade, uma vez que na grande maioria dos casos as eventuais sanções acabam por não produzir efeitos.

Numa Europa sem fronteiras internas, esta situação é inaceitável, pois não podemos fomentar uma desigualdade de tratamento entre cidadãos que sejam residentes e os que não o sejam. A lei deve ser aplicada da mesma forma a todos os cidadãos!

Ao mesmo tempo, é essencial aumentar o nível de segurança rodoviária de forma a reduzir o número de mortos nas estradas europeias.

Avril Doyle (PPE-DE), por escrito. – (EN) O relatório da senhora deputada Ayala Sender propõe a melhoria da segurança rodoviária na Europa, permitindo que as sanções decretadas num Estado-Membro possam ser aplicadas num outro. Estabelece-se, na UE, uma rede europeia de intercâmbio de informações em que sejam registados os pormenores, em particular, de quatro infracções, excesso de velocidade, condução em estado de embriaguez, desrespeito de sinal luminoso vermelho e não utilização do cinto de segurança – acções que põem desnecessariamente em perigo as vidas de todos os utilizadores das estradas –, permitindo a sua transmissão ao Estado-Membro onde o autor das infracções reside legalmente e a aplicação das sanções adequadas às infracções em causa, sejam elas multas pecuniárias ou outras.

Pretende-se encontrar os meios adequados para conseguir o equilíbrio entre, por um lado, a necessidade de impor as sanções adequadas às infracções ao Código da Estrada na União Europeia e de definir uma base jurídica sólida para a criação dessa rede e, por outro, a intervenção em áreas que são consideradas de competência nacional. As sanções aplicáveis a essas infracções diferem entre os Estados-Membros, sendo que, nalguns deles, as infracções ao Código da Estrada são cobertas por sanções administrativas e formais e, noutros, como é o caso da Irlanda, são entendidas como tendo natureza penal.

Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM), por escrito. – (SV) O relatório propõe que seja criado um sistema electrónico especial para a troca de informação sobre condutores entre os Estados-Membros. Esse sistema introduzirá um meio simples e eficiente de pedir a uma pessoa que conduza em excesso de velocidade ou sem cinto de segurança ou que acesse um sinal vermelho que pague uma multa no país em que foi cometida a infracção rodoviária. A ideia por detrás desta proposta é sem dúvida uma ideia boa. Infelizmente, porém, a proposta deixa muito a desejar.

O Parlamento Europeu gostaria que os montantes das multas fossem harmonizados, uma coisa que é difícil atendendo a que os níveis de rendimento diferem entre os Estados-Membros. Propõe-se igualmente que o equipamento técnico e métodos utilizados nos controlos de segurança rodoviária sejam harmonizados. Além disso, há também dúvidas quanto à base jurídica da proposta, um aspecto para o qual a Suécia, entre outros, já chamou a atenção do Conselho. O Lista de Junho votou, portanto, contra esta proposta.

Mathieu Grosch (PPE-DE), por escrito. – (DE) Apoiei o relatório sobre a aplicação transfronteiriça da legislação de segurança rodoviária, porque as normas em causa resultarão num aumento da eficiência no plano da prossecução dos condutores que cometam infracções de trânsito num país terceiro.

A Comissão afirma que, frequentemente, as infracções de trânsito cometidas em veículos registados num Estado-Membro que não aquele em que têm lugar não são objecto de prossecução. Isto está relacionado com a tendência de muitos condutores a guiarem em países terceiros de modo mais imprudente que nos seus países de origem, na medida em que têm menos receio de ser perseguidos criminalmente. Esta nova directiva pretende pôr cobro a essa tendência.

O intercâmbio electrónico de dados, com garantia da respectiva segurança, previsto na directiva garantirá uma cooperação eficaz entre países que permitirá fazer com que a perseguição dessas infracções de trânsito se processe como se elas tivessem sido cometidas no país de origem do condutor. Numa primeira fase, a directiva abrange exclusivamente os quatro tipos de infracção de trânsito que estão na origem de 75% da sinistralidade rodoviária grave, com ou sem vítimas mortais. As infracções contempladas na proposta da Comissão são o excesso de velocidade, a condução sob o efeito de álcool, a condução sem cinto de segurança e o desrespeito de sinais luminosos vermelhos. No entanto, dois anos após a entrada em vigor da directiva, a Comissão deverá proceder a uma reapreciação da matéria que poderá levar à inclusão de outras infracções.

Apoio a directiva e considero-a um importante passo no sentido não só de promover a segurança nas estradas, como também de dar à Europa uma oportunidade de se consolidar ainda mais, enquanto grande espaço de mobilidade.

Bruno Gollnisch (NI), por escrito. – (FR) O relatório Ayala Sender constitui mais um instrumento de perseguição dos automobilistas: procedimento judicial transfronteiriço das infracções graves (mas, estranhamente, não da condução sob influência de drogas!), imposição às autoridades nacionais, por Bruxelas, do número e do local dos controlos anuais a realizar, harmonização das sanções, vias de recurso aleatórias, uma vez que não são garantidos a informação e o acesso a esses recursos na língua da pessoa acusada, possibilidade de extensão do campo de aplicação da directiva a outras infracções (talvez excedam em parquímetros?)...

Apesar das afirmações, não é salvar vidas que lhes interessa, mas sim fazer entrar o dinheirinho nos cofres dos Estados. Se estivessem verdadeiramente preocupados com a segurança, e não apenas com o aspecto financeiro, penso que os factos a referir deveriam centrar-se nos condutores estrangeiros responsáveis por acidentes mortais, e não apenas nas infracções que eles cometem, cujo número aumenta aliás automaticamente com a multiplicação dos radares automáticos. Nem sequer existe um estudo sobre os impactos dos acordos bilaterais equivalentes que já existem, por vezes há vários anos, como, por exemplo, entre a França e a Alemanha ou entre a França e o Luxemburgo.

Pedro Guerreiro (GUE/NGL), por escrito. – A proposta de directiva visa facilitar a execução de sanções contra infractores por excesso de velocidade, condução em estado de embriaguez, falta de cinto de segurança ou desrespeito de um sinal luminoso vermelho (as quatro infracções mais graves em termos de perda de vidas humanas a nível da UE), num Estado-Membro no qual não seja residente.

Sem dúvida que as questões ligadas à segurança rodoviária são de extrema importância, assim como os esforços de redução do número de acidentes.

Certamente que deverão ser implementadas medidas para combater a "impunidade" quanto a infracções cometidas no território de um país que não o de residência do condutor.

No entanto, consideramos que tais objectivos não serão necessariamente atingidos pela harmonização desmesurada e pelo incremento de medidas securitárias ao nível da União Europeia (instalação de equipamentos de controlo e vigia de auto-estradas, estradas secundárias e vias urbanas, criação de redes electrónicas comunitárias para a transferência de dados, onde a garantia da devida protecção dos dados pessoais é duvidosa), visto que é através da prevenção (partindo da realidade concreta - e diferenciada - em cada país) que se conseguirá promover a segurança rodoviária e a diminuição do número de acidentes.

Daí a nossa abstenção.

Jim Higgins (PPE-DE), por escrito. – (EN) Em nome dos deputados irlandeses do Grupo PPE-DE, gostaria de esclarecer que apoiámos o relatório Ayala Sender, pois o seu objectivo e impacto contribuirão em muito para a melhoria da segurança rodoviária. Estamos cientes das dificuldades potenciais que se colocam à Irlanda,

porém, entendemos que estas poderão ser, e serão, ultrapassadas uma vez que se tenha chegado a acordo no Conselho quanto à base jurídica exacta para esta proposta.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Todos os anos, milhares de pessoas perdem a vida ou sofrem ferimentos nas estradas da Europa. É essencial que os governos de toda a Europa tomem medidas com vista a garantir que a segurança rodoviária seja levada a sério. Actualmente, a questão dos condutores que escapam à justiça na sequência de infracções rodoviárias cometidas enquanto conduziam no estrangeiro exacerba uma situação já de si sombria. O aumento da cooperação em toda a UE na aplicação das regras relativas ao excesso de velocidade e à condução em estado de embriaguez é de louvar, e, em conformidade, votei a favor do relatório Ayala Sender.

Carl Lang e Fernand Le Rachinel (NI), *por escrito*. – (FR) Os impostos, as penalizações e os pagamentos sistemáticos a que estão sujeitos os automobilistas parecem não ter limites.

Todos sabemos, na realidade, que não se trata de penalizar os que conduzem mal mas sim aqueles que conduzem muito. A triste e infeliz obrigação de "quotas" e de "volume de negócios" a realizar pelas forças da ordem apenas agrava uma repressão policial muitas vezes excessiva.

Além disso, embora as diferenças entre as condições de apreensão de carta de condução sejam inúmeras entre Estados-Membros, embora os sistemas de escalonamento das infracções e das coimas no domínio da segurança rodoviária variem de país para país, a Europa pretende estabelecer um sistema electrónico de intercâmbio de informações entre os Estados-Membros sobre as infracções cometidas no seu território, com vista a penalizar cada vez mais o automobilista.

Apesar de não podermos deixar de nos congratular, como é evidente, com a redução do número de acidentes na estrada, é importante zelar por que estas novas medidas legislativas não sejam acompanhadas por atentados às liberdades, irregularidades ou desigualdades.

David Martin (PSE), *por escrito*. – (EN) Apoio esta legislação que visa facilitar a aplicação das sanções contra condutores que cometeram infracções num Estado-Membro que não aquele em que o seu veículo está registado.

Erik Meijer (GUE/NGL), *por escrito*. – (NL) Os condutores de automóveis têm tendência a conduzir mais depressa no estrangeiro do que nos seus próprios países, tal como estacionam mais facilmente em transgressão também no estrangeiro. A prática demonstrou que as multas por excesso de velocidade e por estacionamento em locais proibidos raramente são cobradas, para grande irritação dos residentes e de quem se desloca habitualmente para as grandes cidades, em particular. A cooperação europeia, justamente em matéria de obrigações iguais para todos os utentes das estradas, já deveria ter dado, há muito, resultados.

Afinal, todos têm de pagar portagens nas estradas estrangeiras e há anos que dura o debate sobre a opção de cobrança das multas registadas de forma electrónica no local de residência das pessoas multadas. Isto deveria aplicar-se, de igual modo, às multas de trânsito. Caso os condutores se apercebam que não são multados se desrespeitarem as regras no estrangeiro, a segurança rodoviária e o ambiente serão afectados.

É por esta razão que apoiamos a proposta de simplificação da cobrança das multas de trânsito emitidas no estrangeiro. Isto não é contrário, de forma alguma, ao nosso parecer de que o direito penal se insere nas competências nacionais, e que assim deve permanecer, e que o mandado de detenção europeu, na sequência do qual as pessoas têm de ser extraditadas pelos seus países para outro Estado e ali permanecer detidas, por vezes durante períodos muito longos, conduz a uma nova injustiça.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) Se a UE se vai ocupar da vertente transfronteiriça da regulação da circulação, não deve cingir-se ao plano da aplicação de sanções. Por exemplo, em Bruxelas, que é, obviamente, uma cidade cosmopolita, já tem sucedido condutores de automóveis com matrícula estrangeira necessitados de auxílio das autoridades policiais por via de determinadas ocorrências, como um acidente de viação ou roubo, verificarem que não beneficiam do mesmo grau de assistência que os proprietários de veículos de matrícula belga, a título de não pagarem as contribuições para fins de manutenção da rede viária e correlativos a que estão sujeitos os proprietários de veículos belgas. A UE, que passa a vida a advogar o combate à discriminação, terá de fazer algo para corrigir esta situação.

Outra questão por resolver é a das zonas de protecção ambiental que têm sido criadas em muitos países europeus. De acordo com os inquéritos, 40% dos condutores não conhecem a respectiva sinalização ou entram nelas sem autorização. A angariação de receitas parece ser a principal motivação em sede de aplicação transfronteiriça da legislação de segurança rodoviária, à semelhança do que ocorria com os rendosos autos

de infracção ambientais. Com isso estão a ser descartadas outras medidas de promoção da segurança rodoviária, e foi por isso que rejeitei este relatório.

Seán Ó Neachtain (UEN), *por escrito*. – (GA) Apoio fortemente este relatório, que visa a melhorar as estradas irlandesas. Oferece a possibilidade de aplicar sanções transfronteiriças aos condutores, uma vez que será criada uma Rede de Bases de Conhecimento à escala da UE. Esta rede permitirá aos diferentes Estados-Membros trocarem informações relativas a condutores estrangeiros que são sancionados por condução sob os efeitos do álcool, excesso de velocidade, desrespeito de semáforos ou por não utilização do cinto de segurança. Estes criminosos serão informados das respectivas sanções financeiras.

Esta abordagem comum é um passo em frente no que diz respeito à aplicação de sanções àqueles que não cumprem as regras da estrada. Com isto, as estradas da Irlanda vão ficar mais seguras. Uma sanção será aplicada e travará os condutores que não cumpram as regras.

Brian Simpson (PSE), *por escrito*. – (EN) Gostaria, em primeiro lugar, de felicitar a relatora pelo seu trabalho árduo nesta matéria e, em segundo lugar, o Parlamento no seu conjunto por ter reforçado esta posição firme a enviar ao Conselho, tendo em conta as dificuldades que a proposta enfrenta nessa Instituição.

A aplicação transfronteiriça da lei é uma necessidade em toda a UE se quisermos ser sérios no que respeita à redução do número de acidentes e de mortes na estrada. Não faz qualquer sentido que um condutor que conduza fora do seu Estado-Membro possa desrespeitar o Código da Estrada em matéria de excesso de velocidade, condução em estado de embriaguez, não utilização do cinto de segurança e desrespeito de sinais luminosos vermelhos de regulação do trânsito sem uma sanção adequada.

Considero que este é um passo importante para melhorar a cooperação entre as agências de aplicação da lei, que, espera-se, conduza a um cumprimento totalmente harmonizado da segurança rodoviária em toda a UE.

Silvia-Adriana Țicău (PSE), *por escrito*. – (RO) Votei a favor do relatório sobre a proposta de uma directiva que visa facilitar a aplicação transfronteiriça da legislação de segurança rodoviária. 70% dos acidentes rodoviários são causados por excesso de velocidade, não utilização do cinto de segurança, desrespeito pelos sinais luminosos vermelhos ou condução em estado de embriaguez. Já existem acordos bilaterais entre alguns Estados-Membros para processos penais transfronteiras em caso de infracção da legislação de segurança rodoviária mas não há ainda um quadro europeu comum. Gostaria de mencionar que a proposta de uma directiva contempla apenas sanções pecuniárias. Acredito que a proposta da Comissão contribuirá significativamente para salvar vidas humanas. É lamentável que cerca de 43 000 cidadãos, aproximadamente o equivalente à população de uma cidade europeia de tamanho médio, morram todos os anos na Europa devido a acidentes rodoviários, para não falar de 1,3 milhões de outras pessoas que, todos os anos, são vítimas destes acidentes.

Lamento também o facto de a Roménia, no ano passado, ter registado a maior subida no número de acidentes rodoviários, com uma taxa de 13%, e espero que o voto favorável da maioria dos deputados no Parlamento Europeu incentive o Conselho da União Europeia a acelerar a adopção das medidas necessárias para reduzir os acidentes rodoviários. Temos de intervir imediatamente para salvar vidas humanas.

9. Correções e intenções de voto: ver Acta

(A sessão, suspensa às 13h35, é retomada às 15 horas)

PRESIDÊNCIA: ROTHE

Vice-presidente

10. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta

11. Entrega de documentos: ver Acta

12. Transferências de dotações: ver Acta

13. Relatório anual da União Europeia sobre os direitos humanos - Iniciativa francesa na ONU sobre a despenalização da homossexualidade (debate)

Presidente. – O ponto seguinte da ordem dos trabalhos é o debate conjunto acerca das declarações do Conselho e da Comissão sobre o relatório anual da UE sobre os direitos humanos e da iniciativa francesa na ONU sobre a despenalização da homossexualidade.

Temos um pequeno problema: a representante do Conselho, senhora Yade, ainda não chegou. Encontra-se algures nas imediações de Estrasburgo, a bordo de um avião que ainda não conseguiu aterrar. Sugiro que comecemos por ouvir a Comissão e, em seguida, passemos ao debate; a senhora Yade usará da palavra a seu tempo.

Benita Ferrero-Waldner, Membro da Comissão. - (FR) *Frau Präsidentin, ich bedanke mich*, Senhoras e Senhores Deputados, eis-nos de novo reunidos no fim do ano, por ocasião da publicação do relatório anual sobre os direitos humanos.

Este acto assume uma importância especial neste ano em que se celebram os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Esta, em toda a simplicidade dos seus 30 artigos e na visão universal que encarna, não perdeu nada da sua actualidade. Mais do que isso, mantém toda a sua pertinência neste mundo em que demasiadas pessoas continuam a sofrer quotidianamente com a violação dos seus direitos fundamentais. Todas elas nos recordam tudo quanto falta fazer para tornar realidade os direitos afirmados pela Declaração.

Como todo o Parlamento Europeu esta manhã, também eu fiquei emocionada com a presença da maior parte dos laureados do Prémio Sakharov, e também com as palavras de Elena Bonner. Tenho uma profunda admiração por todos os defensores dos direitos humanos.

Passando agora ao relatório anual sobre os direitos humanos, caros senhores deputados, este apresenta em pormenor a acção conduzida pela União Europeia nesse sentido. Pela minha parte, gostaria de salientar dois desenvolvimentos importantes, bem como dois desafios.

Primeiro desenvolvimento: a União Europeia progrediu muito em 2008 na consolidação dos seus instrumentos de política externa de combate às discriminações e à violência contra as mulheres. Para além das situações emblemáticas, como a do Congo, a violência contra as mulheres continua a representar um flagelo a nível global.

A aplicação das Resoluções 1325 "Mulheres, paz e segurança" e 1820 "Violência contra as mulheres" do Conselho de Segurança das Nações Unidas continua insuficiente.

O Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas Ban Ki-moon acaba de reagir positivamente ao pedido que lhe dirigi, com o apoio de mais 40 mulheres dirigentes, de organizar uma conferência ministerial sobre a aplicação da Resolução 1325 em 2010, facto com que me congratulo sinceramente.

Nesta perspectiva, reforçaremos a coordenação dos instrumentos europeus. Com efeito, o Conselho acaba de adoptar uma nova abordagem global relativa à implementação das Resoluções 1325 e 1820, válida tanto para as operações políticas europeias de segurança e defesa, a PESD, como para os instrumentos comunitários. O que nos ajudará a integrar melhor a dimensão de género, e depois a prevenção e a gestão das crises, até à consolidação da paz e à reconstrução.

Dentro deste espírito, a União Europeia acaba de adoptar, sob a Presidência francesa, novas linhas directrizes da União Europeia sobre a luta contra as violências e as discriminações perpetradas contra as mulheres.

O segundo desenvolvimento muito importante para mim diz respeito aos nossos diálogos sobre os direitos humanos. Em 2008, iniciámos novos diálogos com o Cazaquistão, o Quirguistão, o Turquemenistão e o Tajiquistão, atingindo assim o nosso objectivo de abranger o conjunto dos países da Ásia central. Da mesma maneira, realizámos este ano duas sessões prometedoras do nosso novo diálogo com a União Africana.

Por fim, decidimos as modalidades de cinco novos diálogos com a América Latina. Estamos cada vez mais determinados a associar a sociedade civil à preparação e também ao acompanhamento dos diálogos. Estes diálogos não são simples - o recente diálogo com a China é disso testemunha -, donde a importância de avaliar o impacto desses esforços. Temos de pensar a melhor forma de articular a mensagem política com as acções concretas no terreno.

E assim chego aos dois desafios que atrás referi. Em primeiro lugar, o desafio multilateral. A acção das Nações Unidas é insubstituível enquanto garante da universalidade dos direitos humanos. Como melhorar a eficácia da Organização das Nações Unidas e a nossa contribuição para os seus trabalhos? Evidentemente que o empenho da União Europeia dá resultados, tal como o apoio de um número crescente de países à Resolução sobre a pena de morte, ou a votação das Resoluções sobre o Irão, a Coreia do Norte e a Birmânia/Myanmar, iniciativas lançadas ou apadrinhadas pela União Europeia em Nova Iorque.

No contexto da declaração conjunta Conselho-Comissão de hoje, gostaria de confirmar o nosso apoio à iniciativa francesa sobre a orientação sexual. A Comissão está disposta a colocar essas questões, como a da despenalização da homossexualidade, nos seus contactos com os países terceiros, num contexto de respeito mútuo, de sensibilidade e de costumes respectivos.

Em Genebra, o processo de análise periódica universal deixa as suas marcas. Mas os resultados não devem esconder-nos a dificuldade crescente, para a União Europeia, de desempenhar o seu papel de "construtor de pontes" num ambiente como o da ONU, mais polarizado pela lógica dos blocos. As recomendações do relatório da senhora deputada Laima Liucija Andrikienė, que a vossa Assembleia será chamada a aprovar em Janeiro, serão úteis para aprofundar a reflexão.

Por fim, o segundo desafio é o da eficácia. A União Europeia está a multiplicar as suas actividades em defesa dos direitos humanos num número crescente de países. Como aumentar o nosso impacto? Há que zelar, penso eu, por uma melhor articulação dos nossos diferentes instrumentos ao serviço das nossas prioridades, sejam eles o nosso diálogo político, a nossa acção diplomática e o instrumento europeu para a democracia e os direitos do Homem, a observação eleitoral ou ainda a integração da dimensão dos direitos humanos na nossas outras políticas externas.

O objectivo de coerência, e portanto de melhor eficácia, devia constituir uma preocupação fundamental para todas as instituições.

Laima Liucija Andrikienė, em nome do Grupo PPE-DE – (LT) Seria impensável o Parlamento Europeu discutir os direitos humanos no mundo actual sem referir o caso de Hu Jia. Há algumas horas participámos numa comovente cerimónia a que o próprio Hu Jia não pôde comparecer, mas hoje, em todo o mundo, as pessoas tomarão conhecimento do seu trabalho e esforços em prol da defesa dos direitos dos doentes de SIDA e da protecção do ambiente na China. Desloquei-me à China algumas semanas atrás e pude comprovar a justeza da luta de Hu Jia pela protecção do ambiente. É terrível não ver o sol devido à enorme quantidade de poluição. Além deste caso devemos hoje, também, recordar alguns vencedores anteriores do Prémio Sakharov: San Suu Kyi da Birmânia, Oswaldo Paya e as *Damas de Blanco*. Sentimos a sua falta, hoje, no Parlamento Europeu e não podemos baixar os braços na denúncia da situação dos direitos humanos, cuja situação se mantém longe de ser satisfatória, na Birmânia e em Cuba.

Há uma semana mencionámos o 60.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem mas, hoje, temos de reconhecer que não só muitos países não respeitam os direitos humanos como os violam de forma flagrante. Estamos a debater o Relatório sobre a situação dos direitos fundamentais na União Europeia em 2008, que reflecte de forma abrangente os problemas relacionados com os direitos humanos. Gostaria de felicitar o Conselho Europeu e a Comissão por terem elaborado este excelente documento. A propósito, seja-me permitido frisar diversos aspectos: primeiro, como referiu a Comissária Benita Ferrero-Waldner, o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas e o papel que a União Europeia aí desempenha, assim como o papel geral das Nações Unidas na defesa dos direitos humanos em todo o mundo. Em segundo lugar, as posições políticas mais marcantes da União Europeia relativamente à pena de morte e sua aplicação. Em terceiro lugar, os diálogos e consultas sobre os direitos humanos.

Caros colegas, para mim é especialmente importante que o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas utilize o mandato que lhe foi conferido pelas Nações Unidas de forma unilateral e com a intenção expressa de defender os direitos humanos e de garantir o máximo de transparência das instituições e a participação da sociedade civil no seu trabalho. Em nome de nós todos, insto todas as Instituições da União Europeia a trabalharem lado a lado na defesa dos direitos humanos no mundo.

Raimon Obiols i Germà, em nome do Grupo PSE. - (ES) Tudo o que V. Exa. nos explicou está muito certo, Senhora Comissária. Estamos totalmente de acordo. Concordamos igualmente com as suas conclusões: precisamos de ser mais coerentes.

Há todavia um aspecto que eu gostaria de destacar, no escasso tempo de uso da palavra que nos é dado, a propósito desta questão da coerência. Exige-se muito da Europa na área dos direitos humanos no mundo, e

a Europa é duramente criticada no que respeita aos direitos humanos em todo o mundo. Diz-se que a Europa só aplica os seus princípios quando isso lhe convém, ou que só o faz em prol dos seus próprios cidadãos. A única resposta a estas exigências e as estas críticas reside na existência de coerência entre as políticas externas e internas da União Europeia em matéria de direitos humanos.

No podemos ser credíveis ao olhos do mundo se as medidas que adoptamos em matéria de gestão da imigração, em particular, e nas nossas políticas de resposta aos trágicos acontecimentos causados pelo terrorismo não forem exemplares em termos de direitos humanos.

Esta, Senhora Comissária, é a questão básica e fundamental: coerência entre a política externa e interna da UE em matéria de direitos humanos.

Dito isto, impõe-se talvez destacar duas prioridades, e irei utilizar o escasso tempo que resta. A luta contra a pena de morte é algo que as nossas gerações contemporâneas poderão ver culminar num sucesso. É um objectivo possível, e devemos concentrar-nos nele. Em segundo lugar, saúdo o facto de a feminização da política de direitos humanos da União Europeia ter sido reforçada durante este mandato da Presidência francesa através uma política específica nesta área dos direitos humanos das mulheres.

Marco Cappato, em nome do Grupo ALDE. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também eu gostaria de agradecer à relatora, a senhora deputada Andrikienė, pelo trabalho que está a realizar sobre a questão do papel da União Europeia nas Nações Unidas.

Não tenho tempo para falar em pormenor sobre todo o relatório relativo aos direitos humanos apresentado pelo Conselho. Penso que uma questão fundamental é a do respeito pelas nossas próprias regras e, em particular, pelos mecanismos operacionais da cláusula dos direitos humanos nos acordos de cooperação, mas teremos tempo para debater e aprofundar este tema a propósito do relatório do senhor deputado Obiols i Germà.

No pouco tempo que me resta, gostaria também, para que conste em acta, de dirigir as minhas felicitações à Presidência francesa e à Senhora Presidente em exercício do Conselho, Rama Yade, por terem tomado, na ONU, a iniciativa da descriminalização universal da homossexualidade. Considero que se trata de uma iniciativa política muito importante, e que, além do mais, tem o mérito de ter já assegurado o apoio de 60 Estados.

Ouvimos as palavras da Senhora Comissária Ferrero-Waldner e saudamos essas palavras e esse compromisso. É importante não só que a União Europeia esteja unida neste ponto, mas também que tenha um papel semelhante ao que tivemos envolvendo outros países de outros continentes com vista à moratória universal sobre a pena de morte. Foi essa a estratégia fundamental.

Relativamente a esta questão, temos de observar que a Santa Sé, o Estado do Vaticano, agindo não como a entidade religiosa com a qual temos um diálogo cultural, mas como o Estado que tem assento nas Nações Unidas na qualidade de observador, lançou uma dura e crítica ofensiva contra a iniciativa francesa. Com a franqueza que se impõe nas relações internacionais, penso que devemos recordar ao Estado do Vaticano que a descriminalização da homossexualidade é importante para nós, que é uma questão de direitos humanos, e que o desafio que estão a fazer tem de ser rejeitado com firmeza.

Hélène Flautre, em nome do grupo Verts/ALE. – (FR) Senhora Presidente, é de facto lamentável realizar este debate sem a presença do Conselho, como é extremamente lamentável - porque não temos um quarto de hora, mas sim três quartos de hora de atraso - termos entregue este Prémio Sakharov sem a presença do Conselho, hoje, aqui ao nosso lado, com a Comissão Europeia.

Uma questão urgente: ontem Israel recusou o acesso do relator especial das Nações Unidas ao território palestino. Creio que se trata de um acto gravíssimo, que exige uma resposta imediata do Conselho e da Comissão e, no que respeita nomeadamente ao reforço das relações UE-Israel, a mensagem deve ser extremamente clara e imediata.

Este relatório - como todos os anos, diria eu - é um bom instrumento, pois constitui um balanço de actividades extremamente útil como documento de trabalho, mas, simultaneamente, não inclui o conjunto dos elementos de análise crítica, dos estudos de impacto, bem como das estratégias que o Conselho está a usar, a adoptar com vista a integrar plenamente os direitos humanos no âmbito, por exemplo, das nossas políticas energéticas, das nossas políticas comerciais ou das nossas políticas de segurança.

O Parlamento fez esse exercício. Trata-se de um exercício delicado e aquilo que se ouve nem sempre é muito agradável, como é óbvio. Mas devo dizer que foi neste relatório, foi a partir deste estudo que germinou, por exemplo, a ideia de uma rede dos premiados Sakharov. Essa rede é hoje constituída nesta declaração do 20.º aniversário, e estão em cima da mesa muitas propostas: um serviço dos prémios Sakharov, passaportes Sakharov, um fundo Sakharov para apoiar os nossos prémios e os defensores dos direitos humanos no mundo. As ideias não faltam.

Congratulo-me com o facto de esta apresentação ser feita conjuntamente com o relatório sobre os direitos fundamentais na União Europeia. O senhor deputado Raimon Obiols tem toda a razão. Trata-se de um desafio essencial para a União, este de ligar os seus desempenhos internos com os seus objectivos externos. É mesmo a grande garantia da sua credibilidade.

Gostaria de dizer aqui que não podemos continuar sem dar resposta às críticas que nos chegam de todos os continentes e de todas as organizações internacionais relativamente à política de imigração e asilo da União Europeia. Não podemos continuar sem dar resposta às complicitades de alguns Estados-Membros da União Europeia na luta contra o terrorismo, que permitiram a transferência e a tortura de um certo número de presumíveis terroristas.

Vittorio Agnoletto, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, escutei com muita atenção a declaração da Comissão. É verdade que foram dados vários passos em frente, mas, uma vez mais, tenho de lhe lembrar, Senhora Comissária, que a cláusula democrática, aprovada há três anos pelo Parlamento, ainda não está a ser aplicada nos acordos comerciais com todos os países, como requerido pelo Parlamento.

Continua a haver dois pesos e duas medidas – dureza para com os fracos e deferência para com os fortes –, em função do que mais convém à Europa nesses acordos comerciais, mas tal dualidade de critérios é também usada noutras situações. Refiro-me a um tema que já foi mencionado: considero vergonhosa e inaceitável a posição tomada pelo Estado do Vaticano contra a proposta de descriminalização da homossexualidade. É inadmissível que as Instituições europeias façam quase mensalmente apelos contra os Estados que continuam a perseguir pessoas cujo único crime é serem homossexuais e que, em contrapartida, haja silêncio face a uma posição tão grave e lesiva dos direitos humanos assumida pelo Vaticano e pelo seu representante na ONU.

Trata-se de uma posição contrária à Declaração Universal dos Direitos do Homem, cujo 60.º aniversário estamos a celebrar este ano. A declaração do Vaticano viola o ponto fundamental, ou seja, o facto de os direitos humanos serem indivisíveis, universais e deverem ser protegidos independentemente da orientação sexual, da raça, da cor da pele, etc.

Solicitei à presidente da Subcomissão dos Direitos do Homem a comparência do representante do Estado do Vaticano junto da UE a uma das reuniões da subcomissão, a fim de responder por este comportamento e de debater esta questão com os seus membros. É isso que costumamos fazer com todos os Estados que têm representação diplomática junto da União Europeia. Gostaria também de tornar claro que a tentativa de voltar atrás, com a mera alegação de que a França ainda não tinha apresentado aquele documento, foi um logro, pois não altera os factos: o estado do Vaticano não recuou no que respeita às graves declarações que proferiu.

Zbigniew Zaleski (PPE-DE). – (PL) Senhora Presidente, reflectamos por um minuto no seguinte: os direitos humanos, derivados de acordos sociais escritos ou não escritos e que por vezes remetem para o direito natural, oferecem a base da coexistência social. A realidade é seguramente diferente.

Hoje em dia, o conceito de direitos humanos expandiu-se, abrangendo novos aspectos, e a sua definição tornou-se mais rica do ponto de vista semântico, cabendo-nos a nós a missão de defender estes direitos. Ao que parece, e de uma forma geral, registaram-se progressos neste domínio, mas o lado triste da questão é que, ainda hoje, continuam a existir regimes totalitários. Temos de lutar por cada pessoa, por cada indivíduo, por cada activista corajoso que representa a consciência de milhões, pois a verdade é que há milhões de pessoas que, muitas vezes, têm medo de falar, ainda que possam estar a sofrer. Parece que certos regimes, pelo menos, reagem às nossas decisões protestando contra as nossas resoluções e declarações que condenam as suas acções. Não nos podemos deixar intimidar por estas reacções. É assim que se sensibilizam as pessoas para a questão dos direitos humanos. Gostaria de frisar que, quanto maior for a consciencialização destas questões, melhores oportunidades teremos de criar uma frente comum com vista à construção de uma sociedade justa.

Investir nos direitos humanos é uma prioridade para o meu grupo, e deverá ser uma prioridade para todo o Parlamento Europeu. Que o prémio Sakharov seja a nossa bandeira, representando a nossa preocupação com os valores fundamentais de uma existência normal e feliz para qualquer pessoa à face deste planeta.

Richard Howitt (PSE). - (EN) Senhora Presidente, o Parlamento Europeu deveria congratular-se com o relatório anual da UE sobre os direitos humanos. No entanto, uma vez mais, deveríamos exortar a que se coloque uma maior ênfase na consecução de resultados concretos no terreno e na incorporação dos direitos humanos em todo o sistema da União Europeia. Congratulo-me com o grande feito deste ano – a resolução apoiada pela UE sobre a moratória à pena de morte, apresentada pelos colegas da Presidência portuguesa – porém, apesar disso, 1 200 pessoas foram executadas em 24 países do mundo, e esta campanha tem de prosseguir.

Muito está ainda por fazer no que se refere à generalização dos direitos humanos. Lamento que ainda na semana passada, a Comissão tenha aprovado o estatuto preferencial concedido ao abrigo do SPG+ relativamente a 16 países, apesar de terem chegado à Comissão provas de violações de direitos humanos e mesmo de assassinatos em países como a Colômbia e o Sri Lanka.

Por fim, olhando para o futuro, a União Europeia deverá agora procurar discutir, logo de início, com a nova Administração dos Estados Unidos a sua reintegração no Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas. Deveríamos chegar a acordo quanto a objectivos claros para o Conselho no período que medeia até à Assembleia Geral de 2011.

Sarah Ludford (ALDE). - (EN) Senhora Presidente, permitam-me que comece por endossar o que o meu colega Marco Cappato afirmou, aplaudindo a acção desenvolvida nas Nações Unidas com vista à consecução da descriminalização da homossexualidade em todo o mundo. Manifesto aqui o meu apoio firme a essa acção.

Gostaria de dizer uma palavra – e concordo, a este respeito, com Hélène Flautre – acerca da ausência absolutamente escandalosa do Conselho e da Presidência, esta manhã, na Cerimónia de entrega do Prémio Sakharov. Foi extremamente lamentável que a Presidência não tivesse estado presente para ouvir a mensagem comovente e corajosa da mulher de Hu Jia, que, considero, poderá ter conduzido a reavaliações estimulantes no que diz respeito às nossas relações com a China.

No entanto, gostaria igualmente de dizer algumas palavras acerca da tortura. Em Junho, a UE, no Dia Internacional de Apoio às Vítimas da Tortura, salientou a prioridade que atribui à erradicação universal da tortura, tendo encorajado todos os países a assinarem e ratificarem o Protocolo Opcional à Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos e Degradantes (OPCAT). Então, por que razão só nove dos Estados-Membros da UE se tornaram partes de pleno direito, estando outros 12 em processo de ratificação? Então, que se passa com os outros seis? Existe uma posição comum? E, em caso negativo, por que não?

Na mesma declaração, em Junho, a UE condenou toda e qualquer acção destinada a autorizar a tortura e quaisquer outras formas de tratamento desumano. Por que razão, praticamente dois anos volvidos, não existe ainda uma resposta suficiente e abrangente ao relatório do Parlamento sobre a cooperação europeia no âmbito das entregas extraordinárias? É a partir de Washington que a verdade será agora revelada, tal como está a ser revelada pela Comissão do Senado americano sobre as Forças Armadas. Se os Estados-Membros da UE não o fizerem, os seus segredos sujos serão revelados do outro lado do Atlântico.

Por último, por que não respondemos ao pedido dos EUA, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros português, no sentido de ajudar a reinstalar os reclusos de Guantánamo? Deveríamos ajudar o Presidente Obama a encerrar este capítulo vergonhoso da História dos Estados Unidos e da Europa.

Gay Mitchell (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, o relatório que hoje temos em mãos abrange uma série de aspectos que se relacionam directamente com a situação israelo-palestina. Dos 12 Planos de acção no quadro da Política Europeia de Vizinhaça referidos, dois destinam-se a Israel e aos Territórios Ocupados Palestinos.

Especificamente em relação a estes, no relatório afirma-se que a situação “voltou a degradar-se, nomeadamente no domínio do direito à vida e à integridade física e do direito à liberdade e segurança pessoal (em especial em matéria de detenção, encarceramento, procedimentos de busca e tortura e maus tratos durante os interrogatórios). De modo geral, as autoridades palestinianas e israelitas são ambas responsáveis pelas violações registadas”.

Fiquei muito sensibilizado com natureza ponderada e sensata da correspondência que recebo de pessoas que, obviamente, sentem grande paixão e comoção face à situação preocupante que se vive na região. Estas questões são, em geral, levantadas nas reuniões do diálogo político regular com Israel e, especificamente, nas reuniões do grupo de trabalho informal UE-Israel sobre direitos humanos.

É por isso que apoio amplamente um diálogo contínuo com Israel, condenando simultaneamente as violações dos direitos humanos por ambas as partes. Entretanto, é preciso que continuemos a prestar assistência às populações que sofrem em Gaza e na Cisjordânia, concedendo uma ajuda efectiva.

Dispomos de um roteiro em que a UE e os EUA estão envolvidos. Com a eleição de um novo Presidente dos EUA, é tempo de fazer deslocar esta questão para o topo na nossa agenda externa. É preciso que consigamos implementar com urgência a solução de dois Estados, com total respeito pelos direitos humanos e todas as Resoluções da ONU.

Ana Maria Gomes (PSE). - (EN) Senhora Presidente, o Prémio Sakharov concedido por este Parlamento a Hu Jia, em nome de todos os defensores do povo na China e no Tibete, coloca os direitos humanos no centro das relações UE-China, independentemente do desejo dos dirigentes na Europa ou em Pequim.

Como outros colegas afirmaram, a UE não pode promover o Estado de Direito e os direitos humanos em todo o mundo se não for consistente na sua defesa dentro de portas e nas suas relações externas. Lamentavelmente, o Relatório Anual de 2008 sobre os Direitos Humanos demonstra que os Governos e Instituições da UE persistam em esconder a verdade acerca da convivência europeia com as práticas hediondas da Administração Bush de subtração à justiça e subcontratação da tortura de milhares de homens e mesmo de crianças, detidos durante anos, em Guantánamo, em prisões secretas. Vergonhosamente, as referências a estas questões no capítulo respeitante às consultas da Tróica da UE e dos EUA em matéria de direitos humanos limitam-se a preocupações acerca de “determinadas práticas e políticas dos EUA no quadro da luta contra o terrorismo”. É bem revelador de uma atitude dúplice, de hipocrisia e dissimulação. Enquanto os Europeus não assumirem as suas responsabilidades e cooperarem com o Presidente eleito, Barack Obama, expondo a verdade, encerrando Guantánamo e as prisões secretas e compensando as vítimas, a Europa não recuperará a sua autoridade moral, credibilidade política ou eficácia na promoção dos direitos humanos.

Eoin Ryan (UEN). - (EN) Senhora Presidente, celebramos, e com bons motivos, o vigésimo aniversário do Prémio Sakharov, que enaltece, e com razão, a coragem de muitas pessoas que colocaram em trisco a própria vida para dar voz à defesa dos direitos humanos.

Porém, aqui está em causa bem mais do que simples discursos. Como afirmou um célebre irlandês, para que o mal triunfe, basta que os bons nada façam. Ontem, falava com um dos galardoados com este prémio, Salih Osman, que me contou que continuam a verificar-se ataques aéreos sobre civis no Darfur, sendo escassa a protecção das pessoas inocentes. Sim, é verdade que se registaram alguns progressos, posto que o TPI está a actuar, porém, há muito mais para fazer, e é preciso que a Europa faça mais.

Espero que o ímpeto provocado pela tomada de posse de Barack Obama como Presidente dos Estados Unidos traga uma renovação dos esforços internacionais, da cooperação e da acção – acção concreta, como o apoio à criação de uma zona de exclusão aérea sobre Darfur – e que, no novo ano, comecemos finalmente a dar mostras de estar à altura do que apregoamos e das nossas obrigações morais. Já basta termos permanecido impávidos, assistindo à transformação do Zimbabué, outrora o celeiro de África, num caso de desespero do continente. Quantas vezes voltaremos ainda a dizer “nunca mais”?

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). - (PL) Senhora Presidente, falei muitas vezes sobre a questão dos direitos humanos, em especial os direitos das mulheres e das crianças, bem como sobre a importância de sensibilizar mais os cidadãos da União para as questões relacionadas com os seus direitos ou com a luta contra a discriminação. Cumpre-nos também insistir em que os países que desejem aderir à União Europeia respeitem os direitos humanos fundamentais, de acordo com os critérios de Copenhaga, o que terá um impacto positivo na vida de milhões de pessoas na Europa e em todo o mundo. Os Estados-Membros deverão ser os primeiros a dar o exemplo.

Este assunto está intrinsecamente ligado à seguinte questão – gostaria de expressar a minha preocupação com a forma como funciona o serviço de assistência social à infância (*Jugendamt*) na Alemanha. Na Polónia, veio recentemente a lume um caso que envolvia uma mãe que, junto com o seu filho, se viu obrigada a esconder-se do pai da criança pois receava que ele, um cidadão alemão, lhe tirasse o rapaz. A Comissão Europeia deveria investigar as actividades destes serviços para avaliar a sua conformidade com as normas estabelecidas pela União Europeia.

Marek Aleksander Czarnecki (ALDE). – (PL) Senhora Presidente, a democracia na Europa baseia-se na protecção eficaz dos direitos fundamentais e na garantia da sua promoção. Fazê-lo contribui significativamente para a consolidação de um espaço europeu de liberdade, segurança e justiça. A necessidade de assegurar a protecção dos direitos fundamentais tem origem nas tradições constitucionais comuns aos Estados-Membros, na Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, bem como noutra legislação no domínio do direito internacional.

Sou de opinião que todos os objectivos políticos europeus deverão visar a defesa dos direitos fundamentais que estão consagrados nas disposições do Tratado de Lisboa. Gostaria também de salientar que não podemos restringir as nossas actividades políticas no domínio dos direitos fundamentais a casos que atraiam mais a atenção dos cidadãos em geral. A fim de manter a credibilidade da União Europeia no mundo, é importante evitar as normas duplas nas nossas políticas externas e internas.

Milan Horáček (Verts/ALE). – (DE) Senhora Presidente, este relatório de âmbito alargado deixa clara a quantidade de violações dos direitos humanos que todos os dias se cometem no mundo. Isto é particularmente alarmante pelo facto de terem passado 60 anos desde a proclamação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e acicata-nos a redobrar os nossos esforços. Por essa razão, também, preconizo que se confira o estatuto de comissão à actual Subcomissão dos Direitos do Homem.

Hoje entregámos o Prémio Sakharov a Hu Jia, que é um campeão das causas dos direitos humanos e do ambiente na China. Por estar na cadeia, ele não pôde, porém, recebê-lo pessoalmente. Isto constitui uma vergonha para a China. Por outro lado, amanhã vamos debater nesta Casa as violações dos direitos humanos na Rússia. No plano das nossas relações com esses dois países tem de se atribuir a maior relevância, não apenas aos interesses económicos, como também, em particular, aos direitos humanos.

Apelamos à libertação de Hu Jia na China e de Mikhail Khodorkovsky na Rússia.

Jim Allister (NI). – (EN) Senhora Presidente, no debate sobre os direitos dos homossexuais, devo dizer que me parece existir uma total negligência no que respeita à violação da liberdade de expressão de muitos e, em particular, da liberdade de expressão de uma opinião religiosa sobre o assunto.

As pessoas de fé, aceitando os ensinamentos da Bíblia a respeito da homossexualidade, são vilipendiadas, negadas e perseguidas por terem a ousadia de manifestar a suas opiniões de consciência e convicção. Na Suécia, vimos um pastor ser perseguido por ter citado a Bíblia. No meu país, foi proibido um anúncio de uma igreja que recitava as escrituras.

No entanto, numa Marcha Gay realizada em Belfast no ano passado, foi possível transportar um cartaz com a inscrição “Jesus é maricas”, não tendo sido levada a cabo qualquer acção em resposta a esse crime de ódio inflamado. Porque? Porque me parece que os direitos deste grupo protegido são colocados acima dos de todos os outros, e isso é errado.

Marios Matsakis (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, gostaria de levantar uma questão que parece ser um tabu nas Instituições da UE, a saber, a questão da colonização. Falo de colónias detidas por Estados-Membros da UE, por exemplo pelo Reino Unido e por França, que entre si detêm dúzias de colónias em todo o mundo, duas delas no meu próprio país, Chipre, nas quais, no entanto, as populações não gozam de direitos democráticos que lhes permitam eleger um governo próprio. A maioria é governada por governadores designados, por exemplo, pela Rainha de Inglaterra. Sempre que interpelo a Senhora Comissária Ferrero-Waldner ou qualquer outro membro da Comissão, fecham os olhos, tapam a boca e os ouvidos e não fornecem qualquer resposta válida.

Senhora Comissária, desafio-a a responder aqui, hoje: aprova a manutenção por Estados-Membros da UE de colónias no mundo do século XXI?

Benita Ferrero-Waldner, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, permitam-me que comece por dizer que, segundo sei, a senhora Secretária de Estado Rama Yade terá tido dificuldades em chegar aqui. Ontem, eu própria tive de esperar cinco horas pelo meu voo para Estrasburgo. Talvez esteja a passar pelas mesmas dificuldades que eu, por isso sejam pacientes – bem vistas as coisas trata-se de um caso de força maior.

(Interjeições da sala: “o circo das deslocações!”)

Bem, cinco horas não é um tempo de espera normal. Estou apenas a afirmar que ignoro o que terá efectivamente acontecido à Senhora Secretária de Estado, mas que foi o que me aconteceu, e fiquei muito

satisfeita por não ter qualquer compromisso ontem, pois teria ficado, também eu, na situação da senhora Secretária de Estado. Gostaria apenas de deixar aqui a minha solidariedade.

Em segundo lugar, este diálogo em matéria de direitos humanos e o relatório sobre os direitos humanos continuam uma das nossas principais preocupações. Gostaria de dar a conhecer aqui o novo relatório da UE. Quando assumi o cargo de Comissária, havia relatórios separados do Conselho e da Comissão, e é agora com satisfação que revelo que o Conselho e a Comissão elaboraram este relatório em conjunto. O prefácio é escrito por Bernard Kouchner, Javier Solana e por mim própria. Penso ser de extrema importância mostrar que estamos efectivamente a trabalhar em conjunto.

Como afirmei nos meus comentários iniciais, estamos a tentar afincadamente avançar na promoção dos direitos humanos. No entanto, sabemos igualmente que o copo pode apresentar-se meio cheio, ou meio vazio. Há ainda muito por fazer, e é extremamente comovedor ver aqui, esta manhã, um tão grande número de defensores dos direitos humanos. Falei de Elena Bonner, mas poderia ter falado de muitos outros, e, evidentemente, o vídeo da mulher de Hu Jia foi extremamente impressionante: deu mostras de uma enorme coragem.

Gostaria de responder a algumas questões. Não poderei responder a todas em nome da Comissão, mas tentarei ser o mais circunstanciada possível.

Em primeiro lugar, no que se refere à pena de morte, permitam-me que diga que me dediquei com extremo afinho a esta questão. Sou absolutamente contra a pena de morte, e ao longo deste ano demos um apoio maciço à resolução das Nações Unidas com vista a uma moratória num maior número de países. Contudo, é verdade que o problema persiste: continuam a realizar-se numerosas execuções nalguns países – o Irão, por um lado, mas infelizmente também a China e muitos outros. É preciso que mantenhamos a luta contra a pena de morte, levantando a questão em todos os diálogos que mantemos. É da máxima importância que o façamos: nem que se verifique apenas uma execução, já será demais.

Permitam-me que refira, neste contexto, que todos nós trabalhamos contra a execução de Wo Weihan. Infelizmente, foi executado exactamente no dia da realização de uma reunião do diálogo sobre direitos humanos com a China. Este é um terrível exemplo da incapacidade de nos ouvirmos uns aos outros.

Em segundo lugar, permitam-me que diga ao senhor deputado Agnoletto que as cláusulas de direitos humanos são, de facto, muito importantes. Neste preciso momento, os Estados-Membros e a Comissão levam a cabo uma revisão muito abrangente da política da UE sobre as cláusulas-tipo existentes nesta matéria nos acordos externos, em geral, a fim de conseguir o equilíbrio correcto entre, por um lado, os princípios cruciais e “inalienáveis” da União Europeia e, por outro, a necessidade de uma certa flexibilidade na negociação de diversos aspectos, pois é necessário que consigamos tentar chegar a acordo.

Esta revisão está em curso. Seria um pouco prematuro para mim comentar o resultado da mesma nesta fase, pois ainda não chegámos ao resultado final, contudo, a utilização das cláusulas de direitos humanos é uma das questões que está a ser alvo de criteriosa ponderação. Porém, existem, e é preciso que continuem a existir, cláusulas políticas na totalidade dos acordos políticos e em acordos comerciais e sectoriais de diferentes tipos.

O meu próximo comentário prende-se com o Conselho dos Direitos do Homem. Senhora Deputada Andrikienė, concordo que seria possível introduzir muitas melhorias e, por conseguinte, teremos de insistir em que existam relatores especiais e, talvez também, resoluções por países; penso que isso poderia ajudar. Considero igualmente muito positivo que todos os países sejam fiscalizados de quatro em quatro anos e que exista envolvimento da sociedade civil. Devo dizer que, até ao momento, registámos que os países se têm preparado com bastante seriedade. Trata-se de um aspecto positivo, e está em curso uma discussão profunda, que deverá prosseguir. Todos nós sabemos que as coisas não são perfeitas, mas podemos avançar e introduzir novas melhorias.

Permitam-me uma palavra acerca da China e dos direitos humanos. Mantenho, na qualidade de Comissária responsável pelas relações com a China, entre outros países, enorme abertura quanto à construção de fortes relações com a China com base no respeito mútuo. No entanto, devo igualmente dizer-vos que estou preocupada com o que considero ser um certo endurecimento da posição chinesa em matéria de direitos humanos, como se viu com a execução de Wo Weihan exactamente no dia em que realizávamos uma reunião do diálogo em matéria de direitos humanos.

Essa realidade foi confirmada pelas notícias que nos chegaram nos últimos dias, bem como hoje aqui também, como a repressão das manifestações em Pequim por ocasião do 60º Aniversário da Declaração Universal

dos Humanos – houve uma declaração da Presidência a esse respeito –; o bloqueio de sítios estrangeiros na Internet, como o da BBC; e o relatório extremamente negativo do Comité contra a Tortura das Nações Unidas, há três semanas.

No entanto, gostaria igualmente de retomar as palavras de Zeng Jinyan, a mulher de Hu Jia, proferidas aqui esta manhã, quando afirmou que a China está a dar grandes passos rumo a uma sociedade aberta e democrática. Penso que esse movimento prossegue. Há muitas outras questões, e muito tem sido feito pela China nos últimos anos, por exemplo, no que respeita aos direitos laborais. É importante que se tenham registado alguns progressos, contudo, persistem muitos outros problemas, particularmente no que se refere à implementação. Por vezes, mesmo quando tudo foi consagrado em papel, como hoje aqui ouvimos, muito fica por aplicar.

Reitero, por isso, que estamos prontos, por exemplo, para conceder assistência especializada sobre novas reformas legislativas. Como o referiu o Presidente Pöttering, a China é um grande país. Comungamos de muitos interesses, e é preciso que trabalharemos em conjunto, porém, penso que nós, na União Europeia, não deveremos tomar decisões precipitadas. É necessário que reflectamos sobre os recentes sinais negativos que nos chegam da China em matéria de direitos humanos e que estão a minar a nossa confiança mútua. Penso que cabe agora à China dar sinais positivos com vista à restauração dessa confiança.

No que se refere a Guantânamo, exortámos reiteradamente ao encerramento deste centro de detenção nos muitos debates aqui realizados, em que também participei. Naturalmente, congratulamo-nos também com a declaração do Presidente eleito Barack Obama de que tomará medidas para encerrar rapidamente esse centro de detenção.

Estamos disponíveis para trabalhar com a Administração dos EUA, a fim de encontrar formas de dar resposta às questões de ordem prática que se levantarão aquando do encerramento de Guantânamo, como o acolhimento dos reclusos em países terceiros. Por exemplo, a União Europeia manifestou recentemente as suas preocupações relativamente às detenções secretas, e esperamos que o Presidente eleito volte a abordar esta questão e que os Estados-Membros possam responder também. Não posso falar pelos Estados-Membros.

Quanto à situação no Médio Oriente, especialmente em Gaza, lamento muito o regresso à violência, nos últimos dias; os cinco meses de acalmia conseguidos pelo cessar-fogo foram, infelizmente, demasiado curtos, mas extremamente bem-vindos. Tem sido muito penoso assistir ao regresso da violência. Condenámos os recentes ataques por *rockets* a partir de Gaza, mas, ao mesmo tempo, o encerramento dos pontos de passagem.

Eu própria convidei o Embaixador israelita a deslocar-se ao meu gabinete. Manifestei-lhe claramente as minhas preocupações sobre a questão de Gaza. Não conseguimos proporcionar o combustível que normalmente financiamos, não conseguimos permitir que a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA) prosseguisse o trabalho que normalmente desenvolve. Anteontem, estive em Nova Iorque e falei com Ban Ki-moon, o Secretário-Geral da ONU, sobre o assunto. O Presidente em exercício do Conselho, Bernard Kouchner e eu própria dirigimos uma carta às autoridades israelitas, a fim de que o financiamento se mantivesse. Estamos a acompanhar de perto a situação. Infelizmente, não é de todo fácil, e em todos os nossos diálogos e consultas, referimos sempre estas questões.

Gostaria agora de falar um pouco da coerência, que aqui foi referida, entre as nossas políticas externas e internas. Bem, penso que é verdade. Esta é uma questão que temos de ter em conta. Este é um assunto que foi tratado com Jacques Barrot, que tentou que se registassem progressos no que toca à questão da migração a fim de que se preste maior atenção aos direitos humanos. Penso que, dessa forma, a nossa credibilidade sai reforçada, mas muito se insere também nas competências dos Estados-Membros, o que significa que a questão não é fácil.

Cumprimento a senhora Secretária de Estado Rama Yade.

Posso apenas dizer que os diálogos sobre direitos humanos são recíprocos: isso significa que também se abordam questões de direitos humanos na União Europeia, e dispomos de especialistas em justiça, liberdade e segurança nos diferentes Estados-Membros.

Existe igualmente um Comissário das Nações Unidas para os direitos Humanos que tenciona criar um gabinete em Bruxelas, pelo que estamos a tentar reforçar a coerência entre as nossas políticas internas e externas.

Fico por aqui. Lamento nada poder dizer sobre a colonização. Essa é uma questão para os Estados-Membros. Sabem-no muito bem.

(*Interjeição de Marios Matsakis*)

Lamento, mas não cabe à Comissão pronunciar-se sobre essa questão.

Rama Yade, *Presidente em exercício do Conselho*. - (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, estou contente por representar a Presidência francesa do Conselho da União Europeia para transmitir os avanços realizados nestes últimos meses em matéria de direitos humanos.

Gostaria de colocar uma tónica muito especial - como os senhores já referiram - no papel fundamental das linhas directrizes enquanto guias da acção da União Europeia no terreno.

Agora que comemoramos, precisamente este ano, o vigésimo aniversário da declaração sobre os defensores dos direitos humanos das Nações Unidas, recorde-se que a União Europeia se mobilizou muito concretamente sobre este assunto, tendo multiplicado as suas intervenções a seu favor, através quer de acções quer de declarações políticas. A União Europeia avançou também com as suas próprias linhas directrizes sobre este tema, com vista a reforçar o seu apoio aos homens e mulheres que lutam quotidianamente para o triunfo da universalidade dos direitos humanos.

Para completar as temáticas existentes, propusemos este ano um projecto de linhas directrizes sobre as violências perpetradas contra as mulheres e as discriminações de que são alvo.

Congratulo-me com o facto de os eurodeputados ficarem satisfeitos. Essas linhas directrizes foram adoptadas pelo Conselho no passado dia 8 de Dezembro. Tratava-se de uma das prioridades da Presidência francesa da União.

Dentro deste mesmo espírito, gostaria também de saudar a adopção, pelo Conselho da União Europeia, de novos documentos relativos à aplicação das Resoluções 1325 e 1820 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que permitirão às operações de política externa, de segurança e de defesa enfrentarem claramente o problema das violências sexuais nos conflitos armados, mas também reforçar a participação activa das mulheres na reconstrução das sociedades em fim de conflito.

O relatório de 2008 elaborado pela União e que refere a acção e os êxitos da União Europeia incide também sobre a luta contra a pena de morte. Assim, a Assembleia-Geral das Nações Unidas adoptou, em Dezembro de 2007, uma resolução transregional, mas apresentada por iniciativa da União Europeia, apelando à implementação de uma moratória universal sobre a pena de morte. E esse êxito acaba de ser reforçado com a adopção, por uma confortável maioria, de uma nova resolução essencialmente de seguimento, sobre o mesmo assunto, na 63.ª da Assembleia-Geral das Nações Unidas neste momento em curso.

A União Europeia está a desenvolver, por outro lado, cerca de trinta diálogos e consultas sobre os direitos humanos com os países terceiros, como a China, os Estados da Ásia central ou a União Africana, e novos diálogos foram lançados neste último semestre.

O relatório da União mostra também, em detalhe, o papel particularmente activo da União Europeia nas instâncias internacionais competentes em matéria de direitos humanos, no seio tanto da terceira comissão da Assembleia-Geral das Nações Unidas como do Conselho dos Direitos do Homem.

Quanto às questões do Darfur, da Birmânia e da crise alimentar, esta última soube dar mostras de proactividade, mas resta muito a fazer para reforçar a sua credibilidade e a sua eficácia.

Sei que a vossa Comissão dos Assuntos Externos adoptou, no início de Dezembro, o projecto de relatório da senhora deputada Laima Liucija Andrikiene, que defende o reforço do Conselho dos Direitos do Homem e, mais concretamente, o papel da União Europeia no seu seio. Posso garantir-lhes que o Conselho partilha essa perspectiva.

Da mesma maneira, devemos manter-nos particularmente atentos para que o Conselho dos Direitos do Homem, como outras instâncias internacionais, não se tornem cavalos de Tróia de noções que acabariam por minar a universalidade dos direitos humanos. Assim, a União Europeia, que se empenhou no processo de seguimento da Conferência de Durban sobre o racismo, de 2001, estará extremamente atenta para que este processo não conduza a uma reabertura dos textos já negociados, já adoptados, ou ao reconhecimento de conceitos como o da difamação das religiões, em detrimento da liberdade de expressão. Podem estar certos de que a União Europeia será inflexível sobre este ponto.

Há outro ponto que gostaria de levantar, que é o da luta contra a impunidade. Como sabem, celebramos este ano o décimo aniversário da adopção do Estatuto de Roma relativo ao Tribunal Penal Internacional. Assim,

é importante reafirmarmos, em nome dos valores europeus, o quanto defendemos a luta contra a impunidade, pois não existe paz sem justiça. É o que a União Europeia afirma sem ambiguidades ao dar o seu apoio político e financeiro à justiça penal internacional, aos tribunais *ad hoc* e ao TPI. Assim, a União Europeia conduziu campanhas de sensibilização destinadas aos países terceiros com vista a que eles adiram ao Estatuto de Roma, negociou a inserção de cláusulas impondo a obrigação de ser parte do Estatuto de Roma nos acordos com os países terceiros, e adoptou declarações recordando a obrigação que cabe ao Governo sudanês de cooperar em pleno com o Tribunal Penal Internacional.

Gostaria de terminar a minha intervenção referindo a questão da despenalização da homossexualidade. Amanhã deslocar-me-ei a Nova Iorque para levar este projecto que muitas nações subscreveram, que é um apelo à despenalização universal da homossexualidade.

Recordo, Senhoras e Senhores Deputados, que ainda há 90 países no mundo que penalizam a homossexualidade, dos quais 6 aplicam a pena de morte. O que significa que existem homens e mulheres que não podem viver a sua identidade sexual livremente, sem arriscarem a prisão ou serem apresentados a tribunal. Eis a razão pela qual podemos estar orgulhosos desta iniciativa que, no seu tempo, a Noruega tinha apresentado em 2006 e que, amanhã em Nova Iorque, irei portanto eu próprio representar-nos para finalizar este texto, contar os nossos apoios e esperar que tenhamos ido mais longe do que há dois anos. Veremos então, efectivamente, se um máximo de Estados apoia esta iniciativa.

Antes de prosseguir os nossos debates, gostaria de lhes dizer, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhora Comissária, que tenho muita pena de ter chegado atrasada. O meu avião descolou mais tarde do que previsto, foi essa a razão. Lamento-o profundamente, mas penso que o seguimento dos nossos debates nos permitirá debater esta questão com a maior intensidade.

Presidente. - Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Tunne Kelam (PPE-DE), por escrito. – (EN) A incorporação dos direitos humanos em todas as políticas tem sido a principal questão nos últimos anos. Congratulo-me com a inclusão da PESD nesse processo. É verdade que é crucial que os direitos humanos sejam tidos em conta em todas as acções da UE.

No entanto, existe necessidade de salientar que a incorporação dos direitos humanos nas relações com países terceiros deverá aplicar-se a todos os parceiros da UE sem excepção. Posso aqui referir um dos últimos casos em que os direitos humanos foram incluídos num acordo de comércio, com o Montenegro. Ao mesmo tempo, o relatório salienta que violações sistemáticas e graves dos direitos humanos persistem e acontecem diariamente na China, Rússia, Irão e outros países. No entanto, estes factos não são verdadeiramente tidos em conta quando se desenvolvem as relações económicas com estes Estados. É inaceitável que as mesmas regras sejam aplicadas de forma diferente em casos diferentes.

Por conseguinte, exorto veementemente o Conselho e a Comissão a incorporarem os direitos humanos em todas as questões negociadas com a China, Rússia, Irão e outros. Infelizmente, temos de concluir que o diálogo sobre direitos humanos não é levado a sério, por exemplo, do lado russo. Exorto as Instituições europeias a serem exigentes e consistentes quando representam e defendem os valores fundamentais da União em todo o mundo.

Katalin Lévai (PSE), por escrito. – (HU) Saúdo o mais recente relatório da Comissão sobre os direitos humanos. Em primeiro lugar, porque a parte que trata da protecção das minorias dedica também atenção à maior minoria transnacional da Europa, o povo Roma. Acho, contudo, interessante o facto de, apesar de os ataques raciais e outros crimes de motivações étnicas estarem a aumentar também na Europa Ocidental e Central, o relatório se concentrar principalmente nos Balcãs, isto é, no Sudeste da Europa. Não é apenas em países que aspiram a juntar-se à União Europeia que há muito trabalho a ser feito, mas sim, também, no nosso próprio quintal. Além do mais, penso que continuamos a não dispor de uma iniciativa transfronteiriça que ofereça uma solução colectiva para as preocupações das minorias transnacionais. Do meu ponto de vista, uma análise dos direitos de uma população de 10 milhões de pessoas mereceria até um capítulo próprio no relatório, sublinhando que não estamos a falar de um único grupo étnico homogéneo. Lamento também a ausência de um estudo do impacto social da crise económica, uma vez que, em tais casos, são sempre os grupos sociais vulneráveis que correm perigo. No entanto, considero o desenvolvimento das questões da deficiência na Europa como sendo merecedor de atenção. É de louvar que a Comissão esteja neste momento a trabalhar na elaboração de decisões do Conselho relativas à adopção da Convenção das Nações Unidas de 8 de Agosto de 2008 sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências e do respectivo Protocolo facultativo. No que diz

respeito ao conteúdo, a Convenção representa uma mudança significativa, uma vez que trata a deficiência não só como uma questão social e de saúde, mas também como uma questão jurídica e de direitos humanos. Este documento irá facilitar a vida a 650 milhões de pessoas com deficiências em todo o mundo, 50 milhões das quais são Europeus. Considero importante que promovamos, protejamos e garantamos o respeito total e igual de todos os direitos humanos e liberdades dos nossos concidadãos que vivem com deficiências.

Sirpa Pietikäinen (PPE-DE), por escrito. – (FI) A União Europeia é um dos principais actores internacionais no domínio dos direitos humanos. O trabalho da União é considerável, falando, como fala, em nome dos direitos humanos, fornecendo ajuda ao desenvolvimento e defendendo os valores da democracia. O Relatório Anual da UE sobre os Direitos Humanos, que acaba de ser publicado, examina o trabalho multifuncional da União na área dos direitos humanos.

O Relatório da UE sobre os Direitos Humanos de 2008 menciona os muitos passos positivos que foram dados no sentido de estabelecer os direitos humanos a nível global. Infelizmente, estes passos ainda são pequenos quando comparados com a situação global, e há uma quantidade considerável de trabalho que ainda é necessário realizar para que os direitos humanos fundamentais possam tornar-se realidade de forma igual em todo o mundo.

O Secretário-Geral das Nações Unidas Ban Ki-moon recordou-nos, a semana passada, aquando do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, que a Declaração dos Direitos do Homem é tão imprescindivelmente necessária hoje como era quando foi elaborada, em 1948. Disse: “Os desafios que hoje enfrentamos são tão intimidatórios como os que se deparavam aos redactores da Declaração”.

Apesar de todo o seu importante trabalho, a UE deveria mesmo parar e avaliar seriamente as suas acções na área dos direitos humanos. Lamentavelmente, a sua política de direitos humanos ainda carece da determinação, coerência e persistência que se esperam de um actor forte no domínio dos direitos humanos.

Dever-se-ia pôr termo à erosão gradual dos direitos humanos a nível internacional. Enquanto união de Estados baseada em valores, a UE tem o dever especial de garantir que os direitos humanos sejam implantados à escala mundial. Meras declarações, sem acção concreta, não passam de palavras vazias.

PRESIDÊNCIA: MORGANTINI

Vice-presidente

14. Situação dos direitos fundamentais na União Europeia 2004-2008 - Espaço europeu de liberdade, de segurança e de justiça (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta sobre:

- o relatório (A6-0479/2008) do deputado Giusto Catania, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, sobre a situação dos direitos fundamentais na União Europeia 2004-2008 (2007/2145(INI));

- a pergunta oral (O-0128/2008) apresentada pela deputado Gérard Deprez, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, ao Conselho, sobre a evolução em 2008 do Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça (ELSJ) (B6-0489/2008); e

- a pergunta oral (O-0133/2008) apresentada pela deputado Gérard Deprez, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, à Comissão, sobre a evolução em 2008 do Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça (ELSJ) (B6-0494/2008).

Giusto Catania, relator. – (IT) Senhora Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, há 60 anos, a Declaração Universal dos Direitos do Homem iniciava uma autêntica revolução global, afirmando uma ideia profética do filósofo Immanuel Kant, segundo o qual a violação de um direito num país deve ser sentida como tal em qualquer outra parte do mundo.

A revolução dos direitos humanos afirmou, perante a comunidade internacional, duas ideias estreitamente ligadas entre si. A primeira é que não se pode, nem deve, fazer distinções entre cidadãos nacionais e estrangeiros, homens e mulheres, brancos e pretos, cristãos e judeus, muçulmanos e não muçulmanos, crentes e não crentes. Em suma, confirmou a igualdade entre todos na reivindicação dos seus direitos. A

segunda ideia é que a humanidade é, ela própria, garantia de dignidade, e, portanto, ninguém pode ser tratado de modo indigno, nem mesmo o pior dos criminosos. Como afirma o próprio Kant, não podemos recusar, mesmo ao mais malvado dos homens, o respeito que lhe é devido enquanto ser humano.

A União Europeia é considerada a pátria suprema, o templo da defesa dos direitos humanos. A efectiva protecção e promoção dos direitos fundamentais deve ser a pedra angular da democracia na Europa. A aplicação dos direitos fundamentais deve ser um objectivo de todas as políticas europeias, e, para isso, as Instituições europeias devem promovê-los activamente, protegê-los e tê-los plenamente em conta quando elaboram e adoptam medidas legislativas, com o apoio das actividades da Agência dos Direitos Fundamentais. A Agência pode conferir eficácia à Carta Europeia dos Direitos Fundamentais e, ao mesmo tempo, garantir a conformidade com o sistema instituído pela Convenção Europeia de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.

Infelizmente, na União Europeia, nem sempre fomos capazes, com as opções políticas dos governos e a actividade legislativa dos parlamentos, de garantir a protecção e a promoção dos direitos fundamentais. Há seis anos que o Parlamento Europeu não aprova um relatório sobre a situação dos direitos fundamentais na União Europeia, mas temos sido sempre muito solícitos a assinalar violações dos direitos fundamentais fora do nosso território. Não podemos limitar-nos a estar vigilantes – correctamente – face a Guantánamo, a Abu Ghraib, às violações na Colômbia e na China, e depois ignorar as violações que têm lugar nos nossos próprios países.

Estou de acordo com o que a Senhora Comissária Ferrero-Waldner afirmou hoje: precisamos de tornar coerentes as políticas internas e externas da União Europeia. Uma análise atenta da situação dos direitos fundamentais na União Europeia pode levar à confirmação de uma amarga conclusão: na Europa, os direitos humanos são, muitas vezes, defendidos apenas em teoria. Para corroborar esta afirmação, basta ver a situação dos deslocados, das minorias nacionais, dos Roma, dos apátridas, dos refugiados, dos requerentes de asilo e dos migrantes por razões económicas.

Amanhã é o Dia Internacional dos Migrantes e a Convenção das Nações Unidas ainda não foi ratificada por nenhum dos Estados-Membros. Nos últimos anos, temos vindo a observar o estado de degradação dos centros de detenção administrativa para migrantes, os quais, tanto do ponto de vista jurídico como do ponto de vista das condições de vida, constituem verdadeiros buracos negros em que homens e mulheres são, frequentemente, tratados de modo desumano e degradante, sem as necessárias salvaguardas jurídicas previstas por leis que são, muitas vezes, inaceitáveis e que, ao mesmo tempo, permitem abusos e impunidade.

A situação dos direitos humanos na União Europeia não é, de modo nenhum, satisfatória, como se afirma no relatório anual da Amnistia Internacional. Temos, por isso, de pôr em prática uma política activa para evitar a sistemática violação de direitos que deveriam ser formalmente garantidos e considerados invioláveis.

Por isso exortamos o Conselho – e aproveito a presença da Senhora Secretária de Estado – a incluir nos futuros relatórios anuais sobre os direitos humanos no mundo, a par de uma análise da situação no mundo, uma análise da situação em cada um dos Estados-Membros, para que possamos – estou mesmo a terminar, Senhora Presidente – evitar uma abordagem com dois pesos e duas medidas. Que Europa pretendemos nós? É esta a pergunta a que procura responder este relatório, de que tenho a honra de ser relator.

Gérard Deprez, *autor*. – (FR) Senhora Presidente, Senhora Rama Yade, Senhor Jacques Barrot, minhas Senhoras e meus Senhores, o debate de hoje é o último da actual legislatura sobre os progressos realizados no domínio do espaço europeu de liberdade, de segurança e de justiça. Transmito o conteúdo da pergunta oral sobre esta questão à Comissão e à Presidência do Conselho, e não vou despende os poucos minutos de que disponho a parafraseá-la. Senhora Presidente, nesta altura em que a cidade de Estrasburgo nos convida a celebrar o Natal com um espírito festivo, gostaria de aproveitar a ocasião para distribuir alguns presentes.

O primeiro presente, apraz-me oferecê-lo à Presidência francesa do Conselho, não pela assiduidade da sua presença nem pela sua pontualidade mas, de um modo geral, pela qualidade que colocou na preparação dos contactos com o Parlamento, pelo domínio dos assuntos de que deu provas e, em particular, pelos eminentes colaboradores de ministros que participaram nas delicadas negociações realizadas com o Parlamento Europeu. Gostaria de agradecer em especial ao Sr. Jean-Pierre Jouyet, cuja afabilidade, profissionalismo e competência foram unanimemente apreciadas por esta Assembleia.

O meu segundo presente, esse, gostaria de o oferecer ao Sr. Jacques Barrot. Eis um Vice-Presidente da Comissão que estava perfeitamente à vontade nas suas anteriores funções e que, a pedido do seu Presidente, e para evitar à Comissão sérios problemas políticos que teriam sido causados pela substituição do Sr. Franco Frattini,

aceitou assumir, sem qualquer preparação, uma das mais difíceis e sensíveis pastas da Comissão. Senhor Comissário, caro Jacques, em menos de um ano conseguiste não apenas dominar uma matéria particularmente complexa mas também imprimir a tua marca, como o demonstram as propostas que acabam de nos ser apresentadas sobre as novas orientações no domínio da política de asilo.

O meu terceiro presente é para os meus colegas deputados, a maioria dos quais são grandes profissionais apaixonados pelos seus dossiês, alguns deles verdadeiros escravos do trabalho, e um ou outro, há que reconhecê-lo, verdadeiros personagens que suscitam, em mim e noutros, tanto respeito quanto afeição.

O meu último presente vai para os nossos colaboradores, tanto do secretariado – Emilio De Capitani encontra-se aqui presente mas não está a ouvir – como dos grupos políticos, incluindo os assistentes de cada um de nós, cujo entusiasmo, devoção e competência constituem uma parte vital do êxito do nosso trabalho.

Distribuídos os presentes, gostaria agora de fazer um balanço da situação neste domínio. Ninguém pode contestar, Senhora Presidente, que, em menos de dez anos, o espaço europeu de liberdade, de segurança e de justiça conheceu um desenvolvimento considerável. De um estado totalmente embrionário em 1999 – recorde-se que a ambição do programa de Tampere era, antes de mais, lançar as bases da cooperação entre os Estados-Membros e promover o reconhecimento mútuo das decisões judiciais –, o domínio da liberdade, segurança e justiça registou um novo desenvolvimento com o programa de Haia, que reforçou a plataforma comunitária.

Foi sobre esta dupla base e sob a pressão dos dramáticos acontecimentos externos – não vou falar dos atentados que tanto nos consternaram e que tantas mortes e tragédias causaram – que inúmeras políticas registaram progressos assinaláveis: a luta contra o terrorismo e a grande criminalidade, a luta contra a imigração ilegal, a luta contra o racismo e a xenofobia, e a luta contra as drogas e a toxicodependência.

Além disso, não será uma crítica a todos nós – Conselho, Comissão e Parlamento – reconhecer que durante estes últimos dez anos a nossa abordagem foi essencialmente, e não digo exclusivamente, orientada por uma reacção defensiva, desencadeada quer pelos acontecimentos trágicos que acabo de recordar, quer pelas legítimas expectativas dos nossos cidadãos em matéria de segurança.

Nestes últimos tempos, porém, uma outra abordagem começou gradualmente a tomar forma, numa dinâmica menos defensiva e inspirada pelo desejo de uma actuação mais positiva e mais voluntarista rumo ao espaço que, juntos, queremos construir. Foi assim que o Tratado de Lisboa, como sabem, tornou vinculativa a Carta dos Direitos Fundamentais. Foi assim que foi decidido transformar o Observatório de Viena na Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Foi assim que o Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo, sem descuidar as exigências em matéria de segurança e defesa, abriu caminho a uma política mais aberta, baseada na gestão activa dos fluxos migratórios e nos avanços em matéria de parceria.

Senhora Presidente, distribuídos os presentes e feito o balanço, gostaria agora de me debruçar sobre o desafio que, juntos, vamos ter de enfrentar e sobre as novas orientações que deveriam inspirar o programa de Estocolmo, que espero sinceramente possa ser aplicado com base no Tratado de Lisboa, se este for finalmente ratificado.

Como não disponho de tempo, vou formular uma única conclusão. Não é pelos nossos receios nem pelos receios dos nossos cidadãos que devemos ser conduzidos. O que nos deve conduzir são, antes de mais, os nossos valores, escorados por análises objectivas dos riscos a que teremos de fazer face. É neste espírito, assim o espero, que redigiremos o programa de Estocolmo e, juntos, o poremos em execução.

Rama Yade, *Presidente em exercício do Conselho*. – (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, minhas Senhoras e meus Senhores, fruto de um trabalho notável, o relatório Catania traça um panorama abrangente da situação dos direitos do Homem na União Europeia. O relatório contém um grande número de recomendações muito úteis, relacionadas quer com aspectos institucionais quer com aspectos práticos dos direitos humanos. Algumas dessas recomendações dizem respeito à Comissão, e a essas deixarei que seja a Comissão a responder.

Vou talvez centrar-me em determinados pontos focados no relatório. Estou a pensar, por exemplo, na Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. A Agência é criticada por ter uma esfera de competências restrita em virtude de estar limitada ao primeiro dos três pilares da União Europeia. Penso que a esse propósito é de recordar, por um lado, que existe uma cláusula relativa à revisão do mandato da Agência, antes de 31 de Dezembro de 2009, a qual permite um eventual alargamento das competências da Agência ao terceiro pilar, sob proposta da Comissão.

Por outro lado, é oferecida a qualquer Instituição europeia ou a qualquer Estado-Membro a possibilidade de beneficiar voluntariamente dos pareceres da Agência, tendo em conta as competências de uns e de outros. Neste contexto, o Conselho solicitou pela primeira vez, em 3 de Setembro, por intermédio da Presidência francesa, o parecer da Agência sobre a proposta de decisão-quadro sobre a utilização dos dados de passageiros pelas forças de segurança dos Estados-Membros, matéria que recai sob a alçada do terceiro pilar da União Europeia.

O Conselho quis assim demonstrar a importância especial que atribui à questão dos direitos do Homem.

Passaria agora à questão dos imigrantes e dos refugiados. No relatório, são feitas numerosas propostas e incorporadas inúmeras medidas no domínio da imigração, e cabe-me apenas recordar que o Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo indica que o Conselho reafirma solenemente que as políticas em matéria de imigração e asilo devem ser conformes com as normas do direito internacional e, em particular, com as atinentes aos direitos do Homem, à dignidade da pessoa humana e aos refugiados.

Gostaria de mencionar um terceiro ponto abordado no relatório, respeitante, desta vez, aos direitos da criança. Como não estar de acordo com as vossas conclusões no que se prende com a condenação de todas as formas de violência sobre os menores, a eliminação do trabalho infantil, a atenção que se impõe prestar às crianças romanichéis, a assistência à infância? Constatamos que o relator sublinha que a detenção de delinquentes menores deve ser apenas uma medida de último recurso e que existem medidas alternativas.

Numerosos outros pontos são focados neste relatório, e não me é possível abordá-los todos. Gostaria, em todo o caso, de concluir com uma nota muito positiva sobre algo com que me regozijo de modo particular e que é o facto de a decisão-quadro relativa à luta contra certas formas e manifestações de racismo e xenofobia por via do direito penal, a que o relatório faz referência, ter sido formalmente adoptada pelo Conselho "Justiça e Assuntos Internos" de 28 de Novembro de 2008, após sete anos de arrastados debates.

Em resposta ao senhor deputado Deprez, começo por lhe agradecer as felicitações endereçadas à Presidência francesa da União Europeia. Pode crer que são palavras que nos tocam de modo muito especial. O Presidente Sarkozy quis demonstrar dessa forma, através da sua actividade, da gestão de uma Presidência que acabou por ser uma presidência da crise, e a ilustrá-lo estão a crise na Geórgia e a crise financeira, que a Europa política está de volta. As vossas felicitações tocam-nos de modo especial, e também nos cabe a nós agradecer-vos, Senhoras e Senhores Deputados, pela cooperação muito estreita que nos uniu durante estes meses da Presidência francesa.

Antes de passar às questões que aqui levantaram, gostaria de começar por dizer duas coisas. A primeira é que sou muito sensível à questão da duplicidade de critérios que aqui foi realçada por alguns de vós. É um facto que nos podemos interrogar sobre se será possível, no fundo, defender os direitos do Homem no exterior, fora das fronteiras da UE, ao mesmo tempo que se presta menos atenção, como por vezes se suspeita ser o caso, à situação dentro das próprias fronteiras da União.

É uma questão muito pertinente e eu própria não cesso de repetir que é preciso ter a nossa própria casa em ordem para reforçar, fora da UE, a nossa credibilidade em matéria de direitos humanos. Além disso, a nossa abordagem no domínio dos direitos humanos deve ser caracterizada pela sua audácia, sim, mas também pela sua modéstia. Só tendo em consideração a indivisibilidade dos direitos do Homem é que teremos mais probabilidades de sermos escutados no exterior.

Alguns de vós falaram também sobre a atribuição do Prémio Sakharov a Hu Jia, com o que naturalmente muito me regozijo. Saúdo a distinção conferida a este bloguer chinês, que tem o apoio do Parlamento Europeu. É uma decisão excelente, em minha opinião. Eu própria estive muito envolvida na causa da defesa de Hu Jia, e faço votos de que este prémio Sakharov permita fazer avançar as coisas em matéria de direitos humanos, nomeadamente na China.

Gostaria, Senhor Deputado Deprez, de retomar as questões que aqui levantou e começaria talvez por lhe dizer que, ao longo deste ano, o Conselho se empenhou em cooperar de muito perto com o Parlamento Europeu, como há pouco referi. Foi desenvolvido um diálogo muito rico com o Parlamento Europeu, e concretamente com a sua Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, sobre os textos legislativos que poderiam ou deveriam ser adoptados prioritariamente, tendo em conta o calendário institucional.

A Presidência insistiu muito com os Estados-Membros para que procedessem às ratificações, o que permitiu uma aceleração dos trabalhos a nível dos parlamentos nacionais e a adopção de inúmeros textos, alguns deles essenciais.

Até ao final da actual legislatura, contamos com a conclusão satisfatória de importantes textos legislativos, como o relativo à comunitarização da Europol e o mandado europeu de obtenção de provas. No seu conjunto, estes documentos deveriam permitir fazer uma avaliação não despidiêda da actividade da União Europeia nestes domínios.

Terão podido verificar, também, que a Presidência levou a efeito ou fez avançar consideravelmente numerosas iniciativas que o vosso Parlamento havia incluído entre as suas prioridades.

No que respeita, concretamente, ao terceiro pilar, a Presidência empenhou-se em fazer funcionar plenamente a co-decisão nos domínios da imigração e da justiça ou da justiça civil. E, como sabem, no plano das negociações com países terceiros, defendeu a ideia de que uma futura negociação sobre o intercâmbio de dados com os Estados Unidos deve forçosamente incluir a participação do Parlamento Europeu, o que não foi tarefa fácil.

Trata-se de progressos importantes nestas matérias, mas que poderiam ser ainda mais significativos se o método comunitário se aplicasse aos sectores no domínio da liberdade, segurança e justiça que relevam do terceiro pilar.

A protecção dos direitos fundamentais no que é precisamente um espaço europeu de liberdade, de segurança e de justiça é, com efeito, um desafio permanente e, tal como vós, creio que é concretamente através da protecção dos direitos fundamentais que os desenvolvimentos no domínio da justiça, da liberdade e da segurança devem ser interpretados.

Obviamente que não posso senão confirmar a vontade do Conselho de trabalhar neste sentido, e podemos assinalar o nosso acordo em relação à maior parte dos pontos por vós levantados, tendo sempre presente o nosso contexto institucional.

No que respeita ao relançamento da proposta relativa à protecção dos direitos processuais no âmbito dos processos penais, deverá ser debatido no próximo ano um plano de acção relativo à protecção das pessoas no quadro de processos penais, e proceder-se-á a uma avaliação do mandado de detenção europeu, por forma a assegurar uma aplicação coerente da decisão-quadro. Além disso, o Tratado de Lisboa, se entrar em vigor, conferirá um novo impulso a este processo, não apenas ao tornar vinculativa a Carta dos Direitos Fundamentais mas também graças aos desenvolvimentos institucionais que o novo Tratado proporcionará no domínio da liberdade, segurança e justiça.

Poderíamos aqui abordar muitos outros assuntos focados no relatório e suscitados pelos deputados europeus ao longo dos últimos meses. Penso que, também neste aspecto, poderemos continuar a desenvolver as questões após o debate. Antes disso, deixarei talvez o Senhor Comissário Barrot – é a mim que compete dizê-lo, Senhora Presidente? – tomar a palavra.

Jacques Barrot, *Vice-Presidente da Comissão*. – (FR) Senhora Presidente, gostaria de saudar com muita amizade a senhora Ministra, Sra. Rama Yade, e de agradecer, também eu, ao relator, senhor deputado Catania, e bem assim à comissão – mas já lá irei, Senhor Presidente Deprez.

O relatório que haveis apresentado é minucioso e rico, como referiu a Presidência. Senhor Deputado Catania, os direitos fundamentais estão no cerne da integração europeia e a Comissão está obviamente empenhada em promover o rigoroso respeito destes direitos na prática.

O senhor deputado sublinha, no seu relatório, que ainda há importantes progressos a fazer neste domínio pelos Estados-Membros e as instituições. É verdade que temos de fazer mais para promover e aplicar os direitos fundamentais na União. A União tem de ser exemplar, não apenas para assegurar a credibilidade da sua política externa mas também para estabelecer uma confiança mútua entre os Estados-Membros, essa confiança que é indispensável para fazer funcionar um verdadeiro espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

O vosso relatório faz recomendações importantes, e concordamos com o relator em que é vital reforçar o controlo da conformidade das propostas legislativas decorrentes da Carta, melhorar as condições de acolhimento dos imigrantes e dos requerentes de asilo, assegurar que a luta contra o terrorismo se processe no pleno respeito dos direitos fundamentais, redobrar esforços na luta contra a discriminação, melhorar a situação dos romanichéis em toda a União Europeia e, acrescentaria, estabelecer com o Conselho da Europa uma cooperação mais estreita. Tenho a intenção firme de me empenhar pessoalmente nesta tarefa.

As recomendações e as críticas legítimas não devem, contudo, esconder os progressos reais que a Comissão e a União Europeia realizaram em prol dos direitos fundamentais, como a senhora Ministra Yade acaba de referir, e que incluem a recente adopção pelo Conselho da decisão-quadro sobre o racismo e a xenofobia e a adopção da decisão-quadro sobre a protecção dos dados no âmbito do terceiro pilar, ainda que se considere isto uma mera primeira etapa.

A Comissão acaba de propor nova legislação sobre o direito de asilo, inspirada pela vontade de promover um elevado nível de protecção. Chamei a atenção dos Estados-Membros para a obrigação de respeitar os direitos fundamentais quando da transposição da directiva sobre o retorno de imigrantes ilegais, e velarei por que o façam.

A nova proposta de directiva em matéria de não discriminação fora do local de trabalho vem completar o nosso arsenal legislativo. A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, um domínio em que a União Europeia se esforçou por assumir a dianteira, foi objecto de uma proposta da Comissão que visa melhorar a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional através do aumento do período mínimo de licença de maternidade.

Claro está, Senhoras e Senhores Deputados, que devemos velar por incluir os direitos fundamentais nos nossos textos legislativos, mas devemos também verificar como é que esses direitos são aplicados na prática. Trata-se de uma tarefa muito importante e, para a executar devidamente, haverá que implementar uma verdadeira estratégia de respeito dos direitos fundamentais no interior da União Europeia. O futuro programa plurianual, o programa de Estocolmo, deverá, a meu ver, incluir uma comunicação que defina esta política de respeito pelos direitos fundamentais na União e explique claramente as possibilidades e os limites da acção da Comissão neste domínio.

Temos de tornar os direitos fundamentais tão práticos quanto possível. De nada serve estar sempre a inventar novas leis. A meu ver, o quadro regulamentar de base já existe: a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a Carta dos Direitos Fundamentais. Dispomos agora de informação fornecida pelo Conselho da Europa sobre a violação dos direitos fundamentais.

Por último, como haveis salientado, dispomos agora de um instrumento – a Agência dos Direitos Fundamentais – cuja esfera de competências será objecto de uma cláusula de revisão no próximo ano, como a senhora Ministra recordou. É incontestável que devemos utilizar a fundo estes instrumentos.

Em primeiro lugar – vou procurar resumir –, a União deve ser irrepreensível no que toca à sua actividade legislativa. Há que garantir um controlo sistemático e rigoroso da compatibilidade da legislação europeia com a Carta dos Direitos Fundamentais.

A Comissão definiu, em 2005, um método para verificar a conformidade das propostas, e impõe-se reforçar ainda mais a aplicação, a utilização deste método. Importa verdadeiramente termos presente o respeito dos direitos fundamentais ao longo de todo o nosso processo legislativo.

E depois, já se vê, há que intervir junto dos Estados-Membros quando é necessário. Tenciono, neste futuro programa de Estocolmo, explicar claramente a política de intervenção da Comissão. Podemos intervir de duas maneiras no quadro das competências previstas no Tratado.

Em primeiro lugar, quando a aplicação de legislação comunitária num Estado-Membro cria um problema de direitos fundamentais, a Comissão deve, normalmente, desempenhar o seu papel de guardião dos Tratados, inclusive por meio de processos por infracção. Teremos de verificar e, obviamente, enumerar as situações em que essa violação dos direitos fundamentais exige concretamente o procedimento por infracção. Serei particularmente vigilante no que se prende com o respeito dos direitos fundamentais, sobretudo os direitos da criança, quando da aplicação pelos Estados-Membros – já o referi – da Directiva "Retorno". Intervim no projecto de recolha de impressões digitais nos campos de nómadas em Itália para recordar a necessidade de respeitar o direito comunitário e os direitos fundamentais, nomeadamente as regras em matéria de protecção dos dados pessoais.

Há também situações em que ultrapassamos as competências comunitárias. Trata-se de medidas políticas que podem revelar-se necessárias em determinadas circunstâncias, quando não temos a possibilidade de recorrer a mecanismos nacionais.

No que respeita à questão das detenções secretas pela CIA, a Comissão interveio junto da Polónia e da Roménia, em diversas ocasiões, para insistir na necessidade de levar a cabo investigações. A Polónia respondeu informando a Comissão da abertura de uma investigação criminal. O Senado romeno levou a cabo uma

investigação, a qual deverá ser complementada por forma a ter em consideração o segundo relatório do Conselho da Europa.

Senhor Deputado Catania, sei que, no seu relatório, o senhor remete para o famigerado artigo 7.º, que é de certo modo como a dissuasão nuclear, e se questiona por que razão o não utilizámos. Tive ocasião de o utilizar como ameaça. O facto é que, quando fiz ver à Bulgária que havia realmente que reconsiderar aquele prémio de jornalismo atribuído a um jornalista conhecido pelas suas observações mesquinhas contra os Romanichéis, o prémio acabou por lhe ser retirado. Mas também é verdade, porém, que temos de reflectir sobre esta utilização do artigo 7.º.

Em seguida, já se vê, temos de procurar fazer avançar os direitos humanos, concretamente, em certos domínios-chave para o espaço de vida comum. Os direitos da criança, por exemplo, interpelam todas as políticas da União, no seu conjunto. Mas são simultaneamente um domínio em que podemos fazer avanços concretos. Recordo-vos que, no âmbito da política europeia de asilo, afirmámos que não havia a possibilidade de deter menores não acompanhados. De um modo geral, temos insistido em que os menores sejam objecto de uma atenção especial.

No caso da reforma de Dublin II, insistimos na exigência do reagrupamento familiar. Agradeço igualmente à Presidência francesa por nos ter incitado a instituir o mecanismo de alerta rápido, indispensável para prevenir os raptos de crianças. Em seguida, em Março de 2009, irei propor a revisão de uma decisão-quadro sobre a luta contra a exploração sexual de menores, a pornografia infantil e a luta contra o tráfico de seres humanos.

No plano da protecção dos dados pessoais, precisamos de uma estratégia global e renovada que deverá passar pela revisão da Directiva 95/46/CE, com base numa avaliação à luz dos desenvolvimentos tecnológicos.

Já me pronunciei sobre o direito de asilo. Tratando-se da luta contra o racismo e a xenofobia, evidentemente que, agora que temos um texto legislativo – agradeço à Presidência francesa o facto de nos ter permitido, finalmente, dispor deste documento –, teremos de recorrer a ele e evitar que a crise económica não se traduza em mais xenofobia e mais racismo, sobretudo por parte de alguns líderes de opinião. Teremos de velar por que os direitos fundamentais sejam verdadeiramente respeitados em todos os domínios associados à luta antiterrorista. A comunicação sobre o racismo e a xenofobia poderá definir formas de reforçar a eficácia da acção neste domínio.

Por último, a Comissão deverá apresentar em 2010 um relatório sobre os crimes totalitários. O objectivo é promover uma cultura de reconciliação específica à União Europeia, uma cultura baseada no reconhecimento dos crimes e das vítimas, a fim de pôr termo às clivagens que existem entre os novos Estados-Membros e os antigos Estados-Membros, que nem sempre estão suficientemente sensibilizados sobre a história trágica dos primeiros. Trata-se de uma vasta acção, uma estratégia que deverá contribuir em larga medida para que os princípios que a União Europeia defende sejam aplicados na prática.

Quero dizer ao senhor deputado Catania que iremos obviamente buscar ao seu relatório toda uma série de ideias para enriquecer o programa de Estocolmo.

Passo agora à pergunta colocada pelo presidente Deprez. Quero agradecer-lhe e dizer-lhe – dirijo-me igualmente aos membros da sua comissão – que, para mim, enquanto Comissário responsável pela liberdade, segurança e justiça, é uma ajuda e uma sorte contar com uma comissão parlamentar que é exigente mas também extremamente atenta e empenhada em todos estes problemas difíceis, onde é preciso encontrar o justo equilíbrio entre a necessidade de segurança, obviamente legítima, e a possibilidade de as liberdades e a justiça realizarem plenamente o seu potencial.

É um facto que se registaram progressos na construção de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça. Todavia, estamos agora – após Tampere, após a Haia – encarregados de redigir este programa plurianual dito “de Estocolmo” e, por enquanto, em minha opinião, é demasiado cedo para formular ideias precisas sobre o conteúdo do próximo programa plurianual. Limitar-me-ei a focar um ou dois pontos, e desde já peço desculpa se me alongar um pouco.

Em primeiro lugar, o respeito efectivo dos direitos fundamentais na União deve tornar-se um princípio enformador do programa plurianual no seu conjunto.

Em segundo lugar, a pessoa humana deve estar no centro da nossa acção, quer se trate de um cidadão europeu ou de um nacional de um país terceiro que reside no nosso território. Precisamos de construir uma Europa de resultados em benefício das pessoas. Esta Europa passa pela defesa dos seus direitos, pela sua segurança

e protecção, sobretudo dos mais vulneráveis, como as vítimas, e também por garantias de um melhor acesso à justiça.

Quero agradecer à Sra. Rama Yade o facto de ter levantado a questão dos direitos processuais. Trata-se, em minha opinião, de um texto legislativo muito importante. Estou ciente de que haverá que superar alguma relutância mas, se queremos realmente ter o reconhecimento mútuo das decisões judiciais, é essencial assegurarmos que a justiça seja prestada em toda a União Europeia com um determinado número de garantias processuais. Isto é absolutamente crucial.

O espaço judicial europeu deve naturalmente também simplificar as relações comerciais e a livre circulação dos cidadãos, mas devemos ter sempre presente que temos de lutar contra a criminalidade e o terrorismo na observância das normas de direito. O modelo europeu de justiça afirmar-se-á pelo equilíbrio e a coerência, através de um esforço para aumentar a confiança e o reconhecimento mútuo.

Em terceiro lugar, a dimensão externa do espaço de liberdade, de segurança e de justiça. Esta dimensão externa deve ser integrada com a dimensão interna e ser complementar a esta. Não podemos combater o tráfico de seres humanos sem atacar os fenómenos que lhe estão associados em países que frequentemente são o ponto de partida desse tráfico. E, depois, toda a política de imigração, de gestão concertada dos fluxos migratórios, se insere nesta ideia de ligar a dimensão externa e a dimensão interna.

A Comissão tenciona apresentar, em Maio de 2009, uma comunicação sobre as futuras prioridades neste domínio. Na sequência dessa comunicação, haverá um debate político em torno da adopção do terceiro programa plurianual, prevista para o final de 2009. Cumpro, porém, sublinhar – como já esta manhã o fiz perante os coordenadores da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos – que precisamos verdadeiramente do apoio do Parlamento Europeu na elaboração desse programa plurianual. Sei que poderemos contar com as vossas sugestões e as vossas propostas.

É um facto que o espaço de liberdade, de segurança e de justiça registou progressos, mas também é verdade que nos encontramos no dealbar, por assim dizer, de uma verdadeira comunidade judicial onde as pessoas possam circular à vontade, no interior do espaço europeu, e, ao mesmo tempo, ter os seus direitos assegurados, independentemente do Estado-Membro em que se encontrem. Isto é muito importante, se queremos realmente que o conceito de cidadania europeia tenha expressão prática na vida dos cidadãos europeus.

Ainda há muito trabalho a fazer nesta que é uma missão apaixonante, e eu quero agradecer novamente ao Parlamento Europeu, e em especial à Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, toda a ajuda que, com tanto entusiasmo e convicção, nos concedem.

Ignasi Guardans Cambó, *relator de parecer da Comissão da Cultura e da Educação*. – (ES) Senhora Presidente, irei utilizar o tempo que me é concedido para falar em nome do meu grupo parlamentar, e o tempo que correspondia à minha colega Viktória Mohácsi para falar em nome da Comissão da Cultura e da Educação.

Gostaria seguramente de começar por felicitar o relator pelo excelente trabalho que realizou e pelos esforços que envidou – e que eu tive ocasião de testemunhar em primeira mão – no sentido de chegar a um consenso com os demais grupos políticos sobre o conteúdo daquele que é agora o seu relatório.

Partilho inteiramente o empenho do relator na defesa dos direitos humanos e a sua vontade de ir um pouco mais longe. É verdade: subscrevo por inteiro o que ele disse na sua intervenção, nomeadamente que, na Europa, chegamos por vezes ao paradoxo de defender e atacar a situação dos direitos humanos em qualquer ponto do mundo, ignorando contudo certas práticas discriminatórias inaceitáveis nos nossos próprios países, pois por vezes não dispomos dos instrumentos adequados para lutar nessas situações.

Isso é algo que tem realmente de ser denunciado, e é este Parlamento quem tem legitimidade para o fazer.

O relator é testemunha de que tivemos alguns debates sobre a questão de saber se este relatório deveria ou não incluir outros problemas sociais dentro da nossa sociedade que vão para além dos direitos humanos.

Creio que, em alguns dos seus pontos, o presente relatório peca um pouco – e as suas versões anteriores ainda mais, obviamente – pelo esforço excessivo que faz para resolver todos os problemas, não só os relacionados com os direitos humanos, mas todos os problemas sociais que actualmente existem na Europa.

Isso pode por vezes enfraquecer as nossas acções. Os problemas que vão desde a falta de habitação até aos empregos para as pessoas mais idosas precisam sem dúvida de ser abordados, mas não estou de todo convencido de que tenham de ser abordados no mesmo pacote ou na mesma lista que a defesa dos direitos fundamentais.

É certo, porém, que temos problemas graves dentro das nossas próprias fronteiras: problemas que afectam indivíduos, em particular, e problemas que afectam grupos. Grupos sociais que são por vezes menosprezados ou discriminados em razão de género, orientação sexual, origem étnica, religião, etc. Estes problemas têm de ser realçados e precisam de ser abordados de uma forma global. Claro está que este trabalho foi feito em cooperação com o Conselho da Europa, e parece-me muito oportuna a referência que é feita a esta grande instituição.

Neste tocante, a Comissão da Cultura e da Educação fez uma referência muito específica a um desses problemas, que eu gostaria de destacar aqui em nome da minha colega Viktória Mohácsi, que se encarregou deste tema na Comissão da Cultura. Trata-se da discriminação contra as crianças de etnia romanichel na área da educação.

O relatório em geral aborda muito bem os problemas que afectam as crianças em diversos domínios, e muito especialmente o problema da discriminação contra as crianças de etnia romanichel, assim como a necessidade de envolver os meios de comunicação – como já aqui foi dito, e as entidades interessadas – as ONG, as associações sociais – nesta luta contra a discriminação.

O relatório contém uma grande abundância de material instrutivo, e a sociedade tem de ser informada dos valores aqui implicados. Os meios de comunicação, por um lado, e todo o sector da educação, por outro, têm uma enorme responsabilidade neste domínio.

Kinga Gál, em nome do Grupo PPE-DE. – (HU) É difícil o Parlamento Europeu adoptar uma decisão abrangente relativamente à situação dos direitos fundamentais na União Europeia, uma vez que são precisamente esses direitos fundamentais que devem ser menos sujeitos a parcialidades partidárias e políticas e que, em vez disso, devem basear-se em factos e dados independentes, livres de quaisquer hipocrisias. Portanto, o facto de termos estabelecido a Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais no período em análise é uma mensagem importante da parte do Parlamento e, é claro, da nossa parte. Talvez seja essa a entidade que se vai ocupar desta tarefa nos próximos anos. Ao mesmo tempo, o tipo de mensagem que a Europa envia aos seus cidadãos em relação aos direitos fundamentais é, obviamente, muito importante. Como responde a Europa a estes problemas? Estará, de facto, a enfrentar os verdadeiros problemas que se deparam a muitas pessoas?

As 240 alterações propostas ao projecto de relatório apontam também para a natureza multifacetada de certas questões problemáticas e controversas. Alguns textos mais aceitáveis foram elaborados com êxito a partir do relatório original, muito polémico, graças ao relator e aos relatores-sombra. Isto não significa que não subsistam diferenças, em termos de princípios, entre os grupos políticos, tal como há certamente grandes diferenças nos parágrafos polémicos, reflectindo princípios e, em muitos casos, atitudes emocionais, muitos destes da competência dos Estados-Membros. Afinal, a metade ocidental da Europa quase sempre considera que a fruição dos direitos fundamentais implica a fruição da não discriminação, quer esta tenha a ver com as inúmeras minorias imigrantes, quer com razões de origem étnica ou de orientação sexual. Ao mesmo tempo, nos novos Estados-Membros, ainda não estamos na fase de falar do desejo de poder gozar dos nossos direitos fundamentais. Em muitos casos, ainda tememos pelas nossas liberdades fundamentais e, no que toca a minorias, estamos a falar de milhões de minorias autóctones cujos direitos fundamentais continuam a ser violados nos novos Estados-Membros. É importante que este relatório aborde também estes aspectos. Simultaneamente, há várias frases que continuam abertas a debate e sobre as quais não há consenso que o Partido Popular Europeu considera inaceitáveis. Não esqueçamos, no entanto, o seguinte: na prática, a protecção dos nossos direitos fundamentais pode variar de um indivíduo para outro. O aspecto mais importante da abordagem deste assunto é o respeito mútuo. É algo que pode ser útil na situação presente.

Martine Roure, em nome do Grupo PSE. – (FR) Senhora Presidente, Senhora Ministra, Senhor Comissário, todos sabemos que a protecção dos direitos fundamentais constitui a pedra angular da concretização do espaço de liberdade, de segurança e de justiça. A União Europeia visa alcançar excelentes resultados neste domínio e, como tal, dotou-se de legislação europeia de luta contra as diversas formas de discriminação. Contudo, embora sejamos céleres na denúncia das violações dos direitos humanos por esse mundo fora, precisamos de, antes de mais, arrumar a nossa própria casa, como a senhora Ministra salientou. Esta a razão por que apelamos, agora, a uma política activa de luta contra todas as formas de discriminação e que garanta o respeito da dignidade humana, nomeadamente nas prisões, visto que a humanidade acaba frequentemente à porta destas.

De notar, por outro lado, que, nestes momentos de crise, os governos parecem finalmente descobrir aqueles cidadãos europeus que vivem na pobreza e na precariedade, mesmo tendo trabalho. A pobreza extrema e a

exclusão social constituem uma violação dos direitos fundamentais no seu todo. Devemos combater as injustiças com que se debatem as pessoas em situação de pobreza extrema e os trabalhadores pobres.

A Europa deve reafirmar que todos os direitos fundamentais, incluindo os direitos sociais, são indivisíveis. Com efeito, como podem as pessoas exercer a sua liberdade de expressão se não têm acesso a habitação, se vivem na rua ou se não têm acesso aos cuidados de saúde? Devemos escutar o que estas pessoas têm a dizer, e garantir a cada uma delas o conjunto dos direitos fundamentais consagrados na Carta: o direito a uma vida digna, a cuidados de saúde de qualidade, a uma habitação decente, ao acesso aos serviços de interesse geral, a um rendimento mínimo.

A terminar, e se me permitem, gostaria de repetir as palavras do Padre Joseph Wresinski, fundador do Movimento ATD Quarto Mundo: "Onde os homens estão condenados a viver na miséria, os direitos humanos são violados. Unirmo-nos para os fazer respeitar é um dever sagrado".

Alexander Alvaro, em nome do Grupo ALDE. – (DE) Senhora Presidente; Senhora Presidente em exercício do Conselho; Senhor Vice-Presidente da Comissão; hoje comemoramos o 20.º aniversário do Prémio Sakharov e, a semana passada, assinalou-se o 60.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos – e esses dois eventos revestem-se hoje de uma relevância sem precedentes. Temos de intensificar os esforços que estamos a desenvolver no sentido de garantir os direitos humanos e fundamentais, não só na Europa como também à escala mundial.

Senhora Yade, tenho o maior respeito por V. Ex.^a pelo facto de ter a coragem de criticar aqui as relações do próprio Governo de que é membro com a Líbia. É um gesto que nem toda a gente teria a ousadia de fazer, e creio que se trata daquilo a que se chama «começar por pôr a própria casa em ordem».

Em 2004, o Parlamento Europeu recebeu a garantia de que iria haver um grupo de Comissários que teria a seu cargo os direitos fundamentais. Receio que ainda estejamos para receber um relatório sobre essa matéria; e, infelizmente, assistimos a violações da liberdade de circulação na Itália, da liberdade de expressão nos Estados-Membros, e do direito à reserva da intimidade da vida privada, entre outros, no Reino Unido.

Os direitos fundamentais são como os músculos: quando não são exercitados, atrofiam. Ajudem-nos agora a exercitar esse músculo, para que sejamos capazes de redescobrir uma base para uma coexistência decente nas nossas sociedades no futuro, também.

Tatjana Ždanoka, em nome do Grupo Verts/ALE. – (EN) Senhora Presidente, antes de mais, gostaria de agradecer ao relator, o senhor deputado Catania, os seus esforços árduos com vista a ter em conta as alterações apresentadas pelos grupos políticos. Era uma tarefa muito ambiciosa, e espero que o relatório sobre os direitos fundamentais na UE seja, finalmente, aprovado.

Para o futuro, o meu Grupo considera que o nosso objectivo, ao elaborar este tipo de relatórios, não deverá cingir-se à enumeração dos problemas, mas também denunciar os Estados-Membros em que ocorram violações de determinados direitos fundamentais. Para esse efeito, foi assinada uma carta pelos co-presidentes do Grupo dos Verdes, enviada recentemente ao Presidente do Parlamento. Evidentemente, podemos todos adivinhar qual é o Estado-Membro em causa quando é referida a violação de um ou outro direito fundamental, porém, acreditamos que os Europeus devem agora ficar a saber com toda a certeza quem é que ignora os nosso princípio crucial de respeito pelos direitos fundamentais.

No que se refere ao texto, lamento profundamente que alguns dos meus colegas tenham descurado o facto de não estarem apenas em causa os direitos civis e políticos. Na minha opinião, são igualmente importantes os direitos económicos, sociais e culturais.

Foi incluída uma série de propostas do Grupo dos Verdes no texto final. Trata-se das seguintes propostas: a protecção da privacidade na luta contra o terrorismo; a necessidade de ratificação da Convenção-Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais e a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias; e a proibição da discriminação dos apátridas. Exortamos igualmente os Estados-Membros a ratificarem a convenção das Nações Unidas sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e a permitirem que o Comité para a Eliminação da Discriminação das Nações Unidas analise os diferentes casos.

No meu país, a Letónia, mais de 350 000 dos chamados não-cidadãos, muitos dos quais nasceram no país, não podem votar nas eleições locais. Infelizmente, este problema não é abordado no relatório, devido ao princípio que impede que sejam identificados os Estados-Membros, contudo, gostaria de salientar que recusar aos residentes de longo prazo o direito de participarem na vida política ao nível local ameaça a integração social e política. Por conseguinte, conceder o direito de voto a essas pessoas é absolutamente essencial.

Konrad Szymański *em nome do Grupo UEN.* – (PL) Senhora Presidente, tenho fortes objecções a, pelo menos, duas questões levantadas neste relatório. A primeira prende-se com a questão da orientação sexual e a segunda diz respeito aos chamados direitos em matéria de reprodução.

As propostas que visam permitir o acesso universal ao aborto e reconhecer os chamados casamentos gay em todos os Estados-Membros da União Europeia nada têm que ver com os direitos fundamentais. Não há documento internacional que apoie esta interpretação do direito ao matrimónio. Para além disso, não existe uma base jurídica para estas propostas no próprio ordenamento jurídico comunitário. Ao tentar constantemente introduzir estas questões na lista dos direitos fundamentais, a Esquerda europeia quer familiarizar-nos com estes conceitos. No entanto, gostaria de vos assegurar que nunca daremos o nosso consentimento.

Quero ainda perguntar aos representantes da Comissão Europeia se a Comissão de facto tenciona apresentar uma proposta de directiva sobre o combate à homofobia e que disposições esta directiva poderá eventualmente conter? Considerará a Comissão que existe uma base jurídica para elaborar uma proposta de directiva relativa ao mútuo reconhecimento do estatuto de casal entre pessoas do mesmo sexo em todos os Estados-Membros da União Europeia? Terá a Comissão esses planos? Visará a proposta de directiva relativa à discriminação fora do local de trabalho introduzir, pela porta do cavalo, o reconhecimento dos chamados casamentos gay nos Estados-Membros da União Europeia? Insisto numa resposta específica e abrangente a estas difíceis questões jurídicas.

Miguel Portas, *em nome do Grupo GUE/NGL.* – A Europa costuma analisar à lupa os direitos humanos nos quatro cantos do mundo – e faz bem – e é por isso que hoje mesmo celebrámos vinte anos de Prémio Shkarov. Faz bem, mas não chega, e é este o principal mérito do relatório Catania, é que ele olha para o estado do cumprimento dos direitos fundamentais na nossa própria terra. Na verdade, é um programa político para a Comissão e para o Conselho, para hoje e para os próximos anos, até porque do cumprimento dos direitos fundamentais depende a autoridade com que falamos deles para fora.

Dou-vos um exemplo sobre uma questão concreta que é importante. É inaceitável que vários governos actualmente se recusem a receber detidos de Guantanamo sem culpa formada. O meu Governo, pelo contrário, decidiu recebê-los, e saúdo-o por isso, mas disse que o faria para ajudar a administração norte-americana, e é neste argumento que reside o problema. É que também foi para ajudar Washington que vários governos aceitaram os voos ilegais. Nós devemos aceitar detidos sem culpa formada se e quando estes o requererem, não para ajudar um estado a resolver o problema que criou.

Georgios Georgiou, *em nome do Grupo IND/DEM.* – (EL) Senhor Presidente, o debate internacional sobre direitos humanos é muito útil. Devo, portanto, louvar o relator, Giusto Catania, pela sua sensibilidade e insistência relativamente à protecção dos direitos humanos também dentro da Europa. Aproveitaria, porém, a oportunidade para chamar a atenção do Parlamento para um elemento novo que já não se prende apenas com minorias, com violações dos direitos humanos em termos gerais, com refugiados económicos ou políticos, com subgrupos europeus, com minorias religiosas, com homossexuais, mas que afecta os próprios europeus que, devido à perturbação que se prevê na esteira da crise económica internacional, ficarão divididos em categorias que precisam que os seus direitos humanos sejam protegidos.

Receio que venhamos a deparar com o fenómeno de grupos de europeus que perderão o estatuto de que gozam actualmente em consequência do desemprego e de protecção social reduzida, grupos que talvez sejam levados a participar em manifestações e acções de protesto, que talvez venham a pôr em risco as economias e as políticas económicas em todo o continente europeu. Tais grupos deviam, sem tardar, ser alvo de medidas de protecção por parte da União Europeia, e continuo a referir-me ao domínio dos direitos humanos. Os tristes acontecimentos que recentemente se verificaram na Grécia afectam, obviamente, uma Europa que, desta vez, não pode dar-se ao luxo de se preocupar com os direitos dos estrangeiros e das minorias e que se vê forçada a intervir nos grandes problemas dos cidadãos europeus que correm o risco de ficar numa situação pior, em termos de direitos, do que aqueles que acolhe no seu seio. Sem se fazer anunciar, chegou, infelizmente, a altura de a Europa ter de se debruçar sobre os novos problemas dos direitos humanos que afectam os cidadãos europeus.

Koenraad Dillen (NI). – (NL) Senhora Presidente, não se deve falar em corda em casa de enforcado. Uma vez mais, o relatório da União Europeia sobre os direitos humanos está repleto de auto-elogios sobre a preocupação da Europa pelas violações dos direitos humanos em qualquer parte do mundo em que sejam cometidas. No entanto, a verdade é que a indignação selectiva e hipócrita está subjacente, com demasiada frequência, à política dos direitos humanos da UE.

Em particular, como já foi dito, inclusivamente pelos colegas das bancadas da esquerda, não deveria o Parlamento Europeu dar-se primeiro ao trabalho de pôr ordem na sua própria casa? Afinal, ainda não há dois meses, este Parlamento violou a liberdade de expressão na sua própria casa, liberdade que tenta defender tão energicamente em todos os cantos do mundo, da Antártica à floresta tropical amazónica e de Abu Ghraib a Harare.

O meu colega, Frank Vanhecke, que é o editor responsável por uma publicação na Flandres, e é perseguido pelo Governo belga e pelos seus juízes nomeados por critérios políticos, devido a um delito relacionado com uma opinião, não teve oportunidade de se defender neste Parlamento, quando esta instituição se decidiu, no mês passado, retirar a sua imunidade política. Por outro lado, hoje, o dia em que comemoramos o Prémio Sakharov, o filme *Fitna*, de Geert Wilders, que recebeu ameaças de morte por parte de fanáticos islâmicos nos Países Baixos, é proibido neste Parlamento Europeu por ordem da Conferência dos Presidentes. Viva a liberdade de expressão e de opinião! Pelos vistos, não neste Parlamento.

Stefano Zappalà (PPE-DE). - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o relatório Catania constitui, sem dúvida, uma etapa importante na vida da União Europeia, na medida em que confirma a situação existente no seu seio.

Não há dúvida de que a forte pressão migratória a que a UE tem estado sujeita desde há vários anos, juntamente com as profundas mudanças internas em curso, criaram, e continuam a criar, muitos problemas para os Estados-Membros e para os cidadãos europeus e não europeus. Também não há dúvida de que a União Europeia tem deveres precisos como o de controlar a situação no mais profundo respeito possível pelos direitos humanos, mas também respeitando e protegendo os seus próprios cidadãos e os sistemas organizativos nacionais.

Todavia, deste relatório tão longo e exaustivo parece emergir uma crítica geral aos Estados-Membros por violações existentes nos seus territórios e, portanto, sob seu controlo. Em várias partes do relatório emerge uma visão da Europa que, na minha opinião, não corresponde à realidade, sugerindo, inclusive – obviamente, quanto a mim, de um modo não deliberado por parte do relator –, que se privilegiam aqueles que, por vezes, não respeitam as regras, em lugar de se privilegiarem aqueles que as respeitam ou garantem que elas sejam respeitadas.

Globalmente, embora estando de acordo com algumas partes do relatório, considero que outras deveriam ser reformuladas, no interesse geral. Finalmente, Senhora Presidente, permita que expresse a minha solidariedade pessoal para com o Vaticano relativamente aos ataques que lhe foram feitos durante o debate nesta Assembleia.

Jan Marinus Wiersma (PSE). - (NL) Senhora Presidente, voltamos hoje a proceder a um importante debate sobre o tema da promoção dos direitos humanos, dando o tom para a posição e o papel do Parlamento Europeu e da União Europeia. Determina ainda, até certa medida, quem somos. Como europeus, atribuímos um grande valor ao respeito dos direitos universais e irrevogáveis de cada indivíduo, em qualquer parte do mundo. Enquanto os nossos valores comuns, a igualdade de oportunidades e o respeito pelos direitos fundamentais constituem uma parte integrante dos Tratados europeus e os valores em que assenta a União Europeia, já é muito menos óbvio que nos critiquemos a nós próprios quando as coisas correm mal. O relatório em apreço, do senhor deputado Catania, chama a atenção para este aspecto, e gostaria de felicitar o relator e todos aqueles que contribuíram para esta abordagem.

Gostaria de perguntar ao Senhor Comissário o que pensa da ideia de que, na União Europeia, é preciso reconsiderar se não seria possível elaborar mais adequadamente regras para pedir responsabilidades em relação às questões que consideramos que estão relacionadas com os direitos humanos.

Desejo centrar-me num aspecto particular do relatório: a situação dos Roma na União Europeia. Os Roma não são só a comunidade mais discriminada na Europa, como também uma minoria transnacional presente em muitos países. Na sequência do surto de violência contra os Roma em Itália, há já mais de um ano, constatamos claramente as deficiências das competências estritamente nacionais para garantir o respeito dos direitos desta comunidade.

A responsabilidade de zelar pelos cidadãos recai, em primeiro lugar, naturalmente, sobre os Estados-Membros, mas cada Estado-Membro deve fazê-lo dentro dos limites estabelecidos pelos Tratados europeus e internacionais. Todavia, com demasiada frequência, somos obrigados a constatar que os Estados-Membros recorrem ao que se denomina princípio da não intervenção. Parte-se do princípio de que as questões das minorias se inscrevem nas competências nacionais. Em meu entender, isso já não é aceitável. Como afirmei

já, devemos debater e considerar se podemos alcançar acordos na União Europeia sobre a nossa posição em relação às violações dos direitos humanos na UE e pôr termo a uma política que não ousa que nos critiquemos quando as críticas são merecidas.

Sophia in 't Veld (ALDE). - (NL) Senhora Presidente, em primeiro lugar, desejo agradecer sinceramente à Presidência francesa e felicitá-la pela sua iniciativa no quadro das Nações Unidas no sentido de despenalizar a homossexualidade. Trata-se, em meu entender, de um passo em frente fantástico, porque considero que a discriminação contra as lésbicas, os homossexuais, os bissexuais e os transexuais ainda é uma realidade, inclusivamente na Europa.

Sou de opinião que a Europa devia ser um exemplo em termos da aplicação do princípio de que todas as pessoas são iguais perante a lei. A este respeito, a directiva europeia em matéria de luta contra a discriminação que se encontra actualmente sobre a mesa contempla, em meu entender, demasiadas excepções que se prestam à discriminação. Essas excepções devem ser suprimidas.

No que diz respeito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, gostaria de responder às afirmações feitas pelo orador anterior, senhor deputado Szymański. Penso, muito sinceramente, independentemente do lugar que ocupamos no espectro político, que é uma questão de civilização que o Estado não interfira na escolha privada que cada indivíduo faz sobre o seu companheiro. O Estado não pode proibir relações com base na religião, cor ou orientação sexual. A escolha do companheiro é uma escolha absolutamente individual. Nada tem a ver com o Estado.

Senhora Presidente, gostaria de concluir referindo o tema dos Registos de Identificação dos Passageiros (PNR) que foi suscitado pela Senhora Presidente em exercício do Conselho. Penso que o Parlamento Europeu não está satisfeito com o rumo que o Conselho Europeu está a tomar. Este foi já tema de debates anteriores, e espero que o Conselho esteja disposto, no futuro, a ter em conta as recomendações do Parlamento neste domínio.

PRESIDÊNCIA: MAURO

Vice-presidente

Mario Borghesio (UEN). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o nosso país pode ser correctamente considerado líder na luta contra a discriminação e a perseguição, e, no que respeita à protecção das crianças Roma – questão a que, a meu ver, o relatório Catania dedica muita atenção –, temos, efectivamente, de agradecer ao Ministro do Interior, Roberto Maroni. Através de um levantamento exaustivo da situação das crianças Roma, descobriu uma realidade que talvez já pudesse ter sido detectada antes.

Das crianças Roma destes campos, 50% estão entregues a si próprias, não frequentam a escola e não estão vacinadas. O relatório deveria também salientar a responsabilidade das famílias Roma que, em vez de mandarem as crianças para a escola, as mandam cometer delitos e as mantêm em condições que impedem a sua integração. Por isso considero positiva a acção dos governos que, tal como o Governo italiano, trabalham para que as crianças Roma e as crianças imigrantes sejam integradas, por exemplo, no sistema escolar, prevendo percursos que lhes permitam, através de aulas de apoio, começar a aprender a nossa língua.

Considera-se que o repatriamento não é uma opção nos casos em que é crítica a situação nos países de origem. Mas quais são os países de origem dos imigrantes? São todos países com situações críticas, por isso este aspecto do relatório não tem sentido. Temos de aplicar os princípios da defesa dos direitos humanos com bom senso, com a nacionalidade europeia, e não com base na ideologia daqueles que pretendem dar-nos lições em matéria de defesa dos direitos humanos falando em nome de partidos cujos símbolos incluem a foice e o martelo comunistas. Que bela autoridade!

Eva-Britt Svensson (GUE/NGL). - (SV) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao relator, senhor deputado Catania, não só o relatório que elaborou mas também o seu empenhamento, que é tão forte como nunca, bem como o trabalho que tem desenvolvido relativamente à promoção dos direitos fundamentais. Quando se trata de direitos fundamentais, não pode haver nunca motivos políticos nem culturais que os ponham em causa.

Gostaria de dizer ao senhor deputado Szymański que os direitos fundamentais incluem também, naturalmente, os direitos em matéria de reprodução. Incluem igualmente o direito em matéria de orientação sexual. O que é importante agora é que todas as instituições da UE trabalhem no sentido de assegurar que os direitos fundamentais - a Carta - não sejam simplesmente um conjunto de belas palavras no papel e que sejam

efectivamente adoptadas medidas concretas. Temos de assegurar que os direitos fundamentais sejam respeitados, e isto aplica-se a todos os grupos da sociedade. Obrigado.

Hélène Goudin (IND/DEM). - (SV) Senhor Presidente, nos Estados-Membros e nas instituições da UE, e ainda no mundo ocidental em geral, existem graves problemas de discriminação contra as pessoas homossexuais, bissexuais e transexuais. Em muitos locais do mundo, os problemas são ainda maiores. Nesses locais, as pessoas correm até o risco de ser encarceradas ou executadas devido às suas preferências sexuais. Isto é totalmente inaceitável, claro, e não devia continuar a acontecer em 2008.

Considero que os direitos humanos são universais e não relativos. Não podemos invocar velhos costumes para defender a perseguição de homossexuais, bissexuais e transexuais. Não, os direitos humanos aplicam-se a todas as pessoas do mundo e esses direitos devem ser invioláveis. Todas as pessoas que se dizem democráticas devem assumir a sua responsabilidade e combater a intolerância em todas as situações.

É alarmante constatar que muitos deputados deste Parlamento têm opiniões hostis sobre os homossexuais. Isto tornou-se especialmente evidente nos dias que precederam e que se seguiram à exposição que organizei em Bruxelas na semana passada. Fiquei absolutamente estarecada quando li os comentários, mas, infelizmente, não fiquei particularmente surpreendida.

A luta contra a intolerância e em prol dos direitos humanos tem de ser travada em toda a parte - junto dos nossos amigos, a nível nacional, dentro da UE e, a nível mundial, através das Nações Unidas. Por conseguinte, saúdo as iniciativas lançadas pela Presidência francesa sobre esta matéria. Com efeito, já gastei o meu minuto e meio. Obrigado.

Irena Belohorská (NI). - (SK) Gostaria de agradecer ao relator, senhor deputado Catania, pelo seu relatório sobre a situação dos direitos humanos e liberdades fundamentais na Europa.

Os direitos humanos fundamentais são desrespeitados frequentemente por causa da luta contra o terrorismo, que leva a violações do direito fundamental à privacidade, a ameaças ou violações da protecção dos dados pessoais e, muitas vezes, à discriminação.

Vimos como muitos deputados do Parlamento Europeu utilizaram este relatório para promover as suas agendas partidárias, exigindo autonomia. A autonomia não tem lugar no quadro da União Europeia e, no século XXI, enquanto ideia política, também não tem lugar no Tratado de Lisboa. Na União Europeia, a livre circulação de pessoas constitui um privilégio decisivo e, por isso, deveríamos entender a autonomia nos termos da actual situação no mercado de trabalho. Só reaccionários e pessoas incapazes de compreender a ideia fundamental da unificação dos Estados da União Europeia é que aquecem as suas mãos separatistas no fogo do nacionalismo e do fascismo e é por isso que rejeito qualquer justificação da autonomia como método eficaz para resolver os problemas das sociedades tradicionais e das minorias nacionais.

Mihael Brejc (PPE-DE). - (SL) Trata-se de um relatório extenso sobre cuja finalidade me interrogo. Inclui 167 pontos ao longo de 28 páginas. O relatório tem todas as componentes importantes no que diz respeito aos direitos fundamentais. No entanto, apesar de alguns pontos positivos que são enfatizados, não reflecte o estado actual dos direitos humanos. Não inclui quaisquer factos ou argumentos que sustentem as afirmações que contém. O que contém é uma grande quantidade de palavras, muitas vezes contraditórias e irrelevantes. Inclui também muitas ilusões, o que não é bom. Está cheio de apelos a autoridades competentes e inclui até uma disposição que é contrária à legislação.

Surpreende-me que o senhor deputado Catania não tenha baseado o seu relatório nos relatórios anuais do Provedor de Justiça. Se o tivesse feito, teria tido oportunidade de comparar as evoluções de ano para ano e de nos familiarizar com os progressos realizados neste domínio ou com a falta dos mesmos. Não questiono os pontos individuais, mas acho que este relatório é puro e simplesmente inconsistente. Apesar de o prazo para a apresentação de alterações ter sido alargado, lamento ter de dizer que este relatório não pode ser alterado, porque carece de uma estrutura substancial e jurídica apropriada.

Já o relatório da Comissão da Cultura e da Educação é uma coisa completamente diferente, uma vez que indica claramente a sua posição em matéria de direitos humanos em 12 pontos. Penso que o senhor deputado Catania, enquanto relator, tinha muito boas intenções. Penso que fez um esforço sincero para apresentar o melhor possível a situação dos direitos fundamentais, mas, em meu entender, este relatório, apesar de alguns pontos muito bons, não satisfaz as condições mínimas de um debate sério, o que lamento vivamente.

Se este relatório for aprovado, receio que haja críticas ainda mais contundentes da parte do público. É por essa razão, Senhor Deputado Catania, que acho que seria bom reescrever o relatório de modo a apresentar um retrato fiel do ponto em que estávamos em 2004 e do ponto em que estamos hoje.

Muito obrigado.

Stavros Lambrinidis (PSE). – (EL) Senhor Presidente, podemos estar certos do seguinte: a crise económica mundial vai aumentar a vaga de imigrantes na Europa e empurrar para o desemprego milhares de imigrantes legais que já vivem entre nós. Existe, portanto, um elevado risco de aumento da xenofobia e do racismo e perfila-se uma grave ameaça à coesão social dos países da Europa. Nessas circunstâncias, o policiamento obsessivo das fronteiras não irá resolver o problema. Impõem-se políticas sérias para integrar na Europa os imigrantes, políticas que permitam que os imigrantes e os filhos deixem de se sentir como corpos estranhos ou que os outros deixem de os ver como corpos estranhos à nossa sociedade. Todavia, esse debate cessou na Europa. Assistimos a essa discussão em Tessalónica, no Conselho, ou em Groningen em 2004, mas extinguiu-se entretanto. A explicação é, na minha opinião, muito simples: os políticos europeus não conseguiram convencer as cidadãos de que, hoje, a diversidade nas nossas comunidades é, mais do que inevitável, desejável. O Conselho, a Comissão e o Parlamento têm de voltar a dar mostras de vontade política nesse sentido.

Inese Vaidere (UEN). – (LV) Senhoras e Senhores, na sua tentativa de moldar uma opinião universal o relatório acaba por se revelar parcial e desequilibrado. Dá a impressão de que, na esfera dos direitos fundamentais, a situação na União Europeia é má. Tal perspectiva é, obviamente, exagerada e, ao mesmo tempo que nos desacredita, serve os países exteriores à UE com os quais desenvolvemos um diálogo sobre direitos humanos. Não foi tomada em consideração a enorme diferença, em vários Estados, dos números relativos às minorias e aos imigrantes. O n.º 45 afirma, erradamente, que nos Estados-Membros da Europa Oriental a percentagem de imigrantes é reduzida. Antes da ocupação da Letónia, a percentagem de letões elevava-se, nesse país, a cerca de 80%, enquanto os russos se situavam nos 8%. No início da década de 1990, quando cessou a ocupação, os letões atingiam a percentagem de apenas 51%. Em resultado directo da política de russificação, a grande maioria dos restantes é constituída por "imigrantes falantes de Russo". Quem não pretende integrar-se e obter a cidadania não devia gozar do direito de voto. A recomendação no sentido de conceder aos membros de cada minoria o direito de falar e aprender na sua língua materna é contrária aos direitos dos nativos de falarem a sua língua, no seu país. Se o presente relatório vier a ser adoptado poderemos ser obrigados a imediatamente elaborar outro relatório sobre a protecção do povo e da língua da Letónia. Nenhuma alteração poderá melhorar o presente relatório. Não existe alternativa que não seja rejeitá-lo. Muito obrigada.

Michael Cashman (PSE). – (EN) Senhor Presidente, a discriminação está viva e recomenda-se, viva no mundo e na União Europeia. Razão por que quero felicitar a Presidência francesa pela iniciativa nas Nações Unidas sobre a descriminalização da homossexualidade.

O que ouvimos aqui nesta Assembleia, hoje, a promoção da intolerância, deprime-nos. A discriminação é uma cicatriz que desfigura o nosso mundo e – posso dizê-lo aos outros – desfigura as almas dos que a praticam. Políticos e Instituições, como o Vaticano, dão voz à discriminação, e tinham obrigação de não o fazer. Razão por que agradeço aqui em nome de todos os que não têm voz, porque se a usassem – como homossexuais ou devido à sua identidade de género – seriam agredidos, torturados, presos ou enfrentariam a pena de morte, apenas devido à sua diferença.

Venceremos. Conseguiremos a igualdade. Como homossexual, estou empenhado nisso. Conseguiremos a igualdade simplesmente porque a justiça e a bondade estão do nosso lado. Obrigado, Presidência. A Presidência goza do enorme privilégio de terminar o seu mandato com este compromisso.

Armando França (PSE). – Os programas de Tampere e da Haia, que hoje aqui debatemos com a pergunta de Gérard Deprez, têm como objectivo, através da indispensável cooperação entre os Estados-Membros e entre estes e os organismos da União, a implementação de um espaço de liberdade, segurança e justiça através do reforço de medidas que garantem a liberdade, a segurança e a justiça, essenciais, aliás, ao processo de construção europeia. Mas a nossa União só existirá verdadeiramente quando, a par do mercado e da cooperação económica, for concretizado um espaço comum de liberdade, segurança e justiça e quando os cidadãos europeus se sentirem igualmente livres, com os seus direitos fundamentais assegurados, e quando a justiça for igual para todos. Por isso a evolução da cooperação nesta área é muito importante. Mas decisivo será o Tratado de Lisboa, cujas normas desta área se autonomizam e dão competências ao Parlamento Europeu e aos parlamentos nacionais.

Genowefa Grabowska (PSE). – (PL) Senhor Presidente, a comunidade internacional aborda a questão dos direitos humanos aproximadamente de vinte em vinte anos. Em 1948, adoptou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Quase vinte anos mais tarde, adoptou os Pactos sobre Direitos Humanos e, em 1989, um outro documento foi adoptado, nomeadamente a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Entretanto, nós na União Europeia continuamos sem ser capazes de elaborar um documento legislativo ou adoptar uma carta, como a Carta dos Direitos Fundamentais, que seja um documento vinculativo.

Por conseguinte, saúdo o relatório Catani, que aborda os direitos da criança, e gostaria de sublinhar que estes direitos deverão ser da máxima importância para nós, uma vez que as crianças representam o futuro da Europa e a Europa formar-se-á segundo o que fizermos delas. Razão por que a pobreza, que é uma forma de discriminação que afecta tantas crianças na Europa, precisa de ser erradicada e por que temos de a combater em nome de um futuro bom e justo para a Europa.

Carlos Coelho (PPE-DE). – No próximo ano, 2009, deverá ser aprovado o novo Programa Plurianual para o espaço de liberdade, segurança e justiça. O balanço dos últimos dez anos é positivo, mas temos de evitar a tentação recorrente de privilegiar a vertente da segurança em detrimento da liberdade e da justiça.

Por exemplo, ao nível da cooperação judiciária, a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo traz enormes benefícios para todos os que circulam neste espaço, mas devia ter correspondência na protecção adequada dos direitos e garantias processuais dos indivíduos em toda a União, o que ainda não aconteceu.

Têm sido criados diversos sistemas de informação para reforçar a segurança, mas a decisão-quadro relativa à protecção de dados do terceiro pilar continua a não estar aprovada, como muito bem sabe a colega Roure. A promoção e a protecção efectiva dos direitos fundamentais é a base da nossa democracia e deve ser um objectivo sempre presente em todas as políticas europeias. Os direitos fundamentais são interdependentes e constituem um conjunto indivisível e é neste espírito que estão consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais. Também por isso a rectificação do Tratado de Lisboa é essencial para que a nossa Carta tenha valor jurídico vinculativo.

São várias as prioridades identificadas no relatório Catania, que vão desde os direitos sociais à protecção de dados, à protecção dos direitos das minorias, entre outros. Porém, numa altura em que vivemos numa crise económica generalizada, penso que é importante dar uma atenção especial aos casos de extrema pobreza e de exclusão social que são, em si mesmo, uma violação dos direitos fundamentais. Desta forma, considero essencial que se integre quer a dimensão social, quer a protecção dos direitos fundamentais em todas as políticas da União, ao mesmo tempo que devemos assegurar um controlo sistemático e rigoroso da compatibilidade das propostas legislativas com o respeito destes direitos.

Charles Tannock (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, congratulo-me com a honestidade e pormenor do relatório Catania, ainda que contenha aspectos com os quais não concordo. Expor as nossas próprias lacunas num relatório como este deverá alertar-nos para deixarmos de tentar dar lições aos outros que se encontram fora da UE. Foram muitos aqueles que, nesta Assembleia, se apressaram a repreender os EUA a respeito das entregas extraordinárias e a criticar os governos europeus que colaboraram com a CIA. Pessoalmente, ficaria horrorizado se não tivesse colaborado de alguma forma com a CIA contra fanáticos terroristas que pretendem destruir o nosso modo de vida.

Neste relatório não há qualquer referência à atitude de Itália, por exemplo, ao deportar criminosos estrangeiros. Esta política popular e bem-sucedida, ao que parece, é obviamente demasiado controversa para ser levantada aqui. É igualmente um rude golpe no dogma inquestionável e absolutista que minou o debate sobre direitos humanos. Gostaria, por exemplo, que, no meu país, o Reino Unido, tivéssemos deportado criminosos estrangeiros, como o cidadão italiano que, no meu círculo eleitoral, assassinou o seu reitor mas que, depois de cumprir sentença na prisão, foi autorizado pelos juízes, que citaram os seus direitos humanos, a permanecer no Reino Unido. Os cidadãos cumpridores da lei na Europa merecem saber que os seus direitos se encontram devidamente protegidos contra pessoas que pretendem atacá-los.

Marios Matsakis (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, os direitos dos homossexuais são um tema importante na UE e, de tempos a tempos, estão na base de intensos debates.

Recentemente, o tema do direito à adopção de crianças por parte de casais homossexuais voltou a emergir. A este respeito, gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer à Comissão e ao Conselho uma pergunta muito directa: concordam com uma acção – e apoiá-la-iam – com vista a permitir que os casais homossexuais tenham o direito de adoptar crianças da mesma forma que os casais heterossexuais, ou consideram que o

direito de uma criança adoptada a ser entregue a uma família heterossexual é da máxima importância e, por conseguinte, que a adopção pelos casais homossexuais não deverá ser considerada desejável, não devendo ser permitida na UE? Esperamos uma resposta directa e corajosa da Senhora Comissária e da Presidência, que será muito bem-vinda e útil para nós.

Kathy Sinnott (IND/DEM). – (EN) Senhor Presidente, os mais trágicos episódios da História da Humanidade tiveram origem na negação por alguns seres humanos do carácter humano de outro grupo da raça humana. No passado, a escravidão, a perseguição e o genocídio foram a realidade dos que, devido à sua língua, raça, religião ou a qualquer outro motivo, eram vistos como sub-humanos.

Hoje, na UE, gostamos de pensar que estamos acima dessa barbárie, porém, ainda hoje, a humanidade é negada com base na idade, tamanho ou capacidade. Os nascituros e os bebés portadores de deficiência – mesmo depois de nascerem – são considerados por muitos como sub-humanos, o que conduz a que mais de um milhão de bebés seja morto por ano na UE antes do nascimento e alguns depois do nascimento.

O que é mais chocante é que este mar de sangue acontece em nome dos directos humanos. Permitam-me que recorde que a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que celebramos ao fim de 60 anos, reconhece a plena humanidade do nascituro.

Csaba Sógor (PPE-DE). – (HU) Não é por culpa sua que as minorias nacionais se encontram nos novos Estados-Membros. Infelizmente, em muitos dos novos Estados-Membros estão a ser estigmatizadas com culpa colectiva, já que os Estados tentam impedi-las de ter ensino nas suas próprias línguas ou de estudar a sua história e aprender os nomes das suas cidades natais e lugares ou rios locais. Pior do que isto, está a ser introduzido um novo tipo de “desporto” em determinados novos Estados-Membros, nomeadamente o que consiste em bater nas minorias com a ajuda da polícia. Há quem gostasse de proibir todas as formas de autonomia por achar que esta fragmenta a UE. No entanto, países como a Itália ou a Finlândia, que deram autonomia cultural ou regional às suas minorias, não se desmantelaram. Temos de dar a cada Estado-Membro da UE a oportunidade de respeitar os direitos das minorias nacionais.

Rama Yade, Presidente em exercício do Conselho. – (FR) Senhor Presidente, neste 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o relatório Catania vem mesmo a calhar. A grande diversidade dos temas abordados, a força das propostas avançadas, e também as vossas reacções, estão à altura do carácter crucial dos assuntos que hoje nos congregam aqui. Vou, então, procurar responder às diferentes perguntas que me foram colocadas, esforçando-me por agrupar as intervenções, já que várias delas incidiram nas mesmas questões.

Em primeiro lugar, gostaria de me debruçar sobre a questão dos direitos sociais e da pobreza extrema, aqui abordada por diversos oradores, entre os quais a senhora deputada Roure. Evidentemente que estes direitos económicos, sociais e culturais são importantes. Fazem parte da segunda geração dos direitos do Homem e são direitos simbolizados pela assinatura do Pacto Internacional relativo aos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, de 1966. Efectivamente, tendes razão em sublinhar a importância de aplicar estes direitos, já que eles correm o risco de ser desacreditados se não forem aplicados.

Dito isto, é claro que a União Europeia e a França estão activamente empenhadas na luta contra a pobreza extrema. De recordar que, no âmbito do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas, foi criada a função de relator especial para estas questões específicas, para estes direitos. Presentemente, está em curso a elaboração dos princípios orientadores para o reforço da luta contra a pobreza extrema ao nível das Nações Unidas. Por último, a União Europeia e, mais concretamente, a França tomaram iniciativas que me parecem interessantes. Assim, a União Europeia promoveu e apoiou o Protocolo facultativo ao Pacto Internacional relativo aos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, que acaba de ser adoptado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, e criou um mecanismo de queixas individuais.

No entanto, obviamente que concordo convosco em que esta é uma luta a longo prazo, e que enquanto houver tanta discriminação e tanta pobreza, tantas pessoas desempregadas e tantas dificuldades no acesso aos cuidados de saúde, não poderemos estar satisfeitos. Mas actualmente estão a ser empreendidos, de forma constante, esforços para assegurar que os direitos económicos, sociais e culturais sejam inequivocamente aplicados, e a União Europeia ocupa a linha da frente na promoção desses esforços.

Em seguida, uma outra temática que foi abordada por muitos de vós é a questão da homossexualidade. A este respeito, gostaria de referir que a iniciativa tomada pela França é muito simples, e repito que partimos da constatação de que existem actualmente, no mundo, noventa países que sancionam a homossexualidade, seis dos quais com a aplicação da pena de morte. Significa isto que há, nesses países, homens e mulheres que

não podem optar livremente por viver em função da sua orientação sexual, e que correm o risco de ir para a prisão ou de serem entregues à justiça. É, pois, uma questão que releva dos direitos fundamentais.

Não se trata aqui de introduzir as questões, por muito interessantes que sejam, da homoparentalidade ou do casamento entre homossexuais, nem tão-pouco de, através desta iniciativa, lançar debates sociais. Trata-se, sim, de alargar este direito fundamental – o direito de cada um a expressar livremente a sua orientação sexual sem correr o risco de ser privado de liberdade – a todas as pessoas, sem excepção.

É tão simples quanto isso, e creio que é graças à União Europeia, aos Estados-Membros da UE – pois muitos de nós apoiamos este projecto – que esta iniciativa será apreciada, amanhã, nas Nações Unidas. Espero que um máximo de Estados se juntem a nós, já que, em matéria de direitos fundamentais, creio que não haverá debate possível, pois trata-se muito simplesmente de humanidade e de liberdade.

Passemos agora a uma outra problemática, a questão dos Romanichéis e, em termos mais gerais, dos imigrantes, aqui levantada por vários oradores. No que respeita aos Romanichéis, a Comissão apresentou, em 2 de Julho, um relatório no quadro da sua comunicação sobre a matéria. O relatório enumera as políticas e os instrumentos existentes, contribui para a inclusão da população Roma e preconiza uma utilização mais sistemática de tais políticas e instrumentos, a fim de, precisamente, fomentar a integração dos Romanichéis.

Como sabem, no passado dia 16 de Setembro, a Presidência francesa participou, em Bruxelas, na primeira cimeira europeia sobre os Romanichéis, que foi organizada, precisamente, pela Comissão Europeia, com o apoio da Fundação Soros. Esta cimeira congregou os representantes das Instituições europeias e dos Estados-Membros e contou com uma forte afluência de elementos da sociedade civil. A minha colega no Governo francês, a ministra da Habitação e da Cidade, e o representante do Ministro dos Negócios Estrangeiros saudaram, na ocasião, a excepcional mobilização de europeus de todos os quadrantes em torno daquela cimeira.

A cimeira foi importante porque a questão dos Romanichéis é do interesse comum dos Europeus e apela a uma política pró-activa da parte de cada Estado-Membro, adaptada, já se vê, às especificidades nacionais. Uma política voluntária desta natureza, a nível nacional, deve ter especificamente por objectivo assegurar que a população Roma tenha efectivamente acesso ao ensino, ao emprego, à saúde, à habitação, e é evidente que a coordenação entre os Estados-Membros da União nesta matéria é absolutamente importante e decisiva.

Por iniciativa da Presidência francesa, várias ideias permitiram prosseguir um debate formal sobre esta temática. Uma segunda cimeira da igualdade foi realizada em Paris, em 29 e 30 de Setembro de 2008. Em 15 e 16 de Outubro, em Marselha, teve lugar uma mesa redonda sobre a pobreza e a exclusão, com a participação de dois dos meus colegas no governo. Em suma, a situação dos Romanichéis é objecto de uma atenção considerável por parte dos Estados-Membros da União Europeia e estou em crer que, nesse aspecto, os nossos esforços serão prosseguidos mesmo após a Presidência francesa da UE. Estamos completamente empenhados nesta questão. Disso não tenham a menor dúvida.

No que toca à questão mais ampla dos imigrantes, agora que a Presidência francesa da União Europeia se aproxima do seu termo, gostaria de mencionar o Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo e de apontar o êxito de que o mesmo se revestiu. Pela primeira vez, com este Pacto, a União Europeia, ou os Estados-Membros da UE, partilharão objectivos e terão uma posição comum sobre esta temática, nomeadamente em relação à criação de um gabinete de apoio em matéria de asilo, ao objectivo de introdução dos vistos biométricos, e ainda à acção necessária por parte da União Europeia quando é exercida demasiada pressão sobre um Estado-Membro, nomeadamente em termos de imigração.

O Pacto, que, recorde-se, foi adoptado pelo Conselho Europeu no passado mês de Outubro, propõe compromissos políticos como a organização da imigração legal tendo em conta as necessidades e as capacidades, a luta contra a imigração clandestina, num formato comum, o reforço da eficácia dos controlos nas fronteiras, e a criação de uma Europa do asilo.

Em suma, creio que todos estes elementos relacionados com o Pacto sobre imigração e asilo são de molde a permitir à União Europeia adoptar uma estratégia comum neste domínio e, porventura, através dessa estratégia comum, pôr em execução uma verdadeira política de imigração legal, a par dos direitos a ela associados.

Gostaria agora de responder a uma pergunta, ou interpelação, ou comentário feito a respeito de Guantánamo e das consequências do encerramento daquele centro de detenção, e dizer-vos que a União Europeia afirmou reiteradamente que a luta contra o terrorismo se deve processar no respeito do Estado de direito, isto é, no respeito dos direitos humanos, do direito internacional humanitário e do direito internacional dos refugiados.

Afirmámos igualmente que não pode existir vazio jurídico para os detidos, sejam eles quem forem, e que é inadmissível a existência de prisões secretas.

A nossa posição não mudou, e tudo isto assenta na nossa convicção de que as sociedades democráticas só poderão combater o terrorismo a longo prazo se permanecerem fiéis aos seus próprios valores. Nessa conformidade, a União Europeia é de opinião que os Estados Unidos deveriam tomar medidas com vista ao encerramento, quanto antes, da prisão de Guantánamo. Temos, assim, em curso um diálogo permanente com a Administração norte-americana sobre esta questão.

Senhoras e Senhores Deputados, creio que houve ainda um último ponto levantado por alguns de vós. Refiro-me à questão dos direitos humanos aqui na Europa e, em particular, ao papel do Conselho da Europa. Gostaria antes de mais de começar por saudar o papel do Conselho da Europa na defesa e na promoção dos direitos fundamentais. Creio que, desde a sua criação, o Conselho da Europa fez um trabalho notável neste domínio, nomeadamente com o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Já existem nos Estados-Membros mecanismos de acompanhamento da situação dos direitos humanos, e penso que a utilização destes mecanismos é uma forma de não cedermos à duplicidade de critérios mas de pormos, isso sim, a nossa casa em ordem, já que o Conselho da Europa e o seu instrumento jurídico, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, actuam como forças motoras para recordar aos Estados-Membros da União, e não só – pois o Conselho da Europa tem mais membros do que a União Europeia –, para lhes recordar, dizia, as suas obrigações, apontar as suas faltas e convidá-los a corrigi-las. O Conselho da Europa é, por conseguinte, um instrumento crucial, uma organização essencial na defesa e na promoção dos direitos do Homem.

Paralelamente a esta organização, existe, então, a Agência dos Direitos Fundamentais, que também se ocupa dos direitos humanos nos Estados-Membros e que é mencionada em diversos relatórios publicados recentemente. No entanto, a Agência concentra-se na situação dos direitos humanos nos Estados-Membros quando estes aplicam o direito comunitário, e apenas nesse contexto. Sabendo que o campo de actuação de cada organização está circunscrito a determinadas áreas, acredito, pois, que pode haver um *modus vivendi* entre ambas. Assim, longe de constituir uma limitação do seu mandato, esta disposição de que acabo de falar visa, pelo contrário, evitar a duplicação das actividades do Conselho da Europa.

O regulamento que institui a Agência prevê expressamente, por exemplo, que a Agência deverá cooperar de perto com o Conselho da Europa. Tal cooperação deverá permitir evitar qualquer sobreposição, e, neste ponto, volto a citar os textos: "Esta cooperação deve garantir que serão evitadas duplicações entre as actividades da Agência e as do Conselho da Europa". Importa, pois, que a Agência dos Direitos Fundamentais e as instituições do Conselho da Europa procurem assegurar a complementaridade dos seus trabalhos e a complementaridade dos órgãos em acção. Esta a razão por que a preocupação constante da Agência é, evidentemente, trabalhar dentro da sua esfera de competências, complementando em simultâneo a acção do Conselho da Europa.

Senhoras e Senhores Deputados, creio ter respondido sumariamente a todos os pontos que aqui levantaram, e deixo ao cuidado do Senhor Comissário a resposta às questões que lhe dizem respeito ou sobre as quais o interpelaram.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. – (FR) Senhor Presidente, a Presidência respondeu a algumas questões, pelo que vou tentar ser breve.

Em primeiro lugar, gostaria de saudar as palavras da senhora deputada Roure na abertura do nosso debate, quando afirmou que, de facto, a Carta dos Direitos Fundamentais permitiu unir direitos sociais e direitos civis. Na minha opinião, este é o grande contributo desta Carta, que veremos – assim o esperamos – incorporada na legislação europeia. É efectivamente o elo entre direitos civis e direitos sociais.

Assim sendo, gostaria de responder a algumas questões sobre as minorias. Na verdade, não dispomos de quaisquer competências específicas para nos preocuparmos com os direitos das minorias nos Estados-Membros, mas podemos combater a discriminação contra pessoas que pertençam a uma minoria. A discriminação pessoal é do âmbito da nossa luta contra a discriminação.

No que toca à comunidade dos Roma – creio que a Presidência respondeu a esta questão –, gostaria de lembrar que organizámos a Cimeira "Roma" em 16 de Setembro. Eu próprio tive oportunidade de concluir esta cimeira e devo dizer-vos também que, em conjunto com o meu colega, o Comissário Špidla, decidimos fazer da discriminação contra as crianças Romanichéis uma das nossas prioridades.

Esta discriminação é absolutamente inaceitável, mas a verdade é que a Europa levou muito tempo até se ocupar destes problemas. Os Estados-Membros têm grandes responsabilidades nesta área e levaram muito tempo para fazer face a estas questões. É certo que, actualmente, vamos tentar usar de todos os meios à nossa disposição para promover, de facto, a integração da comunidade dos Roma.

Posto isto, estamos igualmente preocupados em não basear a nossa estratégia numa abordagem exclusivamente étnica no que toca à minoria Roma. Uma tal abordagem pode muito bem ser contraproducente e eliminaria os benefícios de tratar de forma transversal a problemática dos Roma em todas as políticas da União Europeia.

Também me quero referir à diferenciação sexual. Honestamente, considero que a resposta da Presidência pôs o dedo na ferida. Na verdade é um dever de tolerância respeitar e fazer respeitar esta diferenciação sexual. É certo que, neste ponto, existe este texto sobre a discriminação, mas há que assegurar a sua aplicação.

Além do mais, quero ainda dizer que a Comissão não tenciona avançar e tomar qualquer espécie de posição em nome dos Estados-Membros sobre a organização do direito de família. Como sabem, já tivemos dificuldades em estabelecer regras relativas ao divórcio. Concretamente, não podemos entrar num domínio que depende de unanimidade.

Não obstante, acrescentaria que a legislação sobre a livre circulação de pessoas obriga efectivamente os Estados-Membros a reconhecer determinados laços que são contraídos num outro Estado-Membro e, a este respeito, só posso voltar a referir o direito comunitário.

Gostaria de terminar dizendo que o que me parece ser da maior importância – as palavras do senhor deputado Deprez tinham razão de ser – é que não podemos deixar-nos guiar pelo medo. Temos de reconhecer que, desde os atentados de 11 de Setembro, passou a haver este medo do terrorismo, o que significa que, por vezes, a protecção dos direitos, liberdades individuais e privacidade se tenham perdido de vista e que, na minha opinião, é preciso estar muito atento a este equilíbrio. Não é por recusarmos os direitos fundamentais, os direitos humanos e a privacidade que o terrorismo será combatido com eficácia. Creio que o objectivo é combater o terrorismo com eficácia.

E agora, diria, à laia de conclusão, que, no domínio dos direitos fundamentais, o nosso trabalho não se limita a elaborar textos, mas também a garantir a sua aplicação. O dever de vigilância impõe-se. Podem ter a certeza de que, no que respeita à Comissão e ao Comissário responsável pela liberdade, segurança e justiça, zelarei pessoalmente por garantir a aplicação do direito comunitário a todos os níveis.

Giusto Catania, relator. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de agradecer ao Senhor Comissário Barrot e à Senhora Presidente em exercício do Conselho, Rama Yade, pelas suas palavras de apoio ao meu relatório. Gostaria também de agradecer aos relatores-sombra, a senhora deputada Gál, a senhora deputada Roure, o senhor deputado Guardans e a senhora deputada Ždanoka, pelos seus contributos activos para o relatório e para a sua elaboração.

Considero muito interessantes as questões levantadas, e gostaria, em particular, de me deter num ponto levantado pelo Senhor Comissário Barrot. Num momento em que a crise económica está a intensificar-se, temos de evitar que, na União Europeia, haja uma verdadeira guerra entre pobres, entre cidadãos discriminados pela sua situação social e cidadãos discriminados pelas suas condições de vida, ou pelas suas expectativas, ou ainda devido à sua chegada à União Europeia e ao facto de terem sido recebidos da melhor maneira possível.

É verdade que a crise ameaça intensificar o racismo e a xenofobia, e queria dizer ao senhor deputado Brejc que analisámos cuidadosamente o relatório da Agência Europeia dos Direitos Fundamentais e, antes, o relatório do Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia, tendo verificado que, nos últimos anos, houve um aumento exponencial dos actos racistas e xenófobos na União Europeia. Por isso estamos muito preocupados com o que está a acontecer e pensamos que é preciso incentivar processos tendentes a um papel da UE em que a promoção e a defesa dos direitos humanos se torne o factor mais eficaz com vista a uma Europa de paz, uma Europa empenhada na promoção do diálogo intercultural e livre de práticas desumanas.

Penso que, desse modo, este relatório pode ajudar a melhorar o papel da UE no contexto internacional. Não vou deter-me noutras questões que emergiram do debate, algumas das quais não merecem uma resposta da minha parte, mas agradou-me muito a troca de pontos de vista que teve lugar e as propostas apresentadas por muitos colegas que participaram activamente no debate.

Presidente. - Está encerrada a discussão conjunta.

A votação terá lugar dentro em breve.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Marian-Jean Marinescu (PPE-DE), por escrito. – (RO) Segundo a Carta dos Direitos Fundamentais, todos os cidadãos da UE são livres de procurar emprego, trabalhar e residir em qualquer outro Estado-Membro.

Infelizmente, por enquanto nem todos os cidadãos europeus podem desfrutar desta liberdade. O período de dois anos de restrição do acesso ao mercado de trabalho imposto aos novos Estados-Membros termina no final do ano. Contudo, oito Estados-Membros já anunciaram a sua intenção de prolongar este período por mais três anos, tendo em conta a actual crise financeira.

Segundo o relatório da Comissão de 11 de Novembro de 2008, não há nenhuma prova conclusiva de que um número significativo de trabalhadores locais tenha perdido o seu emprego ou tido o seu salário reduzido devido aos trabalhadores oriundos dos novos Estados-Membros.

Manter o acesso aos mercados de trabalho fechado prolonga a diferenciação no tratamento entre os cidadãos europeus. A abolição destas restrições ajudaria a evitar os problemas decorrentes do trabalho não declarado ou do falso trabalho independente.

É por isso que entendo que os Estados-Membros que continuam a restringir o acesso ao mercado de trabalho devem ter em mente, antes de tudo, o verdadeiro impacto positivo que a livre circulação de trabalhadores tem no crescimento económico sustentável.

A liberdade de circulação provou ser não só um factor positivo como até mesmo uma necessidade.

Rareş-Lucian Niculescu (PPE-DE), por escrito. – (RO) Sem comentar em pormenor o conteúdo deste relatório, ao qual muitas críticas podem ser dirigidas, gostaria de chamar a atenção para um artigo contra o qual votarei, embora na Comissão tenha rejeitado uma alteração que pretendia retirá-lo. Estou a referir-me ao número 46, que recomenda que seja criada uma definição para as minorias nacionais a nível europeu, com base na Recomendação 1201 (1993) do Conselho da Europa. Esta Recomendação não deve ser invocada sem uma clarificação extremamente meticulosa da interpretação que lhe é dada, pois contém um texto ambíguo que pode ser interpretado como uma concessão de direitos colectivos a minorias ou de uma autonomia territorial com base em critérios étnicos. Penso que o Parlamento Europeu não deve aceitar sem crítica uma referência a esta Recomendação. Até mesmo a Comissão de Veneza (a Comissão Europeia para a Democracia através do Direito) salientou que se deve ter uma prudência especial com qualquer interpretação da Recomendação 1201.

15. Modalidades aprovadas pelo Conselho para a revisão do regulamento sobre o OLAF (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0116/2008) apresentada por Ingeborg Gräßle, em nome da Comissão do Controlo Orçamental, ao Conselho, sobre a posição do Conselho sobre a revisão do Regulamento OLAF (B6-0492/2008).

Ingeborg Gräßle, autora. – (DE) Senhor Presidente; Senhoras e Senhores do Conselho; Senhora Comissária; Senhoras e Senhores Deputados; nas funções de relatora para o OLAF, Organismo Europeu de Luta Antifraude, descobrimos coisas curiosas, como, por exemplo, que toda a gente fala de combate à fraude, mas ninguém faz coisa alguma. Outra descoberta é a de que os Estados-Membros esmiúçam até ao último centímo todos os pagamentos que têm de fazer à União Europeia, mas, na hora de gastar esse dinheiro, sofrem um acesso de generosidade e até facilitam a prática de fraudes, por exemplo, levando em média 36 meses a participar à União Europeia as irregularidades detectadas. O Parlamento Europeu considera que isto é inaceitável. Queremos que se trave um combate efectivo contra fraude, que abarque a prevenção. Queremos que os Estados-Membros inscrevam a luta contra a fraude no rol das suas prioridades e queremos que haja lugar a uma discussão conjunta sobre as carências que temos e os problemas que existem neste campo.

Queremos ver mais empenho da parte das autoridades judiciais nacionais em dar seguimento às investigações do OLAF. Urge acabar com as lacunas legais que têm propiciado a proliferação de fraudes. Precisamos que os fundos europeus sejam tratados da mesma forma que os fundos nacionais. Queremos ter um serviço independente com os recursos e a base jurídica necessários para desempenhar as suas missões. Queremos um serviço que seja capaz de trabalhar em conjunto com os Estados-Membros de forma discreta e eficiente.

O nosso parecer sobre a base jurídica, o Regulamento n.º 1073/99, cobre todos esses pontos. Defendemos que o regime previsto nesse regulamento – que é de crucial importância para o OLAF – deve ser objecto de um trabalho de desenvolvimento, a empreender em cooperação com o Conselho. Exortamos o Conselho a incorporar a nossa opinião e a encetar negociações sobre o desenvolvimento do regime previsto no regulamento citado. Queremos dar solução aos problemas do OLAF.

Desejo, também, agradecer a todos os grupos parlamentares o seu apoio a esta posição, materializada numa resolução que será votada amanhã. Eu incitaria as presidências francesa e checa do Conselho a «receber a bola do Parlamento» e a «seguir jogo». Nas nossas propostas, nós adoptámos também soluções concebidas e apresentadas pelo grupo de trabalho do Conselho. Quero assegurar-vos do nosso interesse em concluir rapidamente a revisão deste regulamento, e da nossa disponibilidade para participar em discussões construtivas que tenham por base as nossas propostas.

Consolidar a base jurídica do OLAF, como preconiza o Conselho, implicaria gastar muito mais tempo para obter um resultado incerto. O OLAF celebra em breve o seu 10.º aniversário. A consolidação significaria outros dez anos sem um melhoramento da sua base jurídica. Levamos o combate à fraude demasiado a sério para podermos consentir em tal coisa. É por isso que queremos fazer aquilo que pode ser feito já, em cooperação com o Conselho. Muito obrigada.

Rama Yade, *Presidente em exercício do Conselho*. – (FR) Senhor Presidente, Senhora Deputada Gräßle, gostaria, antes de mais, de lembrar a importância que o Conselho atribui à luta contra a fraude e à protecção dos interesses financeiros da União Europeia. O Conselho considera que a regulamentação relativa ao Organismo Europeu de Luta Antifraude não só deve estar adaptada às necessidades como também deve ser coerente.

Neste contexto, cabe lembrar o convite do Conselho em 2007 para apresentar um instrumento jurídico consolidado que abranja os vários aspectos da actividade do OLAF, o que permitiria obter a clareza que todos nós procuramos. O Conselho tomou boa nota das alterações do Parlamento Europeu aprovadas em 20 de Novembro sobre a alteração do regulamento relativo às actividades de investigação do OLAF, assim como dos debates realizados anteriormente sobre esta questão no seio da Comissão do Controlo Orçamental.

O Conselho também tomou boa nota do número 44 da resolução do Parlamento Europeu de 23 de Outubro de 2008, acompanhando a sua primeira leitura do orçamento para 2009, que aborda a mesma questão. A questão do calendário dos trabalhos do Conselho já foi evocada aquando do tríplice orçamental de 13 de Novembro e na reunião de concertação com o Parlamento Europeu de 21 de Novembro, pelo meu colega Eric Woerth, presidente do Conselho Ecofin (Orçamento).

Nesse tríplice, em resposta às preocupações do Conselho que, creio eu, são igualmente partilhadas pelo Parlamento Europeu, a Comissão anunciou que apresentará um documento de trabalho sobre a questão da consolidação da legislação sobre o OLAF no início do próximo ano. Posso então reiterar, com muito gosto, as palavras já proferidas pelo Conselho no tríplice de 13 de Novembro e na reunião de concertação de 21 de Novembro, a saber, que o Conselho analisará diligentemente e com a maior atenção o resultado dos trabalhos do Parlamento Europeu sobre a proposta de alteração do regulamento n.º 1073/1999, bem como o documento de trabalho que a Comissão elaborará.

Espero ter a oportunidade de voltar a usar da palavra para responder às observações que possam ainda fazer antes da 18H00. Desde já apresento as minhas desculpas por ter de vos deixar a essa hora.

Jean-Pierre Audy, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (FR) Senhor Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, a Comissão Europeia tem a obrigação de proteger os interesses financeiros da União Europeia, e para isso dispõe, por força dos tratados, de uma responsabilidade partilhada com os Estados-Membros. A Comissão – e lamento que a sua bancada esteja vazia – dispõe de competências importantes para lutar contra a fraude, a corrupção e quaisquer outras actividades ilegais que ponham em causa os interesses financeiros da União.

Lembremo-nos que foi a demissão da Comissão Santer, em Março de 1999, que levou à criação do Organismo de Luta Antifraude, ou OLAF, cujos dez anos celebraremos no próximo ano.

A minha excelente colega, a senhora deputada Gräßle, tem razão em interpelar o Conselho sobre a questão da revisão, há muito esperada, do regulamento de 1999 pois, desde então, ficou prevista, com base numa avaliação da Comissão que deverá ter lugar três anos após a criação do Organismo, uma revisão deste regulamento que deveria ser adaptado. A vossa resposta, Senhora Presidente em exercício, tranquiliza-nos, pois é uma resposta coerente.

Esta avaliação teve lugar em 2003, e com efeito temos uma proposta de regulamento. Neste momento é necessário que este dispositivo seja um corpo coerente, quer ao nível das investigações internas como externas, quer ao nível das missões em geral do OLAF. Existe o regulamento de 1999, o nº 1073, mas temos também o regulamento de 1996 que é relativo aos controlos e verificações no terreno efectuados pela Comissão e ainda o de 1995 sobre a protecção dos interesses financeiros da União.

A avaliação de 2005 continha 17 propostas, incluindo a criação de um procurador europeu, pois, se por um lado o OLAF exerce actividades de investigação, por outro, trata-se de uma administração que não é controlada por nenhuma autoridade judicial independente. Esta autoridade poderá constituir simultaneamente uma segurança para os indivíduos investigados e um apoio para o próprio OLAF. Portanto, qual é a verdadeira natureza do OLAF? Trata-se de um auxiliar da justiça, e, assim sendo, de que justiça penal europeia? Trata-se de um serviço administrativo especial? Temos um longo caminho a percorrer. Muito obrigada, Senhora Presidente em exercício, pelo incentivo dado.

Herbert Bösch, *em nome do Grupo PSE*. – (DE) Senhor Presidente, como a relatora, certamente, já observou, o Conselho está a negligenciar o seu dever de proteger os interesses financeiros da União. Afinal, senhora Yade, o importante não é saber que tratados são consolidados agora ou não, mas sim que o Conselho entabule conversações. Caso não abra negociações imediatamente, ele estará, de forma perfeitamente deliberada, a adiar a reforma do combate contra a fraude a nível europeu para a próxima legislatura, e V. Ex.^a sabe-o perfeitamente. E nós teremos de dizer em Junho aos nossos eleitores que quem não tem interesse neste processo são os Estados-Membros; na realidade, podemos apontar-lhes vários exemplos.

No que toca à fraude ao IVA, que custa à Alemanha, por exemplo, 16 a 18 mil milhões de euros por ano, teríamos a possibilidade de tomar as medidas de combate à fraude pertinentes por intermédio de um OLAF reformado, por exemplo. Contudo, até a melhor das autoridades de luta contra a fraude é impotente, se os Estados-Membros não lhe facultarem quaisquer dados.

No que respeita ao seguimento dado aos inquéritos do OLAF, muitas vezes acabamos por ficar completamente «às escuras», por as autoridades nacionais não nos comunicarem as medidas que foram tomadas com base nos resultados das investigações do OLAF. É necessário tomar medidas a esse respeito.

Como pessoa que esteve envolvida no processo legislativo em 1999, posso afirmar que a coisa mais importante que consignámos no Regulamento 1073/99 foi que esta unidade de luta antifraude, que efectuou um bom trabalho nos últimos anos, seria reformada ao cabo de um par de anos. Isto não pode ser protelado; queria lembrar isso hoje ao Conselho.

Bart Staes, *em nome do Grupo dos Verts/ALE*. – (NL) Senhor Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, ouvi a sua resposta atentamente. A Senhora afirmou que iriam estudar estas propostas com a máxima *vigilance, avec la plus grande attention*. Lamento informar que não consideramos essa resposta suficiente.

Nós fizemos o nosso trabalho de casa. Aprovámos o relatório da senhora deputada Gräßle em primeira leitura. Fizemo-lo devido às lacunas existentes na actual legislação. Tentámos corrigir essas lacunas, e o senhor deputado Bösch tem razão ao afirmar que nos deparámos com muitos desafios. Só recentemente aprovámos o relatório sobre a fraude ao IVA. O nível de fraude fiscal na União Europeia situa-se entre 200 e 250 mil milhões de euros.

Precisamos, por conseguinte, de legislação adequada. Tanto a Senhora Presidente em exercício do Conselho como o Conselho no seu conjunto devem fazer o vosso trabalho. Insto-os a serem um pouco mais precisos sobre os calendários que o Conselho pretende observar em relação a este dossiê, porque isso é absolutamente vital.

José Javier Pomés Ruiz (PPE-DE). – (ES) Senhor Presidente, estou grato à Senhora Secretária de Estado Rama Yade por estar presente neste debate sobre um assunto que tanto preocupa os cidadãos.

Este Parlamento está prestes a chegar ao fim de uma legislatura durante a qual tentámos dizer ao contribuinte que nós, aqui, controlamos as contas e o fazemos da melhor forma possível. Reconhecemos que se cometem erros e que as coisas nem sempre são feitas como deviam, mas, acima de tudo, que calculámos o montante da fraude e que estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance. Foi por essa razão que há dez anos a esta parte criámos o OLAF, o Organismo de Luta Antifraude, que precisa agora urgentemente de um quadro jurídico adequado.

Senhora Secretária de Estado, se V. Exa. diz que vamos ter de esperar que a Comissão elabore o seu relatório e só depois poderemos começar a negociar sobre aquele que poderá vir a ser o estatuto definitivo do OLAF, estaremos a perder tempo. As eleições estão à porta, e depois estaremos noutra legislatura. A mensagem que queremos transmitir aos cidadãos europeus é a de que aqui todos nós – o Conselho, as Presidências francesa e checa, este Parlamento e a Comissão –, estamos empenhados em pôr fim à fraude que existe em certos países em desenvolvimento e até mesmo em países altamente desenvolvidos.

Muito obrigado, Senhora Secretária de Estado, por estar presente neste debate, e lamento que a Comissão não esteja aqui também.

Inés Ayala Sender (PSE). – (ES) Senhor Presidente, também eu saúdo a proposta apresentada pela senhora deputada Gräßle em nome da Comissão do Controlo Orçamental, para avançar e exercer pressão no sentido de que a legislação que aprovamos sobre o OLAF possa ser implementada com a maior brevidade possível.

Por isso mesmo, agradeço também à Senhora Secretária de Estado Rama Yade por estar aqui, pois a proposta que este Parlamento aprovou insistia, com razão, na necessidade de garantir e salvaguardar os direitos de presunção de inocência e os direitos de defesa das pessoas que são investigadas pelo OLAF, assim como os direitos dos informadores.

Acima de tudo, há também que estabelecer regras mais claras e mais transparentes, assim como um código de conduta, que precisamos de divulgar sem demora a todos os cidadãos. A este propósito, agradecemos a iniciativa da senhora deputada Gräßle e o apoio que lhe foi dado pela Comissão do Controlo Orçamental.

Como é óbvio, pedimos encarecidamente ao Conselho que procure desbloquear as negociações tão rapidamente quanto possível, para que estas avancem, se possível antes do final desta legislatura — isto é, antes das próximas eleições. Isso será crucial para garantir todos os direitos que o Parlamento vai reforçar com base no texto da senhora deputada Gräßle.

Paul Rübig (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Yade, senhoras e senhores, no próximo ano teremos novamente eleições para o Parlamento Europeu e a desinformação é particularmente notória quando se aproximam eleições. É por isso que queremos reforma rápida do OLAF. Os casos de fracasso e desinformação que são usados em detrimento da União Europeia devem ser identificados de forma clara e inequívoca. Creio que é este apoio e esta clareza o que o público europeu necessita.

Markus Pieper (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, na minha qualidade de membro da Comissão do Desenvolvimento Regional compreendo a importância do trabalho do OLAF no domínio dos fundos estruturais. O relatório mais recente sobre os interesses financeiros das Comunidades dá conta de mais de 3 800 casos de irregularidades, o que representa um aumento de 19 % em 2006. O montante em causa é de 828 milhões de euros, mais 17 % do que no ano anterior.

É por isto que o Conselho deve melhorar o combate à fraude, e fazê-lo através de uma verdadeira reforma da base jurídica e não de uma cirurgia cosmética aos textos existentes.

Se o Conselho levar esta questão a sério, deverá também trabalhar para melhorar o seu sistema de comunicação. Até agora, os Estados-Membros têm demorado uma média de 36 meses para informarem o OLAF das irregularidades. Devem ser fornecidos números fiáveis de forma rápida e em formato electrónico, de modo a que o OLAF possa realizar eficientemente o seu trabalho. Isto é algo que devemos a todos as partes envolvidas – aos contribuintes e também àqueles que gastam os fundos da UE o melhor que sabem e de forma responsável.

Mairead McGuinness (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, serei breve. Aprecei-me a vir apoiar a senhora deputada Gräßle nos seus esforços, e penso que é isso que todos estamos hoje aqui a fazer. Ouvimos dizer que a reputação da União Europeia está a ser prejudicada pela percepção de que esta permite que a fraude prevaleça. Por isso, tudo o que reforce e melhore a eficácia do OLAF deverá ser bem-vindo e apoiado. Assim, com estas escassas palavras, felicito a senhora deputada Gräßle pelos seus esforços e exorto o Conselho e a Comissão a ouvirem com atenção.

Rama Yade, Presidente em exercício do Conselho. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, compreendo perfeitamente as preocupações do Parlamento Europeu. O Conselho dispõe agora dos resultados da primeira leitura do Parlamento Europeu. Há uma lógica de trabalho e de funcionamento que leva a que o Conselho – que fez o seu trabalho apelando a uma consolidação da legislação de 2007 – precise dos documentos produzidos pela Comissão para poder ir mais longe. Enquanto este trabalho não for comunicado pela Comissão ao Conselho, sou obrigada a dizer-lhes que teremos de esperar por esse momento.

Estou convencida de que, mal tenhamos o documento de trabalho sobre a consolidação da legislação relativa ao OLAF, tal como anunciado pela Comissão, poderemos avançar rapidamente sobre o dossiê da reforma. Contudo, precisamos desse documento, sendo que o Parlamento pode contar com o Conselho para fazer andar este dossiê, dentro do respeito habitual pela boa cooperação institucional, a fim de clarificar o mais possível o quadro jurídico do OLAF.

Presidente. - Declaro que recebi uma proposta de resolução⁽¹⁾, apresentada nos termos do n.º 5 do artigo 108.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 18 de Dezembro de 2008.

(A sessão é suspensa por uns momentos)

PRESIDÊNCIA: WALLIS

Vice-presidente

16. Período de perguntas (perguntas à Comissão)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o Período de Perguntas (B6-0491/2008).

Examinamos hoje as perguntas dirigidas à Comissão.

Primeira parte:

Pergunta n.º 32, de **Tadeusz Zwiefka** (H-0934/08)

Assunto: Planos de contingência para as PME

Tendo em conta a crise financeira e económica actual que, nas palavras de Jean Claude Trichet, é a crise mais grave desde a 2ª Guerra Mundial, gostaria de questionar a Comissão sobre os seus planos de contingência para as PME.

O plano-quadro de recuperação, esperado para 26 de Novembro, deverá incluir medidas para ajudar a afastar o espectro de uma recessão. A Comissão está à procura de novo financiamento e de novas utilizações para o financiamento existente. Pretende também aumentar o capital disponível para o Banco Europeu de Investimento, a instituição de concessão de crédito a longo prazo da UE. O Banco já agrupou um pacote de empréstimos de 30.000 milhões € para ajudar as pequenas empresas com dificuldades de obtenção de financiamento. Tais acções são bastante louváveis; porém, uma das questões mais graves com que se deparam as PME nesta fase é a incapacidade de reembolsar os empréstimos. Previu a Comissão Europeia planos de contingência especificamente concebidos para tratar deste problema particular?

Joaquín Almunia, *Membro da Comissão.* – (ES) Senhora Presidente, na sua proposta de lei das pequenas empresas - ou *Small Business Act* - a Comissão reconheceu plenamente os problemas com que as pequenas e médias empresas de debatem.

No que se refere ao acesso ao financiamento, que é assunto da pergunta do senhor deputado Zwiefka, a Comissão, em conjunto com o Banco Europeu de Investimento (BEI), anunciou acções específicas tendentes a melhorar a situação.

É claro que estamos de acordo quanto à necessidade de prestar uma ajuda especial às pequenas e médias empresas. A crise financeira afectou substancialmente os canais de financiamento disponíveis para as empresas, e em particular para as PME, em muitos Estados-Membros. As Instituições comunitárias e os Estados-Membros tomaram medidas concretas, no âmbito das suas áreas de competência, a fim de contrariar estes efeitos.

A Comissão introduziu medidas tendentes a estabilizar o sistema financeiro, que deverão ajudar os bancos a voltar a conceder empréstimos aos seus clientes. Apoiámos também determinadas mudanças nas normas contabilísticas e a aprovação acelerada de planos de recapitalização dos bancos e de avais bancários.

⁽¹⁾ Ver Acta.

Além disso, como é do vosso conhecimento, em 26 de Novembro a Comissão aprovou o plano de recuperação no valor de 200 mil milhões de euros. Este plano foi apoiado e aprovado pelo Conselho Europeu na passada semana. Como consta da nossa comunicação, este montante de 200 mil milhões de euros inclui trinta mil milhões de euros provenientes do orçamento da UE ou das acções de financiamento do BEI para ajudar a revitalizar a economia.

Quer através de recursos orçamentais, quer de acções financeiras, estas medidas incluem claramente linhas de financiamento e de ajuda que irão beneficiar substancialmente as pequenas e médias empresas. Isto vem juntar-se ao acordo alcançado no Conselho informal Ecofin, realizado em Nice em Setembro deste ano, para que o Banco Europeu de Investimento intensifique e, ao mesmo tempo, antecipe as suas linhas de financiamento específicas destinadas às PME.

Para além desses acordos, o BEI anunciou que irá proporcionar às PME uma facilidade de financiamento intermédio – tecnicamente conhecida como “mezzanine” – através do Fundo Europeu de Investimento, num valor global de mil milhões de euros.

Como já referi antes, nos planos dos diferentes Estados-Membros e no quadro do plano de recuperação aprovado pelo Conselho Europeu na semana passada, constam já diversos exemplos de países importantes da UE em termos de dimensão económica, como o Reino Unido, a França, a Alemanha, e a Espanha, que implementaram medidas de financiamento específicas para as PME, que, como todos sabemos, representam um volume importante em termos de negócio, de emprego e de tecido produtivo em todos os nossos países.

Por último, gostaria de referir os acordos que a Comissão adoptou neste momento de particular dificuldade económica, utilizando as disposições consagradas e previstas no Tratado, a fim de introduzir a necessária flexibilidade no âmbito das ajudas de Estado. Também isto irá beneficiar especialmente as PME. Um exemplo é o acordo que adoptámos ontem para elevar a chamada regra *de minimis* em matéria de ajudas de Estado.

Por último, em Janeiro está prevista uma reunião, no quadro do chamado “diálogo construtivo”, entre a Comissão, as PME, os seus representantes e também os bancos, a fim de trocar opiniões sobre a eficácia destas ajudas, sobre a situação actual e sobre a eventual necessidade de reforçar as decisões adoptadas nos últimos meses.

Tadeusz Zwiefka (PPE-DE). – (PL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, muito obrigado pela sua explicação tão pormenorizada. Dado que mencionou o trabalho da Comissão e os compromissos do Banco Europeu de Investimento, gostaria de perguntar se, em termos gerais, os bancos, que estão envolvidos num diálogo constante e que recebem um apoio substancial, também subscreverem uma política que garanta o funcionamento mais ou menos suave do sector das PME? Também assumiram o mesmo compromisso?

Joaquín Almunia, Membro da Comissão. – (ES) Respondendo à pergunta do senhor deputado Zwiefka, iremos sem dúvida falar com os bancos. Estes também revelam as dificuldades que estão a atravessar através dos seus balanços e mapas financeiros.

Como é evidente, todos os recursos, todas as decisões, todas as medidas adoptadas tanto ao nível europeu como ao nível dos Estados-Membros, mais as provisões de liquidez e a redução das taxas de juro pelo Banco Central Europeu e outros bancos centrais, tudo isto se destina a evitar um colapso do crédito e a incentivar e criar um quadro adequado para a recuperação dos níveis de crédito e de financiamento necessários para as famílias e as empresas.

As pequenas e médias empresas estão sem dúvida muito mais dependentes do crédito bancário para o seu financiamento do que as grandes empresas, na medida em que as grandes empresas, apesar das actuais dificuldades dos mercados, podem emitir directamente os seus títulos ou as suas obrigações e obter financiamento nos mercados de valores ou nos mercados de rendimento fixo. As PME precisam do canal que lhes é proporcionado pelos bancos.

Esperamos sinceramente que os bancos e o sistema de crédito respondam positivamente a este volume de ajudas e de apoio, que é agora necessário, mas cuja magnitude teria sido inimaginável ainda há poucos meses a esta parte.

Creio que não só os nossos governos, as Instituições europeias ou os bancos centrais que têm de aceitar responsabilidades — e nós estamos a aceitá-las. Também os bancos têm responsabilidades, na medida em que receberam apoio sob a forma de recapitalização baseada em dinheiro público ou depósitos garantidos pelo erário público. Têm responsabilidades para com o resto da sociedade e, em particular, para com as PME.

Mairead McGuinness (PPE-DE). - (EN) Senhor Comissário, penso que o seu último comentário foi extremamente pertinente. É preciso que os bancos se capacitem de que precisam das PME e que estas lhes deram a ganhar dinheiro no passado.

Suponho que a minha pergunta seja bastante básica: será que vai funcionar? É possível que não saibamos agora se está a funcionar, mas quando saberemos? E em que altura é que poderemos dizer que será necessário fazer qualquer outra coisa? O valor de 30 mil milhões de euros é significativo, mas as autoridades irlandesas tiveram de injectar 10 mil milhões de euros nos bancos, e alguns especialistas independentes afirmam que serão necessários 30 mil milhões para recapitalizar os bancos irlandeses. Talvez queira comentar.

Silvia-Adriana Țicău (PSE). - (RO) Gostaria de lhe perguntar qual é o procedimento que permite às PME da Roménia terem acesso ao financiamento de 30 mil milhões de euros inscrito no orçamento. Qual é o procedimento que os Estados-Membros podem usar para facilitar o acesso das PME a este financiamento? O Senhor Comissário falou sobre um plano da França, Reino Unido ... A minha pergunta é a seguinte: o processo basear-se-á no princípio da ordem de chegada ou os Estados-Membros, e por conseguinte as PME da Roménia, terão a oportunidade de obter um financiamento semelhante?

Joaquín Almunia, Membro da Comissão. - (ES) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estamos numa economia de mercado e, estando os senhores sentados no lugar onde estão, estou certo de que concordam com essa afirmação. As regras do jogo da economia de mercado são como são.

Por conseguinte, não acredito que ninguém pense que o sistema de crédito, o sistema financeiro ou o sistema económico em geral funcionassem melhor se todas as decisões tomadas pelos agentes económicos e, neste caso particular, pelo agentes financeiros, fossem, em vez disso, tomadas nos ministérios nacionais ou em Bruxelas, num dos muitos edifícios onde as Instituições europeias desenvolvem o seu trabalho.

Por consequência, têm de ser os bancos a decidir se concedem crédito ou não. O facto é que, quando os bancos dependem de dinheiro público ou de garantias públicas, têm também de observar uma série de condições. Os planos nacionais de apoio ao sector bancário variam quanto ao tipo de condições, em função das circunstâncias, em função do tipo de instrumento que é utilizado em cada país.

Pela nossa parte, na Comissão Europeia aprovámos os planos de garantia de depósito apresentados por cada um dos Estados-Membros para assegurar que cumprem as regras da concorrência e das ajudas de Estado. Estamos neste momento a ultimar a aprovação dos planos de recapitalização nacionais mais recentes.

A Comissão adoptou e publicou algumas normas transversais que explicam os critérios que estamos a utilizar nestas circunstâncias excepcionais para analisar se esses planos respeitam as regras do Tratado. A Comissão estabeleceu um prazo de seis meses em todos os casos, pois a seguir temos de – e queremos – apurar o que aconteceu durante os seis meses após a nossa autorização inicial desses planos.

Se o dinheiro dos contribuintes – o dinheiro dos cidadãos –, que foi disponibilizado através desses programas de ajuda estiver a ser devidamente utilizado e se as circunstâncias difíceis da economia continuarem a afectar o funcionamento dos mercados financeiros, poderemos autorizar a continuação destes programas. Se a situação da economia tiver melhorado – como todos esperamos – ou se o dinheiro não estiver a ser utilizado para o fim com que foi autorizado, nesse caso agiremos também em conformidade e adoptaremos as decisões necessárias.

O dinheiro dos contribuintes está a ser posto em risco para melhorar o funcionamento dos circuitos financeiros e dos mercados e circuitos de crédito, e não estamos dispostos a consentir que ele seja mal gasto ou que seja utilizado sem que produza resultados suficientemente positivos.

Relativamente à segunda pergunta, no âmbito dos programas de ajuda às pequenas e médias empresas, o Banco Europeu de Investimento actua através de intermediários em cada um dos Estados-Membros. Por conseguinte, é o intermediário ou os intermediários em cada um dos Estados-Membros que transmitem os créditos e as facilidades financeiras, baseadas nos programas de apoio que estabelecemos, ao tecido produtivo, nomeadamente às PME. Estes intermediários ou agentes financeiros têm também de fornecer a informação que V. Exa. referiu.

Presidente. - Pergunta n.º 33, de **Ryszard Czarnecki** (H-0952/08)

Assunto: Combate ao terrorismo

Na série de dez atentados terroristas cometidos em Bombaim na semana passada morreram, pelo menos, 188 pessoas e centenas ficaram feridas. Que medidas tomará a Comissão para obrigar o governo do Paquistão a pôr termo ao apoio aos grupos terroristas no seu próprio território?

Pergunta n.º 34, de Wiesław Stefan **Kuc** (H-0955/08)

Assunto: Medidas da Comissão Europeia relativas a grupos terroristas no Paquistão

Que medidas está a Comissão Europeia a tomar para compelir as autoridades paquistanesas a absterem-se de apoiar e facilitar as actividades de grupos terroristas no Paquistão?

Ján Figel, *Membro da Comissão.* – (EN) Penso poder dizer que a Comissão partilha com muitos outro o sentimento de choque face aos acontecimentos recentes em Mumbai, que foram também clara e veementemente condenados pelo Conselho da União Europeia, em 8 de Dezembro.

A este respeito, a União Europeia manifestou a esperança de que o Paquistão coopere plenamente com a investigação indiana e que ambos os países trabalhem em conjunto para trazer os responsáveis à justiça. As redes de terroristas procuram prejudicar a paz e a estabilidade regionais; não deveremos permitir que tenham êxito. A UE exortou, por isso, a que se acelere a cooperação regional no combate ao terrorismo.

O diálogo e a cooperação são o caminho a seguir, para que possam ser abordados os mal-entendidos nas percepções e abordagens mútuas. Não há alternativa ao trabalho com o Governo do Paquistão. O Presidente Zardari, como sabem, mostrou-se empenhado na reconciliação. As autoridades do Paquistão levaram a cabo detenções relacionadas com alegações de envolvimento de cidadãos e organizações nacionais nos ataques em Mumbai. Estão a ser dados passos muito importantes.

O que se exige agora é o compromisso firme do Governo do Paquistão no que se refere ao desmantelamento das redes terroristas para que possam ser evitados novos ataques. A Comissão está a estudar a possibilidade de lançar projectos destinados a reforçar as capacidades do Paquistão de luta contra o terrorismo.

Está prevista uma visita do coordenador da luta contra o terrorismo da UE, Gilles de Kerchove, juntamente com a Comissão, no próximo mês de Janeiro. É tudo o que posso dizer em resposta a ambas as perguntas.

Ryszard Czarnecki (UEN). – (PL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, escrevemos estas perguntas há três semanas atrás, em conjunto com o senhor deputado Kuc. Como o Senhor mesmo disse, há algumas coisas que mudaram desde então. Por conseguinte, gostaria que avaliasse e comentasse a declaração do Governo do Paquistão comunicando que não pensam entregar quaisquer terroristas que tenham detido às autoridades indianas. Poderá este tipo de declaração ter um impacto nas relação entre Nova Deli, Islamabad e Carachi?

Wiesław Stefan Kuc (UEN). – (PL) Gostaria de complementar a minha pergunta. Como podemos impedir o uso do território do Paquistão para o treino de combatentes talibãs, que depois têm um papel importante nos combates travados no Afeganistão, para onde foram enviadas tropas europeias e americanas?

Ján Figel, *Membro da Comissão.* – (EN) Como eu disse, este é um assunto muito difícil, sensível e importante. Uma das maneiras em que podemos ajudar é promovendo a democracia, o primado do direito, as políticas antiterroristas e a cooperação na região, assim como neste país específico. Julgo que há uma janela de oportunidade. Estamos não só a tentar ajudar a criar um clima de confiança, mas também a acompanhar de perto os procedimentos e as medidas que estão a ser tomadas. Naturalmente, aquilo que o senhor disse sobre a decisão de não extraditar significa não seguir o caminho da justiça, mas fazer aquilo que é importante no que diz respeito ao regime paquistanês no próprio Paquistão, com o objectivo de eliminar o espaço para o terrorismo, quer neste país quer na sua vizinhança, que tão tragicamente afectou a situação em Bombaim, na Índia.

Em termos de cooperação global, julgo que a União Europeia, juntamente com muitos outros países parceiros, poderá estabelecer relações mais fortes com os governos que estão efectivamente a actuar numa perspectiva mais preventiva e a partilhar mais acções de informação contra as redes. Espero que o combate às redes no Paquistão nos últimos dias venha a tornar-se um bom exemplo, mas ainda teremos de ver de que forma o processo evolui neste país. Estamos lá, pelo menos dentro das nossas possibilidades limitadas. Aumentámos o envelope financeiro destinado à cooperação com o Paquistão para o próximo período 2007-2010, que

contém agora 200 milhões de euros. Parte da atenção está efectivamente centrada no reforço do primado do direito, das instituições democráticas e da capacidade de agir nesse sentido.

É tudo o que posso dizer de momento. Talvez venhamos a ter não só mais informações, mas também resultados efectivos em Janeiro, depois da visita ao país por parte da Comissão e do coordenador do Conselho.

Presidente. - Pergunta n.º 35, de **Silvia-Adriana Ticau** (H-0966/08)

Assunto: Investimentos na infra-estrutura energética

A crise económica e financeira afecta muitos Estados-Membros. Não passa uma semana sem que sejam despedidos milhares de trabalhadores nos diferentes Estados-Membros. Uma das maneiras que a Europa tem para enfrentar a crise é investir nas infra-estruturas energéticas. No entanto, a construção desse tipo de infra-estruturas (oleodutos e gasodutos, infra-estruturas de produção e de transporte de electricidade) requer grandes investimentos em projectos que só podem ser executados a médio ou a longo prazo. Para poder investir suficientemente nas infra-estruturas energéticas, os Estados-Membros têm necessidade, quer de um aumento adequado do orçamento das redes RTE-E, quer de uma melhoria dos seus défices orçamentais durante um certo período. Quais são as medidas que a Comissão pretende tomar para ajudar os Estados-Membros, nesta fase de crise económico-financeira, para que possam aumentar os seus investimentos nas infra-estruturas energéticas?

Joaquín Almunia, *Membro da Comissão.* – (ES) Senhora Deputada Ticău, a sua pergunta diz respeito aos investimentos em infra-estruturas energéticas. A segunda revisão estratégica do sector da energia, aprovada pela Comissão, salienta a necessidade urgente de a União Europeia aumentar os seus investimentos em infra-estruturas energéticas, a fim de facilitar o cumprimento dos objectivos da nossa política energética, nomeadamente a segurança do aprovisionamento, a sustentabilidade e a competitividade. O Conselho dos Ministros da Energia, reunido na semana passada, também salientou a importância de aumentar os investimentos em infra-estruturas, já para não falar do acordo sobre energia e alterações climáticas, aprovado pelo Conselho Europeu no passado fim-de-semana e votado hoje aqui, nesta Assembleia.

A Comissão insiste – e creio que também podemos contar com o apoio do Conselho e do Parlamento – em que a actual recessão económica não deve ser motivo para adiar ou reduzir os investimentos em infra-estruturas energéticas. Os investimentos em energia e, em especial, em infra-estruturas energéticas, devem promover a criação de emprego, a inovação, estimular o desenvolvimento de novas actividades e a utilização de novas tecnologias e promover a confiança económica. Também devem, naturalmente, trazer benefícios na medida em que a nossa economia, com esses investimentos, avançará mais rapidamente no sentido de uma economia com baixos níveis de emissão de CO₂.

No plano de recuperação económica, aprovado pela Comissão e apoiado pelo Conselho, propomos que, até 2010, um montante adicional de 4 mil milhões de euros procedentes de recursos não utilizados do orçamento comunitário sejam mobilizados para as redes transeuropeias de energia e investimentos conexos. Isso significa que 4 mil milhões dos 5 mil milhões de euros que propusemos na nossa comunicação, no nosso plano, sejam afectados a esses fins.

Na semana passada, o Conselho Europeu aprovou os pontos essenciais da nossa proposta sobre esta questão, embora falte saber como é que a autoridade orçamental – o Conselho e o Parlamento – vai interpretar as declarações gerais incluídas nas conclusões da Presidência do Conselho Europeu.

Além disso, o Banco Europeu de Investimento autorizou aumentos significativos – até 6 mil milhões de euros por ano – para financiar investimentos relacionados com as alterações climáticas, a segurança, o aprovisionamento energético e as infra-estruturas energéticas, tendo anunciado também o seu compromisso de acelerar a utilização do instrumento de garantia de crédito em vigor para ajudar o financiamento de projectos de redes transeuropeias, a fim de incentivar uma maior participação do sector privado, que é essencial. Só com fundos públicos não podemos financiar o volume de investimentos necessários até 2020 ou 2030, segundo as diferentes estimativas.

Por último, existe um elemento que espero seja significativo, que também foi apoiado pelo Conselho Europeu e estava incluído nas nossas propostas: a decisão de lançar o Fundo Europeu 2020 para a energia, as alterações climáticas e as infra-estrutura, um empreendimento que envolve o Banco Europeu de Investimento, as agências nacionais de financiamento de infra-estruturas e outros possíveis agentes, com vista ao financiamento de projectos de capital e quase-capital no domínio das infra-estruturas em geral e no domínio das infra-estruturas energéticas em particular.

Portanto, no domínio a que se refere sua pergunta, a senhora deputada verá que muitas decisões importantes foram anunciadas nas últimas semanas ou estão agora a ser postas em prática.

Silvia-Adriana Țicău (PSE). – (RO) Muito obrigada pela sua resposta. Gostaria de referir que é extremamente importante fazer investimentos na rede de distribuição de energia eléctrica. Se queremos promover as energias renováveis, ou a energia produzida a partir de fontes renováveis, os produtores deste tipo de energia devem poder, para chegar ao consumidor final, ter acesso à rede de distribuição de energia eléctrica. Espero, por isso, que estes instrumentos financeiros fiquem operacionais o mais rapidamente possível e de um modo transparente.

Joaquín Almunia, Membro da Comissão. – (ES) Senhora Presidente, vou responder de forma muito breve.

Estou totalmente de acordo. O Conselho da Energia a que se fez referência, que teve lugar em 8 e 9 de Dezembro, adoptou a directiva relativa às energias renováveis. Creio que é mais um passo no sentido que indicou.

Concordo plenamente tanto com a sua proposta como com as prioridades que definiu neste domínio.

Segunda parte

Presidente. - Pergunta n.º 36, de **Marie Panayotopoulos-Cassiotou (H-0889/08)**

Assunto: Educação dos filhos dos imigrantes

Na sua recente comunicação (COM(2008)0423) a Comissão propõe organizar uma consulta sobre a questão da educação dos filhos dos imigrantes, referindo-se igualmente aos filhos dos trabalhadores migrantes europeus. Que mecanismos de financiamento prevê por à disposição dos Estados-Membros para melhorar o ensino da língua de origem dessas crianças, principalmente quando essa língua é uma língua oficial da UE?

Ján Figel', Membro da Comissão. – (EN) Gostaria de agradecer à senhora deputada Marie Panayotopoulos-Cassiotou não só a sua pergunta, mas também o seu empenhamento em mais e melhor cooperação em matéria de educação.

Sobre esta questão específica, posso dizer que o Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida não é apenas um bom nome, mas é também um instrumento muito sólido e o principal instrumento para disponibilizar à Comissão uma fonte de financiamento relacionada com a educação. A promoção da aprendizagem de línguas e da diversidade linguística faz parte dos objectivos específicos de todo o programa.

Uma vertente do programa, designada por Comenius, apoia projectos transnacionais que visam responder às necessidades específicas das crianças com origens migrantes, incluindo uma componente linguística ou o ensino de línguas. A chamada Actividade-Chave “Línguas” do Comenius apoia o ensino de qualquer língua do mundo, incluindo as línguas oficiais da UE. A Actividade-Chave “TIC” – uma outra componente do Comenius – apoia igualmente projectos de desenvolvimento de utilizações inovadoras das tecnologias de informação e comunicação aplicadas ao ensino de línguas, em particular, nas necessidades educativas especiais e nas necessidades das crianças com origens migrantes.

O Fundo Social Europeu é a principal fonte de financiamento para o apoio especial à educação e formação dos migrantes e outros grupos menos privilegiados da população. As autoridades nacionais são as principais responsáveis pela execução.

Por último, o Fundo Europeu de Integração, que é dirigido a nacionais de países terceiros recém-chegados, apoia políticas de integração, inclusive na área da educação e do ensino da língua.

O debate sobre o resultado da consulta pública sobre o Livro Verde “Migração e Mobilidade” ficará concluído até o final do ano. Está aberto e é relevante para todos os interessados e, mais uma vez, gostaria de convidar todos esses interessados a responder. Há questões relacionadas com os instrumentos de financiamento da educação das crianças com origens migrantes. Estas questões serão incluídas num documento de orientação que responderá ao Livro Verde no próximo ano, durante a Presidência Checa.

Marie Panayotopoulos-Cassiotou (PPE-DE). – (EL) Senhora Presidente, agradeço a resposta do Senhor Comissário. Apraz-me que o debate esteja aberto. Aproveito a oportunidade para afirmar em público a oportunidade de manter a língua materna dos filhos dos imigrantes europeus, já que a língua constitui um recurso europeu que há que preservar. Os compatriotas do Senhor Comissário em Espanha e na Alemanha, ou noutros países europeus para os quais tenham imigrado, querem, tal como os Gregos, que os filhos

aprendam Grego e Espanhol. Os novos imigrantes provenientes dos novos países europeus deviam, por conseguinte, manter também as respectivas línguas, assim como a segunda geração após estes imigrantes. As línguas oficiais europeias são um recurso europeu e devem prevalecer.

Ján Figel', Membro da Comissão. – (SK) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o objectivo da cooperação na área da educação e da formação profissional consiste em apoiar a diversidade cultural óbvia também na composição das nossas línguas. A UE adoptou uma conclusão magnífica e, na minha opinião, muito sensível e politicamente importante para o seu futuro quando, em Novembro, os Ministros dos 27 Estados afirmaram estar determinados a criar condições nas quais a mobilidade de jovens se tornaria a regra, e não a excepção.

Hoje, a mobilidade está limitada sobretudo por causa da falta de recursos, mas, no futuro, pode constituir um dos grandes instrumentos para apoiar a diversidade, a abertura e as comunicações ou o diálogo entre culturas.

Apraz-me que o apoio para esta cooperação esteja a crescer, em particular no Parlamento Europeu. Por isso, gostaria de manifestar a minha gratidão pela vossa compreensão e pelo vosso permanente apoio.

Justas Vincas Paleckis (PSE). – (LT) Faço uma pergunta no âmbito do ensino mas relacionada com a imigração, dirigida pelos novos aos antigos Estados-Membros da UE. Como sabemos, alguns dos novos Estados-Membros enfrentam um problema de "fuga de cérebros", por exemplo, de professores que, tendo completado o ensino superior num país, vão viver para outro onde não exercem a sua profissão mas recebem um salário melhor. Como vê a Comissão este problema e que medidas proporia?

Silvia-Adriana Țicău (PSE). – (RO) Senhor Comissário, agradeço-lhe a informação que nos deu. Gostaria, contudo, de expandir ligeiramente este tópico referindo-me às crianças que ficam na sua terra enquanto os pais vão trabalhar para o estrangeiro. Seria bom que estas crianças aprendessem também a língua do país onde os seus pais estão a trabalhar e que nós nos preocupássemos com o emprego no seu país, e estou a referir-me aos casos em que as crianças ficaram com os seus avós. Sobre as crianças que partiram com a sua família para os países onde os pais encontraram emprego gostaria de dizer que é importante que estas recebam apoio para aprenderem a língua do país de destino de forma mais fácil e rápida, de modo a poderem demonstrar as suas capacidades intelectuais e adquirirem conhecimentos durante a sua educação.

Ján Figel', Membro da Comissão. – (SK) Senhora Presidente, não posso senão concordar com aquilo que foi dito até agora. Vou começar pela segunda questão.

A directiva ou o regulamento da Comunidade Europeia sobre a educação dos filhos dos trabalhadores migrantes existe desde 1977, por outras palavras, há mais de 30 anos, por isso, trata-se de uma questão que envolve os Estados-Membros – antigos, novos, menos antigos e menos novos – no que diz respeito às condições para a educação das futuras gerações.

Esta directiva exige efectivamente aos Estados-Membros que proporcionem educação a estas crianças na língua do país de acolhimento, por outras palavras, na língua oficial do país e, simultaneamente, apoiem a educação na língua materna original e na cultura do país de origem, em cooperação com o país em causa. Portanto, por um lado, existe uma obrigação de proporcionar, e, por outro lado, uma obrigação de apoiar. De qualquer modo, a questão dos filhos dos migrantes está incluída neste Livro Verde ou Relatório Verde, portanto, haverá debates e, possivelmente, outros passos ou recomendações. Actualmente, estamos na fase de audição e eventualmente podemos tomar acções concretas subsequentes, incluindo legislação, visto que a educação dos filhos dos trabalhadores migrantes constitui uma parte muito importante da sua adaptação e integração. É óbvio que, em muitos casos, os problemas surgem precisamente devido à falta, ou à pouca qualidade, da educação proporcionada neste contexto.

No que diz respeito à primeira questão relativa a professores e fuga de cérebros – em primeiro lugar, penso que é muito importante que a União preste mais atenção a uma formação de professores de alta qualidade. Tal aconteceu pela primeira vez no ano passado e a questão é muito importante, visto que, seja quais forem as reformas ou modernizações debatidas ou implementadas na educação, os professores constituirão o componente central deste processo e têm de ser sujeitos, e não objectos do mesmo. Tópicos como a aprendizagem ao longo da vida, começam pelos professores, como é óbvio. Eles têm de estar na primeira linha da aprendizagem ao longo da vida, se queremos que esta seja passada à geração mais jovem. É muito importante dominar muitos tópicos e experiências novos, assim como tecnologias no processo de educação. O envelhecimento da população também se aplica aos professores. Muitos países na União estão confrontados

com a diminuição ou défice crescente de professores e calcula-se que faltará mais de um milhão de professores na próxima década, porque, em muitos países, mais de metade dos professores têm mais de 50 anos.

Não estou a tocar senão nas margens do problema na sua globalidade, mas a fuga de cérebros está relacionada com o valor que atribuímos à inteligência e com a forma como vamos investir na propriedade intelectual, no talento e na capacitação das pessoas para desenvolverem talentos no seu próprio país, em vez de saírem à procura de melhores oportunidades. É precisamente por esta razão que se deveriam apoiar, por exemplo, não só melhorias decisivas na qualidade e acessibilidade da educação, mas também a relevância da mesma. Estes deveriam ser os objectivos para o próximo ano, que foi declarado o Ano Europeu da Criatividade e Inovação. A União, como tal, tem de canalizar maiores esforços para se tornar mais atractiva para indivíduos altamente treinados e para atrair talentos, em vez de se limitar a lamentar o êxodo de talentos. E, como é óbvio, cabe a cada país investir mais na educação precisamente agora, também por causa da crise, visto que os investimentos na educação são decisivos e fundamentais mesmo num período como este, se queremos emergir da crise melhor preparados para a competição, mais capazes para inovar e, simplesmente, com um potencial humano mais forte.

Gostaria de terminar dizendo que não é possível alcançar uma colaboração séria e sólida a longo prazo na área da educação sem prestar uma atenção especial à questão dos professores, da formação de alta qualidade para professores e do apoio à sua formação contínua, não só no início, mas também ao longo das suas carreiras.

Presidente. - Pergunta n.º 37, de **Seán Ó Neachtain** (H-0896/08)

Assunto: Livro Branco sobre o Desporto

Pergunta-se à Comissão Europeia que elementos do Livro Branco sobre o Desporto (COM(2007)0391) foram implementados até ao momento e quais são as futuras prioridades políticas da Comissão no sector do desporto para os próximos meses?

Ján Figel, *Membro da Comissão.* – Julgo que o Livro Branco é já um contributo muito bem-sucedido da União Europeia, a começar pela Comissão e com os comentários muito positivos do Parlamento (o senhor deputado Mavrommatis está aqui na sua qualidade de relator do Livro Branco), e também dos Estados-Membros. Gostaria de recordar que, na semana passada, o Conselho Europeu aprovou conclusões específicas relativas ao desporto – pela primeira vez desde o Conselho de Nice, em Dezembro de 2000 – e julgo que este é também um reflexo da nova situação.

Na verdade, num ano muita coisa aconteceu já e muito está a acontecer neste domínio. Por exemplo, 38 das 53 acções previstas no chamado Plano de Acção designado por “Pierre de Coubertin” foram iniciadas ou estão já em execução, e algumas delas foram já alcançadas ou concluídas: dois terços das acções. Isto revela o entusiasmo e a procura de resultados que existe, e eu sinto-me satisfeito por ver isso. Naturalmente, parte da execução cabe à Comissão.

Estes resultados positivos foram possíveis devido ao empenhamento por parte não só dos Estados-Membros, mas também das organizações desportivas.

Julgo que o Livro Branco tem também permitido ou ajudado a integrar o desporto e os projectos relacionados com o desporto nos programas comunitários existentes. Os projectos relacionados com o desporto receberam recentemente o apoio, por exemplo, do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo Social Europeu, do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, do Programa de Saúde Pública e da Juventude em Acção, bem como dos Programas “Europa para os Cidadãos”.

Têm-se registado progressos em áreas específicas e gostaria de mencionar alguns deles. As Orientações sobre Actividade Física recentemente aprovadas pelos Ministros dos Desportos e transferidas para os Ministros da Saúde, a luta contra a dopagem, um quadro europeu de qualificações para a aprendizagem ao longo da vida e um sistema europeu de créditos do ensino e da formação profissionais, onde o desporto é um dos primeiros domínios utilizados como área-piloto para teste. Jogadores formados localmente: gostaria de vos recordar que adoptaram uma decisão em Maio deste ano sobre os chamados jogadores formados localmente. O estudo sobre o voluntariado no desporto: um tema muito importante. A luta contra o racismo e a xenofobia: muitas acções, também no Parlamento Europeu. O desporto como um instrumento importante nas relações externas da UE. Um método estatístico europeu para medir o impacto económico do desporto. E depois, o “Combate à discriminação baseada na nacionalidade”, a avaliação do impacto nos agentes dos jogadores, que está a começar a ser posta em prática, uma conferência sobre sistemas de licenças no futebol. Estamos a preparar-nos para o próximo semestre e o diálogo social europeu, que, creio eu, teve início em 1 de Julho em Paris entre

os parceiros do futebol profissional – UEFA, FIFPro, APFL e ECA. Muitas siglas, mas a questão é sobre empregadores e empregados e sobre a UEFA, enquanto órgão de cúpula do futebol europeu.

Sinto-me satisfeito por este diálogo social se ter iniciado. Assim, embora não seja possível nesta ocasião fornecer um relatório de progresso circunstanciado sobre todas as acções acima referidas, podemos agora concluir razoavelmente bem que uma parte importante e representativa do Plano de Acção já avançou muito consideravelmente em termos de execução.

Por último, mas não menos importante, quero dizer-vos que, no final de Novembro, teve lugar em Biarritz, organizado pela Comissão, o primeiro Fórum Europeu do Desporto, onde se reuniram pessoas ligadas ao desporto – 300 participantes de diferentes associações, federações, mas também a Comissão e os Estados-Membros. A reunião foi seguida por uma conferência ministerial. Julgo que foi muito importante enquanto primeiro evento deste tipo, mas há muitas mensagens de continuidade e de abertura nesta área para as próximas presidências e para uma próxima reunião.

Por conseguinte, sinto-me satisfeito por esta procura de cooperação entre os intervenientes na área do desporto ser agora muito mais visível e fecunda.

Seán Ó Neachtain (UEN). – (GA) Senhora Presidente, será que o Senhor Comissário poderia desenvolver o que disse sobre voluntariado ou trabalho voluntário no desporto e sobre o modo como a Comissão o vai promover?

Ján Figel', Membro da Comissão. – (SK) Na minha opinião, o voluntariado no desporto constitui um dos aspectos ou actividades decisivos para que este funcione para todos, assim como para toda a sua hierarquia organizacional ou, pelo menos, para o modelo europeu de desporto. Quero com isto dizer que a criação de espaço e apoio ao voluntariado no desporto é uma condição prévia muito importante.

No Livro Branco, prometemos um estudo sobre o voluntariado no desporto. Foi aberto um concurso para a elaboração do estudo, que já fechou, de modo que o estudo se iniciará em 2009. Isto significa que podemos esperar resultados nos finais do ano ou no início de 2010, e os aspectos sociais, económicos e legais do voluntariado no desporto estarão incluídos na análise, de forma a ajudarem-nos na preparação das recomendações para a próxima fase do processo. Apraz-me acrescentar que, o volume do voluntariado está a aumentar no quadro do programa intitulado Serviços Voluntário Europeu para Jovens e também tem um grande apoio neste plenário. Existe igualmente um plano para organizar um Ano Europeu do Voluntariado.

Na minha opinião, o voluntariado também está a assumir uma nova importância pelo facto de ser reconhecido como um tipo de educação informal. Em Novembro, pela primeira vez na história, o Conselho adoptou a sua primeira recomendação relativa ao serviço voluntário de jovens na União Europeia. Trata-se da primeira acção legislativa na área dos jovens desde que esta cooperação se iniciou, há mais de 20 anos, e apraz-me que também esteja estreitamente ligada ao voluntariado no desporto.

Houve uma série de projectos recentes da União Europeia, em particular, os da Comissão e do Parlamento, que visou apoiar o voluntariado no contexto de eventos desportivos internacionais. Por conseguinte, este estudo ajudar-nos-á a preparar os próximos passos. Na minha opinião, o sector do voluntariado está a crescer muitíssimo, tanto em termos qualitativos, como quantitativos.

Manolis Mavrommatis (PPE-DE). – (EL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, quero de novo felicitá-lo pela iniciativa da Comissão de submeter ao Parlamento o Livro Branco sobre o Desporto e, na qualidade de relator do Parlamento Europeu, gostaria de formular uma pergunta suplementar: tanto Nicolas Sarkozy como José Manuel Barroso afirmaram, ontem, que o Tratado Reformador será aplicado desde que seja aprovado pela Irlanda, no final de 2009, e o desporto constitui um aspecto activo e integrante do Tratado de Lisboa, ou Reformador. Ouvimos o programa que apresentou. Gostaria que se centrasse no orçamento e rubrica orçamental apenas para o desporto no próximo ano e seguintes, caso seja possível calculá-los desde já.

Avril Doyle (PPE-DE). – (EN) Gostaria de pedir ao Senhor Comissário que nos dê a sua opinião sobre o desporto nos nossos currículos escolares, a actual epidemia de obesidade na infância e a importante relação entre os dois, e também se nos pode indicar se algum Estado-Membro não esteve representado no Fórum do Desporto em Biarritz, em Novembro.

Ján Figel', Membro da Comissão. – (SK) Na minha opinião, o novo acordo oferece uma oportunidade não só para uma política de desporto da UE, mas também para um programa de desporto da UE e eu acredito que a sua popularidade e proximidade dos cidadãos da União irá assemelhar-se à do programa Erasmus, que se

tornou tanto muitíssimo popular, como eficaz. Não é apenas uma questão de aumento da mobilidade dos indivíduos, mas também do Processo de Bolonha e do número de oportunidades educativas que, passados vinte anos, consideramos constituir um caminho europeu para uma maior abertura e relevância da educação, das qualificações e da atractividade europeias. E isto é muito importante.

O desporto é muito necessário, além de muito popular, e é por isso que qualquer programa relacionado com o artigo 149.º deveria estar estreitamente ligado com o âmbito e a agenda da educação e dos jovens, visto que o desporto foi adicionado explicitamente ao artigo 149.º pela primeira vez. Serão criados instrumentos e formatos do Conselho de Ministros semelhantes com base neste artigo.

Apraz-me dizer que a Comissão está disposta a participar na preparação da aplicação deste artigo, e o Livro Branco constitui uma excelente condição prévia ou um passo nesta direcção, que, simultaneamente, não faz juízos prévios, mas coloca o desporto mais no centro da cooperação, tanto entre países, como entre organismos desportivos na Europa.

No que diz respeito ao financiamento, é frequente os inícios serem bastante modestos e, simultaneamente, muito necessários. Espero que um capítulo ou número orçamental especial aprovado no Parlamento para o próximo ano, que ascende a 6 milhões de euros, apoie algumas actividades ou preparativos para o futuro período do programa de desporto. Seria prematuro eu falar hoje sobre consequências orçamentais. Falarei antes sobre o trabalho preparatório. Algumas ideias já foram aprovadas no Parlamento.

No que diz respeito a Biarritz ou à educação e ao desporto, na minha opinião, Biarritz foi um sucesso e eu já disse que se tratou de um fórum inicial. Ao mesmo tempo, as conclusões do Conselho Europeu chegaram no espaço de duas semanas e não é habitual os Primeiros-Ministros e Presidentes falarem de desporto. As conclusões formais são muito encorajadoras, não só no que diz respeito ao fórum em Biarritz, mas também em relação à futura cooperação e ao conteúdo desta cooperação.

Existe uma estreita ligação entre a obesidade e o desporto para todos, visto que o desporto constitui um dos antídotos ou armas mais eficazes na luta contra a obesidade. Na Europa, regista-se, infelizmente, um declínio geral nos níveis da educação física em termos do número de horas por aluno durante o ano escolar e isto é uma tendência negativa que tem de mudar. Ao mesmo tempo, a qualidade do tempo gasto neste tipo de educação tem de melhorar e eu congratulo-me por termos conseguido elaborar, pela primeira vez, um conjunto de orientações para a educação física que foi realmente aprovado em Biarritz. Este conjunto de orientações foi elaborado por peritos e acredito que será aprovado, talvez implementado, mas principalmente aprovado e adoptado pelos Ministros da Saúde no Conselho da Saúde ao nível dos Estados-Membros, o que só revela que o desporto requer uma abordagem horizontal, requer mais coordenação e coerência nas diversas áreas da nossa política, algo que a Comissão vai esforçar-se por alcançar, com a vossa ajuda.

Christopher Beazley (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, no ponto de ordem adequado, gostaria apenas de dizer, na presença do senhor deputado Cappato, que estou muito decepcionado com o facto de a Pergunta 38 não ter recebido agora uma resposta da Comissão Europeia. Segundo percebi dos seus serviços, o senhor deputado Cappato receberá uma resposta por escrito, ou encara a possibilidade de responder à Pergunta 38 mais tarde?

Presidente. – (EN) Senhor deputado Beazley, eu estava prestes a dizer que a Pergunta nº 38 será respondida por escrito.

Também eu estou decepcionada por não termos conseguido abordá-la, mas na verdade o Período de Perguntas está sempre estruturado para termos 20 minutos por Comissário e o Senhor Comissário Figel' já ultrapassou largamente esse tempo. Por conseguinte, teremos agora de dar a palavra ao Senhor Comissário Almunia.

Christopher Beazley (PPE-DE). – (EN) Seria possível o Senhor Comissário enviar-me uma cópia da sua resposta ao senhor deputado Cappato, já que eu tenho interesse neste assunto?

O senhor poderá argumentar que este não é o momento para discutir o assunto. Não deverá haver quaisquer outras bandeiras nos Jogos Olímpicos para além da bandeira olímpica. Se tivéssemos a bandeira europeia, os meus compatriotas e os vossos poderiam ganhar mais algumas medalhas.

Presidente. – (EN) Senhor deputado Beazley, estou ciente de que queremos prosseguir com aqueles que colocaram perguntas. Estou certa de que o senhor deputado Cappato fará a gentileza de lhe enviar uma cópia da resposta.

Presidente. - Pergunta n.º 39, de **Manuel Medina Ortega** (H-0886/08)

Assunto: O euro e a inflação

Poderia a Comissão indicar como reagiu a Zona Euro face à pressão inflacionista generalizada do último ano e quais são as actuais perspectivas de manutenção do poder de compra da moeda comum?

Joaquín Almunia, *Membro da Comissão.* – (ES) Senhora Presidente, Senhor Deputado Medina Ortega, a sua pergunta prende-se com a evolução da inflação na zona euro e as suas consequências, nomeadamente a forma como a zona euro reagiu.

Nos últimos 15 meses, vivemos sem dúvida dois processos aparentemente contraditórios, mas que ocorreram, ambos, nas nossas economias. Por um lado, no período até Julho de 2008, as economias da zona euro, todas as economias europeias e também muitas outras, de países industrializados ou de países emergentes, sofreram um forte choque motivado pela subida dos preços do petróleo e de outras matérias-primas, alimentares e não alimentares.

Estas subidas impressionantes que fizeram o preço do barril de petróleo atingir cerca de 150 dólares no mês de Julho e os preços do trigo, do milho, do arroz e outras matérias-primas chegar a níveis extraordinariamente elevados, causando problemas sociais evidentes, originaram uma subida dos índices de preços que levaram a zona euro a ter em Junho e Julho deste ano um índice de preços em torno dos 4%.

A partir do Verão, a forte desaceleração económica – e agora, em muitos casos, a recessão – em economias importantes de toda a zona euro, nos Estados Unidos e no Japão produziu um choque negativo extremamente forte na procura, que também se observa em países emergentes como a China, a Índia e outros. Os preços das matérias-primas estão a cair de forma extraordinariamente rápida; hoje, o barril de petróleo deve estar nos 43 ou 45 dólares, mas o mesmo padrão de queda muito acentuada pode observar-se na evolução dos preços de muitas outras matérias-primas. Quanto ao nosso índice de preços, o Eurostat publicou esta manhã o índice de preços correspondente a Novembro, mostrando que na zona euro a taxa de inflação homóloga é de 2,1%.

Tendo em mente que os preços subiram consideravelmente no primeiro semestre deste ano, a inflação média na zona euro será de cerca de 3% em 2008. Não sei dizer-vos agora o valor exacto, mas sabê-lo-emos exactamente dentro de um mês. Em termos gerais, no entanto, podemos dizer desde já que, pela primeira vez desde que a zona euro existe como tal, ou seja, desde 1999, a inflação média para o próximo ano na zona dos 16 países do euro será inferior a 2%, o que está abaixo do limite de inflação consistente com a estabilidade dos preços definido pelo Banco Central Europeu. Inclusivamente, não podemos descartar a possibilidade de a meio do ano, em Junho ou Julho, a inflação homóloga poder até ser negativa, em consequência desse aumento brusco dos preços do petróleo e das matérias-primas.

Isso, porém, não significa que não haja problemas de formação de preços. Mesmo num período de inflação baixa, resultante da crise e da evolução dos preços das matérias-primas, continuam a existir problemas microeconómicos com a formação dos preços. A Comissão acaba de publicar uma comunicação sobre os preços dos alimentos, na qual analisamos as acções que estamos a pôr em prática para eliminar situações de abusos ou de mau funcionamento do mercado retalhista no que se refere aos preços dos alimentos. No âmbito da revisão do mercado interno, há também toda uma série de acções anunciadas pela Comissão para a monitorização dos mercados onde a formação dos preços não é feita correctamente.

Estamos, portanto, a actuar no plano macroeconómico em domínios onde tanto nós como o Banco Central temos competências, e estamos a actuar também no plano microeconómico.

Por último, o senhor deputado também faz referência a aspectos relacionados com o poder de compra externo. O euro valorizou-se consideravelmente face ao dólar e a outras moedas. Em Julho, a taxa de câmbio efectiva real do euro face às moedas do resto dos nossos parceiros e concorrentes situava-se em níveis muito altos, com uma clara sobreavaliação da taxa de câmbio efectiva do euro. Hoje, a situação voltou a níveis mais normais, que se podem considerar próximos daquilo que, num trabalho académico ou analítico, se poderia considerar a taxa de câmbio de equilíbrio do euro.

Manuel Medina Ortega (PSE). – (ES) Obrigado, Senhor Comissário, pela sua resposta, muito pertinente, correcta e completa.

Tenho de formular a minha pergunta seguinte com algum cuidado, porque a fixação das taxas de juro não cabe à Comissão, mas ao Banco Central Europeu, e os dois órgãos são independentes, parecendo contudo existir uma inter-relação entre inflação e taxas de juros.

Há quem pense que o Banco Central Europeu subiu as taxas de juro num determinado momento em que talvez não era necessário fazê-lo, causando muitas dificuldades aos consumidores, e agora estamos a presenciar um processo diferente, uma espécie de competitividade em torno dos cortes das taxas de juro. Nos Estados Unidos, creio, a taxa de juro é de 0,25%, ou seja, praticamente nula.

Está a Comissão a efectuar algum tipo de avaliação sobre o efeito das decisões do Banco Central Europeu na inflação, e fez alguma previsão das consequências que estas possam vir a ter no futuro?

Joaquín Almunia, Membro da Comissão. – (ES) Senhora Presidente, o nosso relatório sobre os primeiros dez anos do euro – UEM 10 –, que tive ocasião de apresentar aos senhores deputados neste Hemiciclo e na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento, inclui uma análise da evolução da inflação e dos instrumentos utilizados na política monetária, entre outros.

Esta análise foi feita de forma muito cuidadosa para que não se coloque a menor dúvida quanto ao nosso respeito pela independência do Banco Central Europeu, mas também podemos dizer que, vendo os números da inflação na zona euro desde 1999 até 2007, em todos eles a inflação média na zona euro no final do ano, sempre que é possível calcular a média durante o ano inteiro, situou-se ligeiramente acima do objectivo de estabilidade de preços do BCE, embora muito próximo dele.

Portanto, penso que se pode dizer que os resultados anuais desde a introdução do euro e desde que o BCE ficou encarregue da política monetária do euro foram claramente positivos, e muito melhores do que os resultados de muitas economias, hoje integradas na zona euro, quando dispunham das suas próprias políticas monetárias e do seu banco central, naturalmente.

Pelas razões que lhe expus na minha primeira resposta, este último ano, 2008, foi muito mais complicado, porque se tratou de um ano constituído por duas metades radicalmente diferentes. A primeira metade do ano foi marcada por um aumento dos preços causado por um choque externo inflacionista, extremamente virulento. A segunda metade assistiu à queda a pique dos preços em consequência de uma série de razões, mas sobretudo devido ao abrandamento económico e, no nosso caso, à recessão em que infelizmente nos encontramos imersos.

Nestas circunstâncias, é muito fácil criticar qualquer banco central, tenha a sua sede em Frankfurt, Washington, Londres ou qualquer outra capital do mundo. Mesmo assim, ao longo de toda esta crise, desde Agosto de 2007, o BCE tem demonstrado ser um banco sólido nas análises, sereno nas suas decisões e bem sucedido nas suas orientações estratégicas.

Foi o banco que liderou a reacção, em Agosto de 2007, à crise do *subprime*. Creio que a sua actuação tem sido consistente com o mandato que lhe foi conferido pelo Tratado, pelo Conselho, pelo Parlamento e pela União Europeia em geral e creio que, neste momento, está a fazer o que um banco deve fazer, que é, acima de tudo, proporcionar liquidez e evitar que a falta de liquidez dê origem a uma contracção do crédito que poderia agravar ainda mais as coisas.

Qual vai ser a evolução das decisões do BCE, no futuro, não sei dizer. Jean-Claude Trichet, que comparece periodicamente perante vós, poderá dizê-lo pelas próprias palavras de um banqueiro central. No entanto, tendo seguido desde há vários anos a comunicação do BCE, às quintas-feiras da primeira semana de cada mês, logo após a reunião do seu conselho, creio que é muito fácil perceber muito bem não só as decisões que toma, mas também, sem as pré-anunciar, as orientações do mercado e a forma como analisa a sua política monetária para os próximos meses.

Gay Mitchell (PPE-DE). – (EN) Associo-me ao Senhor Comissário na apreciação das medidas tomadas pelo Banco Central Europeu. Julgo que elas têm sido muito consistentes e muito contidas. Todavia, tenho uma pergunta para o Senhor Comissário, não obstante a independência do Banco Central, que todos nós nesta Assembleia apoiamos e que ele também apoia. Manter a inflação sob controlo ajudou a criar algo como 16 milhões de empregos na zona euro ao longo dos 10 anos em que ela funcionou. Dado que a inflação desceu para valores tão baixos, o que pensa o Senhor Comissário que devem ser agora as prioridades do Banco Central Europeu? A independência do Banco Central tem de ser protegida, mas isso não nos impede de dar o nosso parecer. Assim, considera o Senhor Comissário que a prioridade do BCE deveria agora mudar, dado que a taxa de inflação é tão baixa e que as taxas de juros já não conseguem reduzi-la?

Paul Rübzig (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, até que ponto diferem neste aspecto a zona euro e a zona não-euro, e em que sectores prevê a maior taxa de inflação num futuro próximo?

Joaquín Almunia, Membro da Comissão. – (ES) Senhor Deputado Mitchell, a estabilidade dos preços está definida no Tratado como mandato principal. O principal mandato do Banco Central Europeu é manter a estabilidade dos preços. Uma vez conseguido este mandato ou objectivo principal, ou na medida em que for conseguido, o mandato consiste em garantir que a política monetária seja coordenada com os restantes objectivos da política económica. Isso é algo que o próprio BCE e as outras instituições europeias devem assegurar.

O que entende o BCE por estabilidade de preços? Penso que o definiu muito claramente já em 2003, se não estou enganado. Significa uma inflação abaixo dos 2%, mas muito próxima de 2% numa perspectiva de médio prazo.

Durante todos esses anos, desde 1999 até agora, o cumprimento deste objectivo de pouco menos de 2% implicava tentar baixar a inflação. No próximo ano, se as previsões se confirmarem, a estabilidade de preços poderá ser interpretada pela primeira vez como uma tentativa de se ficar próximo dos 2%, sem os exceder, porque provavelmente, iremos viver numa situação em que não só a inflação mensal, mas talvez as próprias previsões da inflação a médio prazo apontem para menos de 2%.

Porém, o mandato vai continuar a ser o mesmo. Os instrumentos utilizados e os métodos para atingir o objectivo serão diferentes, naturalmente, mas esse continuará a ser o objectivo.

A segunda área de actividade ou conjunto de acções de qualquer banco central e, evidentemente, do Banco Central Europeu, é proporcionar liquidez. Isto é extremamente importante no momento actual.

Creio que o BCE está a fazer o que deve fazer, mas não faz segredo – di-lo muito abertamente – de que proporciona liquidez no período da manhã, mas normalmente, antes de fechar a loja no final do dia, recebe liquidez das instituições financeiras que não tenham usado essa liquidez para as suas operações de crédito. Isto já deu origem a um debate: presentemente, os jornais publicam declarações do Vice-Presidente do BCE, o Sr. Lucas Papademos, e de alguns outros responsáveis anunciando que o banco está a discutir o modo como deve utilizar os instrumentos necessários para garantir que este fornecimento de liquidez seja eficaz e não seja simplesmente uma operação circular que acaba, todas as tardes, na devolução do dinheiro ao lugar de onde saiu de manhã.

Passo agora à segunda pergunta, sobre a diferença. Em alguns Estados-Membros da UE que não fazem parte da zona euro, a inflação é mais elevada do que na imensa maioria dos países da zona euro. Se o senhor deputado observar a nota que o Eurostat distribuiu esta manhã sobre a inflação no final de Novembro, verificará que a maioria dos países da UE que não fazem parte da zona euro tem uma taxa de inflação superior à do país com a maior inflação na zona euro.

Portanto, neste momento, há uma maior inflação fora da zona euro, em grande medida porque há países fora da zona euro que se encontram num processo de convergência rápido e onde existe uma maior pressão inflacionista devido a uma série de efeitos de maior intensidade no uso da energia, de maior dependência externa de fontes de energias que subiram de preço, ou do "efeito Balassa-Samuelson", no jargão técnico.

Numa comparação sector a sector, a inflação é claramente superior no sector dos serviços. Apesar da queda muito rápida da inflação anual nos últimos meses, poderão verificar que a inflação no sector dos serviços se manteve praticamente constante nos 2,5-2,6%. A inflação nos sectores dos produtos alimentares, dos produtos alimentos transformados e dos bens industriais flutuou muito mais pelas razões que expliquei anteriormente na minha resposta ao senhor deputado Medina Ortega. O sector dos serviços, no entanto, mantém-se numa taxa de inflação que está acima do objectivo de estabilidade dos preços, que é manter-se abaixo dos 2%. Mesmo assim, a sua taxa de inflação está próxima dos 2%.

Presidente. - Pergunta n.º 40, de **Georgios Papastamkos** (H-0891/08)

Assunto: Organização da governação económica da UE

Como é sabido, em termos de intensidade regulamentar e de total obrigatoriedade regista-se uma assimetria entre a incompleta união económica e a completa união monetária.

Em que direcção estratégica veria a Comissão a organização da governação económica da UE, de modo a cobrir esta assimetria?

Joaquín Almunia, Membro da Comissão. – (ES) Senhora Presidente, pergunta o senhor deputado Papastamkos sobre a governação na zona euro.

Acabo de falar sobre a governação no pilar monetário da União Económica e Monetária, o Banco Central Europeu e o Sistema Europeu de Bancos Centrais. Francamente, creio que está a funcionar muito bem. Creio que é um êxito.

A governação no outro pilar, o pilar económico da União Económica e Monetária, funciona, mas ainda tem um longo caminho a percorrer. Funciona a coordenação das políticas fiscal e orçamental e penso que, até agora, desde a revisão de 2005, o Pacto de Estabilidade e Crescimento e a coordenação orçamental implícita na execução do Pacto têm funcionado muito bem.

Estamos agora a ser submetidos a um grande teste, pois, como resultado da desaceleração económica e das medidas de estímulo fiscal, além dos pacotes de apoio ao sistema financeiro, as finanças públicas estão sob extrema pressão e temos de aplicar o Pacto de Estabilidade e Crescimento numa situação muito difícil.

Há que o aplicar com a flexibilidade que possui, mantendo e respeitando as regras do Pacto, e esse será um grande teste.

Há um segundo elemento que também é analisado no nosso relatório sobre os primeiros dez anos da União Económica e Monetária. Para lá da coordenação das nossas políticas fiscais e orçamentais, penso que é necessário melhorar a coordenação das nossas políticas macroeconómicas. Há desequilíbrios macroeconómicos muito importantes em alguns países, incluindo a Hungria e a Letónia, que estão actualmente a ter grandes dificuldades com as suas balanças de pagamentos e requerem um apoio financeiro substancial da nossa parte, através do fundo monetário. Isso indica que houve desequilíbrios acumulados que não temos sido capazes de corrigir em tempo útil através do nosso sistema de coordenação.

Trata-se de países que não fazem parte da União Económica e Monetária, da terceira fase do euro. No entanto, mesmo dentro da zona euro há divergências nos défices por conta corrente e na evolução dos custos laborais unitários que, em minha opinião, requerem uma coordenação claramente mais eficaz do que a que temos conseguido proporcionar até agora, apesar dos esforços do Eurogrupo.

Penso que o Eurogrupo melhorou consideravelmente o seu funcionamento desde que o Primeiro-Ministro do Luxemburgo, Jean-Claude Juncker, assumiu a Presidência em 2005 e instaurou uma presidência estável. No entanto, há ainda um longo caminho a percorrer na coordenação interna das políticas macroeconómicas ou de algumas reformas estruturais, que vão além da coordenação orçamental, e há claramente um longo caminho a percorrer em termos de coordenação externa.

Creio que o euro é uma moeda suficientemente importante para nós e para o resto do mundo para que nos permitamos o luxo de deixar de garantir que os interesses, as posições e as prioridades do euro nos países da zona euro estejam representados em fóruns e instituições multilaterais de forma coerente, consistente e integrada.

Georgios Papastamkos (PPE-DE). – (EL) Senhora Presidente, agradeço a resposta do Senhor Comissário. Apraz-me ouvi-lo dizer que a governação económica tem ainda muito caminho a andar e confirmar a assimetria entre uma entidade estritamente monetária e uma governação económica laxa, incompleta e imperfeita. Mas acrescentaria a seguinte pergunta:

Pondo a mão na consciência, com base na experiência que já acumulou e tendo em conta a recente crise financeira, assim como o facto de se ter transformado em crise económica, se devêssemos hoje rever o Tratado, que propostas apresentaria relativamente a bases institucionais para promover a governação económica na União Europeia?

Joaquín Almunia, Membro da Comissão. – (ES) Creio que lhe posso responder de forma muito rápida, de modo a não repetir alguns dos pontos que mencionei na minha resposta anterior.

As minhas ideias sobre o que precisa de ser feito estão reflectidas no relatório sobre os primeiros dez anos da União Económica e Monetária e na comunicação, mais política, que a Comissão adoptou por minha iniciativa e que temos vindo a debater aqui no Parlamento e no âmbito do Conselho. Precisamos de uma melhor coordenação das políticas fiscais e orçamentais, não apenas para o curto prazo, mas também para o médio e longo prazo; precisamos de uma coordenação – que até agora tem sido muito fraca – de políticas macroeconómicas não fiscais, para melhorar a capacidade de adaptação das economias dos países da zona euro e para melhorar a preparação dos países que pretendem aderir à zona euro nos próximos anos, já que

há cada vez mais candidatos. Precisamos de uma coordenação com base numa estratégia clara e precisa, com prioridades explícitas e uma voz única no exterior da zona euro. E precisamos de uma governação que consiste em continuar a melhorar o funcionamento do Eurogrupo, à semelhança do que temos vindo a fazer sob a presidência de Jean-Claude Juncker desde 1 de Janeiro de 2005.

Armando França (PSE). - Aprecio muito as suas opiniões. Gostaria de ouvir a sua opinião sobre o seguinte: a organização económica e monetária da União, a meu ver, só estará completa com o espaço comum de liberdade, de segurança e de justiça, isto é, temos necessidade de leis comuns iguais para todos e que os tribunais apliquem as leis do mesmo modo no espaço da União. Ora, estamos longe de ter um espaço comum de liberdade, de segurança e, sobretudo, de justiça. O que eu pergunto é o seguinte: se por qualquer razão, que nós não gostaríamos de ter, o Tratado de Lisboa não entrasse em vigor, acha que há perigo para o processo da construção europeia, em especial, para a União Económica e Monetária?

Joaquín Almunia, Membro da Comissão. - (ES) Senhor Deputado França, a minha resposta é necessariamente breve, mas a sua pergunta é muito interessante.

Do ponto de vista do texto jurídico – da letra do Tratado –, devo dizer que a grande maioria dos preceitos do direito primário que a União Económica e Monetária necessita para funcionar como todos queremos que funcione estão escritos desde o Tratado de Maastricht e têm vindo a ser incluídos nos Tratados subsequentes. Hoje, estão incluídos no Tratado de Nice, amanhã serão incluídos no Tratado de Lisboa.

Há algumas melhorias adicionais no Tratado de Lisboa, mas o núcleo do que União Económica e Monetária necessita do ponto de vista do Tratado está já escrito desde Maastricht.

No entanto, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, juntamente com as decisões destinadas a impulsionar a integração europeia, como as que foram adoptadas na semana passada no Conselho Europeu e votadas aqui esta manhã, criaram a estrutura necessária para que a integração económica e monetária avance por onde deve avançar. O próprio texto do Tratado pode determinar qual o progresso feito com a União Económica e Monetária, e se avança na direcção certa ou na direcção errada.

Creio que o Tratado de Lisboa como objectivo político e a vontade política demonstrada pelos dirigentes e pelos Estados-Membros, pelo Parlamento e pela Comissão para levar por diante o Tratado de Lisboa, apesar das dificuldades de sucessivos referendos falhados, é o que a União Económica e Monetária precisa em termos de espaço político, ambiente político, para avançar na direcção certa.

Às perguntas n.ºs 41, 42 e 43 serão dadas respostas por escrito.

Gay Mitchell (PPE-DE). - (EN) Eu não vou atrasar o procedimento. Sei que há dificuldades, mas a noite passada, o Período de Perguntas ao Conselho foi cancelado.

Tal como muitos outros colegas aqui presentes, eu trabalho em comissões. Há outros deputados que não participam nos trabalhos do Parlamento, quer nas comissões quer em plenário. A única possibilidade que temos de mostrar aquilo em que estamos a trabalhar é falar no plenário.

Eu sei que há deputados que não vêm ao Parlamento, mas que recebem os seus salários. Aqueles de nós que vêm devem ter alguma oportunidade de fazer perguntas aos Senhores Comissários. A minha pergunta ainda tem outras duas antes dela. Talvez seja altura de passarmos para um sistema de sorteio, em que cada Comissário teria de responder a quatro ou cinco perguntas e o resto seria respondido por escrito. Parece-me realmente inaceitável continuar com o actual sistema.

Obrigado por me ter escutado. Eu só quero que isto fique registado, porque considero que é de facto muito injusto.

Presidente. - (EN) Senhor deputado Mitchell, gostaria de lhe dizer que a sessão desta noite me deixou um pouco desconfortável. Existem problemas e temos de encontrar um caminho para prosseguirmos.

Talvez eu pudesse dizer, na audição dos Membros da Comissão, que eles têm de compreender que temos uma lista de deputados à espera de respostas e que, embora apreciemos muito as respostas circunstanciadas, por vezes, apreciaríamos respostas mais rápidas. Não me compete tecer críticas, mas talvez o senhor possa tomar nota deste comentário.

Presidente. - Pergunta n.º 44, de **Emmanouil Angelakas** (H-0890/08)

Assunto: Tratamentos farmacêuticos - cuidados de saúde transfronteiriços

A proposta de directiva relativa à aplicação dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços COM(2008)0414, refere, no seu artigo 14.º, o reconhecimento das receitas médicas emitidas noutro Estado-Membro. Considerando que nem todos os preparados farmacêuticos circulam em todos os Estados-Membros, que o mesmo preparado pode circular nos Estados-Membros mas em embalagens e dosagens diferentes, que em certos Estados-Membros preparados idênticos circulam apenas com a designação comercial e não com a designação genérica e que os medicamentos que figuram numa receita médica podem estar numa língua não compreensível pelo médico ou farmacêutico que presta os cuidados de saúde.

Como encara a Comissão a possibilidade de substituição de um preparado receitado que não circula num Estado-Membro por outro (original ou genérico) dado que a substituição de fármacos é proibida em certos Estados-Membros da UE?

Pode a Comissão informar de forma mais detalhada sobre as medidas que tenciona tomar (vide o n.º 2 a) e 2 b) do artigo 14.º) para permitir a confirmação da autenticidade da receita médica e a correcta identificação dos fármacos receitados?

Androulla Vassiliou, *Membro da Comissão.* - (EL) Senhora Presidente, como a Comissão tantas vezes afirmou e reiterou, a norma que proíbe os farmacêuticos estabelecidos em determinado Estado-Membro de aceitarem receitas médicas para uso pessoal emitidas por um médico de outro Estado-Membro vai mais longe do que a legislação necessária à protecção da saúde pública, pelo que é contrária à legislação comunitária, nomeadamente o artigo 49.º do Tratado. Por conseguinte, se um medicamento dispuser de autorização de comercialização no território de um Estado-Membro, em conformidade com o n.º 1 do artigo 6.º da Directiva 2001/83/CE, esse Estado-Membro deve garantir que as prescrições médicas receitadas por pessoas autorizadas noutro Estado-Membro possam ser utilizadas no seu território. Segundo a jurisprudência do Tribunal de Justiça, qualquer restrição a esse reconhecimento não deve dar lugar a discriminação, deve ser razoável e proporcionada

Além disso, a Comissão entende que, por motivos de saúde pública, seria proporcional que a legislação nacional previsse que os farmacêuticos podem recusar aviar uma prescrição caso tenham dúvidas legítimas e justificadas quanto à autenticidade da mesma, e isentasse os medicamentos para os quais é exigida receita médica especial, como previsto no n.º 2 do artigo 7.º da Directiva 2001/83.

Quanto ao artigo 14.º da proposta de directiva relativa à aplicação dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços, visa salvaguardar o reconhecimento das receitas legalmente emitidas noutro Estado-Membro, dentro dos limites que já mencionei. Pretende-se, com o n.º 2 do artigo 14.º, facilitar a aplicação do reconhecimento das receitas emitidas por médicos de outro Estado-Membro, aprovando medidas que ajudem os farmacêuticos a aviar receitas emitidas noutro Estado-Membro que não suscitem qualquer dúvida relativamente à autenticidade da receita ou dificuldade de identificação do fármaco receitado. A Comissão não pode, neste momento, fornecer pormenores sobre as medidas a aprovar ao abrigo do artigo 14.º, já que as mesmas serão, obviamente, estabelecidas em conformidade com o procedimento de regulamentação por um comité constituído por representantes dos Estados-Membros, não podendo nós prever, neste momento, que medidas serão decididas pelos representantes dos Estados. A Comissão gostaria, ainda, de frisar que o n.º 2 do artigo 14.º refere apenas medidas que possam garantir a correcta identificação dos fármacos receitados, não estabelecendo quaisquer soluções específicas para atingir esse objectivo.

Acresce que a Comissão tem consciência do assunto a que se refere o senhor deputado e das diferentes políticas seguidas pelos diversos Estados-Membros em termos da possibilidade de substituir determinado medicamento, eventualmente comercializado como medicamento sujeito a patente, por um medicamento genérico, mas a questão tem de ser resolvida pelos próprios Estados-Membros. A Comissão não pode obrigar os Estados-Membros a decidirem em que circunstâncias os farmacêuticos são autorizados a substituir um medicamento por outro; trata-se, evidentemente, de uma competência dos Estados-Membros.

Terminaria, referindo que uma receita emitida por um médico estabelecido noutro Estado-Membro oferece aos pacientes as mesmas garantias que uma receita emitida por um médico estabelecido no Estado-Membro em questão; devo também recordar que segundo o acórdão do Tribunal de 7 de Março, sobre o processo Schumacher, e o processo da Comissão contra a Alemanha de 1990, o mesmo se aplica a medicamentos adquiridos numa farmácia de outro Estado-Membro.

Emmanouil Angelakas (PPE-DE). - (EL) Senhora Presidente, começaria por desejar boa sorte à Senhora Comissária nos seus esforços relativos ao instrumento legislativo sobre os cuidados de saúde transfronteiriços. Tenho uma pergunta a fazer:

Dado que os pacientes que se deslocam entre Estados-Membros devem sempre ter a possibilidade de encontrar a medicação que seguem, o que é especialmente importante em casos de doença cardíaca, doença mental ou outro problema de saúde da mesma gravidade, ponderou a hipótese de criar uma base de dados de medicamentos originais disponíveis na União Europeia que permita que os médicos tenham a certeza de que um paciente que se desloca do Estado-Membro x para o Estado-Membro y encontrará aqui a sua medicação? Como encara esta possibilidade?

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. - (EL) Senhora Presidente, devo dizer que a EMEA, a Agência Europeia de Medicamentos, estabelecida em Londres, está a pôr de pé um projecto de grande fôlego que consiste em compilar um inventário exaustivo de todos os medicamentos autorizados nos vários Estados-Membros e que possam ter os mesmos ingredientes, para que um farmacêutico saiba, perante uma receita, que fármaco, no seu Estado-Membro, corresponde ao medicamento prescrito, caso seja comercializado com um nome diferente. Penso tratar-se de um projecto de grande importância. Não posso indicar exactamente quando estará concluído mas está em fase de elaboração.

Presidente. - Pergunta n.º 45, de **Ioannis Gklavakis** (H-0892/08)

Assunto: Rotulagem dos alimentos

O recente escândalo alimentar na China trouxe mais uma vez para primeiro plano a necessidade de melhor rotulagem dos produtos, bem como de uma maior rastreabilidade das matérias-primas utilizadas para a preparação de alimentos. Segundo a legislação comunitária em vigor, certas indicações são facultativas e outras obrigatórias.

Irá tornar obrigatória a indicação da origem do produto?

Prevêm-se alterações na rotulagem dos produtos transformados de origem animal? Irá ser indicado o país de origem dos subprodutos de origem animal utilizados? Esta rotulagem será obrigatória para todos os Estados-Membros?

Prevêm-se disposições especiais para a rotulagem de produtos de origem animal transformados provenientes de países terceiros?

Qual é o regime previsto relativamente à venda de alimentos a distância ou por Internet?

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. - (EL) Senhora Presidente, devo começar por afirmar que o princípio fundamental da legislação da União Europeia relativa a alimentos consiste em permitir a colocação no mercado comunitário de alimentos seguros apenas e na garantia de que todos os alimentos e forragens legalmente comercializados na União Europeia são seguros, independentemente da sua origem. A legislação comunitária introduziu já um vasto leque de medidas relativas a segurança alimentar e de medidas destinadas a facilitar a retirada do mercado de alimentos e forragens que não sejam seguros.

Ao abrigo da legislação geral relativa a géneros alimentícios, a rastreabilidade dentro do território da União Europeia é obrigatória para as empresas alimentares em todos os níveis e fases da cadeia alimentar, dos importadores aos retalhistas. No que respeita em particular aos produtos de origem animal, incluindo os provenientes de países terceiros, a legislação reforça a imposição da rastreabilidade para produtos de origem animal abrangidos pelo Regulamento (CE) n.º 853/2004, impondo as seguintes exigências: os operadores do sector alimentar devem dispor de sistemas e procedimentos que lhes permitam identificar os operadores de quem receberam e aos quais forneceram produtos de origem animal. Esses produtos devem afixar uma marca de salubridade ou marca de identificação. A Comissão não prevê quaisquer modificações às regras de rastreabilidade ou às marcas de salubridade ou de identificação para os produtos transformados de origem animal.

Quanto à indicação obrigatória do local de origem dos produtos alimentícios em geral, devo salientar que a indicação do local de origem dos alimentos não é uma medida de segurança alimentar mas uma ferramenta ao dispor dos cidadãos para poderem reconhecer as características de cada produto. No entanto, essa indicação é exigida, por uma questão de princípio, nos casos em que exista o perigo de os consumidores poderem fazer uma interpretação errada quanto à verdadeira origem do produto, assim como em aplicação de regras específicas como as aplicáveis aos frutos e produtos hortícolas, carne de bovino, vinho, mel e peixe. Nesses

casos a indicação de origem é obrigatória. É também exigida indicação de origem para a carne de aves importada e, a partir de 1 de Julho de 2010, a mesma deverá constar dos alimentos pré-embalados rotulados como biológicos. Nesses casos, a indicação de origem é não só necessária como obrigatória.

A Comissão está ciente de que a matéria exige um debate mais aprofundado e todos sabemos que, frequentemente, os cidadãos querem saber qual a origem dos produtos. No entanto, tal razão não justifica a obrigatoriedade da indicação de origem, justamente por considerarmos que não constitui medida de segurança alimentar. Como já expliquei, trata-se de um instrumento para informar os cidadãos das características de origem dos produtos. A rotulagem dos alimentos pode, claro, ser voluntária, e aí há que seguir determinadas normas comuns, de modo a que haja conformidade em todos os Estados-Membros.

A proposta da Comissão sobre informação alimentar abrange todos os métodos utilizados para fornecer alimentos aos consumidores, incluindo a venda à distância. Pretende-se esclarecer que, nesses casos, a informação relevante obrigatória, como os ingredientes e alérgenos presentes nos alimentos, deve ser fornecida ao consumidor, no processo de venda à distância, não só no momento da entrega dos produtos mas logo desde o momento em que alguém dá início ao processo de encomenda; quem compra deve saber exactamente quais os ingredientes presentes e se os produtos que tenciona comprar contêm alérgenos ou outras substâncias.

Ioannis Gklavakis (PPE-DE). - (EL) Senhora Presidente, agradeço à Senhora Comissária. Gostaria, porém, fazer uma observação.

A União Europeia, no seu território, adoptou todas as medidas conhecidas relativamente à produção agrícola e à comercialização de produtos para proteger tanto os consumidores como o ambiente. Nesta matéria específica, estará a Comissão a ponderar a possibilidade de tomar medidas seguras para os produtos provenientes de países terceiros, para que esses países possam, eles próprios, reforçar as regras de rotulagem? É que no território da União Europeia os rótulos parece serem fiáveis mas temo que o mesmo não aconteça com os rótulos dos produtos provenientes de países terceiros.

Se nada for feito, os agricultores europeus que são obrigados a essas medidas sofrerão custos acrescidos e ficarão em situação de desvantagem, e o consumidor desconfiará da qualidade dos produtos provenientes de países terceiros, o que significa que não estamos a fazer nada e que apenas conseguimos enfraquecer a Europa.

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. - (EL) Senhora Presidente, devo esclarecer que exigimos que a legislação aplicável aos produtos da União Europeia seja também adoptada nos países que exportam para a União. Queria ainda recordar-lhe o seguinte: se tal não acontecesse não estaríamos em posição de proibir as importações de carne do Brasil ou de cessar a importação de leite e produtos lácteos provenientes da China, e os exemplos não terminam aqui. É justamente porque dispomos dessas normas que devemos sentir-nos confiantes em que as mercadorias importadas pela União Europeia são tão seguras como as que são produzidas dentro da própria União.

Há que ter sempre em mente que podem verificar-se fraudes, independentemente de tais mercadorias serem produzidas dentro da União Europeia ou importadas. Tivemos um caso em que uma pequena quantidade de produtos lácteos que se pensava produzidos em Itália tinham, afinal, sido importados da China em circunstâncias fraudulentas, mas isso não significa que não disponhamos de regulamentação adequada. Significa apenas que, às vezes, há cidadãos que encontram formas fraudulentas de importar essas mercadorias.

Jim Allister (NI). - (EN) Senhor Comissário, eu diria que o actual regime não está a funcionar, o que é claramente ilustrado pela experiência recente no meu próprio círculo eleitoral. Houve ainda agora um alerta na ilha da Irlanda relativamente a alimentos contaminados com dioxinas na República da Irlanda, que afectou os produtos agrícolas que circulam em toda a ilha.

No meu círculo eleitoral da Irlanda do Norte, onde nenhum desses géneros alimentícios contaminados foi consumido, todos os produtos à base de carne de suíno tiveram de ser retirados do mercado. Porquê? Porque nós não fomos capazes de dizer de forma adequada qual era o país de origem desses produtos.

Esta é uma clara ilustração de que o actual regime não está a funcionar. Não deveríamos ter tido de infligir todo este prejuízo à nossa indústria local de carne de suíno, só porque não sabemos exactamente de onde vieram os produtos que estão à venda nas nossas lojas. Tendo isto em consideração, irá o Senhor Comissário abordar estas questões e dizer-nos quais as lições que daqui retirou?

Marian Harkin (ALDE). - (EN) Eu queria questionar especificamente o Senhor Comissário relativamente a alimentos processados provenientes de países terceiros, nomeadamente os filetes de frango que nos chegam da América do Sul em blocos congelados de uma tonelada, são descongelados em algum país da UE, são talvez passados por pão ralado ou por algum polme e são, em seguida, vendidos como produtos da UE. Como pode a Comissão controlar este processo? O senhor estava a dizer-nos que a rotulagem do país de origem não é garantia de alimento seguro – tem razão – e que é mais um instrumento para ajudar os consumidores. Todavia, ela ajuda também os produtores, porque, desta forma, os consumidores podem comparar coisas semelhantes.

O senhor disse que, em 2010, haverá um requisito relativo à indicação de onde todos os alimentos preparados estão a ser vendidos. Será que isso significa especificamente que nos restaurantes, onde se vendem alimentos, etc., será preciso indicar o país de origem dos produtos de origem animal?

Por último, Senhor Comissário, quero apenas felicitá-lo por ser excepcionalmente trabalhador e inovador.

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. - (EN) Antes de mais, julgo que a questão da crise irlandesa é a prova de que temos bons sistemas a funcionar. O senhor não concorda, mas parece-me que, se não tivéssemos bons sistemas a funcionar, a crise irlandesa teria passado despercebida.

Foi, efectivamente, porque descobrimos que havia essa carne com dioxinas – devido à rastreabilidade dos comerciantes e dos locais onde compram e vendem a sua carne – que fomos capazes de retirá-la imediatamente do mercado.

(Intervenção da audiência)

Tratou-se de uma medida de precaução que o Governo Irlandês decidiu tomar. A rastreabilidade é possível porque eles mantêm registos sobre os lugares onde os produtos são vendidos.

Os senhores terão a vossa opinião sobre isso. Eu estou convicto de que os meus serviços irão certamente reflectir sobre a crise irlandesa, uma vez que ela custou à União Europeia muitos milhões de euros, mais uma avultada soma ao Governo Irlandês. Por consequência, é algo que não vai passar despercebido e que iremos estudar.

No entanto, eu considero, e é a minha opinião pessoal, que foi graças às regras de rastreabilidade que fomos realmente capazes de enfrentar a crise.

Presidente. - Não tenho a certeza se respondeu à pergunta da senhora deputada Harkin.

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. - (EN) O que eu disse sobre a rotulagem referia-se à galinha que foi importada. Quando a galinha foi importada, teve de ser rotulada, e eu disse especificamente que a rotulagem obrigatória é necessária no caso da carne de aves.

No entanto, se a carne for descongelada e vendida sob outra forma, terá de respeitar as regras da União Europeia. Não tem de respeitar as regras do país de origem. Qualquer produtor de carne, quer seja a pessoa que produz as aves de capoeira quer seja a pessoa que elabora o produto alimentar, tem de respeitar a nossa rigorosa legislação alimentar. Se não o fizer, é essa pessoa o responsável.

Avril Doyle (PPE-DE). - (EN) Por volta do meio-dia de hoje, recebi uma carta dos Serviços das Perguntas Oraís que dizia o seguinte: “A sua pergunta é uma das primeiras perguntas à Comissão. Normalmente, ela será respondida oralmente. Se não estiver presente, a pergunta cairá e não receberá qualquer resposta.”

Assim sendo e porque eu queria uma resposta, como acontece com todos aqueles que colocam uma pergunta, estive aqui sentada uma hora, naquele que é provavelmente um dos dias parlamentares mais agitados da minha carreira. Durante esta última hora, eu deveria ter estado em três outros locais.

Eu não me estou a queixar a si, Senhora Presidente; a senhora apenas pode trabalhar com as regras que lhe dão. No entanto, se pudesse ter em conta na sua lista, ao calcular a proporção das perguntas complementares (e eu recebo mais do que a minha quota-parte) em relação ao período de tempo que os senhores deputados estão na Assembleia – em vez de alguns deputados conseguirem entrar e obter imediatamente uma pergunta complementar, só porque a senhora está a tentar manter o equilíbrio entre os grupos políticos, ou coisa parecida – julgo que todos nós ficaríamos muito satisfeitos por seguir o seu método.

Da maneira como as coisas são, a senhora tem uma tarefa impossível a desempenhar. Volte, por favor, à Conferência dos Presidentes e analise o sistema de ordenação das perguntas. Se não permanecermos na

Assembleia - durante uma hora no meu caso, depois de ter sido convidada a estar presente, porque a minha era uma das perguntas - não obteremos qualquer resposta, nem sequer uma resposta por escrito. É essa a nossa frustração. Obrigada pela sua paciência.

Presidente. – Eu compreendo a sua frustração, senhora deputada Doyle, e, acredite, tanto os serviços como eu tentamos fazer o nosso melhor - e eu sei que temos de fazer melhor ainda.

Obrigada a todos pela vossa paciência e, uma vez que este é o último Período de Perguntas antes do Natal, aproveito para vos desejar também um Feliz Natal e um Bom Ano Novo!

As perguntas que não foram respondidas por falta de tempo serão respondidas por escrito (ver Anexo).

Está encerrado o Período de Perguntas.

(A sessão, suspensa às 19H55, é reiniciada às 21H05)

PRESIDÊNCIA: McMILLAN-SCOTT

Vice-presidente

17. Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais - Sistema Europeu de Créditos do Ensino e Formação Profissionais (ECVET) (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta dos seguintes relatórios:

- relatório (A6-0438/2008), do deputado Jan Andersson, em nome da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, sobre uma proposta de recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a criação de um Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais (COM(2008)0179 - C6-0163/2008 - 2008/0069(COD)); e

- relatório (A6-0424/2008), do deputado Thomas Mann, em nome da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, sobre uma proposta de recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a criação do Sistema Europeu de Créditos do Ensino e Formação Profissionais (ECVET) (COM(2008)0180 - C6-0162/2008 - 2008/0070(COD)).

Jan Andersson, relator. - (SV) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer umas breves palavras sobre o mérito do ensino profissional. É importante que o ensino profissional seja desenvolvido em todos os Estados-Membros da UE. É importante para a própria UE, para a competitividade e para sermos bem-sucedidos no mundo, mas é também importante para os indivíduos que haja na UE um ensino profissional de alta qualidade. É este o contexto geral da questão em apreço.

Sabemos que o ensino profissional é organizado de formas muito diferentes nos vários Estados-Membros. Esta proposta de um quadro de referência não é uma ameaça à forma como os Estados-Membros organizam o ensino profissional por toda a Europa, e podemos desenvolver a nossa tradição, independentemente de organizarmos esse ensino a nível local, regional ou nacional. É evidente que já havia anteriormente um quadro comum de garantia da qualidade e do ensino profissional, mas os Estados-Membros desejam agora desenvolver esse quadro, principalmente do ponto de vista de uma globalização crescente e da necessidade de um ensino de melhor qualidade.

Relativamente ao trabalho que desenvolvemos no que se refere ao quadro de referência de garantia da qualidade, gostaria de agradecer à Comissão e ao Conselho a sua excelente cooperação, que nos permitiu chegar a soluções comuns.

De que se trata, então? Ora bem, os Estados-Membros têm-se mostrado muito preocupados em garantir que não lhes façamos nenhuma prelecção e que isto seja algo que, a seu ver, represente um valor acrescentado para os próprios Estados-Membros. Temos de partilhar experiências. Já visitei pessoalmente projectos-piloto relacionados com a garantia de qualidade no domínio da formação em mecânica automóvel para jovens, no meu país, onde existe uma cooperação que se está a revelar extremamente profícua.

Temos um mercado do trabalho comum, temos objectivos comuns e, portanto, é importante que tenhamos este tipo de partilha de experiências e um quadro comum no âmbito do qual essa partilha se possa processar. Em conjunto com os Estados-Membros, tivemos também o cuidado de dizer que os indicadores que aqui

foram incluídos não devem ser vistos como um instrumento de controlo, mas sim como um recurso ao dispor dos Estados-Membros. Estes deverão poder utilizá-los ao desenvolverem os seus sistemas e ao avaliarem a qualidade desses sistemas. Espero e creio que este passo no sentido de um acordo conduza ao desenvolvimento do ensino profissional no mercado interno. Estou inteiramente seguro disso, e também estou certo de que a partilha de experiências e as ferramentas que estão agora a ser colocadas ao dispor dos Estados-Membros representam um benefício para os próprios Estados-Membros, para a UE e para os indivíduos. Muito obrigado.

Thomas Mann, relator. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário Figel', senhoras e senhores, quando o tópico é a educação na Europa toda a gente fala de Bolonha – e muito bem. Desde que, em 1999, os Estados-Membros da UE decidiram criar um espaço comum de ensino superior na Europa, até 2010, foram eliminadas muitas barreiras à mobilidade. Pensar em termos de licenciaturas e mestrados e reconhecer os resultados escolares do Sistema Europeu de Transferência de Créditos (ECTS) cria uma consciencialização para a necessidade de uma acção comum.

A ideia é que o ensino e formação profissionais (EFP) sigam exactamente o mesmo princípio. Uma etapa importante foi a Cimeira de Barcelona, em 2002, que apelou ao reconhecimento transnacional dos resultados da aprendizagem. No mesmo ano assistiu-se ao arranque do Processo de Copenhaga sobre uma maior cooperação europeia no ensino e formação profissionais. Em 2006 estabelecemos novas condições, nomeadamente o Quadro Europeu de Qualificações (QE). Nessa altura fui relator do relatório de iniciativa do Parlamento Europeu.

O QE tem três funções: a primeira é ligar os quadros nacionais e sectoriais de qualificações; a segunda é garantir a correspondência entre o ensino profissional e o ensino geral; e a terceira é garantir transparência e permeabilidade.

De modo a permitir a transferência e o reconhecimento dos resultados da aprendizagem foi agora criado o Sistema Europeu de Créditos do Ensino e Formação Profissionais (ECVET). Só quando for garantida a transparência no domínio das capacidades e competências desaparecerão todos os obstáculos à sua transferência e aceitação ao nível dos Estados-Membros e a nível transnacional. Deste modo, o ECVET contribui para a expansão da cooperação europeia no ensino geral e no ensino profissional.

O ECVET aumentará a abertura à mobilidade, facilitará a concretização dos planos de carreira e deverá também aumentar a inclusão social dos trabalhadores e formandos. Um empenhamento sério na conformidade com os critérios de qualidade do EFP implica que devem ser tomadas em conta características nacionais específicas. Nem toda a gente sabe como funciona a estreita cooperação entre a escola e a indústria – isto é, o sistema dual – nem toda a gente está ciente do investimento considerável em termos de competências, tempo e dinheiro necessários para a obtenção de um diploma de mestre-artesão ou para o reconhecimento como "Fachwirt" (qualificação profissional não académica). As actividades dos Estados-Membros deverão ser complementadas e a sua cooperação maximizada. Em relação aos créditos, deverão existir garantias de que, nalguns casos, possam ser acrescentados módulos de avaliação dos conhecimentos e das competências, ao passo que outros poderão continuar a exigir um exame final. Esta liberdade é essencial.

Senhoras e senhores, o facto de a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais ter votado quase unanimemente a favor do meu relatório deu-me a motivação para encetar negociações com a Comissão e com o Conselho. Encontrámo-nos em Bordéus, à margem de uma conferência sobre a educação realizada pela Presidência francesa, e gostaria de agradecer a todos os relatores-sombra pelo seu apoio a este compromisso.

Espero que o trabalho que fizemos juntos possa ser visto como um contributo competente para tornar o EFP eficiente, transparente e móvel. Que o ECVET se torne um elemento importante na construção do espaço europeu de aprendizagem.

Ján Figel', Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, também eu gostaria de começar por exprimir a minha gratidão e por partilhar convicções semelhantes às manifestadas pelo senhor deputado Jan Andersson nos seus comentários introdutórios sobre a importância da recomendação QREGQ, no que se refere ao excelente trabalho desenvolvido e à cooperação entre instituições. As comissões e a Comissão esperam chegar muito perto de um acordo em primeira leitura sobre dois importantes instrumentos.

Em primeiro lugar, gostaria de demonstrar o meu apreço pelo trabalho da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais. Gostaria também de mencionar o contributo dado pela senhora deputada Ramona Mănescu e pela Comissão da Cultura e da Educação e, no que se refere ao segundo ponto – uma vez que associámos

dois pontos –, o contributo dessas mesmas comissões: Cultura e Educação, e Emprego. Refiro igualmente o senhor deputado Dumitru Oprea por ter contribuído com muitos pontos interessantes, que tanto o senhor deputado Jan Andersson como o senhor deputado Thomas Mann salientaram já.

Tanto as pessoas como os Estados-Membros têm falado muito sobre o Processo de Bolonha, mas agora cada vez se fala mais sobre a importância das competências, do ensino e da formação profissionais e do Processo de Copenhaga. Este ano, organizámos o primeiro concurso “EuroCompetências” (*EuroSkills*), que contribuirá para aumentar a popularidade, a atractividade, a qualidade e o intercâmbio de melhores práticas na muito importante área do EFP. Gostaria de fazer algumas observações sobre a importância dos dois instrumentos, que amanhã irão ser votados neste plenário, através dos vossos relatórios.

No que se refere à recomendação sobre o QREGQ: os processos de reforma na Europa ofuscaram o ensino e a formação profissionais, mas se queremos realmente tornar a nossa União mais competitiva e socialmente coesa, tal como foi definido na Estratégia de Lisboa, temos de ter presente a importância e a qualidade tanto do ensino geral como do ensino profissional. A natureza bastante técnica da primeira recomendação não deve desvalorizar a importância deste instrumento. A garantia de qualidade está subjacente a qualquer iniciativa política no domínio do ensino e da formação profissionais, ajudando a criar confiança mútua e a modernizar os sistemas EFP, através da melhoria da eficácia da formação.

O Quadro para a Garantia da Qualidade pretende melhorar continuamente o ensino e a formação profissionais, baseando-se num ciclo de qualidade que estabeleça ligações entre as quatro fases: planeamento, execução, avaliação e revisão. Inclui maneiras através das quais o desempenho do EFP pode ser acompanhado e mede a melhoria do EFP, tanto ao nível do sistema como dos prestadores de serviços. A abordagem da garantia da qualidade reflecte-se nos princípios gerais constantes do Anexo à recomendação de 2007 relativa à instituição do quadro europeu de qualificações, por isso é já parte integrante do QREGQ entretanto estabelecido.

A qualidade, a abordagem dos resultados da aprendizagem e o quadro de qualificações vão de mãos dadas. Precisamos desses instrumentos num único mosaico. A garantia de qualidade é uma condição prévia para a confiança entre os sistemas e os países, de modo a transferir os resultados da aprendizagem como resultados finais. Julgo que os compromissos alcançados ao longo do processo são muito importantes. A Comissão apoia o texto proposto e os vossos contributos melhoram o texto, por exemplo, no que se refere ao novo prazo fixado para o estabelecimento de uma abordagem nacional, ou a uma referência explícita à participação das autoridades locais e regionais. Ao explicar a chamada natureza de “caixa de ferramentas” do quadro, o vosso contributo ajudou também a esclarecer o significado do texto original.

No que se refere ao outro instrumento, gostaria apenas de dizer que ele é também necessário, se queremos realmente promover a aprendizagem ao longo da vida e facilitar a mobilidade real. Como eu gosto de dizer, nós somos cidadãos, e não turistas, de uma União Europeia. Precisamos desta mobilidade, tanto para os estudantes como para os trabalhadores, para que as pessoas possam aproveitar a riqueza proporcionada pelos diferentes sistemas europeus de ensino e formação a nível nacional ou mesmo regional. Isso só será possível, se os resultados individuais da aprendizagem forem devidamente apreciados, ao passarmos de um contexto de aprendizagem para outro.

O sistema ECVET, o sistema europeu de transferência de créditos do ensino e formação profissionais, proporcionará agora uma muito maior abertura. O objectivo do ECVET é duplo: em primeiro lugar, apoiar e promover a mobilidade transnacional e, em segundo lugar, dar acesso à aprendizagem ao longo da vida para responder às necessidades reais dos indivíduos, do mercado de trabalho e das nossas sociedades.

Eu não quero acrescentar mais nada, mas gostaria apenas de vos garantir que este instrumento é e continuará a ser compatível com o outro, o sistema europeu de transferência de créditos do ensino superior geral (ECTS), e com os diversos sistemas de qualificação já existentes na Europa. Este instrumento será utilizado de acordo com as normas e os instrumentos jurídicos de cada país participante.

O senhor deputado Mann salientou a participação voluntária dos Estados-Membros, o que revela não só a diversidade dos nossos sistemas, mas também a maturidade existente para encontrar instrumentos comuns, como resultado do nosso trabalho conjunto e da nossa vontade de criar condições de compatibilidade e transferibilidade entre sistemas diferentes. Durante este processo, pudemos ver como uma abordagem de baixo para cima ajudou a analisar e a constituir os instrumentos, em ambos os casos.

Neste contexto, gostaria também de dizer que o compromisso alcançado é aceitável e muito importante, não só para a conclusão, mas também para a satisfação de todas as sensibilidades e preocupações. Julgo até que melhora o texto. Especificamente, agradeço o contributo relativo a um papel mais preponderante das

autoridades nacionais e regionais e também o que se refere a destacar a importância de um período de testes ou de resultados durante o processo de aplicação. Assim, a Comissão apoia as propostas e o compromisso alcançado.

Marie Panayotopoulos-Cassiotou, em nome do Grupo PPE-DE. – (EL) Senhor Presidente, tenho a honra de ser a primeira pessoa, imediatamente após os relatores, a frisar a grande importância, para todos os cidadãos da Europa, de reforçar os sistemas de ensino e formação profissional, respeitando as características dos sistemas educativos de cada Estado-Membro e coordenando-as, de forma a serem inseridas numa moldura comum e utilizadas como instrumentos, como muito bem referiu a Comissão, e como os relatores já nos tinham explicado durante o excelente trabalho que realizaram em comissão.

Assim, é possível oferecer aos jovens europeus um ponto de partida com base no qual podem avançar escolhendo uma de duas vias: a do ensino superior, ou estudos teóricos, ou a dos estudos práticos, que tem a ver com experimentação e criação. O ensino profissional a todos os níveis é o futuro da Europa, é o futuro de cada Estado-Membro, é a antecâmara para a criação e a produtividade que conduz ao progresso e à inovação. Espero que ambas as directivas em apreço, que em breve serão aprovadas e aplicadas, sejam utilizadas pelas autoridades dos Estados-Membros e pelas instituições de ensino de forma a vermos já resultados no próximo ano, que será o ano da criatividade e da inovação.

Corina Crețu, em nome do Grupo PSE. – (RO) Antes de tudo, gostaria de saudar a presença do Senhor Comissário Figel' neste debate e o interesse que demonstra por estes relatórios. Naturalmente, gostaria também de congratular os nossos colegas, os senhores deputados Andersson e Mann.

Na minha qualidade de relatora-sombra do Grupo PSE para este relatório, e como membro da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, gostaria de exprimir a minha satisfação pelo facto de a aplicação do Sistema Europeu de Créditos do Ensino e Formação Profissionais ter sido aprovada. Trata-se de um importante passo em direcção à harmonização da legislação em matéria de educação nos países da UE e à remoção dos obstáculos que dificultavam a formação profissional ao mudar-se de um sistema de ensino e formação profissionais para outro.

Segundo a Estratégia de Lisboa e as reuniões mais recentes dedicadas à formação profissional, os trabalhadores altamente qualificados serão a força motriz económica da União Europeia. No contexto de uma economia moderna, isso significa trabalhadores capazes de falarem várias línguas e com experiência de trabalho em ambientes multiculturais. Considerando as discrepâncias existentes entre os Estados-Membros no que respeita à definição de qualificações e diplomas, é extremamente importante criar, no enquadramento actual, condições prévias de mobilidade transfronteiriça no sector da educação, o que facilitará a formação de trabalhadores altamente qualificados capazes de satisfazerem as novas exigências da economia europeia.

Outra consequência deste quadro legislativo será a maior mobilidade dos estudantes e alunos dos nossos países, os novos Estados-Membros, cujos sistemas de ensino e formação profissionais estão só parcialmente integrados a nível europeu. O Sistema Europeu de Créditos beneficiará os estudantes e alunos que no passado não tiveram as mesmas oportunidades de trabalho e formação em ambientes multilingues e interculturais que foram dadas aos alunos e estudantes dos antigos Estados-Membros da União Europeia.

Nas alterações que apresentei referi a necessidade de uma rápida aplicação deste sistema, que se destina a facilitar a acumulação, a transferência e o reconhecimento dos resultados de aprendizagem dos cidadãos que desejem obter uma qualificação profissional independentemente do Estado-Membro de origem ou de residência. Temos de estabelecer redes sustentáveis a nível europeu entre os prestadores nacionais e regionais de ensino e formação profissionais, assentes nas estruturas existentes. Para assegurar que essas redes e parcerias sejam tão eficazes quanto possível temos de garantir um nível de qualidade elevado e uniforme. Neste domínio congratulo-me com o relatório do senhor deputado Andersson acerca da criação de um Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais.

Também eu gostaria de sublinhar que é imperativo que os instrumentos previstos no presente quadro sejam aplicados pelos Estados-Membros o mais rapidamente possível, de modo a que possamos atingir os mais elevados padrões comuns de qualidade no domínio da educação. As condições para obtenção de uma habilitação completa a partir de qualificações parciais devem ser claramente definidas e já é tempo de estimularmos a mobilidade da mão-de-obra da UE.

Hannu Takkula, em nome do Grupo ALDE. – (FI) Senhor Presidente, também gostaria de dizer algumas palavras sobre este excelente relatório. Gostaria de agradecer ao relator, o senhor deputado Andersson, bem como a todos quantos hoje aqui intervieram, em especial ao Senhor Comissário Figel'.

É importante que falemos de ensino e formação profissional, uma vez que decidimos conjuntamente que a Europa teria um mercado interno. Se queremos um mercado interno que funcione, precisamos também de uma mão-de-obra viável e com boa formação, assegurando, desse modo, que, ao construir a Europa, não estamos apenas a dar resposta aos aspectos económicos, mas também aos aspectos que têm a ver com o trabalho e as competências.

Este relatório diz respeito não só à educação e à formação mas também à cultura e ao emprego, sendo que também decidimos sobre a questão da inclusão das competências profissionais nos processos de Bolonha e de Copenhaga, que também é de considerar neste contexto.

Gostaria de salientar um aspecto. Apesar de estar ciente de que a educação e a formação em grande medida são da competência dos Estados-Membros, podemos, não obstante, encorajar os Estados-Membros, a nível europeu, a trabalharem em prol de uma verdadeira garantia de qualidade do ensino e formação profissional, do nível dos resultados do ensino e da aprendizagem. É um aspecto muito importante para a mobilidade.

Não podemos esquecer, perante a ameaça de recessão económica, que o investimento na formação e no ensino resulta numa mão-de-obra fiável, de boa qualidade e competente. É crucial, se queremos realizar inovações e dispor de novas aptidões e competências, e se queremos reforçar a nossa base económica, logo aumentar o PNB.

Os decisores actuais esquecem, muitas vezes, que o ensino e a formação constituem a verdadeira chave da construção de um futuro melhor e do reforço da nossa base económica. É esta a mensagem que deveríamos transmitir aos Estados-Membros e aos seus decisores, e nós, que representamos a União Europeia, deveríamos encorajá-los nesta matéria. Precisamos de um mercado labora viável e de qualidade e de mão-de-obra competente.

Sepp Kusstatscher, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, senhoras e senhores, estas duas recomendações do Parlamento Europeu e do Conselho devem constituir um poderoso impulso para a melhoria contínua do ensino e formação profissionais (EFP) em toda a Europa, através de um planeamento concertado e de uma enérgica implementação, aferição e avaliação. Tal requer uma maior transparência entre uma ampla variedade de sistemas de EFP, de modo a permitir a correspondência e o reconhecimento mútuo das qualificações EFP e garantir uma melhor permeabilidade.

Estamos a falar de uma cultura de contínua melhoria na qualidade. Uma educação melhor é mais do que uma questão de meras qualificações, é mais do que uma porta aberta para o mercado de trabalho e mais do que um contributo para a melhoria da competitividade das empresas e dos trabalhadores. Neste sentido incomoda-me ouvir as constantes referências ao “capital humano”, como se os seres humanos não passassem de um factor de produção.

O estatuto do EFP varia muito entre os 27 Estados-Membros. É verdade que não necessitamos de nenhuma harmonização burocrática das disposições, nem de ser “alimentados à colher” por Bruxelas, como o senhor deputado Takkula acabou de dizer, mas faríamos bem em exercer pressão, nem que fosse uma pressão suave, para garantir a aplicação gradual dos melhores modelos e padrões em todos os Estados-Membros da UE, e diria que devemos começar já e não num futuro distante.

Podemos e devemos aprender uns com os outros, e, em qualquer dos casos, o EFP deve beneficiar de um estatuto idêntico ao do ensino geral em toda a Europa.

Agradeço aos senhores deputados Andersson e Mann os seus relatórios.

Jiří Maštálka, em nome do Grupo GUE/NGL. – (CS) Também eu gostaria de começar por agradecer aos relatores, senhor deputado Mann e senhor deputado Andersson, pelo seu trabalho e, em especial, pela paciência que mostraram na negociação do compromisso. Na minha opinião, a proposta do senhor deputado Andersson exprime muito bem a necessidade de cumprir os termos da subsidiariedade; além disso, a formulação descreve bem os mecanismos e prazos nos quais o sistema da avaliação dos indicadores de referência deveria estar pronto para funcionar nos Estados-Membros. Na minha opinião, a proposta também apoia uma maior actividade por parte de todos os envolvidos no ensino profissional, incluindo a auto-avaliação como um instrumento adicional para aumentar a qualidade.

Congratulo-me com o facto de o compromisso também conseguir integrar aquilo que eu considero serem propostas muitíssimo importantes, adoptadas pela Comissão do Emprego, e que incluem, fundamentalmente, o encorajamento dos Estados-Membros a tomar acções mais eficazes nesta área, enfatizado o papel dos estudantes na avaliação da satisfação com os resultados da educação e apoiando as pessoas que proporcionam

educação. Considero importante apoiar o n.º 1 na proposta de resolução do senhor deputado Mann, que enfatiza a importância fundamental do desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos. Para terminar, gostaria de sublinhar que o compromisso proposto utiliza o termo “aprendizagem ao longo da vida”, alargando, assim, muito acertadamente o círculo de cidadãos que participam no processo de educação, motivo pelo qual eu o apoio.

Joel Hasse Ferreira (PSE). - Senhor Presidente, caros Colegas, Senhor Comissário, a garantia de qualidade para o ensino e a formação profissional é decisiva não só para certificar o processo de educação permanente de qualquer trabalhador europeu como também para facilitar a mobilidade em todo o território da União. Um aspecto importante neste processo é o da própria qualificação do ensino e da formação profissional, e nesse sentido é relevante intensificar o intercâmbio das melhores práticas nos planos europeu, nacional, regional e local.

Senhor Presidente, o quadro de referência estabelecido, respeitando a subsidiariedade, apresenta princípios comuns, critérios de qualidade e indicadores úteis para a avaliação e melhoria da oferta, e esses indicadores podem funcionar não como um instrumento de controlo, mas antes como uma caixa de ferramentas que ajuda à realização dos objectivos da Estratégia de Lisboa na vertente da educação e da formação.

Comissário Figel', após felicitar Jan Andersson pelo excelente relatório apresentado, referiria alguns pontos do relatório Thomas Mann, o qual felicito também, e sublinho a importância de articular este processo de certificações com o sistema de transferência de créditos no ensino superior. Assim se garantirá a complementaridade dos processos de certificação e serão melhores as condições para a mobilidade profissional dos jovens e trabalhadores europeus. Interessa igualmente facilitar, e não só facilitar como também encorajar, a participação das autoridades locais e regionais na articulação dos quadros de qualificação regionais e nacionais com o sistema europeu de créditos para a educação e educação profissional.

Presidente, só assim se permitirá o aumento da mobilidade e transferência das qualificações entre sectores diferentes da economia, entre diversos mercados de trabalho, contribuindo decisivamente para a coesão social e para uma maior igualdade de oportunidades em toda a União Europeia.

Caros Colegas, para terminar, e voltando ao relatório Andersson, gostaria de sublinhar a importância de apoiar a estratégia de aprendizagem ao longo da vida, promover uma cultura de aperfeiçoamento da qualidade a todos os níveis, multiplicando ainda as pontes entre o ensino e a educação formal e desenvolvendo a validação da experiência adquirida. Assim se trabalhará pela elevação do nível educativo dos jovens, pela melhoria da formação dos trabalhadores e no sentido do desenvolvimento económico e social, indispensável para a concretização de um modelo social europeu.

Marian Harkin (ALDE). - (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, quero felicitar os senhores deputados Andersson e Mann pelo seu excelente trabalho e, na verdade, pelos seus bons resultados. A maioria de nós aqui esta noite concordará que o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o ensino e a formação profissionais irá revelar-se um instrumento muito útil para ajudar os Estados-Membros a promover e a controlar a melhoria contínua dos seus sistemas de ensino e formação.

Este quadro basear-se-á em referências europeias comuns e terá como ponto de partida a aplicação limitada e até mesmo o sucesso limitado do quadro anterior, o chamado quadro comum de garantia de qualidade.

Ao desenvolvermos a actual proposta, aprendemos com a experiência desse quadro anterior e acredito que melhorámos significativamente o que já existia.

O quadro proposto contribuirá para a qualidade e a eficiência do investimento em capital humano sob diversas formas, das quais irei mencionar apenas três: melhor ensino e mais competências; melhoria das normas e promoção da mobilidade. A aplicação deste quadro é voluntária, e espero que o Senhor Comissário Figel' tenha razão, quando diz que ele reflecte não só a nossa diversidade, mas também a nossa maturidade. Ele dá-nos um quadro partilhado com critérios de qualidade comuns e esse resultado só pode ser alcançado através da acção comunitária. Ao fazermos isto, evitámos o campo minado de vários acordos bilaterais e, com a minimização das normas administrativas, estamos a criar um bom mecanismo que servirá de referência para as normas de qualidade.

Este é um bom diploma que é prático e irá proporcionar bons resultados. Quando o Parlamento consegue aprovar legislação como esta, está a fazer um bom trabalho.

Marusya Ivanova Lyubcheva (PSE). – (BG) Senhor Presidente, Senhor Comissário, o processo de elaboração de recomendações destinadas a reforçar a qualidade do ensino e formação profissionais tem sido um sucesso inquestionável.

Dado que a política nesta área é uma responsabilidade nacional, a qualidade do ensino profissional nos Estados-Membros varia de modo significativo, não dando resposta adequada ao nível de mobilidade no mercado de trabalho nem ao ritmo dinâmico de desenvolvimento económico e tecnológico, o que dificulta a consecução dos objectivos de Lisboa, e muito menos proporciona condições uniformes e equitativas para o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento.

Com base na nova abordagem do quadro de referência, pode prestar-se assistência aos Estados-Membros na consecução dos critérios gerais, da comparabilidade e da compatibilidade em termos de oferta educativa. Os níveis de coordenação previstos nas recomendações, nomeadamente com organizações parceiras e profissionais, alargam o âmbito de viabilidade, o que ajudará decididamente a melhorar o mercado da educação que precisa de seguir o exemplo do mercado laboral.

Isto dará apoio, em particular, aos países que se defrontam com dificuldades de funcionamento devido às transformações que se têm operado nas suas economias. Se for possível estabelecer uma base uniforme, isso garantirá a transparência, a coerência e a portabilidade entre uma série de tendências de desenvolvimento dentro das fronteiras da UE.

Tal deverá ser exequível sem infringir a autonomia de que os Estados-Membros desfrutam na administração dos seus sistemas de ensino e formação profissionais. No entanto, criará, simultaneamente um ambiente comum e providenciará um pré-requisito para uma base comum, de elevada qualidade, bem como uma abordagem eficaz para os especialistas no domínio da formação.

Devemos também ponderar seriamente na necessidade de sincronizar as carências das empresas com a economia e o desenvolvimento tecnológico a fim de tornar ainda mais eficazes os sistemas de formação de pessoal qualificado, o que ajudaria a resolver uma série de questões que têm dado origem a fluxos migratórios de várias dimensões.

Para além disso, pode ser utilizada uma abordagem orientada para a resolução dos problemas inerentes às várias tendências em matéria de formação profissional. A transparência, a cooperação e as normas elevadas no âmbito da organização do processo de melhoria de qualidade do ensino e formação profissionais por via da participação na Rede Europeia para a Garantia da Qualidade devem constituir linhas de orientação fundamentais a nível nacional neste processo.

Tomáš Zatloukal (PPE-DE). – (CS) Gostaria de referir brevemente que o ensino e a formação profissionais na União Europeia funcionam autonomamente a nível nacional e regional, de acordo com diversas normas, criando, assim, um vasto espectro de diversos campos de conhecimento e qualificações. Por isso, a Europa necessita de critérios comuns para garantir a transparência e a transferibilidade entre as numerosas correntes de educação na Europa. Por isso, os sistemas de educação e de formação profissional têm de ser suficientemente flexíveis para responder de forma eficaz, em particular, às necessidades do mercado de trabalho. A eficiência e eficácia da oferta educativa no cumprimento destas necessidades tem de ser avaliada periodicamente, monitorizada e desenvolvida com base nestes factos. O facto de os princípios para assegurar um ensino profissional de alta qualidade incluírem recomendações para a introdução de um quadro europeu de qualificações constitui um sinal positivo. Pessoalmente, encaro o quadro europeu de referência como um instrumento para encorajar o aumento da qualidade dos sistemas de ensino e formação profissional nos diversos Estados-Membros.

Zbigniew Zaleski (PPE-DE). – (PL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, a proposta diz respeito à formação profissional a vários níveis, dependendo da inteligência, motivação, interesses e necessidades de mercado. As normas laborais comuns exigem a harmonização de modelos de formação desde Espanha até à Roménia.

Gostaria de salientar que, ao promover o ensino universitário, não deveríamos descurar o ensino de nível inferior – nos níveis secundário complementar e secundário geral. Não é preciso ter um grau académico para ser um empregado de mesa; por vezes, até um pequeno curso será suficiente. Nos últimos anos, em países como a Polónia, este tipo de formação tem sido reduzida. Como professor, gostaria de dizer que apoiarei, tanto quanto possível, programas de ensino flexíveis concebidos à medida das necessidades dos estudantes, com uma tónica no conhecimento de línguas estrangeiras, de modo a que toda a gente seja capaz de comunicar num país estrangeiro.

Por último, Senhor Comissário, gostaria de dizer que o investimento na educação é um dos melhores investimentos na Europa. Não economizemos na educação. Não privemos as futuras gerações deste financiamento.

Dragoş Florin David (PPE-DE). – (RO) O ensino e formação profissionais são instrumentos essenciais que oferecem aos cidadãos da Europa as competências, capacidades e conhecimentos necessários para se tornarem parte integrante do mercado de trabalho e criarem uma sociedade baseada no conhecimento. Esta recomendação revela-se de uma maneira geral excelente, mas sinto que ainda tem de cobrir duas outras áreas que eu já tinha destacado: a criação de um sistema consultivo para ajudar os cidadãos europeus a escolher o tipo de estudos e a especialização adequados às suas aptidões pessoais e, possivelmente, a criação de uma plataforma para a qualidade na educação.

Quero realçar que temos de adoptar uma abordagem complementar da educação, facilitando uma melhor adaptação do processo educativo às verdadeiras necessidades do mercado de trabalho. Tanto as estratégias de aprendizagem ao longo da vida como a mobilidade são cruciais para aumentar as possibilidades de encontrar emprego no mercado de trabalho. Também gostaria de agradecer a ambos os relatores e desejar-lhes um feliz Natal.

Nicodim Bulzesc (PPE-DE). – (RO) Na União Europeia, os cidadãos que desejem usar no seu país de origem as qualificações ou módulos de formação profissional obtidos noutro país ainda enfrentam obstáculos. Este facto desencoraja muitas pessoas e causa entraves à mobilidade transfronteiriça, e é por isso que a criação de um Sistema Europeu de Créditos do Ensino e Formação Profissionais (ECVET) pode estimular a mobilidade de estudantes e trabalhadores. Penso também que o relatório do senhor deputado Thomas Mann identificou muito bem as melhorias que este sistema introduzirá, bem como os problemas que se poderão verificar quando for posto em prática.

Felizmente podemos utilizar a experiência adquirida no sistema de transferência de créditos (CTS). Como professor que teve de lidar com o sistema de créditos concordo com as recomendações do relator. Temos de ter uma base quantitativa de referência a nível europeu para conceder créditos e especificar critérios claros para garantir a mútua relevância, a transparência e a comparabilidade do sistema, assim como a confiança entre os Estados europeus. Também concordo com um período de experimentação antes da aceitação do sistema, uma vez que os Estados europeus têm sistemas de educação diferentes e que eu acredito que será necessário mais tempo para harmonizar 27 sistemas de formação profissional.

Mairead McGuinness (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, eu estou aqui para apoiar o meu vizinho, o senhor deputado Thomas Mann, e quero transmitir as minhas felicitações não só a ele, mas também ao outro relator pelo seu trabalho. Há, todavia, uma questão específica que surgiu, pelo menos no meu Estado e talvez também no seu, Senhor Presidente. O *boom* da construção criou, a meu ver, um enorme problema, especialmente para os jovens que efectivamente não foram incentivados a prosseguir a sua educação e formação, devido ao atractivo de um salário elevado no sector da construção.

Infelizmente, esse tempo passou e muita gente que trabalha neste sector acabou por ficar sem formação e, por conseguinte, sem acesso a outro tipo de trabalhos que possam surgir. Assim, julgo que os Estados-Membros, e a Irlanda certamente, têm de dirigir a sua atenção para estes grupos específicos, para que quando os bons tempos chegarem (e nós esperamos que eles regressem brevemente), eles disponham de uma formação que lhes permita efectuar outros trabalhos. Naturalmente, a ideia de garantia e controlo da qualidade é fundamental. Preocupa-me que o ensino se torne um negócio sem esse elemento de controlo da qualidade e parece-me que a ideia de circulação de trabalhadores transfronteiras nos obriga a ter uma abordagem coordenada ao ensino e à formação profissionais a nível de toda a UE.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). – (PL) Senhor Presidente, o sistema proposto de transferência e acumulação de créditos no domínio do Ensino e Formação Profissionais deverá contribuir para a mobilidade dos trabalhadores dentro das fronteiras da União Europeia. Se a União Europeia quer competir com países terceiros, se quer que a sua economia cresça, se quer que a taxa de emprego seja mais elevada e que haja poucas diferenças entre regiões, então há que promover uma aprendizagem ao longo da vida. Precisamos de pessoas mais velhas. A União Europeia precisa da sua experiência, qualificações e conhecimento.

Se queremos uma sociedade e uma economia baseada no conhecimento, cumpre-nos pois investir no ensino. Devemos evitar que as pessoas abandonem o sistema de ensino sem qualificações. É também importante providenciar acesso ao ensino e qualificações, em especial no caso de pessoas com dificuldades financeiras, incluindo aquelas que vivem em pequenas cidades e aldeias e que não dispõem facilmente de acesso aos serviços de educação.

Paul Rübig (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário Figel', gostaria de vos felicitar calorosamente, pois penso que este é um dos maiores desafios antes do Natal. Quando olhamos para o ano vindouro, para a crise financeira, vemos que temos de dar agora seguimento a muita coisa e a educação e a formação têm aqui um papel crucial.

Existem três indicadores que nos ajudarão a ultrapassar a crise: investigação e desenvolvimento, infra-estruturas e educação e formação. Creio que temos que estabelecer novos padrões para demonstrarmos aos cidadãos que a aprendizagem ao longo da vida tem um papel absolutamente crucial, em particular para as pequenas e médias empresas, que queremos preservar o emprego dos que têm trabalho e dar-lhes uma melhor formação para criarmos oportunidades para eles no futuro no mercado de trabalho.

A União Europeia desempenha um papel muito central e essencial neste domínio, e eu ficaria muito satisfeito se adoptássemos o *Small Business Act* amanhã, o que nos proporcionaria verbas adicionais nesta área.

Ján Figel', Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, falarei apenas brevemente, porque já falei durante algum tempo no início do debate. Vou continuar no ponto em que terminou o último orador, especialmente por causa da crise.

Temos de investir mais e melhor no ensino e na formação. Não menos, mas mais e melhor, o que significa eficiência, compatibilidade, relevância, etc., e depois mais ainda. É essa a posição da Comissão e parece-me, naturalmente, que também se aplica aqui.

As mensagens esta noite sobre a mobilidade de uma força de trabalho qualificada, a aprendizagem ao longo da vida, a acumulação e a transferência de conhecimentos e uma cultura de qualidade são muito importantes para os nossos sistemas nacionais de ensino e formação e devem tornar-se uma realidade.

Quero apenas confirmar que os instrumentos que vamos adoptar – irão votar amanhã, espero eu, o texto de compromisso ou as alterações propostas, que eu corroboro e com os quais me congratulo – fazem da Europa uma entidade mais respeitadora das qualificações. Isso significa também uma entidade mais respeitadora das pessoas ou dos cidadãos e isso é algo que precisamos realmente de partilhar, talvez mais do que no passado. Através de instrumentos como estes, poderemos oferecer melhores condições de motivação e mobilização para a inovação e todos esses objectivos importantes.

Sob a Presidência Checa, a Comissão tentará ajudar a organizar conferências: a conferência principal de lançamento de ambos os instrumentos e outras conferências mais específicas sobre a execução posterior. Talvez os dois relatores nos possam ajudar ou estar connosco nestes eventos. Evidentemente, a execução é a parte mais importante que temos pela frente.

Quero também aproveitar para dizer, como muitos já o fizeram esta noite: Feliz Natal e Próspero Ano Novo – o Ano Europeu da Criatividade e da Inovação - 2009.

Presidente. – Obrigado, igualmente para si e para todo o Colégio de Comissários e respectivos funcionários.

Jan Andersson, relator. – (SV) Senhor Presidente, o senhor deputado Takkula já não está presente, mas ele perguntou se haverá algum conflito entre estabelecer objectivos a nível da UE e o facto de o sistema de ensino continuar a ser essencialmente um sistema nacional. Não vejo que haja qualquer conflito. Penso que este quadro de referência assenta em objectivos a nível da UE e, ao mesmo tempo, tenho confiança nos Estados-Membros. Estamos a proporcionar-lhes oportunidades e a oferecer-lhes algo que aqui denominámos uma caixa de ferramentas para eles usarem.

Gostaria de salientar aquilo que o Senhor Comissário Figel' disse ao afirmar que, na crise que actualmente estamos a viver em termos económicos e de emprego, é mais importante do que nunca investir na educação. É isso que irá promover a competitividade da UE, mas também dotará os indivíduos das ferramentas necessárias para fazerem progressos e para tirarem partido de novas oportunidades de formação ao longo da sua vida.

Gostaria de terminar agradecendo mais uma vez à Comissão, bem como a todos os relatores-sombra. Trabalhámos extremamente bem juntos ao longo deste processo e gostaria de vos desejar a todos um Natal e um Ano Novo felizes.

Thomas Mann, relator. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário Figel', agradeço a vossa excelente cooperação e a da vossa equipa. Por assim dizer, avançámos verdadeiramente ombro a ombro nesta matéria e penso que alcançámos assim um bom resultado.

O senhor deputado Kusstatscher tem toda a razão: a União Europeia tem grandes ambições na área da formação profissional, e o que pretendemos é, nem mais nem menos, a emancipação da formação profissional em relação ao ensino superior. A senhora deputada Panayotopoulos-Cassiotou tem toda a razão, temos que alcançar resultados tangíveis. Queremos coisas concretas, e não as habituais declarações de intenções nem os belos discursos do costume. Ora a fase de cooperação bastante errática está a dar lugar a um período de coordenação mais intensiva.

Actualmente, os resultados educativos variam de uma forma significativa nos Estados-Membros e isso torna necessários acordos entre as empresas e as autoridades nacionais em relação aos estabelecimentos de ensino. O senhor deputado Takkula tem toda a razão: não queremos nenhuma ama-seca europeia e não existem quaisquer planos para tal. Do que verdadeiramente necessitamos é de instrumentos jurídicos não vinculativos (*soft law*), ou de conquistar o interesse das outras pessoas e levá-las a participar.

Queremos reunir os especialistas – em audições, em grupos de trabalho e também na realização de estudos, e seguidamente iremos precisar dos estabelecimentos de ensino. O senhor deputado Maštálka tem toda a razão. Podemos também recorrer às redes existentes e aos parceiros sociais para este fim, e só assim se tornarão aparentes os benefícios para empregadores e empregados, e para os fornecedores privados e públicos de serviços de educação: é a situação clássica em que todos ganham. Os senhores deputados Ferreira e Rübig aludiram, e justificadamente, à importância da aprendizagem ao longo da vida, dado que se trata de uma escala onde podemos verdadeiramente fazer a diferença.

Tal como a Senhora deputada Harkin também eu vejo a importância da natureza voluntária deste quadro, uma vez que inclui todos os actores. Partindo de um aumento constante da confiança, começaremos a assistir à cooperação entre os primeiros Estados-Membros a partir de 2012. É um dado adquirido que é necessária uma fase de teste. Incorporaremos a avaliação dos níveis 1 a 8 do QEQ e a minha excelente colega aqui ao lado tem toda a razão em insistir para que assim seja. Os jovens têm o direito de ver que estão a ser úteis, que são necessários e que podem promover o seu desenvolvimento pessoal, sempre em conformidade com as disposições legais nacionais. Os outros países terão a liberdade de aderir posteriormente ao sistema ECVET, caso o possam fazer, e julgo que as hipóteses de que tal aconteça são extraordinariamente grandes. Se continuarmos a debater as coisas neste espírito de cooperação conseguiremos dar mais alguns passos em frente. Acredito que conseguimos pôr alguma coisa em movimento nesta matéria.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã, quinta-feira, dia 18 de Dezembro de 2008.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Dumitru Oprea (PPE-DE), por escrito. – (RO) Na minha qualidade de relator do parecer sobre o Sistema Europeu de Créditos do Ensino e Formação Profissionais gostaria de salientar, mais uma vez, a importância da criação e utilização deste sistema destinado a melhorar a qualidade e a atractividade do ensino e formação profissionais.

A necessidade de aplicar o ECVET tem na sua base o desejo de reduzir as diferenças nos resultados de aprendizagem, devidas ao facto de existirem diversos sistemas de formação profissional. Temos de aumentar a transparência das qualificações profissionais e da aprendizagem ao longo da vida.

A aplicação do ECVET deve basear-se num empenho comum em observar os princípios que garantem um ensino e formação profissionais de alta qualidade. De facto, um elemento vital para desenvolver um ambiente de mútua confiança deve ser o incentivo de parcerias entre instituições, empresas e autoridades nacionais na área da educação.

Por último, mas não menos importante, gostaria de mencionar que o ECVET coloca a ênfase nos resultados de aprendizagem e não no tempo gasto a adquirir conhecimentos, capacidades e aptidões.

18. Avaliação e desenvolvimento futuro da Agência FRONTEX e do sistema europeu de vigilância das fronteiras EUROSUR

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0437/2008) do deputado Javier Moreno Sánchez, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, sobre a avaliação e o desenvolvimento futuro da Agência FRONTEX e do sistema europeu de vigilância das fronteiras EUROSUR (2008/2157(INI)).

Javier Moreno Sánchez, relator. – (ES) Senhor Vice-Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, os acrónimos Frontex e Eurosur recordam-nos uma dura realidade contra a qual temos de lutar, que é a de milhares de pessoas que continuam a chegar à Europa ilegalmente todos os dias, fugindo da pobreza e em busca de um futuro melhor. São empurradas pela enorme pressão familiar e social gerada pela expectativa de poderem enviar dinheiro para casa. Lamentavelmente, muitos deles pagam com as suas vidas o seu sonho europeu.

Nós, que temos responsabilidade política na Europa, devemos enfrentar esta situação com uma resposta comum baseada no respeito pela dignidade e pelos direitos fundamentais dos imigrantes. Devemos abrir as nossas fronteiras à imigração legal, à integração de trabalhadores com direitos e obrigações, e fechá-las à imigração clandestina, às organizações criminosas e aos traficantes de seres humanos.

Para essa tarefa, contamos com a Frontex e o Eurosur, instrumentos que trazem valor acrescentado à acção dos Estados-Membros e reflectem o necessário espírito europeu de cooperação e solidariedade.

O objectivo que perseguimos é o desenvolvimento de um sistema integrado europeu de gestão de todas as fronteiras externas da UE, com base na coordenação operacional e na interoperabilidade entre os sistemas nacionais de vigilância, porque, quando uma rota de imigração clandestina é fechada, as organizações criminosas abrem e organizam uma outra em menos de uma semana.

Senhoras e Senhores Deputados, concordamos com a abordagem da Comissão, conforme descrito no relatório da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos.

Agora que a agência deu os seus primeiros passos positivos, temos de definir o seu papel futuro e o seu ritmo de desenvolvimento.

Senhoras e Senhores Deputados, a Frontex funciona. Os números das operações Hera nas Ilhas Canárias e os milhares de vidas salvas no Mediterrâneo confirmam-no, assim como a melhoria da coordenação, o intercâmbio de melhores práticas e as formações especializadas levadas a cabo em domínios como o asilo, o direito marítimo ou os direitos fundamentais.

Até agora, tudo bem, mas temos de ir mais longe. A Frontex deve dispor de meios materiais e recursos logísticos adequados para poder efectuar operações conjuntas pontuais, bem como as missões permanentes de vigilância nas zonas de alto risco.

Alguns Estados-Membros falam de solidariedade, mas não a praticam, o que reduz a eficácia da Frontex. Perante esta situação, pedimos à Comissão e aos Estados-Membros que escolham uma de duas opções: ou altera-se o regulamento da Frontex para incluir a solidariedade obrigatória, tal como no Regulamento RABIT, ou permite-se à Frontex adquirir ou alugar o seu próprio equipamento.

Isto, naturalmente, significa um aumento substancial do seu orçamento, mas reforça a dimensão europeia da agência e torna os seus recursos materiais mais facilmente disponíveis, sobretudo a curto prazo.

Por outro lado, pedimos à Comissão que proponha uma revisão do seu mandato, a fim de resolver o vazio jurídico que dificulta a sua acção nas intervenções de salvamento marítimo e nas operações de repatriamento.

Senhoras e Senhores Deputados, sem a cooperação com os países de origem não será possível gerir os fluxos migratórios de forma eficaz. Experiências como a cooperação entre a Espanha e o Senegal produziram resultados muito positivos, que devem ser levados para o nível europeu.

Por isso, pedimos à Comissão que inclua a cooperação em matéria de imigração em todos os acordos que assinar com os países terceiros e organize com eles campanhas de informação sobre os riscos da imigração clandestina.

A Frontex deve poder continuar a expandir acordos de trabalho e estabelecer cooperações com os países de origem em função das suas necessidades específicas. Também é importante explorar os canais de cooperação com organismos regionais como, por exemplo, o Mercosul ou a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, que são regidos pelo princípio da livre circulação de pessoas.

Senhoras e Senhores Deputados, devemos ter em mente que a Frontex e o Eurosur não são uma panaceia, mas valiosos instrumentos ao serviço de uma política europeia de imigração cujo objectivo final é o de que a imigração seja um factor de desenvolvimento, tanto para os países de acolhimento como para os países de origem, mas sobretudo para os próprios imigrantes.

A imigração não pode continuar a ser uma armadilha mortal. Temos de tomar medidas para assegurar que a imigração deixe de ser uma obrigação e se torne um direito e uma escolha pessoal.

Jacques Barrot, *Vice-Presidente da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, gostaria evidentemente de saudar o relatório sobre a avaliação e o desenvolvimento futuro da Agência FRONTEX e do Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras EUROSUR. Agradeço ao senhor deputado Moreno Sánchez.

O Parlamento Europeu sempre apoiou a agência FRONTEX desde a sua criação e especificamente no que respeita a recursos financeiros. Regozijo-me por ver este apoio confirmado novamente neste momento crucial da existência da agência, numa altura em que estudávamos a possibilidade de extinção do seu mandato.

Quase todas as questões levantadas no relatório estão na linha das nossas comunicações e têm todo o meu apoio. Por exemplo, registo o convite explícito dirigido à Comissão de apresentar propostas a fim de prolongar o mandato da agência, o apelo à criação de patrulhas permanentes nas zonas de alto risco e a necessidade de tornar a solidariedade europeia eficaz quando se trata de controlar as nossas fronteiras. Há no entanto uma série de questões que merecem ser clarificadas.

Neste momento, os Estados-Membros fornecem equipamento técnico numa base voluntária. A Comissão tem instado, por várias vezes, os Estados-Membros a honrarem os seus compromissos, garantindo que o equipamento é efectivamente disponibilizado para operações conjuntas, em especial nos sectores de alto risco.

Contudo, as experiências deste ano mostram que o envio de um número suficiente de navios continua a ser um problema. É pois indispensável considerar outras soluções. Por exemplo, impor aos Estados-Membros que ponham à disposição da agência um determinado equipamento, ou então permitir que a agência alugue ou compre o seu próprio equipamento. Esta será uma questão-chave a analisar no quadro da proposta que a Comissão se propõe apresentar com vista a adaptar o quadro jurídico da agência.

A este respeito, lembro que os resultados da avaliação independente sobre o mandato da agência, prevista pelo artigo 33º do regulamento FRONTEX, serão conhecidos em 2009. Será nesse momento que a Comissão dará a conhecer as suas propostas sobre o futuro mandato da agência. Esta revisão poderá incluir disposições específicas relacionadas com a contribuição a dar às intervenções de salvamento no mar, a participação em actividades de repatriamento e a cooperação reforçada com países terceiros.

Também é verdade, Senhoras e Senhores Deputados, que a Comissão gostaria de intensificar as campanhas de informação através das suas delegações, nos países terceiros, no quadro da política das relações externas da União Europeia e com base na definição comum dos mandatos e das funções da FRONTEX. A Comissão analisará os tipos de apoio que poderão ser prestados aos países terceiros vizinhos.

Estou entre os que considerem que, se a FRONTEX pudesse exercer as suas operações de vigilância o mais perto possível das fronteiras costeiras dos países terceiros, isso evitaria catástrofes humanitárias e permitiria uma eficácia muito maior na vigilância das nossas fronteiras.

De toda a forma, agradeço ao Parlamento Europeu este relatório, que se associa às propostas da Comissão. Portanto, gostaria de agradecer ao Parlamento Europeu o seu importante e generalizado apoio às comunicações da Comissão sobre a FRONTEX. Creio que chegámos a um consenso entre as Instituições europeias sobre os traços gerais do desenvolvimento futuro da FRONTEX.

Tobias Pflüger, *relator de parecer da Comissão do Desenvolvimento*. – (DE) Senhor Presidente, o que tem a Agência Frontex a ver com o desenvolvimento? Tem muito a ver, como o antigo relator especial da ONU para o direito à alimentação, Jean Ziegler, explicou claramente no jornal *Le monde diplomatique*, em Março último. Escreveu ele: “Isto leva-nos à Frontex e à hipocrisia dos Comissários de Bruxelas, os quais provocam a fome em África com uma mão e com a outra criminalizam as vítimas das suas políticas, os refugiados da fome”.

Um exemplo específico é a prática de *dumping* agrícola por parte da UE, que destrói as culturas africanas de produtos alimentares e provoca uma cada vez maior fuga de pessoas dos seus países de origem. Outro exemplo específico é o esgotamento dos bancos de pesca pelos navios-fábrica da UE dentro das zonas exclusivas dos Estados africanos. Assiste-se ainda à rápida destruição das aldeias piscatórias tradicionais, por exemplo no Sahel, mas o Mali e a Guiné-Bissau são também exemplos desta situação.

O que isto significa é que temos na Frontex uma instituição que sela fisicamente a Europa e organiza deportações, e que o faz ignorando a Convenção da ONU relativa ao Estatuto dos Refugiados. Entretanto

são organizadas deportações em massa, como a que teve lugar em Viena de pessoas provenientes de 11 Estados-Membros da UE, em 14 de Novembro. O relatório fala muito em “solidariedade”, mas a solidariedade a que alude não é a solidariedade com outros seres humanos em fuga dos seus países, mas sim a solidariedade entre Estados-Membros. O que é inequivocamente necessário é a solidariedade com pessoas que fogem de condições de vida insuportáveis, e a única coisa que a Frontex faz é prolongar as rotas através das quais as pessoas fogem sem oferecer a mínima solução. É por este motivo que a única coisa sensata a fazer é apelar à dissolução da Frontex.

Neste contexto, aconselho a todos que, de vez em quando, prestem atenção às opiniões vindas de África, como por exemplo as da antiga ministra da cultura e do turismo do Mali, Aminata Traore, que formulou com muita clareza a questão do seguinte modo: “Os recursos humanos, financeiros e tecnológicos que a Europa usa contra as vagas de migrantes oriundos de África são, na realidade, os instrumentos de uma guerra entre esta potência global e os jovens africanos das cidades e dos campos, cujo direito à educação, à participação económica, ao trabalho e à alimentação é completamente ignorado nos seus países de origem, que estão sob a tirania da conformidade estrutural”. Julgo que estas palavras são claras.

Presidente. – Estou certo de que as opiniões do Senhor Ministro do Turismo do Mali são importantes, mas nós preferíamos ouvir as suas, senhor deputado Pflüger.

Simon Busuttil, em nome do Grupo PPE-DE. – (MT) Queria começar por felicitar o meu colega Javier Moreno Sánchez pelo seu relatório, agradecendo-lhe a abertura que demonstrou às nossas ideias e às nossas alterações quando elaborou as conclusões. De um ponto de vista pessoal, Senhor Presidente, não posso dizer que a FRONTEX e o trabalho que desenvolve me satisfaçam. Na verdade, no fim do verão passado o Director Executivo da Agência afirmou que a missão mediterrânica chamada NAUTILUS tinha sido um fracasso. Que motivos tenho então para me sentir satisfeito? Seria pedir o impossível. Do Director Executivo da FRONTEX eu esperava ouvir, não que a missão foi um fracasso mas que a FRONTEX pode ser eficaz e trabalhar com sucesso. Devo dizer que, apesar disso, o Parlamento Europeu sempre apoiou firmemente esta agência, como já afirmou o Comissário. Ano após ano a rubrica orçamental destinada à Agência foi reforçada tendo em vista o carácter mais permanente e a produtividade das suas missões. Como podemos tornar a FRONTEX mais eficiente? Em primeiro lugar, pensando em alargar o seu âmbito, como já sugeriram tanto o Comissário como o próprio relatório. Além disso, há que reforçar a sua eficácia pensando na melhor forma de convencer os Estados-Membros a honrarem os compromissos que assumiram quando se comprometeram a fornecer equipamento para as missões da FRONTEX. A não ser assim, teremos de pensar na possibilidade de a FRONTEX dispor de equipamento próprio. O segundo elemento necessário para reforçar a eficiência é a cooperação internacional. Recentemente o Parlamento Europeu esteve no Senegal, onde pôde observar directamente o método de cooperação desenvolvido entre Espanha e o Senegal. É o tipo de cooperação que convém reproduzir noutras áreas e noutras zonas, como o Mediterrâneo e, mais especificamente, perto da Grécia. Concluiria com a seguinte observação: há quem afirme que a FRONTEX não respeita, ou não dispõe de mandato para respeitar, os direitos humanos. Discordo em absoluto. Na realidade, penso que, se não existisse a FRONTEX, muito mais pessoas teriam morrido afogadas. Ou seja, vemos que a FRONTEX está a cumprir a sua parte no que se refere ao respeito pela vida humana e os direitos humanos. Contudo, há que fazer mais, pois queremos que a FRONTEX tenha resultados mais satisfatórios nas suas operações. Se o conseguir mataremos dois coelhos de uma só cajadada. Em primeiro lugar, conseguiremos pôr cobro às viagens clandestinas; depois, faremos cessar essa tragédia humana que é já comum nos nossos mares e que é uma infâmia para nós todos.

Inger Segelström, em nome do Grupo PSE. – (SV) Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente Barrot, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de começar por agradecer ao senhor deputado Moreno Sánchez e à comissão, pois desta vez mantivemos uma discussão construtiva sobre a FRONTEX e o EUROSUR, mas gostaria também de lhes agradecer por continuarem a acompanhar tão atentamente o trabalho da FRONTEX. É necessário que assim seja, porque há muitas pessoas que estão preocupados com a forma como se deverá desenvolver a FRONTEX, caso se pretenda que esta agência seja os muros e a fortaleza da UE em relação ao resto do mundo e aos pobres do mundo inteiro.

Constatou-se recentemente que a FRONTEX não compreendia que uma das suas tarefas consiste em combater o tráfico de seres humanos. Congratulo-me com o facto de estar agora a ser apoiada quanto a este aspecto e estarmos a esclarecer o assunto. Penso que todos os presentes concordam que é importante fazermos tudo aquilo que nos for possível para impedir que pessoas pobres se vejam em situações de perigo ao tentarem entrar na UE. Essas pessoas não são criminosos; são pobres em busca de uma vida melhor para as suas famílias. Congratulo-me também com o facto de estar a ser apoiada no que respeita ao alargamento das normas do direito comunitário e do direito internacional a aplicar no mar, especialmente no Mar Mediterrâneo,

É inaceitável que os pescadores que recolhem refugiados sejam considerados suspeitos de contrabando e que haja falta de clareza quanto à possibilidade de poderem desembarcar esses refugiados no porto mais próximo, por exemplo, ou no que respeita às normas aplicáveis. Por conseguinte, é positivo que no próximo programa da UE relativo às políticas em matéria de asilo, refugiados e migração, também se tencione agora considerar a forma como poderemos utilizar a FRONTEX melhor em trabalhos futuros. Antes de terminar, gostaria de desejar um Natal e um Ano Novo felizes a todos os senhores deputados, à nossa fantástica Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, ao Senhor Presidente e ao Senhor Comissário Barrot. Muito obrigado.

Adina-Ioana Vălean em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de felicitar o relator, o senhor deputado Moreno Sánchez, por este relatório equilibrado. Sinto-me grata por ele ter tomado em consideração a maior parte das minhas preocupações e até mesmo das minhas críticas.

A Agência FRONTEX é um instrumento essencial da política de imigração e já provou a sua necessidade e eficácia. No entanto, continua a ser um órgão excessivamente politizado que está demasiado dependente da boa vontade dos Estados-Membros e dos interesses nacionais ditados pela imprensa e pela opinião pública.

É essencial recordar aos Estados-Membros o seu dever moral e o seu compromisso. É também importante lembrar que a FRONTEX é um órgão do primeiro pilar comunitário. Como tal, deve, nas suas actividades, não só respeitar os valores fundamentais da UE, mas também trabalhar para a sua promoção, particularmente numa área que aborda questões críticas relativas à migração e à liberdade de circulação.

No entanto, a legalidade das suas acções poderá ser posta em causa. Em primeiro lugar, porque as operações de coordenação baseadas em informações levadas a cabo pela FRONTEX têm por base análises de risco e avaliações de ameaças, efectuadas ao abrigo da regra do sigilo. Isto significa pouca transparência e nenhuma responsabilidade democrática. Em segundo lugar, uma vez que a operação conjunta é coordenada pela FRONTEX, isto cria uma externalização da fronteira que põe em causa a sua conformidade com a obrigação da União relativa ao princípio da protecção dos requerentes de asilo e refugiados.

Por consequência, apelo a uma ampla avaliação e revisão das operações da FRONTEX e à sua responsabilização, envolvendo o Parlamento. Gostaria também de solicitar à Comissão uma avaliação integral das actividades da FRONTEX, no que diz respeito ao seu impacto nas liberdades e direitos fundamentais, incluindo a responsabilidade de proteger.

Finalmente, julgo que até agora o foco tem estado muito centrado nas questões marítimas, mas, como foi mencionado, todas as rotas de migração devem ser abordadas. As rotas terrestres em breve exigirão também grande atenção nas fronteiras orientais e, por uma vez, devemos ser proactivos e resolver o problema antes que também aí surja uma situação de emergência.

Giusto Catania, em nome do Grupo GUE/NGL. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados, penso que deveríamos procurar fazer um balanço das falhas da Agência FRONTEX nos últimos três anos. Se o fizermos, vamos descobrir que houve muita propaganda.

Houve pouco mais de trinta operações conjuntas nas fronteiras, as mortes no mar aumentaram nos últimos três anos e a grande maioria dos recursos – que, lamentavelmente, continuam a aumentar – é destinada à defesa das fronteiras marítimas, apesar de a própria FRONTEX afirmar que apenas 15% dos imigrantes irregulares chegam por mar à União Europeia. Chamemos-lhes assim, imigrantes irregulares. Sei que, neste ponto, tenho também o apoio do Senhor Comissário Barrot, por isso deixemos de lhes chamar imigrantes ilegais.

Uma das coisas que a FRONTEX nos mostrou foi que é possível usar armas de fogo de um modo indiscriminado e arbitrário. Numa operação conjunta que teve lugar em Setembro, ao largo de Lampedusa, assistimos a essa situação. Pois bem, apesar de alguns dos pontos que defendemos terem sido incluídos no relatório Moreno Sánchez, queria insistir nestas críticas, pois estou bastante confiante em que este Parlamento possa rapidamente mudar de opinião acerca da FRONTEX. Ainda há pouco tempo estava absolutamente só quando defendi que era necessário alterar o mandato da FRONTEX, privilegiando o salvamento no mar, mas amanhã essa perspectiva pode, finalmente, generalizar-se neste Parlamento.

Continuo a ser crítico relativamente à FRONTEX, pois considero que as actividades da Agência não respeitam os direitos dos requerentes de asilo. A expulsão das pessoas nas fronteiras é uma utopia reaccionária, e penso que é muito difícil limitar a necessidade natural de livre circulação de homens e mulheres. A FRONTEX é hoje o símbolo da Europa-fortaleza e um instrumento concreto de militarização das nossas fronteiras.

Johannes Blokland, em nome do Grupo IND/DEM. – (NL) Senhor Presidente, a Fortaleza Europa começa agora no continente africano, onde os imigrantes ilegais são interceptados pelas autoridades antes de chegarem à União Europeia, e isto é feito com o apoio financeiro e logístico da União Europeia em nome das autoridades locais. Desta forma, a ajuda europeia aos países africanos, numa tentativa de travar a imigração indesejada para a Europa, está a funcionar, mas é este o efeito que esperávamos?

Sei que a intervenção da agência Frontex permitiu resgatar muitas pessoas do mar, mas temo por aquelas que fugiram por motivos políticos ou religiosos. De acordo com os relatórios da Amnistia Internacional e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, as pessoas são repatriadas para os seus países de origem sem que seja feita qualquer investigação. Os Estados-Membros desejam evitar que os imigrantes ilegais consigam recorrer aos nossos sistemas jurídicos, e com razão. Coloca-se, no entanto, a questão moral de se esta abordagem permite aos refugiados políticos e de outra natureza ter acesso aos procedimentos de asilo.

O Tratado relativo aos Refugiados está a ser respeitado nos países africanos? Neste contexto, insto a Comissão, e o Senhor Comissário Barrot, a associar a ajuda aos países africanos ao tratamento humano dos refugiados políticos, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados. A alteração 4 ao relatório do senhor deputado Moreno Sánchez tem o meu apoio.

Consequentemente, Senhor Presidente, as actividades da Frontex conduzem a um novo problema, quer queiramos quer não. Por essa razão, a Frontex deve assumir total responsabilidade. Solicito que se tomem medidas a breve trecho para assegurar que os refugiados, políticos ou não, possam continuar a receber um tratamento humano, dado que disso depende, em certa medida, o êxito da Frontex.

Philip Claeys (NI). – (NL) Senhor Presidente, coube-me a honra de elaborar um parecer sobre a Agência Frontex em nome da Comissão dos Assuntos Externos, parecer que foi rejeitado por uma pequena maioria por a esquerda se ter recusado a aceitar que os problemas que envolvem a Líbia e a Turquia estavam explicitamente mencionados no texto. Imaginem a minha surpresa, e inclusivamente a minha satisfação, por conseguinte, quando constatei que a Comissão das Liberdades Cívicas estava por fim disposta a aceitar as minhas preocupações.

A Líbia é um importante país de trânsito para a imigração ilegal que se dirige para a Europa. Também o é a Turquia, com efeito, com a excepção de que esse país também é país de origem de muitos imigrantes. É, por conseguinte, essencial que estes países, e as autoridades que procedem ao controlo das suas fronteiras, cooperem plenamente com a Frontex. Isto aplica-se também, com efeito, aos acordos de readmissão; a Turquia tem-se mantido, há anos, inflexível na sua recusa a tomar parte dos mesmos. A Turquia recusa-se a subscrever um acordo e não controla de forma eficaz as suas fronteiras em direcção à Europa. Era de esperar um maior esforço de um país que pretende aderir à União Europeia. É escandaloso que a Comissão e o Conselho não consigam chamar a Turquia às suas responsabilidades.

A Agência Frontex e o sistema Eurosur constituem instrumentos fundamentais na luta contra a imigração ilegal e poderiam também ser úteis na luta contra a criminalidade transfronteiriça, o tráfico de estupefacientes, o tráfico de seres humanos e o comércio de armas. Sem uma gestão eficaz das fronteiras externas comuns, Schengen não pode funcionar, e não podemos sequer ponderar e adoptar uma política comum de imigração. Por conseguinte, não se trata de uma mera questão de fundos, mas também, e principalmente, de uma questão de vontade política. Quando ouço mencionar a "Fortaleza Europa", lamento observar que deixa tanto a desejar que deveríamos, porventura, substituí-la pela expressão "Crivo Europa".

Carlos Coelho (PPE-DE). – Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente da Comissão, caras e caros Colegas, primeiro queria felicitar o relator Javier Moreno Sánchez, pelo excelente trabalho que fez, e também o meu colega Simon Busuttil que, em nome do PPE, assumiu a função de relator-sombra. Uma área sem fronteiras internas não pode funcionar sem uma repartição de responsabilidades e sem solidariedade na gestão das fronteiras externas. Isso é imprescindível para abordarmos de forma global e harmonizada os fenómenos migratórios, lutar contra a imigração clandestina e levar a cabo uma gestão integrada das fronteiras, com a utilização comum de recursos materiais e humanos.

A vigilância das fronteiras não diz, porém, respeito unicamente à passagem não autorizada das fronteiras. Incide igualmente sobre outros aspectos ligados à luta contra a criminalidade, como é o caso da prevenção do terrorismo, tráfico de seres humanos, contrabando de estupefacientes e tráfico de armas, contribuindo para o reforço da segurança interna.

Não tenho dúvidas de que a Frontex pode ter um papel essencial no âmbito desta estratégia integrada das fronteiras da União. Após o aumento substancial do seu orçamento, que foi sempre reivindicado por este Parlamento e apoiado pelo Comissário Barrot, penso que o passo seguinte deverá ser proceder à revisão do seu mandato, de forma a suprimir lacunas jurídicas, no que diz respeito às intervenções de salvamento no mar, à cooperação em operações de regresso ou mesmo à possibilidade de países terceiros poderem recorrer aos seus equipamentos, que já foram referidas pelo Presidente Barrot.

Concordo assim com uma ampliação do papel da Frontex, embora de forma gradual e de acordo com as necessidades concretas. Reconheço igualmente como importante que seja otimizada a exploração de todos os instrumentos e dispositivos de segurança, nomeadamente através da ampliação da sua cobertura actual, da criação de sinergias e do reforço da cooperação com agências europeias, como a Europol, além de outras organizações internacionais.

Marian-Jean Marinescu (PPE-DE). – (RO) Antes de mais, gostaria de me congratular com o exercício levado a cabo pelas Equipas de Intervenção Rápida nas Fronteiras (RABIT) no final de Outubro deste ano, na fronteira oriental da Roménia, e que foi coordenado pela agência europeia FRONTEX. Este exercício, o terceiro deste tipo até agora, veio demonstrar o papel importante que a FRONTEX desempenha prestando apoio aos Estados-Membros que compõem a fronteira externa da União Europeia e que, por isso, carecem de uma maior ajuda técnica e operacional.

Congratulo-me também com o acordo assinado no princípio deste mês pela FRONTEX com a polícia de fronteiras georgiana, que constitui um passo importante para garantir a segurança nas fronteiras e combater a imigração ilegal. A estratégia de longo prazo proposta pela Comissão Europeia para a gestão integrada das fronteiras é bem-vinda nesta altura em que os Estados-Membros com fronteiras externas meridionais se vêem confrontados com graves problemas causados pela imigração ilegal. Esta estratégia tem de ser complementada pelos esforços dos países vizinhos para reforçarem a segurança das suas próprias fronteiras. Por conseguinte, os planos de acção que fazem parte da Política de Vizinhança Europeia devem promover projectos e contemplar uma ajuda financeira com o objectivo de tornar mais seguras as fronteiras dos países terceiros.

Quanto à avaliação pelo Parlamento do pacote estratégico para a gestão a longo prazo das fronteiras da UE, lamento que o debate dos relatórios sobre a FRONTEX e a EUROSUR não tivesse coincidido com o debate das propostas da Comissão sobre o sistema de entrada/saída, o programa de registo de viagens e o sistema electrónico de autorização de viagem (ESTA), para que pudéssemos ter uma visão global de como a gestão integrada das fronteiras orientais da União Europeia irá evoluir no futuro.

Dushana Zdravkova (PPE-DE). – (BG) Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, há já mais de dois anos que 670 km da costa do Mar Negro pertencem à fronteira externa oriental da União Europeia.

O envolvimento dos serviços de controlo fronteiriço da Bulgária e da Roménia nos projectos e actividades gerais organizados pela FRONTEX está a produzir bons resultados. Todavia, a acção militar entre a Rússia e a Geórgia no princípio deste ano e a contínua tensão nas relações entre os dois países, a par da instabilidade global na região do Cáucaso, põe em evidência o facto de a nossa fronteira comum no Mar Negro ainda se defrontar com temíveis desafios.

Para vencer estes desafios torna-se necessário elaborar uma estratégia de segurança para a região do Mar Negro a fim de a transformar numa verdadeira zona de segurança e estabilidade. Tal estratégia deve ser orientada no sentido de conseguir a participação dos principais países nos projectos e actividades que estão a ser levados a cabo pelos Estados-Membros da União Europeia. Esta é única forma de assegurar uma protecção adequada da fronteira do Mar Negro e de garantir a paz de espírito dos nossos cidadãos.

Outra importante iniciativa que necessita de receber mais recursos e financiamento, não só das Instituições europeias mas também dos Estados-Membros, prende-se com o aumento da disponibilização de formação destinada ao pessoal envolvido nas operações e logística da FRONTEX. No mundo de hoje, a protecção de uma fronteira não implica somente guardá-la do ponto de vista físico, requer igualmente actividades que exigem conhecimentos e competências adicionais numa série de áreas.

Aqueles que trabalham para as autoridades de controlo fronteiriço nos Estados-Membros precisam de ser bem versados em direito internacional e marítimo, assim como em matéria de direito de asilo e direitos humanos básicos, a fim de poderem cumprir com êxito as tarefas de que foram incumbidos.

Gostaria de concordar com a observação feita pelo relator, o senhor deputado Sánchez, de que há necessidade de elaborar um plano geral abrangente que defina o enquadramento global da estratégia da União Europeia em matéria de controlo das fronteiras.

Rareş-Lucian Niculescu (PPE-DE). – (RO) Gostaria de destacar a importância especial de algumas análises incluídas no relatório do senhor deputado Moreno Sánchez e na comunicação da Comissão. Estou a referir-me aos itens que lembram o desafio constituído pelas rotas de migração terrestre que atravessam a fronteira oriental. Quero, por isso, salientar que se deve prestar mais atenção às fronteiras orientais da UE e consagrar-lhes mais recursos.

De facto, e segundo algumas estimativas, cerca de 25% dos imigrantes ilegais actualmente no território da UE são oriundos dos Estados situados ao longo da fronteira oriental e entraram na União Europeia através destas fronteiras orientais. A fronteira oriental externa da União Europeia não só é muito longa como também é muito problemática em virtude das regiões com que confronta. Para além do problema da imigração ilegal, temos também de ter em conta o perigo do crime organizado, cujas principais rotas se cruzam também nesta zona geográfica.

Como deputado da Roménia, país que gere mais de 2 000 km da fronteira oriental externa da UE, gostaria de frisar que é vital prestarmos a máxima atenção a esta fronteira.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). – (PL) Senhor Presidente, a União Europeia não dispõe actualmente de um plano abrangente de cooperação com os países nas suas fronteiras orientais.

Para além dos objectivos a longo prazo que a União Europeia estabeleceu para estes países, cumpre-nos também definir objectivos específicos a curto prazo, bem como implementar um sistema destinado a avaliar até que ponto estes países cumprem os princípios estabelecidos de cooperação transfronteiriça. Em termos das nossas fronteiras com países terceiros, o trabalho da agência FRONTEX deverá incluir medidas destinadas a combater o tráfico de seres humanos. Sobretudo, todas as zonas de alto risco deveriam ter patrulhas de vigilância conjuntas, organizadas, permanentes e operacionais ao longo de todo o ano.

Como elemento chave da estratégia global da União Europeia para a imigração, a missão da agência FRONTEX deverá ser zelar pela segurança das fronteiras externas da União, embora com a garantia também de que não passará a ser um instrumento que cria novas fronteiras – fronteiras que dividem a Europa – e constrói novos muros.

Carl Schlyter (Verts/ALE). – (SV) Senhor Presidente, aprecio as partes do relatório que se relacionam com a inviolabilidade da vida humana e com o facto de devermos proteger os direitos de readmissão dos refugiados, isto é, o direito de não serem obrigados a regressar a uma situação inaceitável. No entanto, preocupa-me muito que a FRONTEX passe a fazer parte da construção da "Europa Fortaleza".

Na minha opinião, dá a sensação de que a nossa solidariedade interna mútua no que respeita a reforçar as nossas fronteiras é maior do que a nossa solidariedade para com as pessoas que nos pedem ajuda. Temos a noção errada de que a Europa iria receber uma parcela desproporcionadamente grande dos refugiados do mundo. Isso não é de modo algum verdade. São os países pobres do mundo que recebem de longe o maior número de refugiados. Nós recebemos apenas uma pequena proporção. Além disso, quando falamos em integrar os acordos de readmissão em todos os acordos com outros países, penso que estamos num caminho totalmente errado.

Em primeiro lugar, devemos promover o desenvolvimento através de acordos comerciais justos, e talvez depois também recebamos menos refugiados. Seria uma política muito melhor tanto para nós como para os outros países.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. – (FR) Senhor Presidente, ouvi com atenção todas as intervenções. Em primeiro lugar, gostaria de vos dizer que, em consciência, não posso permitir que digam que a FRONTEX será o símbolo de uma Europa fortaleza que se fechará a todos aqueles que precisam de protecção ou que aspiram vir para a Europa. É absolutamente falso! E como o disserem e muito bem os senhores deputados Busuttill e Coelho, e as senhoras deputadas Cederschiöld e Vălean, é evidente que a FRONTEX salvou muitas vidas até à data, e não posso permitir afirmações que apontam para a FRONTEX como correspondendo, de alguma forma, a uma militarização da Europa. Não posso permitir tais afirmações.

Posto isto, é verdade que se impõem progressos. A senhora deputada Cederschiöld referiu, e muito bem, a necessidade de a FRONTEX nos ajudar na luta contra o tráfico de seres humanos, e a senhora deputada Vălean

também frisou a necessidade de termos em atenção as fronteiras terrestres e lembrar os Estados das suas obrigações.

Actualmente, 80% destas passagens clandestinas de fronteiras são geridas praticamente, há que o dizer, por passadores, por operadores sem escrúpulos. É preciso saber que hoje, para vir da Líbia até às costas das Ilhas Canárias, as pessoas têm de pagar somas extremamente elevadas – 2 000 euros, 3 000 euros – e com o risco, além do mais, de naufragar e de morrer afogado antes de atingir a costa. Portanto, não posso permitir essas afirmações.

Creio que a FRONTEX tem um papel a desempenhar, e um papel positivo, claro. Precisamos pois desta gestão integrada de que falava o senhor deputado Coelho, mas é também verdade que, neste momento, haverá que reflectir sobre um novo mandato da FRONTEX. A FRONTEX deve assumir o seu lugar nesta abordagem global, que associa desenvolvimento e gestão concertada dos fluxos migratórios. Essa é a verdadeira resposta às vossas perguntas.

Gostaria também de lembrar, se é que é preciso, que a Comissão tem, evidentemente, de elaborar as linhas de orientação para as operações conjuntas organizadas pela FRONTEX no mar. São peritos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e da Organização Internacional das Migrações que se associam aos peritos dos Estados-Membros e da FRONTEX para garantir, precisamente, que a FRONTEX respeite as regras da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, que estipula que as pessoas recolhidas possam depois ser alojadas num lugar seguro, num lugar em que a sua vida não corra risco e em que as suas necessidades possam ser atendidas enquanto se aguarda uma decisão sobre o seu caso.

Eis o que queria dizer. Reconheço bem a insuficiência de recursos da FRONTEX, e será provavelmente necessário encontrar uma via, de uma forma ou de outra, seja obrigando os Estados-Membros a disponibilizarem de facto os seus recursos à FRONTEX, seja dotando a FRONTEX de recursos próprios, o que, obviamente, no quadro orçamental actual, me parece difícil.

Em todo o caso, não há dúvida de que é preciso alargar o mandato da FRONTEX, dar-lhe assim a possibilidade de cooperar com os países terceiros donde são originários os imigrantes a fim de se poder garantir, em conjunto, uma vigilância inteligente e humana destas migrações ilegais, que têm lugar, volto a dizê-lo, a expensas das pessoas envolvidas.

Gostaria de agradecer ao senhor deputado Moreno: o seu relatório é equilibrado e abre caminho a uma FRONTEX mais bem equipada e que, simultaneamente, diria, será orientada para a preservação das vidas humanas. É nisso que pensamos quando pensamos na FRONTEX. Não o podemos esquecer. Muito simplesmente, isto era o que eu gostaria de dizer depois de ter ouvido com atenção todas as intervenções deste debate, e posso garantir-lhes que, quando redefinirmos as linhas de orientação para a FRONTEX, teremos presente, como é evidente, este debate.

Javier Moreno Sánchez, relator. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário Barrot, creio que estamos no caminho certo. Aqueles que têm acompanhado a aventura europeia desde há muitos anos sabem que, quando Parlamento e a Comissão avançam de mãos dadas, são visíveis os progressos na União Europeia.

Creio que estamos no bom caminho e por isso queremos continuar.

(ES) Gostaria de exprimir o meu agradecimento, em primeiro lugar, a todos os deputados que intervieram esta noite. Creio que foi um debate como os que têm lugar nesta Assembleia e como é próprio da democracia, com opiniões divergentes, mas creio que existe um consenso bastante amplo. Naturalmente, quero agradecer aos relatores-sombra dos outros grupos políticos e a todos os membros da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, porque, com os seus contributos, conseguimos produzir o que foi aqui descrito como um relatório equilibrado e – segundo creio – bastante completo.

Quero também agradecer ao director executivo da Agência Frontex, Sr. Ilkka Laitinen, e ao seu director executivo adjunto, Sr. Gil Arias, que sempre me pôs à disposição toda a informação que lhe solicitei, bem como a toda a equipa de trabalho da agência.

Tive ocasião de comprovar no terreno – por exemplo, quando estivemos no Senegal, e também na sua sede em Varsóvia – que todos os homens e mulheres que trabalham na Frontex estão altamente empenhados no seu trabalho e muito conscientes do trabalho que estão a realizar. Por isso, solicitei ao presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, senhor deputado Deprez, a organização de uma audição, em conjunto com a Comissão dos Orçamentos, para que nos expliquem tudo o que estão a fazer.

Não se trata apenas de operações. Estão a realizar um trabalho extraordinário de formação de pessoal, como explicou o senhor deputado Marinescu, nos exercícios RABIT, na identificação de documentos de viagem falsos. É um trabalho muito importante do qual pouco se fala. Por isso propus a organização desta audição.

Em minha opinião, há dois conceitos que temos de discutir em profundidade. Creio que foi dito aqui – o Vice-Presidente da Comissão referiu-o e todos nós o referimos – que a Frontex tem de ter o máximo de segurança jurídica possível porque, sem isso, muitas vezes não pode actuar, ficando então em situações impossíveis.

Com o novo mandato, com a revisão do mandato, temos de saber o que podem e não podem fazer em casos de salvamento marítimo ou de repatriamento.

Para terminar, creio que o mais importante, como comprovámos nas delegações aos vários países, é o rótulo europeu, o espírito europeu. Muitos países preferem ver o nome "Europa" em vez do nome de um determinado país que, em algum momento no passado, foi uma potência colonial, e que não vêm de forma tão clara. Creio que é um valor acrescentado. Creio que temos de investir na Frontex e avançar. Temos de reflectir sobre o ritmo a adoptar e convencer os Estados-Membros.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã, quinta-feira, dia 18 de Dezembro de 2008.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Cristian Silviu Buşoi (ALDE), *por escrito.* – (EN) Antes de mais, gostaria de exprimir o meu optimismo em relação ao futuro da Agência FRONTEX, tendo em conta os números muito encorajadores da avaliação da actividade da agência.

No entanto, concordo inteiramente com a opinião do relator de que a FRONTEX deve ser acompanhada de uma política de imigração legal, a fim de combater eficazmente a imigração ilegal. Não é sensato tentar construir uma Europa Fortaleza, centrando-nos apenas nos imigrantes ilegais, porque enquanto as disparidades de desenvolvimento económico se mantiverem, a migração será também uma realidade. Além disso, concordo com a necessidade de respeitar plenamente a dignidade humana e os direitos fundamentais, embora protegendo as nossas fronteiras externas, porque isso faz parte dos valores europeus.

Gostaria também de salientar a importância da solidariedade entre os Estados-Membros da UE. Dada a supressão dos controlos fronteiriços no espaço Schengen, os Estados-Membros não podem ser mais interdependentes; eles são co-responsáveis pela segurança das fronteiras. É por isso que todos os Estados-Membros se devem envolver nas actividades da FRONTEX e fornecer os recursos necessários. Por último, mas não menos importante, a cooperação com países terceiros deve ser também uma prioridade, de modo a aumentar a eficiência da FRONTEX.

Janusz Lewandowski (PPE-DE), *por escrito.* – (PL) O trabalho da agência FRONTEX interessa-me, uma vez que é a única instituição da União Europeia sediada na Polónia. Apesar das preocupações iniciais sobre a segurança das fronteiras orientais da União Europeia, sucede que a principal ameaça em termos de imigração ilegal vem da bacia mediterrânica. Assim, a maioria do trabalho da FRONTEX incide sobre essa zona. Tive a oportunidade de visitar Malta e ver o campo de refugiados africanos localizado neste país, e pude compreender a gravidade do problema e o inimaginável desespero humano que leva a tentativas desesperadas de atravessar o mar para chegar até Malta e ao continente da União Europeia.

A imigração ilegal coloca um problema para todos nós e exige uma estratégia comum e instrumentos comunitários. Desde 2005, a FRONTEX tem disponibilizado estes instrumentos, bem como um sistema de vigilância para as fronteiras EUROSUR. O Parlamento está ciente da crescente necessidade de financiamento e solicitou, pelo terceiro ano consecutivo, um aumento do orçamento destinado à agência FRONTEX. Até à data, os vários Estados-Membros têm tido um nível de envolvimento desigual, e a verdade é que existe um desequilíbrio significativo em termos de financiamento, equipamento e questões operacionais. Razões geográficas e diferenças de sensibilidades face ao problema da imigração significam que a participação desigual dos Estados-Membros neste domínio da política comunitária parece ser um problema permanente que é difícil de ultrapassar.

Bogusław Rogalski (UEN), *por escrito.* – (PL) Tendo em vista a ameaça que a imigração ilegal representa, a Europa precisa de gerir as suas fronteiras de uma forma mais integrada, bem como de ter uma abordagem mais harmonizada ao fenómeno da migração, incluindo a gestão da imigração legal. Mesmo que aceitemos

que cada Estado-Membro deva ter controlo sobre as suas próprias fronteiras, tendo em conta a situação nas nossas fronteiras meridionais e orientais, é nosso dever cooperar para partilhar os recursos materiais e humanos disponíveis, a fim de combater este fenómeno.

A implementação de sistemas adequados de vigilância nas fronteiras limitaria o crime transfronteiriço o que, por sua vez, contribui para aumentar a nossa segurança interna. Para além das medidas que visam controlar o influxo de imigrantes ilegais, a FRONTEX deverá também contribuir para reforçar uma parceria global com países terceiros e ser responsável por tomar certas decisões sobre o direito a asilo.

A imigração ilegal está também associada a um elevado número de mortes que ocorrem quando as pessoas tentam atravessar as fronteiras ilegalmente. Tendo em conta esta realidade, deveríamos criar patrulhas activas durante todo o ano, nas zonas de alto risco onde as pessoas correm o perigo de perder as suas vidas. Também é fundamental criar duas secções diferentes, uma que controlasse as fronteiras terrestres enquanto a outra controlaria as fronteiras marítimas, concentrando-se em especial nas rotas utilizadas pelos migrantes nas fronteiras orientais.

Verifica-se também uma necessidade significativa de continuar a formar o pessoal envolvido nas actividades da FRONTEX, com o objectivo de alcançar maior eficácia e níveis mais elevados de profissionalismo, bem como de criar um sistema comum de intercâmbio de informação, a fim de otimizar as actividades da FRONTEX.

PRESIDÊNCIA: KRATSA-TSAGAROPOULOU

Vice-presidente

19. Impacto da contrafacção no comércio internacional - Aspectos da contrafacção relacionados com a defesa do consumidor (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta sobre:

- o relatório (A6-0447/2008) do deputado Gianluca Susta, em nome da Comissão do Comércio Internacional, sobre o impacto da contrafacção no comércio internacional (2008/2133(INI)); e

- a pergunta oral (O-0097/2008) apresentada pela deputada Arlene McCarthy, em nome da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores, à Comissão, sobre os aspectos da contrafacção relacionados com a defesa do consumidor (B6-0486/2008).

Gianluca Susta, relator. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos quantos comigo colaboraram na elaboração deste relatório, incluindo os relatores-sombra, independentemente das posições que cada um dos grupos políticos irá assumir amanhã na votação do relatório.

O combate à contrafacção é, sobretudo, um modo de apoiar a competitividade do sistema europeu, e recai inteiramente nos pressupostos fundamentais da Estratégia de Lisboa. Considero que deve também ser perspectivado em termos do seu alcance jurídico e penal no nosso mundo globalizado. Um relatório da OCDE de 2005 revela-nos que são vendidos em todo o mundo produtos contrafeitos num montante de cerca de 150 mil milhões de euros, abstraindo da contrafacção totalmente interna e da pirataria em linha. Alguns observadores afirmam que, na realidade, os montantes envolvidos na contrafacção rondam os 500 mil milhões de euros.

Ao violar os direitos de marca registada, os direitos de patente e os direitos de propriedade intelectual, a contrafacção constitui um obstáculo para os pontos fortes da nossa indústria, para a nossa capacidade de inovação e de criatividade. Esta situação exige medidas objectivas fortemente coordenadas, um grande cuidado nas relações com várias zonas do mundo e também, a meu ver, uma perspectiva diferente do relacionamento entre as Instituições comunitárias e os Estados-Membros.

Elaborado pela Comissão do Comércio Internacional, o relatório optou, por razões de responsabilidade institucional, por debruçar-se sobre os aspectos externos da contrafacção, mas é muito clara a relação entre aspectos externos e internos da contrafacção na Europa, que continua a ser o maior mercado do mundo e o segundo maior importador do mundo.

Assim, em síntese, temos de reafirmar alguns princípios fundamentais para combater a contrafacção: é necessário reforçar o nosso sistema de defesa contra a entrada de produtos contrafeitos, e isso implica também a coordenação das forças de polícia responsáveis pelo controlo dos produtos nas fronteiras e o reforço das alfândegas. Mas temos também de nos empenhar fortemente no sentido da harmonização das disposições civis e penais dos nossos sistemas jurídicos internos, e de trabalhar no âmbito da Organização Mundial do Comércio com vista ao reforço dos instrumentos de que a OMC tem vindo a dotar-se.

É claro que um recurso mais frequente à Organização Mundial do Comércio para a resolução de certos problemas relativos aos litígios que vão surgindo ajudaria a reforçar o combate à contrafacção, tal como pensamos que deveria haver sanções para os países estrangeiros à União Europeia que, de algum modo, aceitem funcionar como países de trânsito para a entrada desses produtos na Europa, assim como para a sua circulação em todo o mundo.

Precisamos de uma mais forte protecção da propriedade intelectual, de uma mais forte capacidade de nos defendermos, nas grandes áreas geopolíticas do mundo, dos grandes países que estão a emergir no mercado mundial. Por isso vemos com grande interesse o acordo ACTA. Trata-se de um importante acordo internacional num quadro multilateral, mas que não nega a validade de um quadro bilateral entre os Estados Unidos, o Japão e a Europa, com espaço igualmente para o Brasil, a Índia, a China e as outras grandes regiões comerciais do mundo. O acordo centra-se em dois aspectos. Por um lado, a transparência e o respeito pelos direitos civis e políticos, bem como pela privacidade. Por outro lado, e no pleno respeito dos direitos fundamentais, visa o reforço dos interesses comerciais, os quais estão, para nós, estreitamente associados ao desenvolvimento e, por isso, também à liberdade dos nossos Estados dentro da UE e da própria UE, enquanto importante actor político nos mercados mundiais.

Por conseguinte, penso que devemos intervir no domínio da sensibilização dos consumidores, da harmonização do direito penal, da intensificação dos controlos e do recurso a instrumentos de pressão. Relativamente a certos países em desenvolvimento, temos o sistema de preferências pautais generalizadas, e deveríamos garantir o reforço desse sistema, mas, ao mesmo tempo, a sua utilização para combater o facto de determinados países aceitarem funcionar como países de trânsito para a entrada dos produtos contrafeitos.

O relatório visa a criação de um quadro unitário para as grandes causas da liberdade, do comércio livre, as liberdades civis, as liberdades políticas e as liberdades de desenvolvimento, procurando combater um fenómeno que acarreta grandes dificuldades para a competitividade da União Europeia. É certo que teríamos desejado um pouco mais, pois há questões que o relatório deixou em segundo plano, tais como a criação de um observatório ou a previsão de normas em matéria de rastreabilidade. Trata-se de matérias que não foram objecto de consenso por parte da maioria.

Pensamos, contudo, ter dado um importante contributo à Comissão e ao Conselho, sobretudo à Comissão, para que, no futuro, leve a cabo uma revisão global das disposições capazes de proteger a Europa deste nefasto fenómeno.

Eija-Riitta Korhola, autor. – (EN) Senhora Presidente, gostaria de transmitir os meus agradecimentos ao relator pelo seu profundo trabalho. A contrafacção e a pirataria de direitos de autor são um fardo para a economia, tanto na Europa como no mundo inteiro, e praticamente nenhuma indústria escapa a esta actividade ilegal. Ela é responsável por prejudicar empresas legítimas e, sobretudo, na opinião da Comissão IMCO, ela é uma fonte de prejuízos para o consumidor.

O problema é grave e está a tornar-se mais grave. No entanto, as mercadorias contrafeitas e pirateadas continuam a estar livremente disponíveis no mercado interno. Para combater a contrafacção e a pirataria, temos, em primeiro lugar, de reforçar a aplicação da lei, ajudando as autoridades aduaneiras a detectá-la, e temos de fazer acordos para destruir estas actividades no ponto em que a infracção tem origem. São também necessárias medidas para impedir que a Internet se torne um canal de distribuição cada vez mais importante para os produtos contrafeitos e pirateados, reforçando os mecanismos para uma reparação mais eficaz.

Em segundo lugar, precisamos de campanhas de sensibilização pública. Com demasiada frequência, os consumidores não têm consciência da dimensão e das repercussões do problema. As vidas dos consumidores são colocadas em risco por produtos perigosos, especialmente medicamentos falsificados. As campanhas conduzidas pelos governos devem concentrar-se cada vez mais nos custos sociais da contrafacção e da pirataria, como a saúde e a segurança.

Em terceiro lugar, precisamos de recolher mais dados e de fazer mais avaliação e pesquisa. Dados abrangentes e comparáveis são vitais tanto para os esforços efectuados em termos de aplicação da lei como para as

campanhas de sensibilização. Este ano, a Comissão do Mercado Interno e da Protecção do Consumidor aprovou o novo pacote dos produtos, que criou o novo quadro de fiscalização do mercado e de aplicação de toda a legislação da UE, para garantir a segurança dos produtos disponíveis no mercado interno. No início deste período legislativo, adoptámos um código aduaneiro modernizado e instrumentos para ajudar a criar alfândegas eficazes e totalmente informatizadas. Desta forma, temos procurado melhorar a eficiência operacional das autoridades aduaneiras nas fronteiras externas da UE – a última faixa de protecção –, impedindo a entrada no mercado interno de produtos de contrafacção.

O combate à contrafacção e à pirataria é uma questão que deve continuar a ser uma das prioridades da nossa agenda política. No Parlamento, apelamos à Comissão para que coopere com os governos, as autoridades aduaneiras, a indústria e os consumidores em todos os Estados-Membros da UE. Temos de agir em conjunto, se queremos combater eficazmente estas actividades. Com o debate desta noite, desafiamos a Comissão a apresentar uma abordagem coerente e coordenada para combater a contrafacção e a pirataria. Só desta forma poderemos garantir a confiança dos consumidores nos produtos à venda no mercado interno.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. – (FR) Senhora Presidente, gostaria de agradecer ao senhor deputado Susta o seu relatório sobre o impacto da contrafacção no comércio internacional e, claro, à Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores. Estas questões da contrafacção e da pirataria realmente merecem, como acaba de demonstrar muito bem a senhora deputada Korhola, toda a nossa atenção e a nossa determinação.

A Comissão está plenamente empenhada na promoção de um elevado nível de protecção da propriedade intelectual e no seu respeito em países terceiros. Em conformidade com o papel da Europa no mundo e a estratégia da Comissão para garantir o respeito pelos direitos da propriedade intelectual, cooperamos com os parceiros que partilham as nossas preocupações. Isto aplica-se aos Estados Unidos, Japão, G8 e países da OCDE. Nós queremos que os sectores industriais europeus mais modernos, mais inovadores, mais orientados para a qualidade, identificada como um dos nossos principais trunfos em termos de competitividade mundial, não sejam maltratados ou mesmo arruinados por países terceiros.

O envolvimento do Parlamento Europeu nesta questão é bem-vindo. Os meus agradecimentos. A Comissão acompanhou a elaboração do relatório do deputado Susta, e agradeço-lhe por ter tomado uma posição tão ambiciosa e construtiva. Tomamos nota das propostas relativas ao trabalho a desenvolver com a China, à utilização do mecanismo de resolução de litígios da OMC, ao nosso Sistema de Preferências Generalizadas, assim como à necessidade de dar uma maior ajuda às nossas pequenas e médias empresas.

Todavia, em várias áreas, a versão final do relatório representa um recuo face à abordagem inicial. O relatório passa a adoptar um tom mais reservado, mais defensivo, nomeadamente no que respeita ao ACTA, o Acordo de comércio anti-contrafacção. O objectivo do acordo ACTA é combater as actividades ilegais em grande escala e proteger os inovadores da União Europeia. Acrescento ainda que o acordo ACTA não visa limitar as liberdades civis ou exercer uma pressão sobre os consumidores.

Como a Comissão reiterou muitas vezes ao Parlamento Europeu, o acordo ACTA não irá mais longe do que o regime actual da União Europeia sobre a aplicação dos direitos relativos à propriedade intelectual. O regime actual respeita os direitos fundamentais, as liberdades cívicas, incluindo a protecção dos dados pessoais. A aplicação de sanções penais deverá ser negociada pela Presidência da União Europeia em nome dos Estados-Membros.

No que respeita às questões apresentadas pela Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores, gostaria de salientar que, desde a conferência de alto nível, organizada no mês de Maio último com os deputados do Parlamento Europeu, a Comissão reflectiu nos meios que seriam mais apropriados para apoiar os Estados-Membros, as autoridades judiciais e policiais, as empresas e os consumidores na luta contra estes criminosos. É verdade que estes problemas complexos estão associados a várias domínios e são da responsabilidade de várias Direcções-Gerais da Comissão. É preciso estabelecer uma cooperação reforçada.

No início deste ano – e isto é importante – foi criada uma unidade especializada no controlo da aplicação dos direitos de propriedade intelectual. Insisto neste ponto. Para além disso, precisamos de dispor de um conhecimento sólido para realizar uma estratégia duradoura de luta contra a contrafacção e a pirataria. Nesse caso, temos um problema: a produção de estatísticas. Precisaremos de estatísticas para ter uma ideia precisa da extensão e dimensão do problema. A OCDE também salientou esta questão no seu relatório intitulado “O impacto económico da contrafacção e da pirataria”.

Cumpre-nos portanto actuar de maneira a garantir a recolha de informações exactas e completas. As empresas dispõem de dados indispensáveis, mas alguns destes dados são considerados sensíveis. Há que lembrar que as únicas estatísticas que os Estados-Membros são obrigados a fornecer são as que dizem respeito às apreensões na alfândega.

Da mesma maneira é difícil obter informações sobre o número de pessoas que sofreram prejuízos devido à contrafacção de produtos. Ainda que sistemas como o sistema comunitário de alerta rápido para produtos de consumo não alimentares (RAPEX) forneçam alguns elementos, estes não serão completos. O sistema RAPEX foi concebido para evitar acidentes causados por produtos perigosos. É verdade que os produtos contrafeitos poderão fazer parte desta categoria. A principal vantagem do RAPEX é permitir que informações sobre produtos de consumo perigosos encontrados num Estado-Membro sejam rapidamente comunicadas aos outros Estados-Membros e à Comissão a fim de evitar que outros consumidores os adquiram.

Porém, dado que o RAPEX abrange todos os produtos de consumo perigosos, não é necessariamente o instrumento mais adequado para recolher informações sobre os prejuízos causados pelos produtos contrafeitos.

A base de dados europeia sobre acidentes, que é alimentada por um acompanhamento sistemático dos danos físicos, recolhe dados sobre acidentes e danos físicos comunicados pelos serviços de urgência dos hospitais. Porém, a informação prestada sobre as causas dos danos físicos é por vezes demasiado geral e o nível de pormenor é insuficiente para apurar se os danos foram causados por produtos contrafeitos. Para além disso, a disparidade dos métodos utilizados pelos Estados-Membros para registar as causas dos acidentes fazem da comparação e da produção de estatísticas um exercício difícil e pouco rigoroso.

Por conseguinte, é evidente que devemos promover a criação de redes de alerta rápido por meio de pontos de contacto nacionais. Esta abordagem permitirá reforçar a coordenação, a partilha de informação entre os órgãos administrativos, as autoridades judiciais e policiais e os sectores de actividade económica envolvidos em toda a União Europeia. Relativamente a esta questão, um Observatório poderá ser de grande utilidade. A Comissão está neste momento a analisar as opções práticas mais adequadas à criação de um observatório.

Em conformidade com o princípio de subsidiariedade, cumpre aos Estados-Membros zelar por que os produtos comercializados sejam todos produtos seguros e por que a fiscalização do mercado se processe de forma eficaz, porém, esta supervisão não foi garantida com o mesmo rigor em todos os Estados-Membros nos anos anteriores. A Comissão propôs então um regulamento que estabelece os requisitos de acreditação e fiscalização do mercado relativos à comercialização de produtos, aprovado em Junho de 2008 pelo Conselho.

Este regulamento estabelece um quadro comum no que respeita à fiscalização do mercado. Diz respeito ao sistema criado pela Directiva relativa à segurança geral dos produtos, só que o completa. Determina as exigências comuns em matéria de fiscalização de mercado, exigências essas que todos os Estados-Membros são obrigados a respeitar. O regulamento introduz um mecanismo de cooperação entre autoridades, quer a nível nacional, quer transfronteiriço. Este mecanismo deverá permitir difundir as informações úteis de forma eficaz a fim de alertar, por exemplo, sobre a chegada de produtos perigosos a um dos pontos de entrada.

Em Julho último, a Comissão aprovou uma comunicação sobre uma estratégia no domínio dos direitos de propriedade intelectual para a Europa. Gostaríamos pois de realizar uma estratégia integrada que incluía medidas não-legislativas para reforçar a aplicação destas disposições. Esta estratégia permitirá desenvolver um novo plano de acção em matéria de alfândegas para combater a contrafacção e a pirataria, para estabelecer novas abordagens que permitirão melhorar a recolha de informações, promover as campanhas de sensibilização geral e aumentar a eficácia das redes de cooperação a todos os níveis.

O Conselho declarou-se muito favorável a esta abordagem. O Conselho aprovou, em 25 de Setembro de 2008, um plano europeu de luta contra a contrafacção e a pirataria. Esta resolução, que estabelece este plano europeu de luta contra a contrafacção e a pirataria constitui um sinal político importante. Temos aí a prova de que os Estados-Membros atribuem uma importância considerável ao respeito dos direitos da propriedade intelectual.

Neste quadro, a Comissão encontrou-se com os directores-gerais das autoridades aduaneiras dos Estados-Membros por ocasião de um seminário de alto nível, realizado em Paris nos dias 25 e 26 de Novembro de 2008. Neste seminário foram definidas as grandes linhas de um novo plano aduaneiro de luta contra a contrafacção para os para o período 2009-2012.

Este plano aduaneiro de luta contra a contrafacção será elaborado pela Comissão sob a próxima Presidência checa. A Comissão atribui grande importância à protecção e ao respeito efectivo dos direitos de prioridade

intelectual nos mercados dos países não comunitários. A Comissão realizou diálogos estruturados sobre as questões ligadas aos direitos de propriedade intelectual com os seus principais parceiros comerciais, como a China. A Comissão propôs a introdução de disposições pormenorizadas sobre os direitos de propriedade intelectual, orientadas mais especificamente para o controlo da sua aplicação nos acordos comerciais bilaterais e regionais.

Com respeito à sensibilização dos consumidores, bem como a um alerta dirigido aos mesmos sobre os riscos cada vez maiores, a Comissão considera, evidentemente, que se trata de uma questão relevante. A recolha e a análise de dados fiáveis são fundamentais para apoiar o nosso trabalho e permitir-nos desenvolver políticas e estratégias eficazes. Uma vez dispondo de informação de qualidade, estaremos em posição de informar e educar os consumidores sem suscitar desconfiança ou preocupação em relação a linhas de produtos sensíveis como por exemplo, os produtos farmacêuticos ou os géneros alimentares. Os Estados-Membros têm um papel importante a desempenhar nesta frente garantindo o intercâmbio desta informação.

Senhora Presidente, vou terminar. Peço-lhe desculpa por me ter alongado um pouco. A nossa vontade é apoiar os Estados-Membros de modo a poderem contribuir mais eficazmente para promover a inovação, proteger a saúde e a segurança dos consumidores, o que nos conduz à necessidade de adoptar uma abordagem global. Esse o motivo por que a Comissão concentra os seus esforços na introdução de um mecanismo que permita desenvolver o conhecimento e a cooperação entre Estados-Membros, consumidores e empresas.

Como pode ver, Senhor Deputado Susta, o seu relatório veio na altura certa. Isto leva-nos para o cerne de uma questão que, pessoalmente, sempre me preocupou, a da contrafacção. Não podemos proteger uma Europa inovadora se não lutarmos eficazmente contra a contrafacção. Agradeço pois ao Parlamento Europeu a sensibilidade que demonstrou ter face a um problema grave. Muito obrigado pela atenção e, agora, Senhora Presidente, vou ouvir atentamente as intervenções dos deputados.

Eva Lichtenberger, *relatora de parecer da Comissão dos Assuntos Jurídicos.* – (DE) Senhora Presidente, senhoras e senhores, o senhor deputado Susta já descreveu com clareza a relevância desta questão, pelo que não necessito de o repetir.

A Comissão dos Assuntos Jurídicos abordou esta matéria, particularmente no que diz respeito às negociações internacionais relativas ao ACTA (Acordo Comercial em matéria de Anti-Contrafacção), e chamou a atenção para os seguintes pontos: a falta de transparência, por exemplo, nas negociações internacionais, a questão da inter-relação com acordos e organizações internacionais tais como o TRIPS ou a OMPI, a ausência de uma base jurídica para a definição da natureza e da magnitude das disposições penalizadoras – um ponto que também é muito importante para os Estados-Membros.

Gostaria de resumir tudo isto numa breve conclusão, que é a de que, independentemente do que os Estados-Membros ou nós possamos pensar sobre a harmonização das disposições penalizadoras ou da forma como esta venha a decorrer, devemos poder decidir por nós próprios sobre a questão. Não se pode permitir que negociações internacionais, sem a transparência apropriada, restrinjam à partida a liberdade de acção da União Europeia e das Instituições europeias ao ponto de o Parlamento Europeu deixar de poder decidir com a margem de manobra que lhe é devida. Por conseguinte, não devemos fazer julgamentos antecipados. O Parlamento Europeu deve afirmar os seus direitos e, em última análise, os domínios da vida privada, da protecção dos dados e dos direitos dos cidadãos também serão afectados e potencialmente prejudicados se assim não acontecer.

Podemos ter oportunidade de votar duas decisões amanhã, desde que o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus não coloque nenhum obstáculo à votação tentando modificar uma das decisões através de uma alteração oral. Espero que esta intenção ainda possa ser alterada. Obrigada.

Corien Wortmann-Kool, *em nome do Grupo PPE-DE.* – (NL) Senhor Vice-Presidente da Comissão, é verdade. Falou durante muito tempo a esta hora tardia. Se, com isso, pretendeu salientar o facto de que a Comissão tenciona dar prioridade à luta contra a contrafacção, então, está perdoado. Gostaríamos, aliás, que cumprisse a sua nobre ambição, porque ainda constitui um grande problema, e um problema que ganha cada vez maiores proporções. Já não se cinge a bonitas malas Gucci; diz respeito também à saúde e à segurança do cidadão europeu, do consumidor europeu.

Desejo expressar os meus agradecimentos sinceros ao relator pelo seu excelente relatório que, na Comissão do Comércio Internacional, foi aprovado praticamente por unanimidade. Na semana passada, estivemos envolvidos em complexas negociações sobre novas resoluções, mas congratulo-me por termos todos

retomado o tema. Por conseguinte, espero que amanhã possamos adoptar esta resolução na Comissão do Comércio Internacional por uma vasta maioria. Congratulamo-nos pelo facto de o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa ter retirado a sua resolução alternativa.

É necessária uma cooperação muito mais eficaz se quisermos ganhar a luta contra a contrafacção. Os funcionários aduaneiros desempenham aqui um papel importante, como é demonstrado pelo esforço coordenado desenvolvido em cinco países europeus onde estes funcionários e o sector têm colaborado estreitamente e onde destruíram um volume considerável de bens contrafeitos. Excelente!

É também necessária uma melhor coordenação, mas, na nossa resolução, não propomos a criação de uma nova agência europeia, muito embora ponderemos essa ideia. Neste sentido, gostaria de chamar a atenção para a sugestão avançada pelo senhor deputado Martin de criar um painel de avaliação europeu. É uma excelente ideia.

Gostaria ainda de mencionar as sanções, em particular ao Comissário responsável pela Justiça. Espero que considere seriamente as nossas propostas e que as adopte.

David Martin, em nome do Grupo PSE. – (EN) Senhora Presidente, se me permite, gostaria, antes de mais, de agradecer ao senhor deputado Susta a sua boa colaboração na elaboração deste relatório. Nem sempre estivemos de acordo, mas ele mostrou-se sempre muito cooperante e tão flexível quanto possível.

Em primeiro lugar, o senhor deputado Susta deu-nos alguns números globais sobre a escala da contrafacção. Só esta semana, no meu círculo eleitoral, dois acontecimentos distintos chamaram a atenção para a escala da contrafacção a nível regional. Primeiro, a *UK Border Agency* (serviços aduaneiros britânicos) fez uma rusga a um navio em Grangemouth, na Escócia, no meu círculo eleitoral, e apreendeu 3,6 milhões de libras esterlinas em produtos falsificados de estilistas. O navio tinha chegado à Escócia, através da Holanda, oriundo da China.

Ainda esta semana, na Escócia, foi revelado que, só este ano, a polícia escocesa apreendeu até agora meio milhão de CD e DVD com um valor de rua próximo dos 5 milhões de libras. A polícia acrescentava, no seu comunicado à imprensa, que a distribuição desses DVD e discos pirateados era quase toda controlada pelo crime organizado. Por consequência, este é claramente um enorme problema em todo o território da Comunidade Europeia.

Como já foi dito, a contrafacção é muitas vezes vista como um crime sem vítimas, mas é claro que, como temos estado a ver, ela está muito longe de o ser. Há pelo menos três grupos de vítimas nesta questão dos produtos de contrafacção.

O primeiro grupo é, naturalmente, a comunidade empresarial: este comércio ilegal afecta os retalhistas legítimos e outras empresas que pagam impostos, empregam pessoas e geram receitas; a contrafacção priva também autores, artistas e investigadores de uma justa compensação pelo seu talento e investimento. Há compradores, mencionados pela senhora deputada Wortmann-Kool, que são mortos, prejudicados ou incomodados por produtos falsificados. Depois, há o terceiro grupo de pessoas, as vítimas de criminalidade e de comportamentos anti-sociais, que são muitas vezes financiados pelas receitas obtidas a partir de produtos contrafeitos.

O Grupo do PSE concorda em grande medida com aquilo que o Senhor Comissário descreveu como sendo as três áreas de acção necessárias para enfrentar este problema. Em primeiro lugar, precisamos de medidas mais duras contra os países terceiros que promovem ou fecham os olhos à contrafacção e são incapazes de proteger os direitos de propriedade intelectual de terceiros. Não nos parece que o acordo ACTA seja a solução integral para este problema e acreditamos seguramente que, para que o ACTA possa entrar em vigor, é preciso que seja mais transparente, democrático e multilateral em geral. Como diz a senhora deputada Wortmann-Kool, vemos parte da solução num painel de avaliação internacional que publique os nomes dos países que não respeitam os direitos dos outros, no que se refere aos produtos de contrafacção.

A segunda área em que precisamos de tomar medidas é no trabalho em curso dos serviços de execução da lei, como a polícia, as autoridades que estabelecem normas comerciais e as autoridades aduaneiras. Estamos na expectativa de ver, no próximo ano, qual a proposta checa para uma melhor cooperação europeia neste domínio.

A terceira e última área é a necessidade de educar o público relativamente aos prejuízos provocados pela contrafacção e explicar aos jovens que as pessoas que trabalham para criar filmes, conteúdos de televisão e música têm o direito de ganhar a vida com isso.

Aquilo em que não acreditamos é que se deva criminalizar as pessoas que fazem, ocasionalmente, *downloads* de música ou de canções pirateadas ou que comprem um CD ou uma camisa de futebol falsos. Nós não queremos a criminalização destas pessoas, queremos educá-las e trazê-las para o nosso lado, no combate aos verdadeiros criminosos neste processo.

Carl Schlyter, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (SV) Senhora Presidente, agradeço ao senhor deputado Susta. Deveria, evidentemente, ter sido fácil chegarmos a um bom acordo sobre este assunto. No entanto, as normas do Parlamento obrigam-nos a apresentar resoluções separadas, sem que nos seja dada a oportunidade de votar alterações isoladas. Isso significa que é mais difícil chegar a um compromisso que permita expressar correctamente os desejos da maioria do Parlamento. Considero isso extremamente lamentável, porque significa que, se a resolução dos Verdes não merecer apoio amanhã, por exemplo, iremos votar a aprovação de uma proposta que implica o controlo da Internet e dos conteúdos da Internet, e que significa que se atribuirá a responsabilidade aos distribuidores. Isso seria de lamentar, já que nem é essa sequer a intenção do Parlamento.

A pirataria e a contrafacção representam uma ameaça para os consumidores e para o público em geral de duas maneiras. Expõem-nos a produtos perigosos em termos ambientais ou a medicamentos falsificados que são perigosos para a saúde, sendo desse modo directamente afectados. No entanto, também os colocam perante a ameaça de medidas excessivas destinadas a proteger marcas comerciais e, sobretudo, direitos de autor. É uma questão de se encontrar o equilíbrio certo. Penso que a mensagem que o Parlamento deseja transmitir claramente à Comissão e ao Conselho quando as negociações prosseguirem é que, qualquer que seja o resultado da votação de amanhã, iremos claramente afirmar que a utilização pessoal sem fins lucrativos não pode ser tratada como um delito. Esta é a mensagem clara do Parlamento.

No que se refere ao direito penal, temos de votar a favor da proposta alternativa dos Verdes se não quisermos dar a ideia de que estamos subitamente a introduzir direito penal a nível europeu. Não temos, evidentemente, mandato nenhum para esse efeito. A questão que se põe é saber se funcionaria e como é que poderá estabelecer o equilíbrio na escala de sanções num país, se isso vier, efectivamente, a resultar numa escala de sanções totalmente errada noutro. Por conseguinte, ao que parece, fazer isto a nível internacional não iria resultar de todo. As propostas do Verdes são, portanto, melhores.

A proposta original exclui todo o tipo de excepções para viajantes. Não é razoável equiparar um viajante que traga consigo produtos no valor de 400 euros com um homem de negócios que pode trazer 50 contentores. Acima de tudo, não é razoável realizar uma votação com vista a eliminar as normas relativas ao conteúdo qualitativo da Internet, as estatísticas qualitativas que regulam os conteúdos, bem como a responsabilidade secundária e a responsabilidade de intermediários.

A fim de permitir que mais deputados votem a favor da resolução dos Verdes, iremos apresentar uma alteração oral manifestamente controversa tendo em vista a supressão do artigo 15.º, e espero que, depois disso, muitos dos deputados possam apoiar a nossa proposta. Muito obrigado.

Pedro Guerreiro, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – Senhora Presidente, a resolução do Parlamento Europeu, de 13 de Dezembro de 2007, sobre o sector têxtil apontava que metade dos processos alfandegários europeus em matéria de contrafacção tem por objecto artigos têxteis e de vestuário. A mesma resolução sublinhava a necessidade de aplicar regras vinculativas em matéria de aposição de rótulos de origem nos têxteis importados de países terceiros, exortando o Conselho a aprovar a proposta de regulamento pendente relativa à indicação "fabricado em" como forma de incrementar a defesa dos consumidores e apoiar a indústria europeia.

A verdade é que uma proposta da Comissão Europeia neste sentido, apesar de insuficiente, marca passo desde 2005. Por isso, a questão que colocamos é: quando é que a União Europeia estabelece regras para a indicação da origem das importações ou dos produtos fabricados nos diferentes países que a integram?

Bastiaan Belder, *em nome do Grupo IND/DEM*. – (NL) Senhora Presidente, desejo agradecer ao relator este importante relatório. A contrafacção não só é um flagelo económico, como também constitui uma ameaça à segurança do consumidor e à saúde pública. Deve ser nossa prioridade não só a produção dos produtos contrafeitos, como também a sua comercialização e transporte.

No mês passado, fiz uma visita de trabalho muito útil ao Kosovo, cuja situação é preocupante. A caótica presença internacional, que se sobrepõe por vezes, combinada com o débil Governo de Pristina, favorece uma excelente base para as operações de contrafactores e contrabandistas no Kosovo. É deplorável ver os delinquentes do lado albanês e do lado sérvio a desenvolverem um bom trabalho em conjunto num esforço multi-étnico.

Insto a União a envolver a missão Eulex no Kosovo na luta contra estas práticas de contrabando. É inadmissível que a União Europeia fique inactiva perante este tipo de situação que ocorre ao lado das suas fronteiras. A luta contra os produtos contrafeitos não deve travar-se unicamente na mesa das negociações, mas também no terreno. Espero que a Comissão conceda a devida atenção a este tema; com efeito, falei com a Comissão em Pristina sobre esta questão. Trata-se de um aspecto de vital importância na nossa luta para proteger a propriedade intelectual, inclusivamente nos Balcãs Ocidentais.

Christofer Fjellner (PPE-DE). - (SV) Senhora Presidente, este assunto é, evidentemente, muito amplo. Tal como referi anteriormente, abrange tudo desde os medicamentos, sobresselentes para automóveis e produtos de marca a *downloads* ilegais. Nesta área, é absolutamente evidente que a contrafacção constitui um enorme problema e que os produtos falsificados representam uma ameaça para produtos que valem imenso dinheiro e mesmo para a segurança. No entanto, existe alguma incerteza quanto aos montantes em causa e à quantidade de produtos falsificados que existem no mercado europeu. Por conseguinte, penso que a investigação que a Comissão vai realizar é extremamente positiva.

Decidi concentrar-me principalmente no ACTA, ou seja, o Acordo Comercial Anticontrafacção, que está neste momento a ser negociado pelos EUA, Japão, UE e outros países. Quanto a este aspecto, a questão é, evidentemente, o excesso de sigilo. Todos reagimos a boatos sobre o que se está a passar. Existe uma preocupação justificada - a preocupação quanto à possibilidade de o pessoal de controlo nas fronteiras revistar tudo, desde computadores a leitores MP3. Ouvimos boatos sobre a proibição de leitores DVD para múltiplas regiões. Sou da opinião de que esta incerteza e os próprios boatos estão a prejudicar a luta contra a pirataria e a contrafacção. Por conseguinte, penso que todos nós aqui presentes partilhamos do mesmo desejo de maior abertura. É necessário que nos dêem uma ideia mais clara do mandato em que isto efectivamente se baseia, daquilo que a Comissão pretende alcançar e daquilo que será considerado inaceitável.

Na alteração que eu próprio apresentei ao relatório, que felizmente teve uma oportunidade de ser ouvida, concentrei-me naquilo que não desejo ver contemplado no ACTA. Nessa alteração fiz notar, em particular, que não podemos ter medidas susceptíveis de restringir a privacidade, e também não devemos ir além da legislação existente neste domínio, e, por último, mas não menos importante, a legislação não deve inibir a inovação nem a concorrência.

No entanto, é triste que numa área tão importante como esta seja necessário estabelecermos o que não devemos fazer, quando há tantas coisas importantes que necessitamos de fazer. Isto deve-se, porém, precisamente ao espírito de sigilo e à incerteza que esse espírito de sigilo gera. Não devemos ir parar a uma situação em que a nossa luta neste domínio e as ferramentas que utilizamos para nos ajudar sejam problemas mais graves do que a própria pirataria. É isto que me preocupa. Muito obrigado.

Christel Schaldemose (PSE). - (DA) Senhora Presidente, também eu gostaria de agradecer à Comissão a forma construtiva como apresentou o problema. Sou membro da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores e participei na formulação da questão que foi colocada à Comissão sobre as medidas a tomar no que diz respeito à contrafacção do ponto de vista da protecção dos consumidores. Gostaria de começar por dizer que penso que é extremamente importante envidarmos os maiores esforços no sentido de reduzir a dimensão do problema da contrafacção. Que não restem dúvidas quanto a isso. Contudo, creio também que se afigura de extrema importância inteirar-nos das possíveis consequências para os consumidores. Não há dúvida que isto tem uma importância significativa para as empresas. No entanto, começamos a constatar que existem problemas e que os mesmos poderão afectar a saúde e a segurança dos consumidores. Penso, por isso, que embora seja difícil obter dados estatísticos precisos e rigorosos, precisamos de fazer um esforço no sentido de apurarmos até que ponto os medicamentos contrafeitos, ou quaisquer outros produtos que possam existir, são perigosos. Visitei as autoridades dinamarquesas que trabalham neste domínio e testemunhei apreensões de pastilha elástica, de água, de detergente assim como de todo o género de produtos de uso diário. Escusado será dizer que poderão advir consequências físicas para os consumidores se comerem uma pastilha elástica que seja um produto contrafeito e que provavelmente *não* cumpre as normas que determinam o que este produto, ou qualquer que seja o produto, pode conter. Penso que há necessidade de dispormos de informação, porque sem informação sobre os efeitos ou os males que podem advir para a saúde, creio que será difícil convencer os consumidores a aderirem a esta luta contra a contrafacção de produtos. Os consumidores devem tomar conhecimento das possíveis consequências de modo a participarem também nesta luta *não* adquirindo os produtos baratos e contrafeitos. Torna-se, por isso, essencial obter informação e dados nesta matéria. Fico, portanto, a aguardar ansiosamente que a Comissão apresente uma proposta específica sobre o tratamento desta questão.

Georgios Papastamkos (PPE-DE). - (EL) Senhora Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, o fenómeno da contrafacção, da imitação, é um problema jurídico com óbvias repercussões económicas. A dimensão jurídica prende-se com a violação dos direitos de propriedade intelectual; a dimensão financeira tem a ver com a perda de direitos aduaneiros e IVA, que constituem parte significativa do orçamento europeu, os recursos próprios da União Europeia.

A dimensão económica do fenómeno é evidente. Os produtos de contrafacção afectam a competitividade das empresas europeias e, por tabela, o emprego. Mas a dimensão do problema que consideramos mais preocupante consiste na ameaça à saúde e à própria vida dos consumidores. Senhor Comissário, decerto um trabalho concertado com os nossos parceiros comerciais é uma das medidas necessárias. Na minha opinião, criar um observatório europeu da contrafacção e da pirataria e aprovar uma marca de fabrico "*made in*" seriam outros passos na direcção certa.

No entanto, Senhor Comissário, embora a pasta em questão não seja da sua competência, gostaria de lhe dizer e de recordar aos senhores deputados que foram abolidas as restrições quantitativas para as importações de têxteis. No meu círculo eleitoral, quando eu era membro do Parlamento grego, diversas fábricas encerraram e milhares de trabalhadores foram lançados para o desemprego. Não tinha havido cooperação aduaneira prévia com os países importadores, a própria Comissão o reconheceu. A cooperação aduaneira teve lugar após a abolição das restrições e a União Europeia está agora a pagar o preço dessa cooperação. Essa competência cabia-lhe, cabia à Comissão. Revimos o regime do açúcar e quem ficou a ganhar, segundo estatísticas oficiais, foram as empresas multinacionais exportadoras de açúcar, não foram os produtores dos países pobres em desenvolvimento.

Senhor Comissário, não defendo uma Europa fechada ao mundo. Somos a favor de uma Europa aberta aos outros, mas com regras, princípios, transparência e regras do jogo iguais para todos. Actualmente a União Europeia importa mercadorias produzidas a custo do dumping social, do dumping ecológico, e a Comissão Europeia nada faz. A Comissão Europeia dispõe de competência soberana na política comercial externa comum. A Comissão negocia com os parceiros dos países terceiros, estabelece os termos da cooperação. Felizmente, o Tratado de Lisboa modifica os termos da nossa relação interinstitucional e o Parlamento Europeu passará a co-legislador, a par da Comissão; nessa altura também a cultura de cooperação entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu mudará. Aguardamos essa nova era.

Francisco Assis (PSE). - Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente da Comissão, caras e caros Colegas, o fenómeno da contrafacção atenta perigosamente contra os mais legítimos interesses socioeconómicos na União Europeia, põe em causa a competitividade das empresas, prejudica o emprego, coloca em risco a segurança e a saúde dos consumidores e lesa fortemente os Estados e a própria União Europeia. Por isso, tem de ser vigorosamente combatido.

A União Europeia, aliás, pelas características de transparência e abertura do seu mercado, por ser o segundo maior importador mundial de bens e serviços e pela natureza da sua especialização económica em produtos de alto valor acrescentado, encontra-se particularmente exposta aos malefícios da contrafacção. Os seus efeitos negativos propagam-se por todo o tecido económico, mas atingem, com particular intensidade, as pequenas e médias empresas que estão naturalmente menos preparadas para enfrentar tão grave ameaça.

O combate a este crime especialmente perigoso passa pelo reforço da cooperação, quer no plano interno da União Europeia, quer no plano externo do relacionamento com outros países ou agregações regionais, igualmente confrontadas com este problema.

No plano interno, as acções a levar a cabo devem incidir em dois planos: o da progressiva harmonização legislativa entre os vários Estados-Membros, sobretudo na componente penal, e o reforço da cooperação no domínio alfandegário. Dada a já referida situação especial das pequenas e médias empresas, impõe-se a criação de um serviço de assistência técnica a estas mesmas empresas, porque estão menos preparadas para enfrentar este tipo de questões. Só assim elas estarão em condições de defender os seus direitos.

No plano internacional mais vasto, devem ser prosseguidas as iniciativas em curso, quer no plano dos entendimentos bilaterais, quer no plano mais vasto da regulação multilateral do comércio internacional, concorrendo assim para o reforço do papel que a Organização Mundial do Comércio, através do seu órgão de resolução de litígios, pode e deve ter nesta área.

A contrafacção põe em causa alguns fundamentos do nosso modelo de organização económica e social. Põe em causa o investimento em investigação e inovação, desvaloriza a inteligência e o esforço de qualificação,

favorece o crime organizado e debilita claramente o Estado de direito. Daí que combatê-la deva constituir um imperativo absoluto para todos os Estados-Membros da União Europeia.

Jacques Toubon (PPE-DE). – (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores deputados, a contrafacção é uma ameaça económica, social e também para a saúde, de uma dimensão, a meu ver, muitas vezes subestimada. Algumas pessoas calculam que na Antuérpia ou em Roterdão, um terço das mercadorias que são desembarcadas em contentores são contrafacções. Eu disse um terço, e estas estimativas são feitas por serviços oficiais.

Gostaria de dizer claramente, e não vou andar com rodeios, que estou deveras decepcionado com as propostas do Parlamento Europeu e com o debate de hoje à noite. E por uma vez, estou mais desapontado com o Parlamento do que com a Comissão ou o Conselho, pois neste domínio, o Conselho e a Comissão fizeram o seu trabalho.

O plano de acção de 25 de Setembro, o seminário de 25 de Novembro, as propostas que o Senhor Comissário Barrot acaba de enunciar em nome da Comissão são acções reais e não palavras bem-intencionadas. O que lhe quero dizer, muito simplesmente, Senhor Comissário, é que desejo sinceramente que possa, por exemplo, pôr o Observatório a funcionar no primeiro semestre de 2009 e que seja aprovado neste Parlamento o regulamento sobre a fiscalização do mercado que o Conselho já aprovou.

Relativamente ao senhor deputado Susta, devo dizer que não estou a referir-me aqui à sua proposta alternativa de resolução, que infelizmente não vamos debater. Refiro-me ao seu relatório. Este é demasiado fraco, excessivamente tímido, não diz nada sobre a indicação de origem, nada sobre o Observatório e é reservado e reticente relativamente à protecção da propriedade intelectual e industrial. Os senhores falam do acordo ACTA e afirmam que precisamos de o adoptar, mas dizem que não devemos utilizar os meios que seriam eficazes para o poder aplicar. Para além disso, tenho de dizer que fiquei siderado perante os comentários dos meus dois colegas suecos, que dão a impressão de que o perigo não vem da contrafacção, mas da luta contra a contrafacção.

Senhores e Senhores Deputados, nós estamos completamente enganados se não tomarmos medidas mais fortes. Tratamos este assunto como se fosse uma actividade económica à margem, mais nada do que isso, quando poderá ser o fim das nossas indústrias, poderá ser a exploração generalizada dos trabalhadores dos países emergentes, não o esqueçamos e, por fim, poderá ser a insegurança generalizada para os consumidores. Há que tomar medidas!

Małgorzata Handzlik (PPE-DE). – (PL) Senhora Presidente, não tenho de lembrar as pessoas aqui reunidas e que participam neste debate dos perigos que os produtos contrafeitos representam. Há muitos casos em que os produtos contrafeitos representam um perigo para a saúde, ou mesmo para a vida dos consumidores, e isto dispensa mais explicações. Basta lembrar que os produtos contrafeitos incluem não apenas cópias de produtos de luxo e CD, mas também medicamentos, produtos de consumo tanto para crianças como para adultos, bem como peças de automóveis. Muitas vezes constituem um risco para a segurança e os prejuízos que infligem não afectam apenas as PME.

As pessoas envolvidas em actividades de contrafacção são membros de grupos de criminosos. As suas actividades fazem parte de um negócio altamente rentável, que temos de tentar combater. Razão por que precisamos de uma acção conjunta, não apenas no domínio dos serviços “*customs and excise*” (Serviços Taxas e Alfândegas), mas também de uma estreita cooperação a nível administrativo entre os Estados-Membros, o que, na minha opinião deixa muito a desejar.

As medidas da Comissão Europeia para impedir o contrabando de cigarros contrafeitos são por si só um exemplo positivo dessa cooperação. Gostaria que aproveitássemos a nossa experiência neste domínio e a aplicássemos na luta contra outros produtos contrafeitos. O problema da contrafacção é da responsabilidade de uma série de Direcções-Gerais da Comissão. Seria uma boa ideia criar uma única Direcção-Geral que fosse responsável por estas questões e definir as suas competências.

O Parlamento está actualmente na posse de uma declaração escrita sobre o que se chama de “produtos idênticos”, para a qual também dei a minha contribuição. Um grande número de produtos originais é copiado, surgindo assim os produtos idênticos. Muitas vezes não está claro qual a legislação aplicável aos casos de contrafacção, se é a legislação relativa à concorrência desleal ou a relativa à propriedade intelectual. Além do mais, os consumidores que comprem produtos idênticos julgam, frequentemente, que estão a comprar produtos de marca. É difícil avaliar a dimensão do problema no mercado europeu.

Pelos motivos expostos, gostaria de solicitar à Comissão se tenciona responder ao nosso pedido de conduzir uma investigação sobre o influxo e a natureza dos produtos idênticos no mercado interno.

Emmanouil Angelakas (PPE-DE). - (EL) Senhora Presidente, grande quantidade de produtos de contrafacção comercializados através da Internet ou da cadeia de produção legal é constituída por medicamentos. Os riscos para a saúde dos pacientes que, inadvertidamente, os tomam são óbvios. Trata-se de produtos manufacturados em fábricas ou oficinas que não seguem os princípios das boas práticas de fabrico e, em muitos casos, não contêm qualquer traço do ingrediente farmacêutico activo. Recentemente o Presidente László Kovács afirmou que, durante controlos efectuados pelas autoridades aduaneiras em países da União Europeia nos últimos dois meses, foram encontrados mais de 34 milhões de antibióticos, medicamentos contra o cancro e outros fármacos de contrafacção. Senhor Comissário, talvez tenha chegado a altura de a União Europeia abrir, por exemplo na China e na Índia, gabinetes de controlo das exportações de fármacos na esteira da *Food and Drug Administration*, que no mês passado abriu tais gabinetes. Certamente saberá que, sem a cooperação obrigatória das agências de medicamentos nesses países, será impossível controlar as 3 000 fábricas de produtos farmacêuticos existentes na Índia e as 12 000 da China.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). - (PL) Senhora Presidente, não há dúvida de que, nos últimos tempos, o problema dos produtos contrafeitos e da pirataria tornou-se uma questão-chave no domínio do comércio internacional.

A União Europeia, como segundo maior importador do mundo, está particularmente sujeita a ser inundada de produtos falsos como sendo originais, entre eles, brinquedos ou medicamentos, principalmente provenientes dos países Asiáticos. Cabe salientar que este fenómeno tem um campo de acção muito mais alargado do que se imagina, bem como consequências muito mais graves. Os produtos que chegam ao mercado europeu e que infringem os direitos da propriedade intelectual são, largamente, de uma qualidade inferior e, por isso, na maioria das vezes, consideravelmente mais baratos do que os produtos originais. Logo, por razões financeiras, o consumidor prefere comprar os produtos falsos.

A produção de produtos contrafeitos e a pirataria são formas de roubo, pelo que apoio todas as iniciativas destinadas a combatê-las. Preocupa-me particularmente o aumento deste fenómeno nos últimos tempos, o que me leva a entender que temos necessariamente de tomar medidas decisivas, não apenas a nível europeu, mas também no quadro da OMC. Não podemos permitir que estas pessoas roubem e continuem impunes.

Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão. - (FR) Senhora Presidente, em primeiro lugar, como é óbvio, ouvi com muita atenção todas as intervenções. Comunicá-las-ei seguramente ao meu colega, o senhor Comissário McCreevy, responsável pelo mercado interno.

Creio que o Parlamento avaliou bem a gravidade do fenómeno e os seus efeitos; o senhor deputado Toubon lembrou que se tratava de uma ameaça económica, social e para a saúde. É evidente que a União Europeia, embora estando aberta às trocas comerciais, não pode aceitar que estas trocas comerciais se façam desrespeitando as regras do jogo mais elementares e em detrimento dos consumidores. Temos, por conseguinte, de tomar medidas, e gostaria de lhes lembrar algumas questões.

Em primeiro lugar, e dirijo-me em particular ao senhor deputado Toubon, o Observatório Europeu de Luta contra a Contrafacção e Pirataria será lançado pela Comissão na Primavera de 2009. Este Observatório deverá fornecer estatísticas sobre a contrafacção e a pirataria no mercado interno.

O Observatório deverá identificar zonas geográficas vulneráveis e o tráfico ilícito dos *websites* que vendem produtos contrafeitos. Deverá também organizar a cooperação administrativa entre os Estados-Membros, organizar o intercâmbio de informação e, como o senhor deputado Martin afirmou, sensibilizar os consumidores. Esta é de facto de uma missão importante para este Observatório.

Quanto ao resto, é verdade que as disposições penais foram propostas pela Comissão em 2006, que temos o apoio do Parlamento, mas que, de momento, o Conselho ainda não tomou quaisquer medidas para adoptar estas disposições.

A este respeito, a cooperação não deverá apenas envolver as autoridades aduaneiras mas também a polícia, as autoridades judiciais e, de uma forma geral, todos aqueles que podem intervir na fiscalização e controlo da contrafacção e pirataria.

Gostaria de dizer a quem insistiu na necessidade de ter indicações sobre a origem dos produtos, que propusemos uma etiqueta "*made in*", só que ainda não foi aprovada pelo Conselho. A União Europeia não

deverá reear esta rotulagem, que dará ao consumidor a possibilidade de decidir e evitar ser vítima de práticas totalmente contrárias a todas as regras do jogo.

Acrescentaria que o acordo ACTA não pode ser acusado de ir mais longe que o actual regime da União Europeia para a aplicação dos direitos de propriedade intelectual e, nomeadamente, acusado de violar as liberdades fundamentais e a protecção dos dados pessoais. O acordo ACTA mantém-se no quadro do actual regime da União Europeia.

Em todo o caso, agradeço ao Parlamento o apoio prestado à Comissão no sentido de se tentar travar um combate eficaz contra a contrafacção. Tomamos nota deste relatório e também registamos a vontade do Parlamento Europeu de combater com êxito este sistema.

Tenho a certeza de que não respondi a todas as questões. Existem igualmente produtos que podem ser classificados como idênticos, e em relação a este problema também se impõe formular regras que permitam evitar abusos, o que é absolutamente condenável, em detrimento do consumidor. Eis o que gostaria de dizer para concluir, mas podem ter a certeza que todas as observações que foram feitas esta noite, serão transmitidas aos Comissários pois, mais uma vez, estamos perante um dossiê complexo que precisa de levar à prática várias orientações da Comissão e que implica também, da parte do Conselho e do Parlamento, um compromisso firme.

Presidente. - Está encerrada a discussão conjunta.

A votação terá lugar amanhã, quinta-feira, dia 18 de Dezembro de 2008.

20. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Acta

21. Encerramento da sessão

(A sessão é suspensa às 23H40)